



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS)
Doutorado em Museologia e Patrimônio**

**UM PARQUE E UM VALE SOB
ENCANTOS E DESENCANTOS:
Patrimônio, estratégias sociopolíticas e
ideal de sustentabilidade**

ELISAMA BELIANI

UNIRIO/MAST – RJ, julho de 2017

UM PARQUE E UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: *patrimônio, estratégias sociopolíticas e ideal de sustentabilidade*

por

ELISAMA BELIANI

*Aluna do Curso de Doutorado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio Integral e Desenvolvimento*

Tese de doutorado apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Museologia e
Patrimônio.

Orientador: Professor Doutor Nilson Alves de
Moraes

UNIRIO/MAST - RJ, julho de 2017

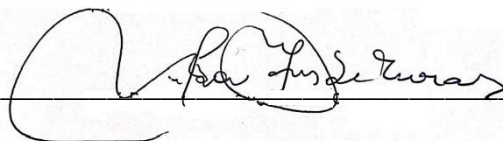
FOLHA DE APROVAÇÃO

UM PARQUE E UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: *patrimônio, estratégias sociopolíticas e ideal de sustentabilidade*

Tese de Doutorado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr^o.



Dr. Nilson Alves de Moraes
(orientador)

Prof. Dr^a.




Dra. Teresa Cristina Scheiner
(professor convidado – PPG-PMUS)

Prof. Dr^a.



Dra. Luisa Maria Gomes de Matos Rocha
(professor convidado – PPG-PMUS)

Prof. Dr^a.



Dra. Maristela Barenco Correa de Mello
(avaliador externo convidado – Universidade Federal Fluminense – UFF)

Prof. Dr^a.



Dra. Helena Ferreira Catão
(avaliador externo convidado – Universidade Federal Fluminense – UFF)

Catalogação informatizada pelo(a) autor(a)

B431 Beliani, Elisama
UM PARQUE E UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS:
Patrimônio, estratégias sociopolíticas e ideal de
sustentabilidade / Elisama Beliani. -- Rio de
Janeiro, 2017.
264

Orientadora: Nilson Alves de Moraes.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação
em Museologia e Patrimônio, 2017.

1. Museologia. 2. Patrimônio. 3. Parque Nacional.
4. Comunidade Vale Encantado. 5. Rede de
sociabilidade. I. Alves de Moraes, Nilson , orient.
II. Título.

A João Guilherme, meu maior patrimônio, filho da tese, e meu grande afeto;
a todos que eu amo e que me amam, que me incentivam,
e acreditam em minha potencialidade.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio parcial prestado, possibilitando o desenvolvimento inicial desta pesquisa. Em especial agradeço aos experientes professores doutores que tive oportunidade de ter como orientadores desde 2013 até o fim desta tese: Prof^a. Dr^a. Priscila Kuperman, que me motivou inicialmente, em meio a tantas dificuldades iniciais a dar rumo a pesquisa; ao Prof^o. Dr^o. Luiz C. Borges, que me auxiliou imensamente na organização teórica e metodológica, além do caminho percorrido até a qualificação, obrigada por tudo; e por fim, ao Prof^o. Dr^o. Nilson A. de Moraes que chega comigo, ao fim desta jornada, me incentivando e me dando o apoio amigo que muitas necessitamos neste árduo caminho acadêmico. Ambos me auxiliaram, em diferentes fases da pesquisa com atenção, estímulos, cuidado e preocupação com os detalhes teóricos e práticos para a construção desta tese. A Otávio Barros, uma das lideranças local e a todos os moradores da Comunidade Vale Encantado, a equipe de Gestão Socioambiental do PARNA-Tijuca e ao Chefe do Parque, que contribuíram imensamente com esta pesquisa. Aos familiares, aos grandes amigos e grandes amores, que de certa forma me auxiliaram com o verdadeiro apoio afetivo e incentivo. Ao Universo, mestres e guias espirituais que me apontaram caminhos de paz e de nova vida.

RESUMO

BELIANI, Elisama. **UM PARQUE E UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: patrimônio, estratégias sócio-políticas e ideal de sustentabilidade**. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. Orientador: Nilson Alves de Moraes. p.264

Esta tese apresenta resultados de um estudo de caso fundamentado em pesquisa de campo com os moradores da Comunidade Vale Encantado, localizada geograficamente no Alto da Boa Vista, no entorno do Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca), no Rio de Janeiro. Tem por objetivo analisar, à luz das políticas públicas de preservação e de patrimonialização da biodiversidade, os processos e as redes de sociabilidade que a Comunidade Vale Encantado constrói como estratégias de sobrevivência ecossistêmica, tendo como fundamento o ideal de sustentabilidade. Constituindo-se o PARNA-Tijuca uma área natural protegida e patrimonializada desde 1961 (quando de sua delimitação), tombada no mesmo ano pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e musealizada desde 1973, suas relações de uso e manejo das terras para fins particulares, como moradia em seu interior e no seu entorno, por exemplo, passam a ser impedidas legalmente, a partir de duas instâncias do poder constituído: o Ministério do Meio Ambiente (MMA), através do ICMBio, e o Ministério da Cultura, mediante o IPHAN, que têm como responsabilidade proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, preservando assim o patrimônio cultural brasileiro. Frente a este impedimento legal, parto da hipótese que a Comunidade Vale Encantado encontra alternativas (estratégias) para a própria sobrevivência (no sentido de existência) e salvaguarda do patrimônio musealizado, a fim de garantir a preservação de sua integridade física e cultural, através da construção de um complexo de redes de sociabilidade e de um ideal de sustentabilidade. Ademais, esta tese articula os campos disciplinares do Patrimônio e Museologia, partindo da perspectiva sócio-histórica e sistêmica, fundamentada na noção do desenvolvimento local e de um fazer museológico mais ajustado aos problemas do território.

Palavras-chave: patrimônio, museu, ideal de sustentabilidade, Comunidade Vale Encantado, rede de sociabilidade.

ABSTRACT

BELIANI, Elisama. A PARK AND A VALLEY UNDER ENCHANTMENTS AND DISENCHANTMENTS: heritage, socio-political strategies and ideal of sustainability. 2017. Thesis (Doctorate) - Postgraduate Program in Museology and Heritage, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2017. Advisor: Nilson Alves de Moraes. p.264

This thesis presents the results of a case study based on field research with the residents of the Vale Encantado Community, located in Alto da Boa Vista, in the surroundings of the Tijuca National Park (PARNA-Tijuca), in Rio de Janeiro. Its objective is to analyze, in the light of public policies for the preservation and patrimonialization of biodiversity, the processes and networks of sociability that the Vale Encantado Community establishes as strategies for ecosystem survival, based on an ideal of sustainability. Since PARNA-Tijuca constitutes since 1961 (when it was delimited) a protected and patrimonial area; in the same year it was registered by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) therefore, since 1973, the use and management of its natural resources for private purposes, such as dwelling inside it or surround it, for example, are legally forbidden according two instances of the State power: the Ministry of Environment (MMA), through ICMBio, and the Ministry of Culture, through IPHAN that have the responsibility to protect and promote the cultural assets of the country, ensuring their permanence and usufruct for present and future generations, and in so doing helps preserving the Brazilian cultural heritage. Facing this legal obstruction, I advance the hypothesis that the Vale Encantado Community finds alternatives (strategies) for its own survival (in the sense of maintenance of its existence) as wells as for safeguarding an already musealized heritage, in order to guarantee the preservation of its physical and cultural integrity, through the establishment of a network of sociability based on its ideal of sustainability. In addition, this thesis articulates the disciplinary fields of Heritage and Museology from a socio-historical and systemic perspective, whose analytical ground is the concept of local development and of a museological practice even more suitable to territorial problems

Key words: heritage, museum, sustainability ideal, Vale Encantado Community, sociability network.

SIGLAS

APARU	Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
COMLURB	Companhia Municipal de Limpeza Urbana
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOVE	Cooperativa do Vale Encantado
ECS	Estratégias criativas de sustentabilidade
EICOS	Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social
EMBRATUR	Instituto Brasileiro de Turismo
ESE	Estratégias de sobrevivência ecossistêmica
FBOMS	Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
GAPIS	Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social
GLP	Gás liquefeito de petróleo
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBDF	Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museologia
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICOFOM	International Committee for Museology
ICOM	International Council of Museums
ICOMOS	Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IMN	Inspetoria de Monumentos Nacionais
IPHAN	Instituto Patrimônio Histórico Artístico Nacional
IPP	Instituto Pereira Passos
ITERJ	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
IUCN	International Union for Conservation of Nature
IV SIAM	IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola
JCRPRJ	Jornal do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro
MaB	Man and the Biosphere
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MCT	Ministério da Comunicação com o da Ciência e Tecnologia
MHN	Museu Histórico Nacional
MINC	Ministério da Cultura

MINOM	Movimento Internacional da Nova Museologia
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPERJ	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
NASF	Núcleo Ampliado de Saúde da Família
OBSAPIS	Observatório Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social
ONGs	Organizações não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PARNAs	Parques Nacionais
PARNA-Tijuca	Parque Nacional da Tijuca
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGPMUS	Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio
PUC-Rio	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RBs	Reservas da Biosfera
RBSES	Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária
SISBIO	Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UC	Unidade de Conservação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UPA	Unidades de Pronto Atendimento
USF	Unidade de Saúde da Família

LISTAS

Lista de entrevistados

Entrevistado n1 – integrante da equipe técnico-administrativa do PARNA-Tijuca
 Entrevistado n2 – integrante da equipe técnico-administrativa do PARNA-Tijuca
 Entrevistado n3 – integrante da equipe técnico-administrativa do PARNA-Tijuca
 Entrevistado n4 – integrante da equipe técnico-administrativa do PARNA-Tijuca
 Entrevistado n5 – morador da Comunidade Vale Encantado – 1ª geração
 Entrevistado n6 – morador da Comunidade Vale Encantado – 1ª geração
 Entrevistado n7 – morador da Comunidade Vale Encantado – 2ª geração
 Entrevistado n8 – morador da Comunidade Vale Encantado – 2ª geração
 Entrevistado n9 – morador da Comunidade Vale Encantado – 2ª geração
 Entrevistado n10 – morador da Comunidade Vale Encantado – 3ª geração
 Entrevistado n11 – morador da Comunidade Vale Encantado – 3ª geração

Lista de Quadros

Quadro 1 – Definição de Patrimônio Mundial conforme a UNESCO, em 1972 48

Lista de Figuras

Fig. 1	Detalhe de sobrevoo sob a Comunidade Vale Encantado	16
Fig. 2	Livro Floresta Encantada – desenhos para colorir	36
Fig. 3	Entrada do PARNA-Tijuca pelo setor – Floresta da Tijuca	37
Fig. 4	Fazenda de café no maciço da Tijuca	53
Fig. 5	Plantação chinesa de chá na região do Jardim Botânico – Rugendas (1802-1858)	56
Fig. 6	Painel ilustrativo dos roteiros e sítios pitorescos da Floresta da Tijuca (1943-1946)	66
Fig. 7	Fonte Wallace	66
Fig. 8	A cidade e a Floresta	70
Fig. 9	Livro Floresta Encantada – desenhos para colorir	73
Fig. 10	Marca Institucional do PARNA-Tijuca	74
Fig. 11	Divisão dos setores do PARNA-Tijuca	79
Fig. 12	O Parque e a Cidade	82
Fig. 13	Esquema das relações entre o homem e o meio ambiente	95
Fig. 14	Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar	98
Fig. 15	Centro de Visitantes do PARNA-Tijuca	113
Fig. 16	Esquema da Museologia nos anos 1970 – Ecomuseologia	117
Fig. 17	Evolução da Museologia após o debate da função social do museu	123
Fig. 18	Evolução do conceito de museu	126
Fig. 19	Classificação de tipos de museus	130
Fig. 20	Classificação de museus de território por subtipologia, segundo Varine	131
Fig. 21	Esquema da remoção e seus efeitos	136
Fig. 22	Diferenças e semelhanças entre conselhos gestores de UC	141
Fig. 23	As relações internas e externas entre o PARNA-Tijuca e o Vale Encantado	143
Fig. 24	Livro Jardim Secreto para Colorir	146
Fig. 25	Placa indicativa no prédio da COOVE na Comunidade Vale Encantado	147
Fig. 26	Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU)	155
Fig. 27	Mapa de localização do Vale Encantado e Detalhe da Comunidade Vale Encantado	156
Fig. 28	Arbusto de camélias ainda presente na Comunidade	157
Fig. 29	Pedra com a inscrição “O Brasil ao seu Soldado desconhecido	158
Fig. 30	Vestígios e extração do granito preto	159
Fig. 31	Clube Vale Encantado (1970)	161
Fig. 32	Bar <i>Enchanted Valley</i> (1980)	161
Fig. 33	Edifício Meia Lua	161
Fig. 34	Diversos pontos de acesso a Comunidade Vale Encantado	163
Fig. 35	Vista a partir da laje da Cooperativa da Comunidade Vale Encantado	162

Fig. 36	Parte interna da Comunidade do Vale Encantado em dias sem sol	164
Fig. 37	Aproveitamento de lascas de pedras da pedreira desativada	165
Fig. 38	Entrada para a casa da família Carvalho	165
Fig. 39	Vista área da Comunidade Vale Encantado	169
Fig. 40	Afloramento e captação de água	171
Fig. 41	Vista do prédio em construção da AMATA	174
Fig. 42	A Comunidade Vale Encantado e suas estratégias de sobrevivência	182
Fig. 43	Casa de Pedra	191
Fig. 44	Cascata do Vale Encantado	191
Fig. 45	Pico da Taquara	192
Fig. 46	Biodigestor instalado abaixo da COOVE	193
Fig. 47	Biodigestor instalado abaixo da Comunidade	194
Fig. 48	Canaleta para distribuição de gás para a Cozinha da COOVE	194
Fig. 49	Painel solar	195
Fig. 50	Suco de chuchu com limão e suco de couve com limão	196
Fig. 51	Jacalhoda	196
Fig. 52	Salgadinho com umbigo da banana e bolo de fubá	196
Fig. 53	Diferentes estruturas de organização de uma rede	201
Fig. 54	Esquema dos níveis das redes de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado	203
Fig. 55	Primeira rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado	204
Fig. 56	Visão detalhada do APARU do Alto da Boa Vista	207
Fig. 57	Esquema das primeiras parcerias na Comunidade Vale Encantado	210
Fig. 58	Ligação dos dejetos domésticos feita pelos próprios moradores	212
Fig. 59	Parte integrante do Buffet Social	214
Fig. 60	AMATA	216
Fig. 61	Entrega do documento preliminar de integração de posse e o direito de moradia	218
Fig. 62	Encontro da Comunidade com pesquisadores e a hora do lanche feito pelo Buffet Social	218
Fig. 63	Atual rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado	220
Fig. 64	Livro Floresta Encantada – desenhos para colorir	226
Fig. 65	Face interna da Comunidade Vale Encantado	227

SUMÁRIO

	CONSIDERAÇÕES INICIAIS – ‘ <i>Em busca do Vale Encantado</i> ’	16
	1. ‘ <i>Em busca do Vale Encantado</i> ’	17
	2. O Encanto	19
	3. O Encanto objetivado	22
	4. Estabelecendo o foco e as conexões analíticas para o Encanto	24
	5. As estratégias e técnicas para análise do Encanto	29
	6. Subindo e descendo o Parque e o Vale Encantado	31
	7. Capítulos de um Encanto	32
	FASE 1 – NO INÍCIO ERA MATA	36
Cap. I	HISTÓRIA, CULTURA E PATRIMÔNIO: A Floresta da Tijuca	38
	1.1 Patrimônio e Políticas Públicas: produtos socioculturais	39
	1.2 Processo histórico e patrimonial da constituição da Floresta da Tijuca	49
	1.2.1 A ocupação humana no Maciço da Tijuca	49
	1.2.2 Soluções político-científicas: reconstituição e o surgimento da Floresta da Tijuca	54
	1.2.2.1 Do período Imperial: Administração de Major Archer	58
	1.2.2.2 Do período Imperial: Administração do Barão d’Escragnolle	60
	1.2.2.3 Da República Velha a Era Vargas	61
	1.2.2.4 Da era Vargas e ao golpe de 1964: Administração de Castro Maya	64
	1.2.3 A Floresta da Tijuca como patrimônio Cultural	67
	FASE 2 – VAMOS PASSEAR NO PARQUE	73
Cap. II	PATRIMÔNIO AMBIENTAL: o Parque Nacional da Tijuca e a problematização de suas fronteiras	75
	2.1 O Parque Nacional da Tijuca e seus processos de preservação	76
	2.1.1 Criação, estabelecimento dos limites e gestão do PARNA-Tijuca	77

2.1.2	Caracterização do PARNA-Tijuca	82
2.2	O processo de patrimonialização do PARNA-Tijuca	85
2.2.1	Patrimônio ambiental – conceito em busca de definição	87
2.2.2	Rio de Janeiro: Paisagem Cultural uma nova categoria de patrimonialização	96
2.3	Parques nacionais e a preservação do patrimônio no Brasil e no mundo	100
Cap. III	PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: o papel social dos museus e desenvolvimento local	114
3.1	Museologia, museus, meio ambiente e o desenvolvimento local	115
3.1.1	Parques e o PARNA-Tijuca como museu	125
3.1.2	A tipologia de um parque-museu	130
3.2	O processo de musealização <i>in situ</i> do PARNA-Tijuca	133
3.3	Os conflitos socioambientais entre o PARNA-Tijuca e a Comunidade Vale Encantado	135
	FASE 3 – NO MEU VALE HAVIA UM PARQUE	146
Cap. IV	O VALE ENCANTADO: Encantos e desencantos	148
4.1	O Rio de Janeiro, o Parque e as comunidades em seu entorno	149
4.2	O histórico de ocupação humana, caracterização do Vale Encantado e sua relação com o Rio de Janeiro	156
4.2.1	Origem do nome da Comunidade do Vale Encantado	160
4.3	Organização social e qualidade de vida dos moradores da Comunidade Vale Encantado	156
4.3.1	Os encantos e desencantos da Comunidade Vale Encantado: caracterização física, ambiental, etnográfica e sócio econômica	161
Cap.V	O VALE ENCANTADO: O ideal de sustentabilidade, estratégias sociopolíticas e redes de sociabilidade	175
5.1	Da Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável ao ideal de sustentabilidade	176
5.2	Estratégias sociopolíticas para sobrevivência e sociabilidade	183
5.2.1	Construindo as Estratégias de Sobrevivência Ecosistêmica	184

5.2.2 As Estratégias Criativas de Sustentabilidade	187
5.2.2.1 Turismo Sustentável	190
5.2.2.1.1 Trilhas ecológicas	190
5.2.2.1.2 Hospedagem	192
5.2.2.2 Tecnologia	193
5.2.2.2.1 Biodigestor	193
5.2.2.2.2 Painel solar	195
5.2.2.3 Recursos naturais locais	195
5.2.2.3.1 Gastronomia Criativa – Buffet Social e Bar Enchanted Valley	196
5.3 Um pouco do conceito de redes de sociabilidade	197
5.3.1 Tipologias de redes	201
5.4 O processo de enredamento, construção e a análise das articulações da rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado	202
5.4.1 Primeira rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado	203
5.4.2 Segunda rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado	205
É MATA , É PEDRA, É O FIM DO CAMINHO	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS – Um Vale que Encanta	227
REFERÊNCIAS	237
ANEXOS	246

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

'Em busca do Vale Encantado'



Figura 1. Detalhe de sobrevoo sob a Comunidade Vale Encantado
Fonte: Hugo Fernandes, 2014.

1. *'Em busca do Vale Encantado'*¹

O ano era 2010. Ouvi considerações, através da professora doutora Deusana Maria da Costa Machado – docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS) sobre uma pequena comunidade, no entorno do Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca), localizada próxima à Estrada da Paz, no Alto da Boa Vista. Contudo, não sabia por qual nome a comunidade era reconhecida e muito menos como chegar até lá. Soube naquela época que os moradores desenvolviam atividades ligadas ao ecoturismo e que em anos passados teriam plantado flores para sobreviverem.

De carro, subi a serra do maciço, em busca da exata localização da comunidade, porém não obtive êxito algum (não insisti pela busca já que me faltavam informações sobre a comunidade, como o nome, mapa, etc; e naquela ocasião estavam ocorrendo inúmeros assaltos nas estradas que ligavam ao Parque; este fato me impactou causando certa imobilidade e medo de continuar a procura). No ano seguinte, em 2011, o Curso de Mestrado realizado neste mesmo programa de pós-graduação já havido sido concluído, e com ele vários trabalhos *in situ* no Parque foram realizados, tanto na disciplina oferecida pela professora Deusana no mestrado, quanto com a turma do estágio docência que cumpri no curso de Museologia com a mesma professora; no entanto continuava sem referências para chegar até a almejada comunidade, que neste ínterim já sabia seu nome – Vale Encantado. O anseio por saber como a Comunidade Vale Encantado vivia, que atividades eram desenvolvidas coletivamente por eles, qual a dinâmica e conflitos enfrentados no território, não havia sido interrompido.

O ano de 2012 chega. E com ele o IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola (IV SIAM-2012/Petrópolis); o lançamento do edital para a seleção da terceira turma do doutorado, neste programa; e a vontade de continuar a pesquisa. Desta forma, ao apresentar os resultados da pesquisa-dissertação no IV SIAM entrei em contato com questões que não haviam sido trabalhadas na dissertação, devido ao enfoque adotado e adequação à linha de estudo. Surgiu da discussão – ali mesmo no grupo de trabalho do SIAM – uma questão inicial que se voltava aos temas tratados pela Educação Ambiental, Museologia e Patrimônio.

¹ The Before Time Land é um filme animado de 1988 produzido pela Amblin Entertainment, Universal Studios e Sullivan Bluth, dirigido por Don Bluth. O filme se passa no final do período Cretáceo, seguindo um grupo de dinossauros antropomórficos que buscam uma região livre da devastação. O personagem principal, Littlefoot, sai à procura do lendário Vale Encantado, encontra quatro outros jovens dinossauros que concordam em acompanhá-lo em sua jornada; cruzando uma paisagem cheia de perigos, o grupo encontra predadores famintos e desafios assustadores, enquanto aprende novas lições de vida e a importância do trabalho em equipe. E, por tantas características em comum nas duas histórias, utilizei o título deste desenho animado para animar os textos.

Porém compreendi que o mote da sobrevivência e qualidade de vida dos moradores residentes em área natural de um patrimônio musealizado, as relações de conflitos, resistências, disputa e poder, que envolvem os moradores residentes no interior e no entorno do PARNA-Tijuca com as autoridades responsáveis pela sua gestão, falavam mais alto que a minha paixão pelo tema da Educação Ambiental e sua relação com a Museologia.

A primeira versão, de muitas outras do projeto de pesquisa-tese, junto com a esperança de aprovação foi depositada durante o processo de seleção do doutorado. 2013 chega com várias notícias, novidades e dificuldades, incluindo a matrícula no primeiro semestre do doutorado, a dificuldade em ir a campo para encontrar a Comunidade Vale Encantado, a parada repentina já no primeiro semestre e, no segundo, um trancamento devido a questões de foro íntimo. Mas, em 2014, surge a possibilidade de encontrar a Comunidade Vale Encantado (foi possível realizar uma grande varredura na internet sobre a mesma); verifiquei que a Comunidade era reconhecida internacionalmente, e que já começava a ser conhecida, tanto no estado do Rio de Janeiro. E pela equipe do Parque, quanto pelas Universidades que buscam desenvolver projetos de pesquisa no território.

Enfim, com um contato telefônico, cujo número consegui com uma busca rápida no Google, foi possível chegar à Comunidade Vale Encantado. E, ao desembarcar do carro na localidade, um certo encantamento me tomou, me senti deveras maravilhada, deslumbrada com a Comunidade Vale Encantado, um território que reluz certa qualidade de vida, um fascínio, quase uma mágica. Por lá percebi certas contradições sociais, mas pude observar atitudes e ações comprometidas com a manutenção de vida, sobrevivência e cuidados, ora pelo meio ambiente, ora por si mesmos. Compreendi que é um território que se renova/recria constantemente. Observei que a cada semestre que avançava na pesquisa encontrava novas reportagens sobre a Comunidade Vale Encantado, o que me auxiliava a organizar as ideias e o histórico da Comunidade. Cabe dizer que a Comunidade Vale Encantado foi escolhida pelo seu histórico de conflitos e ciclos econômicos direcionados ao uso da terra; por ser uma comunidade 'fechada' em si mesma; por seus moradores estarem encontrando saídas alternativas de sobrevivência; por ter uma liderança comunitária ativa na Comunidade; por ter moradores que são membros do Conselho Consultivo do PARNA-Tijuca, o que caracteriza um envolvimento sócio político; e enfim, por ter uma Associação de Moradores fundada desde 1992, o que revela um comprometimento sociopolítico.

2. O Encanto

Encantada pela Comunidade Vale Encantado redefini todo o projeto depositado na seleção, inclusive os objetivos e os aportes teóricos, pelos quais analisaria o objeto de pesquisa. Sendo esta, de certa forma, a continuidade da pesquisa-dissertação², que tinha como objetivo compreender o processo de musealização de áreas naturais protegidas³ e analisar conceitualmente parque nacional e museu; e considerando, além disso, a prática da patrimonialização de áreas naturais protegidas, concluí que o eixo principal da pesquisa no doutoramento seria realizar um recorte histórico-político, das disputas, das resistências e das estratégias de sobrevivência dos moradores do Vale Encantado, sob a perspectiva teórica e analítica sistêmica⁴.

Condensando todas as leituras realizadas durante minha caminhada acadêmica e o olhar construído para a análise do cuidado com o meio ambiente – integrando o homem como responsável na manutenção de seu território – o tema desta pesquisa apresenta um fio condutor de muitas questões, agora maduras, que são desdobramentos daquelas que não foram pesquisadas e construídas anteriormente sinalizando a interface com a Psicologia Social, as Ciências Biológicas e o Patrimônio. Tal formação multidisciplinar, incluindo o mestrado, tem oportunizado observar meu objeto de estudo a partir de um enfoque analítico que considere a estrutura e o processo sócio histórico do objeto em questão, onde os fatos sociais são entendidos num sistema integrado, sem o distanciamento da análise dos processos políticos, econômicos, culturais, patrimoniais e socioambientais.

Observam-se poucos dados, estudos dos processos e as redes sociopolíticas dos sujeitos envolvidos com o PARNA-Tijuca, e de como constroem as estratégias de

² Na pesquisa-dissertação, defendida no PPGPMUS, o projeto de pesquisa se vinculou à Linha 1 – Museu e Museologia – e mais especificamente, ao projeto de pesquisa denominado Patrimônio, Museologia e Sociedades em Transformação: a experiência latino-americana. Os conteúdos pesquisados referem-se ao âmbito de abordagem Museu e Sociedade. O Parque Nacional da Tijuca foi tomado como estudo de caso. Para maiores detalhes: BELIANI, E. (2012).

³ Apesar do termo utilizado pelas Ciências Naturais ser *área protegida*, nesta pesquisa utilizei a composição dos termos, *áreas naturais protegidas*, uma vez que no âmbito do patrimônio é possível se proteger sítios históricos, conjuntos de edificações históricas, sítios arqueológicos e paleontológicos, além das unidades de conservação, sob as categorias de monumento natural e parque nacional. Assim diferenciarei que, especificamente nesta pesquisa, tratarei das áreas naturais e não dos conjuntos de edificações históricas, por exemplo.

⁴ Vale ressaltar que estas questões foram desenvolvidas de maneira gradual, em meus estudos e leituras: na graduação de Psicologia (1999), onde tive a oportunidade de realizar um estudo bibliográfico, para desenvolver um trabalho de conclusão de curso, cujo tema principal era o controle social e a mídia. O trabalho de conclusão de curso resultou em um ensaio monográfico. Vide: BELIANI, E. (1999). Na Licenciatura de Ciências Biológicas (2007) foi possível investigar o nível de reconhecimento, que os moradores de Magé apresentaram no período do ano de 2007, sobre lugares tido como importantes no município e que devem ser preservados para as gerações futuras, quando foi desenvolvido um projeto de educação ambiental em uma escola privada do município, a fim de que os alunos interessados pudessem conhecer os lugares relevantes em cada distrito, e uma pesquisa no território, a fim de que moradores pudessem também reconhecer lugares que se destacam no município. Vide: BELIANI, E. (2007).

sobrevivência ecossistêmica, especificamente a Comunidade Vale Encantado, analisados à luz das políticas públicas de preservação e de patrimonialização da natureza, tendo como fundamento o ideal de sustentabilidade. Assim, a pesquisa-tese apresenta o diálogo entre as políticas públicas voltadas para as áreas protegidas, para o patrimônio e museus e a maneira como a Comunidade Vale Encantado constrói estratégias de sobrevivência ecossistêmica e organiza suas redes de sociabilidade frente a um patrimônio musealizado. Analisei, assim, a relação entre natureza e sociedade em vias do ideal de sustentabilidade, da patrimonialização de áreas naturais protegidas, das redes de sociabilidade e das estratégias sociopolíticas dos sujeitos envolvidos com o Parque.

A realidade que encontrei no PARNA-Tijuca, assim como em tantos outros parques, não está consonante com a legislação brasileira, que preconiza para a categoria parque a retirada dos grupos humanos de seu interior e, dependendo do caso, de seu entorno, já que ainda existem moradias em seu interior e uma cidade que cresce exponencialmente sobre a zona de amortecimento daquela área. Sabe-se que áreas naturais protegidas delimitadas em décadas passadas não consideraram o fato da presença de moradores no interior, e/ou entorno da área delimitada, sendo assim demarcadas como parques nacionais⁵. Isso significa dizer que, mesmo sabendo da existência de habitantes no interior da área a ser demarcada como parque, os técnicos e a legislação, não preveem nenhuma alternativa a não ser a remoção desses grupos humanos, pondo-se em perigo a continuidade de seu modo de vida.

Constituindo-se o PARNA-Tijuca como uma área natural protegida e patrimonializada desde 1961 (quando de sua delimitação), tombada Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), pelo no mesmo ano, e musealizada desde 1973, suas relações de uso e manejo das terras para fins particulares, como moradia em seu interior e no seu entorno, por exemplo, passam a ser impedidas legalmente, a partir de duas instâncias do poder constituído: o Ministério do Meio Ambiente (MMA) através do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e o Ministério da Cultura (MINC), a partir do IPHAN, que tem como responsabilidade proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, preservando assim o patrimônio cultural brasileiro. Ambos os ministérios demarcam a proteção de um bem a partir dos processos de preservação e patrimonialização, o que os leva, neste âmbito,

⁵ Atualmente, novas áreas naturais protegidas, quando apresentam grupos humanos, geralmente são classificadas a partir de categoria do grupo de uso sustentável, conforme o Sistema Nacional de Conservação (SNUC).

a trabalhar coordenadamente, elaborando e aplicando estratégias e para a salvaguarda do patrimônio.

Não se pode deixar de ressaltar que, nesta pesquisa, parti da noção de que as políticas públicas para a proteção do patrimônio funcionam como legitimação patrimonial (ou nacional ou oficial), por meio da lei e dos procedimentos sociotécnicos que são instituídos por especialistas que, necessariamente, situam-se em um lugar legitimado de poder, como enfatiza Bourdieu (2001) ao tratar o campo simbólico e o poder simbólico. Tais ações instituídas pelo poder público podem, em alguns casos, afetar comunidades ligadas aos territórios objeto desses processos de preservação, uma vez que nem sempre tais comunidades são levadas em consideração, quando da formulação das políticas públicas de proteção ambiental e patrimonial. Não se pode negar que a delimitação de parques, instituídos com base no modelo norte-americano, tem gerado conflitos (em seus limites e entorno), e que tais conflitos – muitas vezes denominados como ‘ambientais’, têm sido intensos e em diversas proporções em parques nacionais no Brasil, por desrespeitarem os processos coletivos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização – refletem o processo histórico das lutas sociais.

Desde que a área do PARNA-Tijuca foi decretada para uso de proteção integral, em 1961, os moradores do interior do Parque e da Comunidade Vale Encantado vivenciam conflitos, tensões e disputas. Na verdade, o conflito perdura desde 1861, quando Dom Pedro II decretou o reflorestamento da área devido ao desmatamento agravado pelo ciclo econômico do café e outras lavouras, que reduziu os mananciais de água que naquela época abasteciam a cidade. Doravante busco analisar a relação do modelo vigente de proteção da biodiversidade, com o viés autoritário do Estado, que resultam, muitas vezes em conflitos e disputas no campo social e patrimonial. Vale ressaltar que tal modelo é produto, em geral, de um processo unilateral de tomada de decisões, cujos sujeitos políticos partem da suposição de que a preservação de áreas naturais não seria um direito das coletividades que vivem nos limites e no entorno dessas áreas. Assim, diante da importância de analisar grupos minoritários, o ideal de sustentabilidade e a proteção ao patrimônio, torna-se necessário estar próximo destes moradores, levando em consideração o contexto histórico e social da época em que ocorreram os processos de conservação, patrimonialização e musealização do PARNA-Tijuca.

As condições de viabilização dessa pesquisa foram asseguradas, em primeiro lugar, pela experiência realizada no mestrado, do qual esta pesquisa-tese é um aprofundamento de questões ali levantadas; pelo levantamento bibliográfico e

documental sobre os diversos aspectos do tema; pela disponibilidade de ida ao campo; e por agentes facilitadores que se colocaram à disposição para colaborar com esta pesquisa tese. A responsável pela coordenação de pesquisa e manejo no Parque, Katyucha Von Kossel de Andrade Silva, além de disponibilizar dados e documentos, avaliou, autorizou e liberou o trabalho de campo, a cada ano após o pedido (2015-2016 e de 2016-2017), a partir da solicitação enviada ao Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) para as atividades com finalidade científica nos limites e entorno do Parque (Anexo 1). Acrescento que o presente projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) via Plataforma Brasil, e foi realizada conforme orientações deste Comitê. Apesar das tensões presentes na Comunidade Vale Encantado, face a sua relação com o PARNA-Tijuca, Otávio Barros, uma das lideranças locais, assegurou-me acesso à Comunidade, tendo colaborado com a pesquisa de campo, o que garante a viabilidade da execução de nossa pesquisa-tese.

Em virtude da estruturação de um quadro teórico-conceitual, organizado para a condução teórico metodológica do projeto, a pesquisa-tese apresentou viabilidade lógica, uma vez que há consonância e diálogo de tais conceitos com o tema proposto. O fato de, a partir da metade do doutorado não ter sido mais bolsista da CAPES, não interferiu nas despesas com as idas a campo, uma vez que sou moradora do Estado do Rio de Janeiro. Diante disso, penso que este estudo apresenta relevância acadêmica e social, uma vez que promoveu novas análises de políticas públicas de proteção da natureza e o fortalecimento no âmbito da Museologia e do Patrimônio, a partir do estudo das relações dinâmicas de conflitos gerados no interior e entorno dos parques nacionais; ademais contribui, de alguma maneira para a melhoria da coletividade e da compreensão desta relação dicotômica entre natureza e sociedade.

3. O Encanto Objetivado

Parte da reestruturação deste projeto de pesquisa-tese refere-se a um ponto específico conhecido por políticas públicas, cujo tema é analisado no projeto – As Comunidades Imaginadas: cultura, sociedade e patrimônio simbólico – coordenado pelos professores Dr^{os}. Nilson Moraes e Luiz C. Borges com colaboração da professora Dr^a. Priscila Kuperman que faz parte da Linha 2 – MUSEOLOGIA, PATRIMÔNIO INTEGRAL E DESENVOLVIMENTO, a qual recebeu nosso projeto de pesquisa-tese. Portanto, diante da análise crítica de tantas questões e reestruturação da pesquisa-tese surgiram algumas perguntas: se as unidades de conservação são criadas como instrumentos de preservação da biodiversidade, por que seu planejamento não considera os processos patrimoniais, sociais, econômicos e culturais já existentes no território demarcado, principalmente no que diz respeito à delimitação da categoria

parques nacionais? Que tipo de modelo é este que ainda impera, em quase todo o mundo, que instituiu os parques e a política ambiental para as demarcações de áreas naturais protegidas sem considerar grupos humanos como parte da biodiversidade e do ecossistema? Os processos históricos, culturais e políticos dos moradores residentes no entorno e nos limites do parque são mantidos e protegidos da mesma maneira que a biodiversidade vem sendo protegida?

Desta forma, esta pesquisa parte das seguintes questões: Como se deram os processos de preservação, patrimonialização e musealização da área já que havia, e ainda há, pessoas habitando o território e nas zonas de amortecimento? De que forma os processos de políticas públicas de preservação da biodiversidade, da patrimonialização e da musealização do PARNA-Tijuca, afetam e transformam a vida dos moradores residentes em seu entorno, mais especificamente a Comunidade Vale Encantado, em suas condições históricas, culturais, políticas e de existência? Em que medida a patrimonialização do PARNA-Tijuca contribui para a busca de soluções para a salvaguarda e manutenção do bem cultural que é a área do Parque, junto à comunidade do Vale Encantado? E ainda, como as estratégias sociopolíticas e as redes de sociabilidade encontradas pela Comunidade Vale Encantado possibilitam a resolução dos conflitos, a legitimação e sustentação da mesma, frente às políticas públicas de preservação e de patrimonialização? No que se refere aos objetivos e ao grau do problema a pesquisa é exploratória “com a finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (GIL, 2008, p. 27).

Desta forma, considerando o objetivo geral desta tese, pretende-se analisar, à luz das políticas públicas de preservação e de patrimonialização da biodiversidade, os processos e as redes sociopolíticas que a Comunidade Vale Encantado constrói como estratégias de sobrevivência ecossistêmica, tendo como fundamento o ideal de sustentabilidade. Como objetivos específicos procuro: analisar o contexto histórico e social da época em que ocorreram os processos de preservação, patrimonialização e musealização do PARNA-Tijuca, e como se deram tais processos na prática, uma vez que já existiam, e ainda existem, pessoas habitando o território e as zonas de amortecimento da área; identificar de que forma os processos de políticas públicas de patrimonialização e de preservação da biodiversidade do PARNA-Tijuca afetam e transformam a qualidade de vida dos moradores da Comunidade Vale Encantado, em suas condições históricas, culturais e políticas de existência; investigar junto à equipe técnico administrativa do Parque e aos moradores residentes na comunidade Vale Encantado, o sentido do PARNA-Tijuca ser uma área patrimonial musealizada; verificar

a existência da formação de redes de sociabilidade dos moradores da Comunidade Vale Encantado, que sinalizem estratégias de salvaguarda e manutenção de si mesmos, e sua relação com as esferas política, social, econômica, patrimonial e ambiental; Identificar o papel social do museus frente a Comunidade Vale Encantado. Assim, esta tese parte do pressuposto de que os moradores da Comunidade Vale Encantado encontram saídas alternativas para sua sobrevivência e para salvaguarda do patrimônio, podendo, ainda, vir a ser responsáveis pela preservação da biodiversidade.

4. Estabelecendo o foco e as conexões analíticas para o Encanto

Em busca de respostas para as questões anunciadas acima, e para alcançar os objetivos traçados, a fundamentação teórico-metodológica desta pesquisa, no campo da Museologia e do Patrimônio, foi construída a partir da perspectiva sociopolítica, voltada para a reflexão crítica sobre a coletividade e dos grupos considerados minoritários e sua relação de conflitos, disputas e de poder simbólico no campo social e do patrimônio, e a partir de alguns conceitos-chave que orientaram nossa análise. Assim, caracteriza-se por uma abordagem qualitativa que considera a existência de uma relação entre o mundo e o sujeito que trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001).

No que se refere à natureza da pesquisa, esta é do tipo interpretativa. Os conceitos e princípios analíticos e interpretativos têm como referência o método ecossistêmico (BRANCO, 1999), que visa estabelecer, teoricamente, ações e atitudes voltadas à proteção ambiental numa concepção sistêmica do meio ambiente no qual o fundamento consiste na perspectiva de uma abordagem que enfatiza as relações entre os fenômenos, sua complexidade e informação; que revela a totalidade e a interconexão entre parte e todo, no qual exercem múltiplas determinações sobre a mesma. Portanto, analisar as relações dos moradores com o patrimônio musealizado, nesta perspectiva, permitiu a construção de uma pesquisa baseada em particularidades e detalhes que são captados numa totalidade, compreendendo suas múltiplas influências numa unidade complexa, sem redução das especificidades históricas e suas relações com demais processos (ético, socioculturais, patrimoniais, de sobrevivência). Da mesma maneira, a dimensão histórica dos processos sociais, de forma que os significados e as intencionalidades das construções e representações sociais que tem sua origem nos processos social-históricos que existem em toda sociedade e, de certa forma, a determinam, também foram tratadas na análise dos dados. Afinal de contas, como aconselhava Benjamin (1994) urge politizar a cultura.

Por esta razão, o método ecossistêmico terá um enfoque dialético, segundo o qual, em linhas gerais, pondera que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto social, no qual não se pode pensar a relação indivíduo-sociedade separadamente das condições materiais em que estas relações se apoiam. Konder (1981, p. 7) ressalta que a dialética “é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação”. Ou seja, compreender esta dinâmica social que se encontra em permanente transformação proporciona uma reflexão sobre as contradições. Da mesma maneira Loureiro (2006) ressalta que a dialética marxista se constitui numa visão de humanidade, sociedade, natureza e mundo que não separa sociedade-natureza.

No que se refere ao modelo instaurado sobre áreas naturais protegidas, no século XIX, este dissolveu a relação sociedade-natureza num só aspecto, o natural (LOUREIRO, 2006), sem contemplar as mediações sociais. Assim, a escolha pelo método dialético refere-se ao fato de que o mesmo aponta a relação entre sociedade-natureza, ou cultura-natureza de forma única, tratando-as como partes interligadas a uma mesma totalidade em um mesmo processo histórico-social. Desta forma, a oposição natureza-cultura pode ser vista como um falso dilema, de uma falsa polarização ou antinomia, uma falsa dicotomia e, conseqüentemente, uma falsa questão. Não há descontinuidade entre o que chamamos natureza e de cultura – uma vez que não existe cultura sem natureza, nem natureza sem cultura, mas relação dialética entre duas vertentes do mesmo processo histórico-social.

A pesquisa analítica parte da esfera local para dialogar com a esfera global, almejando apresentar elementos para uma reflexão histórico-crítica acerca do papel do Estado e da forma como se elaboram as Políticas Públicas, necessárias para o entendimento da problemática, tendo por base a formação socioeconômica que estrutura a sociedade e o Estado brasileiros, qual seja, o capitalismo em sua dupla face: a de modo de produção e de modo de civilização (IANNI, 2013) trazendo conseqüências políticas como autoritarismo, com implantação de políticas de choque, a *mano de ferro*, a fim de evitar, por exemplo, a micropolítica de práticas sociais coletivas alternativas, que de alguma forma revelam posicionamentos a partir da criatividade, identidade e autonomia (CASTORIADIS, 1981) reforçando uma postura política centralizadora que evidencia o poder do Estado e a pouca participação da sociedade civil como revela Chauí (2016). E por se tratar das condições de crescimento político, de autonomia e identidade, apesar de muitos autores utilizarem o termo – atores sociais – nesta pesquisa, utilizei a categoria sujeito para identificar os moradores e gestores do parque,

pautarei a análise em Castoriadis (1999) que mostra que o sujeito é, assim, constituído por dimensões ou fatores: o fator biogenético (ainda que esse termo seja algo redundante), o sociogenético e o psicogenético (Castoriadis, 1999).

Considerando que só há sujeito entre humanos e que a condição de ser humano é ser sujeito ou ser social, implica estar submetido e integrado (ser educado, formatado) a uma sociedade que o submete a sua instituição, instaura-o como sujeito. Ademais, as relações capitalistas de produção – engendradoras do desequilíbrio homem-natureza – não são apenas teórico-metodológicas, mas fundamentalmente prática e histórica. Assim, tais aspectos, visualizados como problemas socioambientais tão emergentes em nossa sociedade, necessitam ser analisados dentro de um contexto mais amplo, a partir do sistema-mundo (MIHAILOVIC, 2012) que ainda vigora em nossa sociedade, conhecido como capitalismo. A visão sociológica de Octavio Ianni (2013) sobre o globalismo ou mundialização, e seu pensamento histórico-crítico sobre a sociedade no decurso de sua evolução, serviu como base para explicar as “relações, processos e estruturas” de como vivemos. Em todos os níveis, o capitalismo aparece como um poderoso sistema, um processo civilizatório, que impõe a todas as outras formas sociais de vida e de trabalho (IANNI, 2013).

Esta reflexão sociopolítica acerca deste modelo civilizatório foi embasada a partir de autores como: Mézáros (2011), que mostra que este modelo não consegue separar o “avanço” da destruição, nem “progresso” de desperdício; Boltanski e Chiapelo (1999) que revelam que algumas evidências conhecidas em nossa sociedade, como exclusão e desigualdade, violência estrutural, degradação ambiental, e manipulação da informação e estandarização de sistemas de pensamento e de critérios de julgamento intelectual, fazem parte da contradição básica deste modelo em crise; e Žižek (2014) que enfatiza as “relações, processos e estruturas” de como vivemos, que na verdade

“não estamos lidando hoje com a 'globalização' como 'projeto acabado', mas com uma verdadeira 'dialética da globalização': a segregação das pessoas, é a realidade da globalização econômica. [...] A divisão fundamental é a que passa entre aqueles incluídos pela esfera de (relativa) prosperidade econômica e aqueles por elas excluídos” (ŽIŽEK, 2014, p. 88).

Outro conceito importante para esta pesquisa é ideal de sustentabilidade⁶. Partindo de Becker (2001), para quem sustentabilidade não é, *a priori*, um modelo ou sistema pré-formado ou dado pronto, mas que se desenvolve na diversidade dos grupos sociais, e de acordo com a tecnologia cognitiva disponível por esses grupos, entendo

⁶ Ver Machado, Mello e Branquinho (2012).

como ideal de sustentabilidade, todo o conjunto de concepções e de práticas elaboradas pelo e no próprio grupo social, e utilizado de acordo com suas tradições, necessidades e expectativas, face à sua realidade local – econômica, social, política e ambiental – que constrói responsabilidades direcionadas à sobrevivência e a reprodutibilidade grupal visando o seu desenvolvimento integral, as condições otimizadas de sustentação e reprodução de sua qualidade de vida e de seu modelo cultural. Há autores (MIHAILOVIC, 2012; BOFF, 2015) que descontroem o conceito de sustentabilidade ou desenvolvimento sustentável por entenderem que não há sustentabilidade possível dentro do modelo capitalista. No sistema-mundo capitalista/consumista e dominante, há a tentativa de conjugar sustentabilidade com crescimento econômico conforme destacam Acselrad e Leroy (1999), porém o modelo padrão de desenvolvimento que se quer sustentável, trata-se de um discurso enfadonho e vazio; a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma significação político ideológico importante: representa uma maneira hábil de desviar a atenção para a mudança necessária de paradigma econômico se quisermos uma real sustentabilidade (BOFF, 2015).

Vale ressaltar, que dentro de uma análise dialética – desenvolvimento e sustentabilidade – obedecem a lógicas que se contrapõem, que não dialogam; de um lado uma privilegia a acumulação, competição e a individualização, a outra privilegia o coletivo, a cooperação. Conforme a economia política, de viés capitalista, o desenvolvimento existente é linear, crescente, explora a natureza, privilegia a acumulação privada e é excludente; já a categoria sustentabilidade cuja lógica, conforme Boff (2015), “é circular e incluyente” e representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à interdependência e à cooperação de todos com todo. Considerando a profundidade e complexidade do tema e dele não constituir foco desta pesquisa, não discutirei o conceito de sustentabilidade nesta pesquisa, entretanto quero verificar o que para a Comunidade Vale Encantado constitui como ideal de sustentabilidade, ou seja, a maneira pela qual este grupo, diante das limitações que lhe são impostas por viverem no entorno de uma área natural protegida, encontra soluções criativas para manter as suas condições específicas de existência. Em se tratando de comunidades, patrimônio e desenvolvimento, Varine (2012) agrega valores a esta pesquisa. Vale destacar que o autor não utiliza o sentido de crescimento econômico para o termo desenvolvimento. Para ele o desenvolvimento local, visto da perspectiva do patrimônio, confere a participação efetiva e consciente da comunidade, que o detém, em busca de melhoria da qualidade de vida.

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento local, que tratarei em conjunto com Varine (2012), é que ele implica em articulação entre diversos sujeitos e esferas de

poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo. Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento local (BUARQUE, 1999). Empregando a perspectiva dialética, a organização dos grupos sociais, a partir de alternativas e iniciativas criativas, pode estabelecer estratégias sociopolíticas e suas redes de sociabilidade/sobrevivência (possibilidades concretas que estão ao alcance do sujeito disposto a transformar a si mesmo, sua comunidade e o mundo), frente a realidade excludente e alienante. O estabelecimento de estratégias sociopolíticas compreendidas como mecanismos e práticas de organização social e política, utilizado por grupos sociais, para o alcance de direitos sociais com ênfase nas dimensões: sociais, culturais, religiosa, econômica, política e patrimoniais, objetivam a construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas. É importante dizer que as estratégias sociopolíticas se interligam à categoria rede, que vem sendo utilizada largamente, nos estudos sobre comunidade e as práticas coletivas.

Desta forma, abordei nesta pesquisa, a construção de relações e estratégias políticas para a sobrevivência da Comunidade Vale Encantado, a partir de um entrelaçamento (transformação, algo novo) e tensões entre o ponto de estabilidade (fixação do encontro dos fios) e a mudança (autorregulação) visualizados nas relações dos sujeitos envolvidos com o Parque, e com a própria Comunidade. Assim, o conceito de redes se torna um ponto chave para desenvolver a ideia de manutenção e sobrevivência da Comunidade Vale Encantado frente ao patrimônio musealizado. Pretendi ainda trabalhar a noção de patrimônio como valor, que se apresenta inerente à instituição da memória e da identidade de qualquer sociedade, a partir dos autores Borges e Campos (2012), que propõem que as formas de patrimônio estão sujeitas à avaliação social, a partir da ressonância (referente a efeitos de memória entre um bem cultural e um sujeito ou um grupo) e, de outro lado, a aderência (relativa ao grau maior ou menor de relevância para um sujeito pertencente ao contexto de determinado bem). Estas relações, entre patrimônio valor, se tornam importantes serem analisadas, pois a partir dos mesmos é possível verificar o valor que a comunidade e os sujeitos apresentam frente ao patrimônio musealizado.

Assim, refletir o ideal de sustentabilidade, os processos de preservação, patrimonialização e musealização da natureza e as redes sociopolíticas dos sujeitos envolvidos com o patrimônio musealizado nos direciona à uma discussão que abrange a desconstrução da dicotomia natureza/sociedade, a ressignificação do espaço e dos lugares de pertencimento (fundamental a todo e qualquer grupo social), aos conflitos e disputas simbólicas no campo social e do patrimônio compreendidos nas relações de

lutas, resistências e poder. Incorporo à discussão os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, trabalhados por Haesbaert (1997) sobre território e desterritorialização, trará um embasamento ao que se refere espaço de apropriação/reprodução concreta e simbólica. Trabalharei, ainda com esta mesma categoria – território – a partir de Ferreira (2008), que utiliza-se da noção de território pensada por Raffestin (1986) visto como apreensão do espaço por um determinado grupo social. Estas ideias servirão para fundamentar a discussão sobre o pertencimento e a ligação que os sujeitos apresentam ao lugar que vivem.

5. As estratégias e técnicas para análise do Encanto

Do ponto de vista dos procedimentos, a pesquisa se desenvolveu com base em um estudo de caso fundamentado na pesquisa de campo no PARNA-Tijuca, com os moradores da Comunidade Vale Encantado, com a equipe da Gestão Socioambiental e com o chefe do Parque. Vale ressaltar que a gestão desta Unidade de Conservação é dividida com todas as esferas de governo em um Acordo de Gestão Compartilhada. Frente a realidade destes sujeitos (cuja definição mais detalhada encontra-se mais abaixo), em recorte para a análise, a observação *in situ* se torna a técnica em pesquisa qualitativa mais aplicada para o envolvimento desta pesquisadora com o campo. A fim de decidir sobre a investigação dos sujeitos e de legitimar a presença junto à comunidade obtendo confiança dos mesmos, a observação *in situ* foi dividida em 3 fases: 1) no final do segundo semestre de 2013; 2) no primeiro semestre de 2014; 3) no final do 1º semestre de 2015; e a observação direta, realizada com o objetivo de identificar e conhecer os sujeitos importantes para a realização desta pesquisa-tese, ocorreu concomitantemente à observação *in situ*, no período de outubro a dezembro do ano 2015 e de março a dezembro do ano de 2016, a partir de: visitas a Comunidade; a Cooperativa do Vale Encantado (COOVE); a eventos e acolhida a outras instituições de pesquisa na Comunidade Vale Encantado; a Casa do Pesquisador e a Administração do Parque.

Para o levantamento de dados, nos dois grupos de sujeitos, foram aplicadas entrevistas do tipo semiestruturada de profundidade⁷, com perguntas abertas, que versam questões sobre a relação dos moradores com o Parque e sobre o que sabem sobre o território. Cabe ressaltar que foram construídos três roteiros diferentes, com os mesmos temas, porém, os roteiros serão direcionados, especificamente, a cada grupo de sujeitos. A quantidade de entrevistas, tanto com os moradores da Comunidade Vale

⁷ A entrevista semiestruturada em profundidade permite a flexibilidade do pesquisador em aprofundar questões que considere relevantes a partir da resposta do entrevistado (MINAYO, 2001; RUBIN e RUBIN, 1995; SPRADLEY, 1980). Permite que os sujeitos inseridos nos contextos de investigação construam respostas e explorando seus pontos de vistas.

Encantado e com a equipe técnica-administrativa do Parque, foi definida a partir da técnica *snow ball* (bola de neve)⁸. Esta técnica de amostragem utiliza cadeia de referência, uma espécie de rede, o que para esta pesquisa será primordial, já que o discurso dos que não foram ouvidos estará sendo desvelado. Para os moradores da Comunidade Vale Encantado, as entrevistas foram recortadas em três estratos: os mais antigos da Comunidade, que residem desde antes da delimitação do PARNA-Tijuca (1961), e cujas histórias de vida se relacionam com o parque (2 sujeitos) e os de meia idade (3 sujeitos) – (Anexo 2), que fazem parte da Comunidade desde o nascimento e/ou agregados; e da nova geração dos moradores, os netos e os adolescentes/jovens (2 sujeitos) – (Anexo 3). As entrevistas para a equipe técnica do Parque, foram direcionadas ao grupo de Coordenação Socioambiental (3 sujeitos) e para direção do parque (1 sujeito) – (Anexo 4 e 5). A entrevista com técnicos do Parque priorizou dados sobre os conflitos socioambientais, desde a delimitação do parque, relacionados com os moradores da Comunidade a fim de responder os objetivos desta pesquisa, e sobre a relação do Parque com a Comunidade do Vale Encantado. A aplicação das entrevistas, para ambos os sujeitos envolvidos, ocorreu conforme as possibilidades de encontro e idas ao campo (os sujeitos indicados tiveram suas entrevistas agendadas) no período equivalente aos meses de outubro a dezembro de 2015 e de março a dezembro de 2016.

Este procedimento de coleta foi gravado com auxílio do gravador de voz, sendo previamente solicitada a permissão do entrevistado para tal procedimento, através da autorização por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE – (Anexo 6) que garante aos sujeitos entrevistados informações sobre os objetivos da pesquisa e sua utilização assim como o sigilo das informações. O modelo utilizado foi disponibilizado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)⁹. É importante destacar que esta pesquisa foi submetida ao SISBIO¹⁰ que emitiu autorização para a pesquisa nos

⁸ A técnica de *snow ball* é uma forma de amostra não probabilística onde os sujeitos escolhidos, inicialmente indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes, e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (o “ponto de saturação”). O “ponto de saturação” é atingido quando os novos entrevistados passam a repetir os conteúdos já obtidos em entrevistas anteriores, sem acrescentar novas informações relevantes à pesquisa (WHA, 1994).

⁹ O Comitê de Ética em Pesquisa – UNIRIO propõe-se a atuar instruindo pesquisadores dos diversos âmbitos do conhecimento, com a finalidade de disciplinar as pesquisas a serem desenvolvidas, de modo a resguardar e garantir a integridade dos valores, dos direitos e deveres e o cumprimento dos objetivos no que concerne a sua eticidade, considerada como valor universal, assegurando a qualidade dos resultados e a dignidade científica nas relações entre os pesquisadores, os demais sujeitos envolvidos e a sociedade em geral, considerando como fundamental a responsabilidade ambiental e o compromisso social para com o momento presente e as gerações futuras. Disponível em <<http://www2.unirio.br/unirio/propg/comite-de-etica-em-pesquisa>>. Acesso em 23 de junho de 2015.

¹⁰ O Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade (SISBIO) é um sistema automatizado, interativo e simplificado de atendimento à distância e de informação. Por meio do preenchimento e envio e formulário eletrônico pesquisadores solicitam ao IBAMA autorizações para atividades com finalidades científicas ou didáticas nos limites e entorno de áreas naturais protegidas. Disponível em <<http://www.ibama.gov.br/servicos/sisbio>>. Acesso em julho de 2015.

limites e entorno do Parque conforme mencionado; e ao CEP, sendo aprovada por este órgão regulador (Anexo 7). E ainda, os procedimentos práticos e teóricos estão conforme o Código Internacional de Ética para os Museus¹¹, onde os Museus garantem a proteção, documentação e promoção do patrimônio natural e cultural da humanidade. Como alternativa procedimental e considerando os objetivos, a presente pesquisa tese contou, também, com a metodologia da História Oral. Esta é entendida como

“um método de pesquisa (histórica, antropológica, sociológica,...) que privilegia a realização de entrevistas com pessoas que participaram de, ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, visões de mundo, como forma de se aproximar do objeto de estudo. Trata-se de estudar acontecimentos históricos, instituições, grupos sociais, categorias profissionais, movimentos, etc”. (ALBERTI, 1989, p.52).

Neste caso, os sujeitos recorreram às suas experiências e memória para recompor os fatos que complementaram a documentação histórica existente, construindo discursos do tempo e dos conflitos. No que se refere aos procedimentos e instrumentos para análise de dados, foi realizado o levantamento bibliográfico e documental, cujo objetivo foi contextualizar teoricamente o tema da pesquisa e caracterizar o espaço e o grupo da pesquisa. A sistematização e análise dos resultados obtidos foram concretizadas através da análise de conteúdo das narrativas das entrevistas e da observação *in situ*. As informações serão interpretadas a partir do referencial teórico adotado e do contexto sócio histórico no qual o fenômeno está inserido.

6. Subindo e descendo o Parque e o Vale Encantado

As entrevistas com a equipe técnico-administrativo foram bem objetivas e produtivas, quase que uma grande troca teórica sobre o tema já que a noção da categoria parque como museu, a musealização de áreas naturais e o papel social dos museus a partir da Mesa de Santiago do Chile (1972) são um tanto quanto desconhecidos pela atual equipe do Parque. Foi possível evidenciar que as estratégias encontradas pela Comunidade Vale Encantado são pouco conhecidas pelo Parque, e as poucas que já estão sendo reconhecidas, como o Buffet Social por exemplo, destaca um reconhecimento da Comunidade Vale Encantado pela equipe técnico-administrativo do Parque como a comunidade padrão/modelo para tantas outras comunidades no entorno da Unidade de Conservação (UC). Em virtude da Comunidade ser livre do tráfico, da violência e tantas outras dificuldades enfrentadas pelas demais comunidades do entorno do Parque, nosso acesso a localidade sempre ocorreu de maneira tranquila

¹¹ Código de Ética do ICOM para Museus foi elaborado pelo Conselho Internacional de Museus. É a declaração de ética para os museus. O Código reflete os princípios geralmente aceites pela comunidade internacional de museus. Disponível em <<http://icom.museum>>. Acesso em 07 de setembro de 2014.

e, de livre acesso. Sempre fui bem recebidos pela liderança, que inclusive nos incentivava ir até a campo mesmo que não estivesse presente; porém por questões, que eu chamo por 'hierarquia comunitária' permaneci, continuamente, em contato com o líder comunitário atual, para chegar até os moradores.

Foram realizadas várias idas ao campo para as entrevistas, inicialmente com os moradores mais antigos, que bem felizes, mas por vezes inseguros, relatavam toda a história da Comunidade e todas as particularidades relacionadas as suas histórias vividas, no e pelo, território; e em seguida com os moradores de 'meia idade' que buscavam levantar todas as atividades e ações mobilizadas pela Comunidade e que de certa forma, poderiam ter melhores resultados se fossem apoiadas pelo Estado, se não só as Universidades; e por fim com as crianças curiosas pela pesquisa e encantadas pelo discurso da sustentabilidade e pelas ações inovadoras pelas quais seus pais estão criando para permanecerem na Comunidade, além de apresentarem certa esperança para a continuidade da Comunidade. Os moradores mais jovens não quiseram participar das entrevistas, e pelo que percebi não interagem muito com as ações desenvolvidas. Pode-se dizer que os maiores desencontros e tensões vividas para estar em campo foram as de foro íntimo. A cada semestre, desde 2013 até o fim de 2016, período em que compreendeu a fase da pesquisa em campo, encontros e desencontros com a vida; encantos e desencantos com a própria existência; mudanças de orientadores e residências; trancamento de disciplina e de semestre; marcações e desmarcações com a liderança da Comunidade; recebimento e desistência da bolsa CAPES por inúmeras questões, [...] foram alguns fatores de tensão vividas durante o percurso desta pesquisa. Mas, enfim, assim é a vida. Comparando com a Floresta e todos os sistemas que ali habitam: dinâmica, movimentada, estagnada por vezes, cheia de estímulos e potência.

7. Capítulos de um Encanto

A tese foi organizada em Considerações Iniciais e mais 5 capítulos. Decidi dividir a tese em 3 fases para deixar claro os três núcleos-temas referentes ao objeto de estudo: A mata/floresta; o Parque Nacional da Tijuca; a Comunidade Vale Encantado. As considerações iniciais recebeu o título – '*Em busca do Vale Encantado*' – onde é apresentado como concebi o projeto e objeto de estudo, os objetivos, o método e técnicas metodológicas, além da viabilidade e tensões vividas durante toda a pesquisa.

Na primeira fase – 'No início era mata' – construí o Capítulo I – História, cultura e patrimônio: A Floresta da Tijuca – no qual analiso a dinâmica social a partir do globalismo ou mundialização, explicando as relações e estruturas dos modos de vida, e conseqüentemente o poder, resistências, lutas e conflitos que emergem no campo social

em detrimento deste processo. O objetivo principal deste capítulo foi a análise do processo histórico da constituição da Floresta da Tijuca, das relações de poder, disputas e resistências enfrentadas, desde o século XIX até os dias atuais. Apontei ainda, a conjuntura histórica da ocupação humana, demarcada antes da Colonização até os dias atuais, contemplando o reflorestamento da área devido ao plantio das lavouras de café. Este período anterior ao processo de criação do parque é importante para a compreensão da dinâmica de moradores nos limites e moradores do território. O conceito de patrimônio é tratado enquanto uma categoria de pensamento indispensável a sociedade, relacionando a evolução e tipologias em perspectiva histórica, ademais, discuto como culturalmente a Floresta se tornou um patrimônio, numa perspectiva dialética de decretos, decisões, portarias ou leis estabelecidas pelos ministérios com a força e empenho do Estado Novo (período Vargas). De maneira objetiva pretendi refletir e reconstruir o conceito de patrimônio cultural/natural/ambiental conforme referências às características da sociedade, conforme legislação ambiental, e características da sociedade contemporânea. Conclui o capítulo com uma reflexão teórica acerca da Floresta da Tijuca poder ser considerada uma floresta cultural já que a mesma teve boa parte reflorestada.

Na segunda fase – ‘Vamos passear no Parque’ – organizei o capítulo 2 – PATRIMÔNIO AMBIENTAL: o Parque Nacional da Tijuca e a problematização de suas fronteiras – no qual trabalhei com a ideia de fronteira, neste caso, referenciando as trocas entre a cidade e o Parque a partir do viés antropológico, que direciona o conceito à noção da processualidade histórico-social, simbolicamente produzida, além da ideia de continuidade e dinamicidade, já que se refere às trocas e inter-relações, onde acontecem diferentes intercâmbios em diferentes perspectivas. O objetivo geral deste capítulo foi tratar sobre o aspecto histórico das instâncias dos processos de preservação do Parque e de como se tornou um Patrimônio. Ademais, traz o histórico sobre os processos de conservação, patrimonialização e musealização do PARNA-Tijuca, o contexto sociopolítico de sua criação e delimitação. Desta forma, a partir da dimensão sócio histórica, sob a ótica benjaminiana de politizar a natureza e a cultura no contexto latino-americano, discuti teoricamente acerca da categorização do patrimônio, e considerei o Parque Nacional um patrimônio ambiental. Ainda na segunda fase continuei construindo sobre o tema Parque, desta vez relacionando-o com a Museologia; desta forma no capítulo 3 – O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: O papel social dos museus e o desenvolvimento local – discuti, no primeiro momento a relação do museu-museologia-meio ambiente, sua conceituação de parque-museu, o processo de musealização do PARNA-Tijuca e sua tipificação. Trabalhei, ainda neste capítulo, com

a ideia de que o museu, e, por extensão, o Parque, sendo uma instituição cultural e sociopolítica, tende a gerar e formar seus sujeitos e dar apoio através de diálogos e parcerias, ideia pautada na Mesa de Santiago do Chile (1972), da Declaração de Quebec (1984) para tratar do museu como ferramenta de desenvolvimento. Enfim, busquei encontrar na perspectiva da Museologia Social o aporte para tecer as relações sobre a função/atuação do museu como agente catalisador de desenvolvimento local em comunidades do entorno de parques nacionais, já que estes são considerados museus.

Já na terceira fase – ‘No meu Vale havia um Parque’ – desenvolvi dois capítulos que se referem a Comunidade Vale Encantado. No capítulo 4 – O VALE ENCANTADO: encantos e desencantos – tratei da ocupação humana da Comunidade Vale Encantado, de seus encantos e desencantos, suas características socioeconômicas e culturais, de organização sociopolítico enfocando a qualidade de vida e os aspectos atuais de sobrevivência de seus moradores frente ao patrimônio musealizado. Caracterizei suas características físicas, de organização social, destacando as resistências, as disputas, as tensões (especialmente a solicitação da remoção em 2005), os conflitos, as fronteiras e as resoluções em busca de permanência no território. Este capítulo foi estruturado de tal forma, que é possível visualizar pelas suas descrições e imagens, como de fato a Comunidade Vale Encantado se organiza e se estrutura no entorno do PARNA-Tijuca. No capítulo 5 – O VALE ENCANTADO: O ideal de sustentabilidade, estratégias sociopolíticas e as redes de sociabilidade – foi um dos capítulos mais complexos e de fato com fortes revelações. Nele experienciei a tentativa de teorizar mais dois conceitos novos para o campo da Museologia e Patrimônio – o de estratégias de sobrevivência ecossistêmica (ESE) e estratégias criativas de sustentabilidade (ECS). Até chegar nestes dois conceitos, analisei crítica e historicamente o termo desenvolvimento sustentável e sua relação com modo de produção capitalista, como de fato este se consolidou, os problemas de sua definição e como vem sendo utilizado. Ademais defini o que de fato considero como ideal de sustentabilidade e como a Comunidade Vale Encantado se utiliza deste em sua prática coletiva. No andamento das ideias destaquei os conceitos sobre estratégias sociopolíticas, enfatizando a memória, identidade e autonomia como força propulsora de criatividade e motivação para os sujeitos se organizarem, articulando ações coletivas no território, através da economia criativa. Enfim, a categoria redes de sociabilidade foi definida, descrita e analisada sincronicamente e diacronicamente como alternativa, saída, solução e sobrevivência para os moradores do Vale Encantado.

Finalmente – ‘É mata, é pedra, é o fim do caminho’ – a fase que, de fato, já é a afunilamento e a chegada a algumas conclusões reservei o alinharei algumas questões importantes a respeito dos entraves de uma política vertical de conservação, patrimonialização e musealização de parques nacionais, suas implicações e consequências. Considerarei as relações entre museu-museologia-patrimônio-meio ambiente e ideal de sustentabilidade caracterizando assim, o tipo de museu no qual considero o PARNA-Tijuca e suas relações internas e externas com a Comunidade Vale Encantado. Ademais, numa perspectiva sociopolítica, concluo que o museu-parque, neste caso o PARNA-Tijuca, deve manter parceria e diálogo, a partir da Mesa de Santiago do Chile (1972) e da Declaração de Quebec (1984), para contribuir com o desenvolvimento local, principalmente da Comunidade Vale Encantado; através, por exemplo, através do viés da Museologia Social.

FASE 1 – NO INÍCIO ERA MATA...



Figura 2. Livro Floresta Encantada – desenhos para colorir
Fonte: Google, 2016.

CAPÍTULO 1

HISTÓRIA, CULTURA E PATRIMÔNIO: A Floresta da Tijuca



Figura 3. Entrada do PARNA-Tijuca pelo setor – Floresta da Tijuca
Fonte: Halley Pacheco de Oliveira, 2012.

Capítulo I – História, cultura e patrimônio: A Floresta da Tijuca

Mas o que de fato existe para quem lá se encontra é a evocação emocionada dos nomes de Pedro II, José de Alencar, Taunay, Barão d'Escragnoille, Visconde do Bom Retiro, Tiradentes, José Alves Maciel, Manuel Gomes Archer, cultores todos do mesmo ideal, muitos deles semeadores de árvores e flores, promessas de suntuosidade e encantamento (DODSWORTH, 1966).

Considero que a atual sociedade contemporânea, na qual vivemos e somos sujeitos política e ideologicamente, se estrutura socioeconômica, a partir do sistema-mundo capitalista/consumista e dominante, cujo processo necessita de uma reflexão histórico-crítica, da mesma maneira que nosso objeto de estudo. Trato, como objetivo central neste capítulo, da análise do processo histórico da constituição da Floresta da Tijuca, as relações de poder, disputas e resistências enfrentadas, no território, desde o século XIX até os dias atuais; ademais discuto como culturalmente o território se tornou um patrimônio, numa perspectiva dialética, ou seja, a partir das contradições da realidade que se encontra em permanente transformação (KONDER, 1981), à luz das políticas públicas de preservação.

As formas de compreender e explicar o mundo são instituídas, no tempo-espaço, e se dão de maneira constante (e podem ser criticadas), afinal o homem é um ser social e histórico, criador da realidade social e transformador destes contextos. Considerando que a dialética, é um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, partimos da ideia de Castoriadis (1999, p.148), que a “‘realidade’, em cada sociedade, só existe se tomada na rede de significações instituídas e por esta interpretada”; isto posto, de fato a análise da realidade determina uma análise do contexto sócio histórico do objeto de estudo em questão, já que “não se pode excluir o social-histórico daquilo que é” (CASTORIADIS, 1999, p. 17) e de suas relações a fim de compreender, por exemplo, o posicionamento político ideológico na construção das políticas públicas direcionadas à preservação da biodiversidade, especialmente, às áreas naturais protegidas (que no Brasil são conhecidas como Unidades de Conservação – UC). No que tange a instituição de áreas naturais protegidas, de fato, na prática, o que se estabelece e é visto como modelo (que se torna totalitário dentro do sistema-mundo no qual vivemos), por vezes obtém sucesso para determinada ‘realidade’; por outras vezes, em outro contexto social, nega a identidade, os processos patrimoniais, existenciais e culturais construídos por classes sociais e comunidades em particular. Vale ressaltar que os modelos são visões do mundo das quais resulta uma maneira de olhar, compreender e atuar no mundo.

Historicamente, as relações entre preservação da natureza (a ideia atual – preservação da biodiversidade – tema que tratarei mais a frente) remete a compreensão

de uma dinâmica social que se encontra em permanente transformação e nos proporciona uma reflexão sobre as contradições. Compreendo que as Políticas Públicas são consideradas ações, conjuntos e atividades que o Estado propõe para garantir direitos, que são assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade¹², uma vez que o “Estado de poderes limitados, em cujo exercício a representação desempenha papel primordial” (FILHO, 2000, p.220) possibilita o caminho de mudanças e melhorias para a sociedade.

No Brasil por muitos anos, somente decretos, decisões, portarias ou leis estabelecidas pelos ministérios, deliberavam as ações de preservação ou cuidado pelos elementos naturais (daquilo já posto e já dado fisicamente), ou por uma causa como o abastecimento de água para uma determinada região, por exemplo (caso – Floresta da Tijuca). Somente com a organização do Estado Novo, no período Vargas, e com a força e empenho pela construção de uma identidade nacional que políticas públicas, tanto para natureza (termo ainda utilizado neste período), quanto para cultura, patrimônio, educação, por exemplo, começaram a ser organizadas. Deste modo, numa análise dos processos culturais, socioeconômicos, patrimoniais e de sobrevivência, de um país mega diverso, tanto quanto em problemas e tensões de ordem econômica, política e culturais, quanto em tipos humanos, espécies biológicas, tradições, vontade participativa e histórias, no que se refere a preservação da biodiversidade devem ser levadas em consideração quando se institui uma política por exemplo de preservação ambiental. Enfim, concluo o capítulo com uma reflexão sobre a Floresta da Tijuca poder ser patrimônio cultural.

1.1 Patrimônio e Políticas Públicas: produtos socioculturais

O ponto de partida desta análise é o papel atribuído à centralidade do Estado na formulação e gestão das políticas públicas ambientais e culturais. O sistema-mundo (sistema econômico mundial conhecido por capitalismo), em sua dupla face: a de modo de produção e de modo de civilização, aparece em todos os níveis, como um poderoso sistema, um processo civilizatório, que impõe a todas as outras formas sociais de vida e de trabalho (IANNI, 2013, p.19); além das condições de existência (sobrevivência), o capitalismo estabelece uma dinâmica de contradições e transformações latentes que mostram consequências diretas aos sujeitos que, dele são produtos sócio históricos.

Alguns autores apontam que este modelo civilizatório, se encontra em crise, mas que pode ser “visto como um vasto e predominante processo histórico-social,

¹² Informação disponível em http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PoliticasPublicas.pdf Acesso em 16 de julho de 2015.

econômico, político e cultural” (IANNI, 2004, p. 28). Mézáros, por exemplo, destaca que o que ocorre é uma crise estrutural do capital, que mostra que a contradição básica deste modelo é que ele não consegue separar o “avanço” da destruição, nem “progresso” de desperdício (MÉSZÁROS, 2011), apresentando evidências conhecidas, em nossa sociedade, como exclusão e desigualdade, violência estrutural, degradação ambiental, e manipulação da informação e estandarização de sistemas de pensamento e de critérios de julgamento intelectual (BOLTANSKI; CHIAPELO, 1999).

Este cenário, bem característico e atual no Brasil pós-2016, em que a exclusão e desigualdade passam a tomar conta de nossa realidade, visto que, ideologicamente retoma-se tendenciosamente, uma política socioeconômica para os grupos elitistas adotando-se antigos parâmetros de poder que não oferecem políticas públicas que tendem impactar imediatamente uma fatia expressiva da população¹³, a qual denominamos, por grupos minoritários. Conforme destaca Moraes (2010, p. 11) “o Estado brasileiro é um ator político que cumpre diferentes e contraditórios papéis, inclusive de natureza econômica e política”.

Entretanto, como objetivo principal e como responsabilidade, dentre todas essas evidências e fatos reais vividos dolorosamente pelo povo brasileiro, o Estado, deveria se empenhar em reduzir os efeitos e desigualdades do modelo social, e criar estratégias e ações a fim de reduzir os efeitos e desigualdades do modelo social, deixando de ser instrumento de poder para constituir um eixo de lutas (MORAES, 2009). Contudo a centralidade, nesta esfera muito específica e restrita do tecido social – o Estado – o poder quase sempre é linear enraizado e estruturado pelo capitalismo, do qual originam resistências, lutas e conflitos que emergem no campo social em detrimento desta centralidade. Asseguro que, as bases do capitalismo, se referem a uma proposição ideológica, que revelam consequências direcionadas à dominação e seus modos de vida, trazendo consequências políticas como autoritarismo, com implantação de políticas ‘duras’, que pode-se chamar de ‘choque’, sendo bem conhecido por a *mano de ferro*, reforçando uma postura política centralizadora que evidencia o poder do Estado e a pouca participação da sociedade civil, como revela Chauí (2016).

Na prática essas ações políticas tratam de evitar, por exemplo, a micropolítica de práticas sociais coletivas, que produzem saberes, que muitas vezes brotam, ampliam e multiplicam-se em ações locais que podem ser utilizadas em grupos afins; tais

¹³ O atual governo federal fundiu o Ministério da Comunicação com o da Ciência e Tecnologia (MCT) e tentou extinguir o Ministério da Cultura (MINC). Outros órgãos estaduais, por exemplo no Rio de Janeiro, passaram pela linha divisória da extinção, como o Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), mas com apoio da sociedade civil, a qual muito se utiliza dos serviços deste órgão, este movimento foi desfeito.

alternativas, saídas ou soluções encontradas em comunidades, e de alguma forma revelam posicionamentos a partir da criatividade, identidade e autonomia (CASTORIADIS, 1981). Em oposição ao já instituído, há um princípio que vem de Benjamin (1985), conhecido por politização da cultura, na qual outras esferas sociais, subalternizados, afetam e desestabilizam a referência hegemonia trazendo um novo sentido ao movimento político que deixa de ser legitimado pelo poder social dominante. Ainda assim, não se pode, de modo algum, deixar de dizer que o poder/centralidade do Estado, já que todo seu mecanismo e estrutura são definidos por alianças locais e globais, possui um modelo de caráter normativo e ordenador, e que de fato não temos como fugir deste.

As atuais Políticas Públicas que tratam da biodiversidade são conhecidas como Políticas Públicas de Meio Ambiente; e no que concerne à preservação da diversidade das espécies, através da criação de áreas protegidas, ou Unidades de Conservação (UCs), denominam-se Políticas Públicas para as áreas protegidas¹⁴; tendo o Estado a função/papel de organizá-las; ademais o Estado não é uma unidade e traduz uma condição que só existe no discurso ou imaginário, sempre em mudanças MORAES (2009), podendo mudar a qualquer momento a depender de muitas questões.

Desta forma, pode-se dizer que, as políticas públicas, em certa medida, são consideradas como instrumentos de comando e controle, resultado de ações de poder do Estado, que geralmente se relacionam aos interesses de grupos hegemônicos da sociedade. Para Little (2003, p.18) as Políticas Públicas brasileiras são definidas como “o conjunto de decisões inter-relacionadas, definido por atores políticos, que tem como finalidade o ordenamento, a regulação e o controle do bem público”, pertencentes à União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e associações públicas. Cabe ressaltar que a adjetivação ‘bem público’ assegurado e protegido pelo Estado, é um dos princípios básicos para que determinado bem possa ser assegurado como patrimônio. Esclareço que, por vezes, quando for tratar do tema ‘políticas públicas culturais’ estarei me referindo também aquilo que se refere a noção de ‘políticas públicas de preservação do patrimônio’, já que ambos temas tratam do mesmo objeto – o patrimônio – objeto desta tese.

A compreensão sobre o patrimônio, como valor, processo e categoria de pensamento¹⁵ extremamente importante para a vida social e mental de qualquer coletividade humana, nos mostra que o estudo da constituição do patrimônio e os

¹⁴ Este tema vem sendo organizado e trabalhado, no Brasil, por IRVING (2006), MEDEIROS (2006), dentre outros autores.

¹⁵ Noção discorrida por Gonçalves (2009).

serviços e políticas de proteção têm sido uma prática atual característica dos Estados modernos, porém, de fato, se articula e se reflete sobre o patrimônio desde o mundo clássico, na Idade Média e em algumas tribos, de acordo com os estudos de Gonçalves (2009, p.26). Ademais, tem sido considerado por muitos autores, inclusive por Choay (2006) como um conceito nômade, que vem evoluindo e se requalificando, por isso polissêmico (que não há limite para o processo de qualificação para a palavra 'patrimônio'). Ademais, é como Borges (2013, p. 265) afirma:

“todo patrimônio se configura em um jogo simbólico, determinado no tempo e no espaço, em um permanente entrelaçamento entre sujeitos (individuais e/ou coletivos), suas formações (culturais, discursivas e suas condições materiais de existência), em consonância com a processualidade do fluxo histórico”.

Neste fluxo histórico, as políticas públicas para o patrimônio, no contexto mundial, apontam uma trajetória que se refere a criação e definição do termo, passando pela invenção e organização desta categoria de pensamento e pelas ações preservacionistas conhecidos por serviços de proteção do patrimônio (CHOAY, 2006; FUNARI; PELEGRINI, 2006; ABREU, 2010; LIMA, 2012).

Tal trajetória, a qual descrevi, está atrelada ao entendimento do contexto sócio histórico dos países que sustentaram inicialmente a ideia de patrimônio e, da definição/redefinição do sentido de nação. Vale ressaltar que a noção que se tem, nos dias atuais, sobre patrimônio se deve a construção da identidade nacional, ou simplesmente a ideia de nação. Garcia Canclini (1994, p.95) enfatiza que os “processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, as migrações e a transnacionalização dos bens materiais e simbólicos, a globalização e as formas de integração econômica” têm sido considerados ameaças ao patrimônio, mas em contrapartida. Originalmente do latim, o termo *patrimonium*, se referia entre os romanos, a um conjunto de bens transmitidos ao filho pelo pai de família, *pater familias*, caracterizando o direito de propriedade no âmbito privado, sem apontar o conceito de patrimônio como público; ou seja, no contexto romano de interesses aristocratas, o patrimônio era patriarcal, individual e privativo da aristocracia.

Com a difusão do Cristianismo, na Idade Média (séculos VI-XV), “ao caráter aristocrático do patrimônio acrescentou-se outro, simbólico e coletivo: o religioso” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.11), quando então a monumentalização de igrejas e criação de catedrais passam a ser considerados patrimônio coletivo. O hábito de colecionar objetos e vestígios da Antiguidade advém do período renascentista, que com ele estabelece a época dos Antiquários, proporcionando ao patrimônio um caráter

humanista e uma nova valorização da cultura antiga, através de coletas e catalogação, por exemplo, de moedas, vasos de cerâmica, estátuas, inscrições em pedra...

Até aqui pode-se compreender que, historicamente, o patrimônio passa do individual ao coletivo, abrangendo a todas as camadas e interesses sociais, apesar de que muitas vezes, um bem “para uns é patrimônio, para outros não é” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.10). Mas de fato, é com a ideia de Estado Nacional que se modifica radicalmente o conceito patrimônio que, a partir das transformações sociais e políticas advindas da Revolução Francesa (1789), subtrai-se da categoria, a noção do privado ou religioso, e adiciona-se a noção de coletivo, daquilo que é para o povo. De tal modo, a nacionalização dos bens abre frente para a patrimonialização, que segundo Lima (2012, p. 34) “configurou-se como ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da Preservação”. Na França no pós-Revolução¹⁶, devido ao vandalismo e destruição da cidade, criou-se a Comissão de Monumentos Históricos (1837) que classificava os bens arquitetônicos em três grupos: remanescentes da Antiguidade, edifícios religiosos da Idade Média e castelos (CHOAY, 2006).

Igualmente, ao longo do século XIX e parte do século XX houve a preocupação com a preservação e conservação de bens arquitetônicos (SOUZA; CRIPPA, 2011). Ademais, na França, a tutela e a custódia, passam ser práticas de poder legitimadas para o ato de patrimonializar, incorporando os bens da nobreza e do clero, sem o aspecto religioso, porém com caráter nacional, vinculado ao Estado. Conforme Funari e Pelegrini (2006, p.19) “a legislação protetora do patrimônio nacional francês tardaria ainda muitas décadas, pois a primeira lei é de 1887, tendo sido complementada por uma legislação mais ampla em 1906, já em pleno século XX”, embora o termo “patrimônio” ainda não fosse utilizado na norma. Já nos Estados Unidos, a primeira lei patrimonial, o Antiquities Act, de 1906, protege bens culturais de interesse da nação em propriedades do governo, sendo complementada pela Historic Sites Act (1935). E, ainda, predominou durante o final do século XIX, até os meados do século XX, o qualitativo ‘histórico’ e ‘artístico’. Países como França e Estados Unidos sempre são mencionados como referência destas ações; ambos países, criaram serviços de proteção do patrimônio como museus, formando uma administração patrimonial (FUNARI; PELEGRINI, 2006), e que têm sido usados como paradigma para as ações preservacionistas.

No início do século XX posturas e atitudes mais abrangentes e concretas são postas em prática, desta forma, as legislações para a preservação do patrimônio começam a ser delimitadas. França e Estados Unidos estabelecem que o patrimônio é

¹⁶ Segundo Lima (2012, p.35) “derivam do mesmo acontecimento e período as duas grandes categorias que até hoje são aplicadas ao Patrimônio Material: as classes Patrimônio Imóvel e Patrimônio Móvel”.

compreendido por um bem material concreto; ou seja, tais países elegiam objetos de alto valor material e simbólico para a nação, como por exemplo, monumentos, edifícios. A ideia parte do pressuposto de que existem valores comuns, excepcionais, de que o objeto a ser preservado deve ser belo e exemplar e que represente a nação, ou seja nacionalismo. Para a manutenção do patrimônio nacional criam-se serviços de proteção do patrimônio (administração patrimonial), composta por vários profissionais, prática que se mantém até os dias atuais em todos os países. Segundo Funari e Pelegrini (2006, p.20) “a ênfase no patrimônio nacional atinge o ápice no período que vai de 1914 a 1945, quando duas grandes guerras mundiais eclodem sob o impulso dos nacionalismos”. Países como Itália, Alemanha e Inglaterra, por exemplo, constroem suas legislações patrimoniais baseadas na mesma noção de nacionalidade.

Como forma de organização de normas e condutas, no que se refere à preservação e conservação dos edifícios (grande preocupação deste período), a Sociedade das Nações organizou a Carta de Atenas em 1931, que traria os princípios norteadores da ação de conservação, alegando a necessidade de concepção e fortalecimento de organizações voltadas à restauração e restauro do patrimônio. Já em 1933, a Carta de Atenas, documento de caráter indicativo, previa a garantia da perpetuação das características históricas e culturais nos monumentos a serem preservados. Conhecidas atualmente, por Cartas Patrimoniais¹⁷, geradas com base deontológica, mas sem caráter normativo, já que as indicações necessitam de aprofundamento e reinterpretação junto as diversas realidades, levando em consideração as propostas legais de cada país, estes documentos são complementos e recomendações que auxiliam as políticas preservacionistas do patrimônio. Mesmo, todas as Cartas Patrimoniais possuírem o caráter norteador, a Carta de Veneza (1964) foi “utilizada como um parâmetro para as políticas nacionais durante o século XX” (SOUZA; CRIPPA, 2011, p. 242).

Retornando a discussão sobre o nacionalismo, no Brasil, a busca da construção da identidade nacional, motivou o processo político-cultural no âmbito de um projeto de reforma social brasileira, a regulamentar pela primeira vez, a política nacional de preservação do patrimônio no Brasil, numa espécie de redefinição do papel do Estado, a partir de um jogo de forças e legitimação simbólica. O período dos anos de 1930 (o primeiro governo de Getúlio Vargas – 1930/1945) foi marcado por uma série de transformações políticas, econômicas, urbanas e administrativas, além de tratar da

¹⁷ Configuram-se como "documentos, muitos dos quais firmados internacionalmente, que representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando e circunscrevendo conceitos às vezes globais, outras vezes locais" (BRASIL, 2004, p.7).

sistematização, ordenação e normatização de leis que buscavam romper com a tradição de uma república oligárquica.

Em se tratando de ações e institucionalização de órgãos competentes da União, voltados para a preservação do patrimônio no Brasil, não pode-se deixar de citar aquele considerado o primeiro, vinculado ao Museu Histórico Nacional (MHN¹⁸), a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN) criada pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934 que tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades. Magalhães (2015) ressalta que “A IMN não tinha autonomia para determinar quais edificações deveriam ser consideradas monumentos nacionais. Estava previsto apenas um levantamento a título de sugestão ao governo federal para que este então atribuísse o título de monumento”, sendo esta atividade responsabilidade de cada estado¹⁹.

A primeira iniciativa realizada pelo IMN foi a organização de um catálogo iconográfico em 1934, com obras encomendadas pelo diretor²⁰ do MHN, Gustavo Barroso, ou seja, realizou-se um inventário com identificação para a conservação e restauração da cidade de Ouro Preto, elevada, por decreto, em 1933, à categoria de Monumento Nacional (RANGEL, 2010). Em 1936, Mario de Andrade elabora a proposta de implementação da política de preservação do patrimônio cultural brasileiro, pautada em concepção integrada de patrimônio, em que lugares, objetos, fazeres, saberes, manifestações do erudito e do popular se colocam simultaneamente como elementos representativos da nacionalidade (ANDRADE, 1981). Assim, em 1937, as atividades do IMN encerram-se, uma vez que criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), pelo Decreto–Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que a substituiu, organizando então uma legislação de proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, cujos bens só são considerados parte integrante do patrimônio

¹⁸ Foi exatamente no MHN que, em 1932, surgiu o primeiro Curso de Museus, com o objetivo de formar especialistas (os conservadores, segundo denominação da época) a fim de que pudessem ser desenvolvidos trabalhos técnicos dentro das instituições museológicas.

¹⁹ A IMN também ficaria encarregada de entrar em entendimento com os governos dos estados para uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, bem como a guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos. Desta feita, cada estado se responsabilizaria pelos encargos dessa atividade em seus territórios, a exemplo do que já vinha sendo feito na Bahia com a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, criada em 1927, e em Pernambuco com instituição congênere fundada em 1928, sendo que, a partir de então, seriam orquestradas e supervisionadas pelo órgão sediado no MHN.

²⁰ Conforme previsto no regulamento, caberia ao diretor do MHN exercer as funções de inspetor dos monumentos e designar representantes para executar serviços onde fosse conveniente (MAGALHÃES, 2015).

histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadas num dos quatro Livros do Tombo²¹, sendo também sujeitos a tombamento os monumentos naturais.

O SPHAN estava subordinado ao Ministério de Educação. No período de 1937 até 1969, Rodrigo Melo Franco de Andrade manteve seu cargo de diretor do Patrimônio. A instituição veio a ser posteriormente Departamento, Instituto, Secretaria e, em 1970 passa a ser chamar Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN²²). Vale ressaltar que, a tradição brasileira para constituição de leis de preservação do patrimônio segue, em certa medida, a trajetória francesa e estadunense. Em 1937, conforme o SPHAN,

constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Um discurso patrimonial dos grandes monumentos históricos e artísticos, interpretados como destaque da civilização avança para uma nova concepção do patrimônio entendido como conjunto de bens culturais, referente às identidades coletivas (SCIFONI; RIBEIRO, 2006, p.252), tanto no contexto mundial, quanto no contexto brasileiro, o que de fato influência nas decisões e definições das políticas públicas de proteção do patrimônio. Com o fim das guerras, o nacionalismo seria suplantado/minado no cotidiano das lutas sociais, já que as ideias de universalidade/diversidade entram em pauta pelas reivindicações dos movimentos sociais, devidas as grandes necessidades e mudanças ocorridas no mundo. Instituições e órgãos internacionais, como United Nations (ONU)²³, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO)²⁴ e International Union for Conservation

²¹ “1) No Livro Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular; 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica; 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira; 4) Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras” (BRASIL, 1937).

²² Atualmente, o IPHAN, é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que responde pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. Cabe ao Iphan proteger e promover os bens culturais do País, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. O IPHAN também responde pela conservação, salvaguarda e monitoramento dos bens culturais brasileiros inscritos na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista o Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade, conforme convenções da UNESCO, respectivamente, a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 e a Convenção do Patrimônio Cultural Imaterial de 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872>>. Acesso em 30/12/2016.

²³ Criada em 1945, com sede nos EUA, tem como objetivo manter a paz, segurança e diálogo; realizar a cooperação internacional para resolver os problemas mundiais de caráter econômico, social, cultural e humanitário, promovendo o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais; e ser um centro destinado a harmonizar a ação dos povos para a resolução desses objetivos comuns.

²⁴ Agência especializada da ONU, criada em 1946, com sede na França, tem como objetivo contribuir para a paz e segurança no mundo mediante a educação, a ciência, a cultura e as comunicações; salvaguardar o patrimônio cultural e natural.

of Nature (IUCN)²⁵ são criadas para a manutenção e ordem do patrimônio. Vale ressaltar que, nos países africanos e asiáticos, a noção de patrimônio cultural surge com o fim da guerra, cujo países se apropriam da noção europeia de patrimônio (FONSECA, 1997, p.73).

Considerando-se que por ser polissêmico, a noção de patrimônio vai ganhando novas características, e a partir da segunda metade do século XX, inclusive após a consolidação da internacionalização do conceito, através da criação da UNESCO, em 1946, o patrimônio recebe a qualificação *cultural*²⁶. Portanto, ponderando tal qualificação – *cultural* – conceitualmente, em sua esfera sócio histórica, o termo aplicado ao estudo de patrimônio, refere-se aos objetos investidos de valor cultural e histórico e, aos percursos simbólicos da humanidade, em busca de afirmação de uma identidade. Nesse sentido, o estudo do patrimônio se coloca em marcha para uma pluralidade de questões e preocupações, inclusive direcionada ao meio ambiente, quando nos anos 1950, as políticas de preservação do patrimônio, ampliaram-se para o meio ambiente, compreendido pela excepcionalidade e universalidade da natureza; assim meio ambiente e cultura passam a ser valorizados pelo caráter único e excepcional.

Com as organizações internacionais origina-se uma série de normas e iniciativas para a salvaguarda de bens culturais, incluindo os bens naturais, diferenciando-os a partir da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural em 1972, no âmbito da UNESCO (Quadro 1) através do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS).

²⁵ Criada em 1948, com sede na Suíça, com objetivo de encorajar e assistir sociedades em todo o mundo para a conservação dos recursos naturais.

²⁶ Ver documento que promulga a Convenção e Protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado (Convenção de Haia, UNESCO, 1954).

PATRIMÔNIO CULTURAL 1972	Monumentos	Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
	Conjuntos	Grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.
	Sítios	Obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.
PATRIMÔNIO NATURAL 1972	Monumentos	Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico.
	Conjuntos	As formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.
	Sítios	Os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Quadro 1. Definição de Patrimônio Mundial conforme a UNESCO, em 1972

O patrimônio adquire o “valor excepcional universal” do ponto de vista estético ou científico, da ciência, da conservação ou da beleza natural (UNESCO, 1972, p.2), porém fixa-se certa dualidade que indicava que “a permanência de uma visão na qual o ambiente natural tem maior valor quando não possui intervenções humanas, e que as construções e demais artefatos culturais nada têm a ver com o meio (suporte físico)” (VASCONCELOS, 2012). A partir desta referência se fundamenta a ideia de que a natureza pode ser elevada à condição de patrimônio, apesar de ser dinâmica e estar em constante movimento e transformação. Desta forma, toda zona natural estritamente delimitada, e conseqüentemente protegida por uma legislação ambiental, ou que tenha espécies animais e vegetais ameaçados, com valor estético ou científico, poderia ser considerado patrimônio natural. Conforme Paes-Luchiari (2007) patrimonialização da natureza se associa à criação dos primeiros parques nacionais (categoria de áreas naturais protegidas que aparecem como instrumento de preservação do patrimônio natural), às leis de proteção da natureza e à legislação de proteção do patrimônio cultural, o que discutirei mais à frente.

Vale dizer que, atualmente, tanto a UNESCO, como a International Council of Museums (ICOM), o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Ministério da Cultura (MINC) trabalham com a categoria patrimônio natural, mas existem pontos específicos a serem tocados e discutidos já que ideologicamente novas questões surgem com as transformações socioeconômicas: quais sejam: “o que antes era entendido como território da “natureza” transformou-se em “questão ambiental” e “biodiversidade”, e o que antes integrava o continente da “cultura” passou a ser esquadrihado como forma

de manejo das “riquezas naturais” para usos futuros” (ABREU, 2010, p.66), corroborando com o discurso vigente sobre a sustentabilidade – categoria que será discutida mais à frente.

Desta forma, novos sentidos conceituais e de reflexão se iniciam. Para Abreu (2010) o contexto do debate internacional sobre a finitude e a crise dos combustíveis fósseis de energia possibilitou que as categorias como meio ambiente e biodiversidade entrassem em cena no campo do patrimônio.

Assim, a partir da definição de 1972 da UNESCO, toda área natural estritamente delimitada, e conseqüentemente protegida por uma legislação ambiental, ou que tenha espécies animais e vegetais ameaçados, com valor estético ou científico, pode ser considerada patrimônio natural. Mas, e aquelas áreas que, além de possuírem espécies animais ou vegetais em extinção, ou que apresentam um ecossistema único, que possuem grupo humanos, muitas vezes minoritários, em seus limites e em seu entorno, podem ser considerados patrimônios naturais, ou teríamos neste contexto, uma nova categorização para o patrimônio? Por que não falar em patrimônio ambiental? Tratarei disto mais à frente.

1.2 Processo histórico e patrimonial da constituição da Floresta da Tijuca

Os limites de área que recentemente se conhece como Parque Nacional da Tijuca, em seus diversos setores, estão diretamente ligados às formas de ocupação humana²⁷ que, de alguma maneira, se relacionam à evolução e crescimento urbanos da cidade do Rio de Janeiro. Parte de sua área, principalmente a Floresta da Tijuca, foi recuperada formando a floresta tal como atualmente é conhecida, resultado de reflorestamento para recuperar o desmatamento ocasionado pelas lavouras de café que ocuparam a área até o século XIX, a fim de atender o abastecimento de água na cidade que crescia.

1.2.1 A ocupação humana no Maciço da Tijuca

Partindo de um período específico, ainda no século XVI, pode-se dizer que os objetivos da ocupação humana na área do Maciço foram por necessidade de proteção militar, porém, devido ao medo da mata, portugueses acabaram instalaram um núcleo urbano próximo a baía de Guanabara a fim de resguardar o litoral do Rio de Janeiro de contra-ataques estrangeiros (SCHEINER, 1976; IBASE, 2006), que de fato não teriam ocasionado transformações significativas na floresta, já que as tropas realizavam

²⁷ Scheiner (1976, p.5) enfatiza a ‘ocupação humana’ como “[...] permanência do homem na terra; esta permanência, de duração variável, caracteriza-se sempre pela alteração do meio em maior ou menor escala, dependendo dos próprios objetivos da ocupação”.

incurções esporádicas e ocasionais de acordo com a necessidade. Segundo Fonseca e Diniz (2015) o Maciço da Tijuca é um conjunto montanhoso de 117,2 km, que marca precisamente o limite entre os principais setores geográficos da cidade, Zonas Norte, Sul e Oeste, compondo a Serra do Mar. Ressalto que, anteriormente, a região era de ocupada por grupos indígenas das etnias Tupinambás, Tamoios e Goitacás, entretanto, estes não provocaram grandes alterações no maciço, pois viviam em espaços abertos à beira-mar e nos vales dos rios, confirmando os estudos que mostram que a área atual do PARNA-Tijuca, originalmente recoberta por floresta secundária, permaneceu praticamente intocada até meados do século XVII com a chegada dos europeus (MAYA, 2015; SCHEINER, 1976; HEYNEMANN, 1995; DEAN, 2010; DRUMMOND, 1997; LEMOS; PEREZ; BEZERRA, 2002; MMA/ICMBio, 2008).

Desta maneira, acredita-se que o primeiro sinal de presença humana na área do Parque tenha sido na Serra da Tijuca, com o estabelecimento de um engenho dos jesuítas, datado de 1569 (SCHEINER, 1976; MMA/ICMBio, 2008), e que o processo de extração da madeira para lenha e carvão, a fim de atender as necessidades da indústria canavieira, tem sido considerada a verdadeira origem da ocupação humana na área do parque – “os primeiros habitantes teriam sido lenhadores e carvoeiros, estabelecidos na floresta em toscas choupanas das quais nenhum vestígio resistiu à ação do meio” (MMA/ICMBio, 2008, p.137). Depois da fundação da cidade do Rio de Janeiro, em 1565, distribuíram sesmarias, e entre as primeiras sesmarias distribuídas, cuja área ocupava boa parte da zona norte da cidade e toda vertente norte das serras da Carioca e da Tijuca, estava a dos padres jesuítas que construíram o Engenho Velho (São Francisco Xavier na Tijuca), e logo em 1707 construíram o Engenho Novo. Em 1590 haviam seis engenhos de cana-de-açúcar na região. Em 1728, o número subiu para 32 e em 1797 existiam 120 engenhos. Vale ressaltar que neste período, do século XVI, “os moinhos e engenhos procuravam os locais onde houvesse água corrente em quantidade, para gerar força motriz, e madeira que fornecesse lenha como fonte de calor” (LEMOS; PEREZ; BEZERRA, 2002, p 16).

No que se refere a manutenção e organização de um engenho de cana de açúcar, que produziam o açúcar e a cachaça, por consequência de toda a complexidade, acabavam-se originado núcleo de pequenos povoados, e depois bairros, que conhecemos atualmente como Engenho Novo, Engenho de Dentro, Usina da Tijuca, Engenho Velho, Engenho da Rainha, Engenho da Pedra, Engenho do Mato, São Cristóvão (que era o nome de um engenho de açúcar dos padres jesuítas), Tijuca (que

também era o nome de um engenho)²⁸. A partir do século XVII, somaram-se à extração de madeiras e aos engenhos de açúcar, as atividades agrícolas, tendo ambas coexistidas na área até fins do século XIX. Desta forma, destaca-se que as primeiras plantações foram as de cana-de-açúcar, no qual o cultivo deslocou-se das áreas de baixada e planícies subindo até as encostas do Maciço da Tijuca, cujas matas foram sendo derrubadas por meio de queimadas.

Ressalto um dado que, em certo grau tem semelhança com história da ocupação do Vale Encantado, que será discutida mais à frente: escavações do solo em busca de pedras preciosas. Documentos, sob o título de “Anais da Cidade do Rio de Janeiro” que tratam das inspeções em áreas de extrações de madeiras, realizadas pelo Juiz de Fora do Rio de Janeiro (Balthazar da Silva Lisboa), relatam que além das grandes fazendas de cana de açúcar e da forte extração de madeira no Maciço, foram encontradas na encosta do morro do Elefante²⁹, onze minas de ouro que funcionavam escavações contínuas, o que de fato ocasionou o empobrecimento do solo, visualmente perceptível nos dias atuais; quando se realiza uma trilha nesta área é possível encontrar blocos e fragmentos de quartzo espalhados e vários fornos de pedra (LEMONS; PEREZ; BEZERRA, 2002, p. 21). Assim, a prática econômica instalada no século XVI nas áreas montanhosas do Maciço da Tijuca ocasionaram prejuízos a biodiversidade e geodiversidade e para a cidade do Rio de Janeiro, ainda no século XVI.

Retomando a discussão sobre a exploração de lavouras no maciço, uma segunda monocultura utilizada nas encostas do maciço da Tijuca foi o café. Em 1727, a pedido do governador do Maranhão, João de Maria Gama, o sargento-mor (oficial português) Francisco Melo Palheta teria sido enviado a Guiana Francesa com a missão³⁰ de pedir ao governador, M. d’Orvilliers, algumas mudas e trazê-las ao Brasil.

²⁸ O morro do Pão de Açúcar, recebeu este nome por se assemelhar ao pão de açúcar (bloco de açúcar formado durante o processo de fabricação). O vizinho morro da Urca recebe este nome pois este era o tipo de navio utilizado na época para o transporte dos pães de açúcar para a Europa – Urca.

²⁹ O Morro do Elefante possui 723 metros de altitude e do alto de seu cume é possível ver grande parte da Zona Norte da cidade com destaque para o estádio do Engenhão, para os fundos da Baía da Guanabara e na linha do horizonte ainda é possível ver a silueta da Serra dos Órgãos. Uma curiosidade do Morro do Elefante é que toda a extensão de sua cumeada é exatamente o limite do parque, mais precisamente o limite do Setor A, já que do outro lado da Estrada Grajaú-Jacarépaguá começa o Setor D, que é chamado de Preto Forros. Em sua face nordeste, que é virada para o Bairro do Grajaú, está sendo feito um grande reflorestamento, mas esse trabalho não está sendo fácil, pois o solo está muito pobre, seco e erodido graças as plantações de cafés do Brasil no tempo colonial e mais recentemente devido as grandes queimadas que aconteceram graças aos balões que teimam em cair sobre suas encostas. Fonte: <http://clubedosaventureiros.com/index.php?view=category&id=61%3Aparque-nacional-da-tijuca-setor-arj&option=com_content&Itemid=201> Acesso em 09 de janeiro de 2016.

³⁰ Conta-se que Palheta aproximou-se da esposa do governador de Caiena, capital da Guiana Francesa, para conquistar sua confiança, já que o governador negou-se dar mudas ou sementes de café ao sargento, seguindo ordens expressas do rei da França. Assim, uma pequena muda de café Arábica foi oferecida clandestinamente (quando Palheta já regressava ao Brasil, Mme. d’Orvilliers enviou-lhe um ramo de flores onde, dissimuladas pela folhagem, se encontravam escondidas as sementes a partir das quais haveria de

As mudas de café que o Sargento-Mor Palheta trouxera da Guiana Francesa foram plantadas em Belém do Pará mas não se deram muito bem por lá. As mudas de café chegaram no Rio de Janeiro³¹ por volta de 1760, encontrando condições ideais nas encostas da serra da Tijuca e despontando como uma atividade econômica promissora passando de uma posição relativamente secundária e doméstica, para a de produto-base da economia brasileira.

O café encontrou na província do Rio de Janeiro, e principalmente nas áreas mais elevadas dos morros recobertos por florestas, o ambiente apropriado para o seu plantio. Devido as condições climáticas do maciço da Tijuca (a floresta foi o ambiente perfeito para receber a cultura de café, pois este, precisava de solos que não fossem secos nem úmidos em excesso, e de temperaturas mais amenas), assim, a cafeicultura se espalhou rapidamente (nesta época existia ainda, a crença de que o café deveria ser plantado em ‘mata virgem’). Foram plantadas em algumas residências (no centro da cidade, a Tijuca, em Inhaúma, em Campo Grande, na fazenda do Mendanha que se tornou referência no cultivo desta cultura nas terras cariocas). As plantações de café nos morros do Alto da Tijuca se fixaram quando da chegada da Família Real (1808) no Brasil, uma vez que, os nobres europeus (franceses, ingleses e holandeses) procuraram moradias nas serras, devido ao clima ameno perto da cidade – e se tornam fazendeiros, dedicando-se à cultura do café (mas foi a partir de 1816 que as plantações de café passaram a substituir a mata nativa nas encostas do Maciço da Tijuca), além da produção e criação de gado (chegou a ser introduzida em alguns sítios e fazendas, mas com pequena significação) e aclimação de árvores frutíferas – maçãs, uvas, morangos e baunilha. A primeira providência tomada pelos novos fazendeiros era desmatar para construir, formar pasto (a cultura do capim colônio – *Panicum maximum* – tornou-se um excelente negócio neste período, já que podiam fornecer capim para as cocheiras da cidade, e com isso a introdução desta espécie exótica, com caráter invasor, na área do maciço, tomou grande proporção ocasionando danos à área até os dias atuais, já que este tipo de cobertura vegetal contribui para o aumento das queimadas, principalmente no inverno quando a quantidade de chuvas diminui.

Conforme MMA/ICMBio (2008, p. 189) “na atualidade, sua presença é mais marcante nas encostas voltadas para o norte e que sofrem com o maior regime de fogo

crescer o império brasileiro do café), e trazida escondida na bagagem desse brasileiro. Havia uma outra missão dada a Palheta que estaria ligada ao restabelecimento da fronteira fixada pelo Tratado de Utrecht de 1713 (o rio Oiapoque fronteira entre os países) estaria sendo violado pelos franceses.

³¹ O café foi introduzido no Rio de Janeiro, então capital do Brasil colonial, pelo desembargador João Alberto Castelo Branco que fez vir do Maranhão mudas de café. Aos frades capuchinhos foi concedido o primeiro plantio na própria horta. Da plantação dos frades capuchinhos saíram as sementes para novas culturas nos arredores da cidade, estado e toda região sudeste.

(e.g. Morro do Elefante)”. Duas grandes fazendas, no maciço da Tijuca se destacaram como produtoras de café de alta qualidade – a fazenda Nassau do holandês Charles Alexander van Moke e a fazenda São Luís do francês Louis Lequesne (ex-cafeicultor em Cuba e São Domingos, foi para o alto da Tijuca em 1817 (Figura 4).



Figura 4. Fazenda de café no maciço da Tijuca
Fonte: Dossiê Patrimônio Mundial Rio de Janeiro.

Foram plantados nessa fazenda 50.000 pés, e na fazenda do holandês 40.000 pés, quebrando a regra de 10.000 pés plantados por fazenda geralmente, o que possibilitou a concorrência com outras fazendas espalhadas pela Baixada Fluminense e pelo vale do rio Paraíba, que atravessava as províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Outras fazendas menores se destacaram, no maciço da Tijuca, segundo Coelho Netto, Machado e Montezuma (2009, p. 146), a saber: “a de Taunay, ao pé da Cascatinha, que hoje leva seu nome; a de Gestas e de Roquefeuil, logo a montante dessa cascatinha; Rohan, mais acima; e Scey próximo à entrada da Estrada do açude da Solidão, localmente denominado Morro da Sé”.

Vale ressaltar que o cultivo de café, em seu ápice produtivo econômico durante os primeiros anos do século XIX, beneficiou-se da estrutura escravista do país, ou seja, desde o plantio até a entrega do mercado para a exportação, todo o processo era realizado por mão de obra escrava. As técnicas de produção de café eram simples: inicialmente se desmatavam terras para a colocação das mudas, que após plantadas, demoravam cerca de cinco anos para o início da produção. Enquanto aguardava a colheita, outras culturas eram plantadas em torno dos cafezais, principalmente gêneros alimentícios. A colheita era feita manualmente pelos escravos, que, após essa tarefa, colocavam os grãos do café para secar em terreiros. Uma vez seco, o café era beneficiado, retirando-se os materiais que revestiam o grão através de monjolos, máquinas primitivas de madeira formadas por pilões socadores movidos a força d’água. Após esse processo, o café era transportado nos lombos das mulas para o porto do Rio de Janeiro, de onde era exportado.

Por outro lado, o aumento da produção cafeeira e os lucros decorrentes dela levaram ao início do processo de modernização da economia e da sociedade brasileira, por exemplo, a construção de ferrovias para o escoamento do café, o que aumentou a velocidade do transporte e interligou algumas regiões do Império. Em 1836 e 1837, a produção cafeeira superou a produção açucareira, tornando o café o principal produto de exportação do Império. Os grandes latifundiários produtores de café, os chamados 'Barões do café', enriqueceram-se e garantiram o aumento da arrecadação por parte do Estado imperial. Ocorreu grande imigração, consolidaram-se a expansão da chamada classe média e a diversificação de investimentos e até mesmo intensificaram-se movimentos culturais.

O cultivo do café nas matas da Tijuca permanece por cerca de 30 anos (entretanto nos meados do século XIX, os cafezais da Tijuca entram em franca decadência); é verdade que em 1843, a praga borboletinha (que rói e apodrece os grãos de café) atacou os cafezais da Tijuca levando os fazendeiros a falência, aliado a ação predatória da monocultura. As culturas foram abandonadas e as nascentes d'água, desprotegidas, começaram a secar, deixando marcas visíveis, por exemplo, nas proximidades do Silvestre, onde houve extenso plantio de café, pois ainda hoje "se encontram cafeeiros na região, inclusive uma das curvas da estrada, em direção à Capelinha de São Silvestre, guarda ainda o nome de 'curva do café'" (MMA/ICMBio, 2008, p.139).

1.2.2 Soluções político-científicas: reconstituição e o surgimento da Floresta da Tijuca

Várias outras áreas de vegetação do maciço foram devastadas para o plantio, uma vez que o Porto do Rio, relativamente perto da floresta, estimulou o aumento das plantações, que se constituíam em lavouras de mandioca, anil, milho, cana de açúcar; e a instalação de uma forte indústria madeireira. Vale dizer que, o atual plano de manejo do PARNA-Tijuca (2008) enfatiza que a ocupação humana e a exploração econômica, não parece ter atingido toda a área, já que alguns locais permaneceram menos alterados. Um exemplo dentre outros, entretanto, desses espaços inalterados, onde ainda se encontram sinais da vegetação primitiva, é o caso da Mata do Pai Ricardo, uma das poucas regiões dentro do Parque, embora tenham sido ali construídas casas cujos vestígios permanecem no meio da floresta. Assim, pode-se dizer que, frente à esta realidade sócio histórico, descrita acima, a cidade do Rio de Janeiro, crescia a partir da produção agrícola e da produção cafeeira (ou seja, observamos o aumento da

população em decorrência do desenvolvimento econômico e da chegada da Corte que traziam mais moradores para as proximidades do Porto e do grande centro econômico).

As nascentes d'água, desprotegidas devido a intensificação dos plantios, começaram a secar, aumentando o problema de abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro, já que as nascentes que haviam sido captadas, não supriam a demanda; e, contraditoriamente ao seu crescimento econômico, o Rio de Janeiro padece com o desmatamento do maciço da Tijuca sobreposto por uma série de períodos de seca (1824, 1829, 1830, 1833 e 1843). Para esta realidade, bastante desafiadora, algumas soluções se constituíram, soluções que denomino como político-científicas, pautadas em uma ideologia política sustentada por sujeitos sociais ligados ao governo imperial (vale lembrar que, o imperador, D. Pedro II, exercia poder através da cooperação com políticos eleitos, interesses econômicos e apoio popular, o que influenciava a direção do reinado e lhe proporcionava sucesso político, nomeando pessoas qualificadas para posições no governo permitindo que o sistema funcionasse). O grande desafio, em primeiro plano, era captar a água para a cidade do Rio de Janeiro, já que, conforme Maya (2015, p.31) “urgia fazê-la voltar ao primitivo nível, restabelecendo-se a cobertura vegetal da área, transformando esta em reserva florestal”.

É importante retomar ao início do século XIX para a compreensão das dificuldades encontradas pela capital colonial, no que se refere ao abastecimento de água potável na cidade do Rio de Janeiro. Conforme Scheiner (1976, p. 14) “este foi sempre um dos grandes problemas a população carioca, concentrada em área baixa, pantanosa e mal drenada, onde a água disponível – de poço – era escassa e salobra”. Em meados do século XVII, em 1624, contrata-se o serviço de canalização do rio Carioca até o morro do Desterro (Santa Tereza), entretanto, as obras finalizaram-se, em grossos canais de telhas sobre arcos de pedra, quase cem anos depois, em 1720 – foram interrompidas diversas vezes, inclusive devido a invasão da cidade pelos franceses. Com esta obra a população manteve-se suprida de água potável até o século XIX. Conforme dito, a vinda de D. João para o Brasil (1808), o crescimento da população, tornaram insuficiente o abastecimento de água proveniente da Carioca, e já ocorriam uma série de secas na cidade diminuindo o potencial das nascentes captadas. As encostas da Vista Chinesa também foram desmatadas com fins de agricultura (Figura 5), com a plantação malsucedida de chá, com trabalhadores chineses trazidos de Macau, em 1812, pelo Conde de Linhares, onde mais tarde fora erguido o monumento conhecido por Vista Chinesa.



Figura 5. Plantação chinesa de chá na região do Jardim Botânico – Rugendas (1802-1858)
Fonte: Dossiê Patrimônio Mundial Rio de Janeiro.

Assim, o Estado – naquele período representado pelo Império, e na pessoa de D. João – em 1817, proíbe o desmatamento nas cabeceiras da bacia do Rio Carioca, o Maracanã e nas Paineiras, e desapropria, em 1818, áreas, nas matas do maciço da Tijuca, para captação de água nestas nascentes, possibilitando a organização e reservatórios abastecidos com águas provenientes da área do maciço. Observa-se, no decreto de 1817 e 1818, que as medidas são preventivas, ao mesmo tempo punitivas, e quase nunca cumpridas – “os que contravierem, cortando arvore, lenha, ou mato, ou fazendo carvão, ficarão incursos nas penas dos que cortam arvores nas coutadas reaes” (BRASIL, 1817). Aos chefes de Polícia da Corte, eram expedidas severas ordens para cessar o abuso das derrubadas nas proximidades das nascentes (MAYA, 2015). Scheiner (1976) destaca que em 1818 a União compra e incorpora ao patrimônio a área da Chácara dos Trapicheiros, conhecida como do Corcovado, para ser usada na conservação das águas do Maracanã. Na tentativa de captar água e abastecer a cidade, em 1831, foram construídos vários reservatórios utilizando tubulação de ferro fundido, a partir das nascentes das Paineiras e da serra da Carioca.

Assim foram surgindo vários reservatórios: o da Quinta da Boa Vista (1867), o da Ladeira do Ascurra (1868), a Caixa Velha da Tijuca (1869), a Bica da Rainha, no Cosme Velho, a Caixa d'Água de Jacarepaguá e a Represa dos Ciganos (1906). Mas é com a grave seca de 1844 que a falta d'água atingiu proporções alarmantes e fez com que o governo passasse a tomar medidas de preservação dos mananciais (neste ano, o Ministro do Império Almeida Torres, solicitou medidas urgentes de conservação e manutenção das matas na bacia dos rios Carioca e Maracanã), dando continuidade ao decreto de desapropriações de 1818. Entre 1845 e 1848 o governo imperial iniciara um

programa emergencial de replantio de árvores no maciço da Tijuca, 3 porém, as desapropriações só iniciaram em 1855. Desta forma o governo adquiriu um pequeno número de propriedades estrategicamente localizadas junto aos mananciais e altos cursos dos rios Carioca, Maracanã e Comprido. Ainda segundo Scheiner (1976, p. 18), “de 1856 a 1858 vários atos do Governo Imperial referiram-se à desapropriação e guarda dos terrenos de nascentes, principalmente na Serra da Tijuca”; com estes atos, diversos sítios e casas de famílias foram desapropriadas, entretanto “o sítio dos Taunay, a despeito das recomendações que se faziam, não foi desapropriado. A família mantinha estreitas ligações com o Imperador” (MAYA, 2015, p. 24).

Apesar de todo esforço, com o replantio de mudas junto às nascentes dos mananciais e as desapropriações, muito havia ainda a ser feito, pois os resultados ainda não eram eficientes. Tal situação provocou também uma discussão entre técnicos, administradores, políticos e cientistas em busca de soluções viáveis para resolver, dentre outros, a falta de abastecimento de água com o que o Rio de Janeiro sofria. Desta forma, “a solução apontada pelos cientistas da época foi o reflorestamento das cabeceiras dos cursos d’água” (MENEZES, 2010, p. 31). Esta foi a razão que levou o Imperador a decretar o reflorestamento do Maciço da Tijuca. Scheiner (1976), p.18) destaca que “com a criação, em 22 de julho de 1860, de uma Secretaria de Estado dos Negocios da Agricultura, Commercio e Obras Publicas, a questão do replantio e proteção das matas junto às nascentes ganhou especial atenção”. Deste modo, em 11 de dezembro de 1861, com a decisão nº 577 da Portaria da nova secretaria, foram baixadas instruções provisórias, para o plantio e conservação das Florestas da Tijuca e Paineiras, aprovadas por D. Pedro II, que ordenou o replantio da área degradada com árvores nativas, por sistema de mudas e sementeiras e em linha reta começando de ambas margens das nascentes, cujo objetivo seria a proteção dos mananciais.

Em 18 de dezembro do mesmo ano, em uma nova portaria, foram designados dois administradores que deveriam supervisionar o trabalho – para a Floresta da Tijuca foi nomeado o Major Archer e, para a Floresta das Paineiras, Tomás Nogueira da Gama. Esses administradores enviariam relatórios mensais sobre as tarefas realizadas que precisariam ser executadas por um feitor e por serventes. Conforme Menezes (2010), o “Imperial Instituto patrocinou a reflexão intelectual entre a elite brasileira acerca da serventia das florestas como mantenedoras dos mananciais, reguladoras do clima fontes de saber botânico e áreas de lazer”³². O Imperial Instituto Fluminense de

³² O presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, Luiz Pedreira de Couto Ferraz, seguia a corrente ambientalista europeia, que naquela época apontava as consequências negativas da Revolução Industrial sobre a qualidade de vida. A ideia deste momento era espalhar parques pelas capitais do mundo para assim, tornar a vida urbana saudável.

Agricultura – organismo privado dirigido pelo Barão do Bom Retiro, ministro do Império que defendeu a criação da Administração da Floresta da Tijuca e a preservação das matas nativas do litoral, além de fornecer sementes de espécies para o replantio da Floresta da Tijuca (IPHAN, 2012). Este é um dos muitos exemplos da importância que os saberes científicos tinham no Segundo Reinado³³.

Politicamente, o Ministro do Império Luiz Pedreira de Couto Ferraz, o Barão do Bom Retiro, mobilizou a sociedade civil; discutiu sobre o assunto no Senado e entre os Ministérios do Império, elaborou e aprovou instrumentos regulatórios e aprovou recursos. Tecnicamente, cada administrador deveria organizar a técnica de plantio descrita na portaria; formar e controlar as equipes de execução e fiscalização; e redigir relatórios técnicos. Nosso objetivo, nesta seção, é tratar somente do replantio área da Floresta da Tijuca, e da reconstrução de sua cobertura vegetal, fato que, com o auxílio de técnicas e processos científicos, foi realizado em dois períodos. O Major Archer e o Barão d'Escragnolle³⁴ foram os pioneiros nesse processo de recuperação da cobertura vegetal de áreas degradadas e, para isso, utilizaram-se de técnicas diferentes de replantio. Na Floresta da Tijuca, na prática e de fato, o reflorestamento se divide em dois períodos distintos com duas direções administrativas diferentes que segue descrita sucintamente.

1.2.2.1 Do período Imperial: Administração de Major Archer

Por doze anos (de 1862 a 1874), sob a direção do Major Archer, ocorreu a primeira etapa de plantio para a recuperação da área. Archer colocou em prática seu conhecimento em silvicultura³⁵ e seguiu parte das instruções na Portaria, utilizando, para o replantio, mudas nativas das Paineiras e de outras áreas, como das matas virgens de Guaratiba. Porém, não o fez “em linhas paralelas retas entre si, sendo as de uma direção perpendiculares às de outra” conforme a orientação da portaria; optou por um replantio aleatório. Entre as espécies plantadas incluíam-se: ipê, angelim-rosa, sapucaia, canela, indagaçu, pau-ferro dentre outras.

³³ Outros exemplos: a participação do Brasil na Exposição Universal da Filadélfia, Estados Unidos, em 1876; a realização da Primeira Exposição Antropológica, em 1882; a criação, em 1838, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; a criação de algumas sociedades científicas etc.

³⁴ Major Manoel Gomes Archer nasceu no Rio de Janeiro em 21 de outubro de 1821 e era engenheiro. A historiografia oficial não registra se teve filhos, nem quando e como morreu, ao que se sabe, não era militar. Gastão Luís Henrique de Robert d'Escragnolle nasceu no Rio de Janeiro em 16 de abril de 1821 e morreu em 16 de junho de 1886. Foi um nobre, militar e político. Foi ajudante de ordens do Duque de Caxias. Abandonou a carreira militar como tenente-coronel e se dedicou à administração pública.

³⁵ Evidencia-se que o Brasil tenha sido um dos primeiros países no mundo, possivelmente o primeiro da América do Sul, a implantar a silvicultura com espécies mistas. Cabe ressaltar que a silvicultura é uma ciência dedicada ao estudo de métodos hábeis a promover a implantação e a regeneração dos povoamentos florestais, em função não apenas de interesses econômicos, mas também sociais, culturais e ecológicos.

Lemos, Perez e Bezerra (2002, p. 49) salienta que documentos sobre a administração da Floresta, de 1890 a 1894, anexados ao Arquivo Nacional no Rio de Janeiro, trazem dados sobre as “admissões dos seis escravos tidos como os pioneiros no reflorestamento da Floresta da Tijuca”, somente após dois anos do início do replantio, e em tempos diferentes, contrariando o dito que toda a reconstituição e o reflorestamento da área do Maciço da Tijuca, fora realizado por 6 escravos (Constantino, Eleutério, Leopoldo, Manuel, Maria e Mateus), além disso, há registros que sempre houve trabalho assalariado e que os empregados eram em número superior ao de escravos (Lemos; Perez; Bezerra 2002).

Archer organizou uma equipe que compunha: feitor, guardas das matas, operários, pessoal da conservação e reparo dos caminhos, empregados, serventes e escravos – que realizou a primeira etapa do processo de reflorestamento. Este período constitui-se pioneiro, único e de grande empreitada, já que resultados foram alcançados, apesar da descontinuidade administrativa, de cortes de verbas e de pessoal para este núcleo do governo, uma vez que, praticamente o Brasil teve um ministro na Agricultura por ano (pasta que cuidava da floresta na época). Cabe ainda dizer que foi criado um Horto Florestal para a produção de mudas para o replantio dos maciços, na Fazenda “A Floresta” que pertencia a Guillaume Midosi (LEMOS; PEREZ; MEDEIROS, 2002). Apesar de Archer aplicar técnicas de silvicultura, em sua administração não se priorizou a distribuição racional de mudas, visto que essas foram plantada sem escolha específica de lugar, sem levar em consideração fatores como sombra ou sol. Na maioria das vezes, o plantio deixava as mudas com as raízes expostas, colocadas diretamente nas covas, e sem proceder à aclimação das mesmas. Em seu último relatório, foram contabilizadas 61.852 árvores plantadas; além disso, “dezenas de espécies exóticas e grandes números de espécies nativas estranhas ao habitat da Tijuca foram introduzidas na área” (SCHEINER, 1976, p. 18).

A gestão do Major Archer, sendo pioneira pelo sucesso inicial de parte do reflorestamento da área que atualmente se conhece como PARNA-Tijuca, também possibilitou “conquistas” para a floresta: as casas desapropriadas pela União foram desocupadas e preparadas para receber os funcionários da Floresta; foram abertas estradas caminhos comunicando as casas entre si; colocados encanamentos d’água junto aos mananciais; instalação de bueiros para coletar água da chuva; muros de contenção para proteger o plantio nas covas... (LEMOS; PEREZ; BEZERRA, 2002, p.51). Vale ressaltar que, em pesquisa de campo, o entrevistado n1, relata que “ninguém fez processo” e que as casas funcionais foram pensadas “para facilitar o funcionário”, ou seja, tais casas, destinadas já naquele período para uso da equipe técnico-

administrativo, não foram documentadas/oficializadas como 'casas funcionais' (alguns funcionários estão ocupando os imóveis já regularizados para esse fim), e até os dias de hoje trazem problemas para identificação junto ao Parque e a União, mas que a equipe atual vem oportunizando a regularização das casas funcionais. Em 1874 Archer afastava-se da Floresta da Tijuca por ter sido incumbido de similar reflorestamento em Petrópolis, passando ser "daí por diante mais uma reserva da Repartição de Águas, onde não seria permitido ao bulício do mundo perturbar o marulho das águas e os sibilos das aves do mato" (MAYA, 2015, p.32).

1.2.2.2 Do período Imperial: Administração do Barão d'Escragnolle

No período que se segue, o replantio da floresta continua por mais treze anos (de 1875 a 1888), sob a administração do tenente-coronel/barão Gastão Luís Henrique Robert d'Escragnolle, amigo de D. Pedro II. Este promove um replantio de forma mais disciplinar e metódica, utilizando-se de técnicas ligadas à agricultura. As covas eram abertas em terrenos argilo-silicosos, expostas ao tempo, para que o ar e a luz criassem um depósito de nutrientes para dar força às raízes em seus primeiros anos. As mudas ficavam em pequenos cestos no viveiro, até que estivessem bem aclimatadas. De acordo com Lemos, Perez e Bezerra (2002), seguindo a metodologia prescrita "[...] elas eram postas nas covas dentro dos cestos que se desfaziam com a umidade e o tempo permitindo, dessa maneira, que a planta se adaptasse, suavemente, ao novo 'habitat'" (LEMOS; PEREZ; BEZERRA, 2002, p.51).

Neste período, o replantio contou com mudas de cedro rosa, cabiúna, aroeira-do-sertão-, aroeira-do-paraná, canela, ipê, além da introdução de eucalipto, espécie exótica à Mata Atlântica. O grupo de trabalhadores foi dividido em grupos distintos de auxiliares: pessoal da floresta (20 homens) e pessoal da conservação (15 homens). Aos da floresta foi incumbida a arborização, e aos da conservação, a abertura de caminhos novos através da floresta para tratamento de árvores e para o embelezamento e paisagismo da Floresta com fontes e cascatas, dando à área as bases para se transformar em um parque (LEMOS; PEREZ; BEZERRA, 2002). Segundo Maya (2015, p. 33) o maior empenho de d'Escragnolle "foi contudo embelezar a Floresta; e nisto contou com a colaboração do grande paisagista francês Glaziou". Mudou-se para a Floresta, indo morar no prédio onde está hoje o Restaurante dos Esquilos, e não descuidou-se do plantio de árvores. Foram 21.489 mudas plantadas na administração do Barão d'Escragnolle.

Enfim, ao final dos dois períodos descritos acima, foram plantadas aproximadamente 90 mil mudas de árvores na floresta da Tijuca, o que caracterizou efetivamente seu replantio.

1.2.2.3 Da República Velha à Era Vargas

Às vésperas da queda do Império, quando chega ao fim a segunda administração da Floresta da Tijuca, (em 1888 falece o Barão d'Escragnoille), ocorre um importante episódio causado pelo desabastecimento de água na cidade, devido a uma prolongada estiagem – na ocasião, segundo consta, os termômetros registram um calor de 42° C, cujos efeitos eram aumentados por falta de água na capital do Império. Alguns dos desdobramentos desse episódio são: uma crise política, debate entre jornais pró e contra o governo imperial e, mais importante para o assunto que estamos analisando, a implementação de medidas para resolver o grave problema ambiental de falta de água.

De acordo com Rodrigo Elias e Marcello Scarrone (2015), a crise de água criava uma insatisfação pública com a administração do Império, tendo havido manifestações pelo centro da cidade mobilizando cerca de duas mil pessoas protestando contra o que entendiam ser um descaso das autoridades. Ao mesmo tempo, no cenário político digladiavam-se, em torno dessa crise, dois jornais cariocas: um pró governo, o *Cidade do Rio*, dirigido por José do Patrocínio; e o *Diário de Notícias*, dirigido por Rui Barbosa, que se punha francamente como crítico do governo imperial. No que tange à esfera administrativa e técnica, o debate se concentrava não apenas no tipo de solução que deveria ser adotada, mas também em relação ao prazo e custo das obras. Depois de muitas propostas - nenhuma delas aceita pelo Ministério da Agricultura -, e das muitas celeumas em torno do prazo anunciado pelo ministro Rodrigo da Silva, no *Jornal do Comércio*, para a conclusão das obras necessárias, o *Diário de Notícias*, publica, na primeira página da edição do dia 16 de março de 1889, sob a manchete “Água em seis dias”, carta assinada pelo engenheiro Paulo de Frontin, então professor da Escola Politécnica, na qual este se propõe a resolver o problema no prazo de seis dias.

Inicialmente, essa proposta foi recebida com reservas e até mesmo com ironia (como o fez o jornal de José do Patrocínio). No entanto, o Ministério da Agricultura, premido pela opinião pública e pelo Imperador, assina contrato com Paulo de Frontin para a execução das obras. Contudo, apesar do contrato assinado, o Ministério dificulta ao máximo o trabalho de Paulo de Frontin que, entre outras soluções, se propunha a aumentar os habituais 70 milhões de litros, volume total do abastecimento de água da cidade, em mais 15 milhões de litros diários. Apesar das dificuldades, tanto

ambientais, quanto de recursos materiais, financeiros e humanos, a obra pôde ser concluída no prazo estipulado por Frontin.

Este fato ficou conhecido como 'Água em seis dias' que, enfim, resolveu o problema do abastecimento na cidade, com a transposição de água da Serra do Comércio para o rio Tinguá e, por meio de calhas, trazer água da Cachoeira de Macacu para abastecer um reservatório chamado Barrelão.

Do final de 1888 até 1890 a Floresta passou pelas administrações do paisagista e botânico francês Auguste Glaziou, dr. Nogueira da Gama e voltando a ser administrada pelo major Archer. Em junho de 1890, Luís Pedreira de Magalhães de Castro, sobrinho do barão do Bom Retiro, assume a administração da floresta, permanecendo por 4 anos, até 1894. Deu continuidade ao embelezamento da área, "plantou grupos de juçaras, que ainda existem, e deu a uma gruta o nome do auxiliar que descobrira a sua entrada: Luís Fernandes (MAYA, 2015, p. 37). O mesmo doou toda a documentação que dispunha sobre as administrações da Floresta da Tijuca durante as gestões de Manuel Gomes Archer (1862-1874 e 1890-1891), de Gastão de Escragnole (1875-1888), além de documentos de diversas procedências ao Mosteiro de São Bento³⁶.

Segundo Lemos, Perez e Bezerra (2002, p. 78) "criou-se a lenda de que a Floresta da Tijuca fora abandonada com o advento da república" (talvez devido ao fato do governo paralisar o replantio); de fato o que os autores destacam é que o governo da república tratou com mão de ferro os antigos sucessos do regime deposto, e a floresta sofre os efeitos da descentralização do poder. O trato das estradas foi entregue à Prefeitura do Distrito Federal, ao passo que as matas e águas estiveram a princípio sob a responsabilidade do Ministério da Viação, depois para o Ministério da Educação e Saúde e, logo, para o Ministério da Agricultura (SCHEINER, 1976; MAYA, 2015), permanecendo sem vinculação administrativa da União fixa. Vale ressaltar que entre a transição do Império e República Velha, a área enfrentou quase meio século de abandono, "sendo poucas as referências sobre a mesma durante esta época" (SCHEINER, 1976, p. 19).

Não posso deixar de dizer que encontrei um fosso entre os autores estudados no que se refere a identificação e atividades realizadas pelos administradores que sucederam a Magalhães de Castro, até o período no qual Castro Maya assume a direção da Floresta. Através de pesquisa documental e, a partir de uma citação nominal

³⁶ A documentação foi doada ao Arquivo Nacional pelo Mosteiro de São Bento do Rio de Janeiro, em março de 1991, sendo esta catalogada e disponível para consulta em 2012.

em uma das entrevistas de campo relacionando a um relato na internet do bisneto³⁷ de um dos últimos administradores da Floresta nomeado em meados da República Velha, foi possível organizar e identificar, temporalmente, mais dois outros administradores da Floresta neste período. Após a saída de Magalhães de Castro, em 1894, a floresta ficou sem administrador por 5 anos, quando em 1899, o engenheiro Jorge Lossio é nomeado administrador da Floresta e permanece no cargo até 1907 (em sua gestão se constrói o Mirante da Vista Chinesa e se realiza a restauração da Mesa do Imperador, dentre outras melhorias impulsionadas pelo prefeito Pereira Passos).

Em 1908, o último administrador da Floresta, do período final da República Velha, João Maggessi de Castro Pereira, neto dos Barões de Sorocaba (Boaventura Delfim Pereira) e de Vila Bela (Francisco de Paula Maggessi Tavares de Carvalho)³⁸, assume a Administração e permanece até sua morte, em 1925. “A Administração da Floresta figurou na estrutura da Inspetoria de Obras Públicas até 1908 (...). A partir de então, o reflorestamento continuou como atribuição da Inspetoria sem, contudo, constituir uma repartição específica” (ARQUIVO NACIONAL, 2012, p. 6). O atual Restaurante dos Esquilos teria sido a Casa do Administrador João Maggessi de Castro Pereira, onde abrigava as mudas para a continuidade do reflorestamento.

Enfim, o processo de embelezamento da Floresta continua, ainda no início do século XX, tornando-a, um cartão de visita, para as autoridades que vinham ao Rio de Janeiro, por exemplo: o Rei Alberto da Bélgica que esteve na Floresta em 1920, visitando o Pico da Tijuca; e, Albert Einstein em 1925, quando em viagem a Buenos Aires, passou pelo Rio de Janeiro, e de automóvel conheceu o Corcovado, o Bico do Papagaio, fez à pé o trajeto ligando a Vista Chinesa à Mesa do Imperador. Lemos, Perez, Bezerra (2002, p.80) destacam que “muitos congressos científicos, nacionais e internacionais, que tiveram a cidade do Rio de Janeiro como sede dos eventos, incluíram nas atividades sociais visitas à [Floresta]”.

³⁷ Através de comentários compartilhados via internet, em janeiro de 2012, endossando a entrevista de Pedro Cunha e Menezes, ex-diretor do Parque Nacional da Tijuca sobre a história de major Archer, concedida ao jornal IG, o jornalista Roberto Maggessi, ex-morador do Alto da Boa Vista falecido em 2013, após ser atingido por uma pedra, revela fatos inéditos sobre a gestão de seu bisavô João Maggessi de Castro Pereira, e depois de seu avô, também João Maggessi de Castro Pereira Júnior. Vale ressaltar que a referência desta administração só aparece, conforme a pesquisa realizada, em um documento do Arquivo Nacional. Sobre Roberto Maggessi falei melhor deste ativista no capítulo que se refere especificamente ao Vale Encantado, já que este foi militante dos interesses comuns dos moradores do Alto da Boa Vista. Entrevista disponível em <<http://rio.ig.com.br/2012/01/11/a-historia-pouco-conhecida-do-major-archer-um-heroi-nacional/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2017.

³⁸ Maria Benedita de Castro Canto e Melo, primeira e única baronesa de Sorocaba foi a esposa de Boaventura Delfim Pereira, o barão de Sorocaba, e amante do Imperador Dom Pedro I. Era irmã de Domitília de Castro e Canto Melo, a marquesa de Santos, também amante do Imperador. Teve com o imperador um filho, Rodrigo Delfim Pereira, que foi registrado como filho de Delfim Pereira, mas reconhecido por D. Pedro I já no exílio, ainda que não de forma oficial.

Enquanto isso, a mata replantada crescia em seu próprio ritmo; enfim, “foi um período necessário para a procriação das espécies faunísticas e o adensamento das florísticas” (LEMOS; PEREZ; BEZERRA, 2002, p.80). As desapropriações, via decretos, continuam sendo realizadas neste período.

1.2.2.4 Da era Vargas e ao golpe de 1964: Administração de Castro Maya

Após a morte de João Maggessi de Castro Pereira, seu filho João Maggessi de Castro Pereira Júnior, Inspetor Chefe do Ministério da Agricultura assume a administração da Floresta, em 1925 e partilha as responsabilidades técnicas com Castro Maya, de 1943 até 1959. Então, os Maggessi (pai e filho) deram continuidade e aprimoraram com novas técnicas o plantio, gestão de manejo e desenvolvimento da mata. Só na gestão de João Maggessi de Castro Pereira (Pai) foram cerca de 260.000 mudas, mais o cuidado com cada estágio da mata regenerada em mais de cinquenta sítios diferentes. Chegou a usar o quintal de sua própria casa para acolher as principais mudas e cuidava delas pessoalmente. Ele fechou os acessos e cuidou para que nada afetasse o tão delicado trabalho. Após sua morte, seu filho, também João, feitor do Ministério da Agricultura, prosseguiu com o trabalho até a chegada de Raimundo de Castro Maia, que compartilhou com ele a gestão da Tijuca. Tiveram brigas homéricas (um queria preservar a mata e ampliar a área protegida e o outro transformá-la num play-ground e num jardim exótico, extensão de sua residência).

Neste período do início da Era Vargas, em 1931, ocorre a conclusão da grande obra do monumento do Cristo Redentor cujas as obras iniciaram em 1922. O engenheiro brasileiro Heitor da Silva Costa construiu o monumento em colaboração com o escultor francês Paul Landowski e com o engenheiro francês Albert Caquot. Em 1935 foi realizada a reforma da Capela Mayrink com verbas paroquiais angariadas pelo monge beneditino, D. Francisco Onhmacht. A preocupação com o embelezamento da Floresta era parte de uma política unilateral que, deste modo, descurava de outros aspectos tais como a reintrodução de espécies faunísticas nativas que também haviam desaparecido com o desflorestamento.

Até 1941 a área da Floresta esteve sob a administração do Serviço de Águas e Esgotos do Ministério da Educação e Saúde sendo seus terrenos e matas patrimônio da União, não podendo ocorrer qualquer tipo de exploração do solo ou das nascentes. No final do ano de 1941 (5 de dezembro) o decreto Lei nº. 3.889 transfere a proteção e a guarda das florestas da União para o Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, o qual continha uma Seção de Proteção de Florestas, que supervisionaria os serviços de proteção dos mananciais e de outras atividades florestais (SCHEINER, 1976). Como amigo do prefeito do Distrito Federal e do presidente da República Getúlio Vargas,

Raimundo Ottoni de Castro Maya foi nomeado, em 1943, durante o Estado Novo, administrador da Floresta, a fim de realizar projetos de requalificação da área³⁹. Maya inicia seu trabalho em junho de 1943, com uma equipe de cerca de 60 homens, encarregados da conservação, custeados por ele, já que a prefeitura mantinha somente o feitor e o guarda do portão do Alto da Boa Vista). Castro Maya surge como “mecenas da Floresta”, e tem como objetivo transformar a Floresta da Tijuca em roteiro de lazer dos cariocas, melhorando os prédios e estradas:

necessário é então oferecer-se-lhes boas estradas e atrações nos pontos de parada; donde o requisito de restaurantes bem aparelhados que por si só constituam objetivo de uma excursão. Para os pedestres, que de certo modo perpetuam a tradição, foram mantidas as picadas e os atalhos e preparados outros sítios de permanência (MAYA, 1967, p.12).

Vieira (2010, p.22) destaca que, “ainda no século XIX, o substituto do Major Archer, o Barão d’Escragnolle, levou a cabo o arremate paisagístico da área, transformando-a em um belo parque para uso público, com locais de lazer, fontes e lagos”, e, já no período republicano sob o Estado Novo de Vargas, Castro Maya continuou com o projeto de embelezamento, desta vez, tendo como objetivo criar áreas e ambiências para o lazer. O próprio Maya (2015, p. 21) enfatiza que

a Floresta da Tijuca seria o exemplo em miniatura do que se poderia fazer em todo o país, aproveitando as belezas naturais e defendendo-as da "civilização" que entra com o machado devastador, derrubando as matas e aproveitando o húmus da terra para pouco depois abandoná-la.

Com o problema do abastecimento resolvido, o replantio dando ‘frutos’, a Floresta foi embelezada e preparada para receber visitantes. O roteiro com os equipamentos de lazer, existentes no período da administração de Castro Maya, foi pintado pelo próprio, e encontra-se fixado até os dias de hoje, na área do Restaurante Cascatinha, acima de uma das bicas (Figura 6).

³⁹ O Presidente Vargas, e o prefeito da cidade, Dodsworth, deram total apoio e liberdade para Castro Maya trabalhar.



Figura 6. Painel ilustrativo dos roteiros e sítios pitorescos da Floresta da Tijuca (1943-1946)
Fonte: BELIANI, 2016.

Ainda na administração de Castro Maya há uma intervenção que deve ser destacada. Aproveitando as demolições de prédios e igrejas centenárias devido à abertura da Avenida Presidente Vargas, Maya introduziu peças de épocas e estilos diferentes na Floresta. Um exemplo disto foi o fechamento, com grades que foram do Campo de Santana, da entrada da Floresta para quem vem pela Estrada da Paz, e foi dele a ideia de construir um portão, que se encontra até hoje na saída do setor Floresta da Tijuca, dentre outras obras. Castro Maya contou com a colaboração do paisagista Burle Marx e do arquiteto Vlademir Alves de Souza, possibilitando as reformas paisagísticas e arquitetônicas na Floresta, introduzindo várias obras de arte – fontes, esculturas e pinturas (Figura 7).



Figura 7. Fonte Wallace
Fonte: BELIANI, 2016.

Em 1945, a fiscalização, administração e conservação da Floresta da Tijuca passaram à jurisdição da Prefeitura do Distrito Federal através do Serviço de Águas e Esgotos (Decreto-Lei Nº 7.459, de 12 de abril, que dispõe sobre a transferência dos serviços relativos às águas e esgotos no Rio de Janeiro, da União para a Prefeitura do Distrito Federal). Desta forma se criou uma situação dupla: enquanto as terras e águas da Floresta da Tijuca continuavam pertencendo à União, todos os serviços de manutenção e conservação das mesmas seriam de responsabilidade da Prefeitura.

Enfim, Castro Maya transformou a floresta em um local para passeio público, embelezando toda área com obras de arte, pontes, chafarizes, grutas, lagos e belvederes, dedicando-se a tarefa de tornar a Floresta da Tijuca acessível a seus visitantes, transformando-a num lugar de lazer e recreação; e ao mesmo tempo, continuava a recuperação dos mananciais hídricos, a partir do reflorestamento como uma tarefa importante. Desta forma, como resultado destas práticas de reflorestamento, ocorreu o crescimento de uma vegetação variada, com as características de floresta secundária, tendo crescido por um processo natural de regeneração da mata, uma combinação de espécies replantadas com capoeira crescida espontaneamente. “Apenas nos grotões e nos vales mais inacessíveis é que a mata evoluiu com elementos que se supõem sejam pertencentes à vegetação primitiva” (MMA/ICMBio, 2008, p.144).

1.2.3 Floresta da Tijuca como patrimônio cultural

Quando Dom Pedro II determinou o reflorestamento do maciço da Tijuca, devido ao desmatamento agravado pelo ciclo econômico da cana de açúcar, do café, e de outras lavouras que reduziram os mananciais de água da cidade, se constituiu neste ato político, em 1861, uma ação de preservação de uma área natural, decretada como Floresta Nacional. “Ao invés da quase totalidade das florestas brasileiras esta não é de mata virgem nem se formou espontaneamente, pois foi toda plantada em obediência a um plano de reflorestamento que previa a total cobertura da área para preservação dos mananciais” (MAYA, 2015, p. 26). Como tantos pesquisadores retratam, a recomposição da Floresta da Tijuca

resultou de uma bem-sucedida série de políticas governamentais de preservação e recuperação do meio ambiente. Medidas políticas e administrativas deliberadas e de longo prazo produziram neste caso um reflorestamento de caráter pioneiro em todo o mundo: ao que me consta, esta é uma experiência até hoje singular sob vários aspectos (DRUMMOND, 1988, p. 276).

A paisagem, doravante reflorestada, foi modificada e construída, expressando de certa forma a representação simbólica que a Floresta da Tijuca tinha para a sociedade imperial: a domesticação da natureza como referência de progresso (urbanização), higiene, recreio público. Foi “um pensar sobre as atividades humanas,

incluindo neste elenco o recreio, o lazer e o desenvolvimento científico” (HEYNEMANN, 1995, p.62). Desta forma, os esforços humanos de recomposição da Floresta da Tijuca, que nasce da necessidade de sobrevivência de uma cidade que crescia, aliada a uma atitude coerente de processos técnico-científicos de plantio (vale ressaltar que para o século XIX as técnicas utilizadas foram vanguardistas), aos esforços pioneiros dos administradores da Floresta e da regeneração natural, ainda em andamento, resultaram na floresta atual, muitas vezes chamada de floresta cultural (toda a intervenção humana e todas as transformações ali verificadas revelam a estreita relação da ocupação humana com a Floresta tratada na seção acima).

O Major Archer foi designado para reflorestar a área devastada. Sua intervenção visava apenas proteger os manadeiros da água que fôra captada para abastecimento da cidade, após a desapropriação e desocupação das terras. Desempenhou-se a contento, como podemos verificar pelas espécies brasileiras de que se utilizou. Mas sua intervenção ficou nisto; foi o criador do horto florestal. O parque com seus locais de recreio, ao qual forneci a contribuição acima citada, foi obra do Barão d'Escragnoles, que com carinho preparou para uso e deleite dos visitantes as pontes toscas, os pequenos lagos e cascatas, os mirantes e até um labirinto; o conjunto, afinal, de caminhos e de pontos pitorescos que constituem o que se chama hoje a Floresta da Tijuca, e não Mata, como são as demais do Estado da Guanabara (MAYA, 2015, p. 25).

A principal questão que a Floresta da Tijuca me propõe concerne ao seu estatuto patrimonial. Pode parecer óbvio que o Parque, tal qual é conhecido atualmente, tendo sido reconhecido e tombado como patrimônio, não restam dúvidas quanto a ser um patrimônio carioca e nacional. Contudo, como disse anteriormente, há uma questão relativa à tipologia patrimonial em que se enquadra tanto a Floresta quanto o Parque, mas ainda não está sob análise o conjunto do PARNA-Tijuca. Trata-se aqui de uma questão importante no que concerne a algumas questões terminológicas e teóricas em relação ao patrimônio.

Em geral, e para fins de distinção, a categoria patrimônio é subdividida ou subcategorizada em patrimônio cultural (referente àquilo que é produzido pelo trabalho humano) e patrimônio natural (concernente àquilo que, existindo independentemente do homem, é, no entanto, socialmente valorizado), conforme já mencionado. Para além de discussões teóricas acerca da sustentação epistemológica dessa divisão, uma vez que se algo é considerado patrimônio significa, em suma, que se trata de algo simbolizado ou culturalizado. A Floresta da Tijuca é, em todos os sentidos, em termos patrimoniais, uma floresta cultural, ou seja, uma floresta que foi reconstituída botanicamente; de mais a mais, sendo o resultado do engenho e da intervenção humana. A Floresta da Tijuca adere ao imaginário social e, conseqüentemente, à memória e ao que significa ser carioca.

A questão que se coloca, tendo em vista a divisão terminológica acima mencionada, é: enquanto bem patrimonial, a Floresta da Tijuca é patrimônio natural ou patrimônio cultural? Se considerarmos que se trata de um ente florestal reconstituído, qual seja, não natural, por ter sido planejado e executado a partir de políticas, legislação e protocolos elaborados para esse fim, com base no conhecimento científico da época, não há dúvidas de que se trata de um patrimônio cultural. Em se tratando do conceito de patrimônio natural utilizado na Convenção de 1972 pela UNESCO, a Floresta apresenta visualmente, em toda sua extensão 'patrimônios naturais': formações geológicas e fisiográficas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação. E por que não considerar que toda a área delimitada da Floresta seja um patrimônio natural? De fato, pode-se considerá-la uma floresta antropogênica, já que sofreu pressão antrópica de grupos humanos e que, parte da composição sua vegetação resultou diretamente de um ato de cultura. De tal modo, que a partir da UNESCO (1972) a Floresta da Tijuca, especificamente, pode ser considerada um patrimônio cultural, uma vez que ela é em si mesma uma obra conjugada do homem e da natureza, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico; além disso, possui obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência; e exibe construções isoladas valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência resultado da ocupação humana no período imperial.

Afinal, a reconstituição, por reflorestamento, da cobertura vegetal dessa área confere-lhe um caráter único, já que protege os bens naturais e culturais da Mata Atlântica e uma parte da História do Brasil, representada por construções imperiais, ruínas do ciclo do café, além de sítios arqueológicos. Por fim, a Floresta da Tijuca é um exemplo de que medidas de proteção ambiental e cultural foram implementadas desde o século XIX, trazendo benefícios à cidade (Figura 8); e, sem dúvidas, trata-se de um bem patrimonial que supera a dicotomia cultural-natural que vem sendo aplicada ao patrimônio.



Figura 8. A cidade e a Floresta
 Fonte: Dossiê Patrimônio Mundial Rio de Janeiro.

Desta forma, o legado que herdamos é de fundamental importância para a memória, identidade, pertencimento dos povos e a riqueza das culturas. Em termos conceituais, levando-se, ainda, em conta que o termo patrimônio refere-se, quase simultaneamente, a dois sentidos diversos, conquanto associados – um, o patrimônio instituinte ou valor em-si ou valor de uso, e outro, patrimônio instituído, ou aquele que, sendo reconhecido por uma comunidade como relevante, passa a ser igualmente reconhecido e protegido por órgãos estatais e paraestatais, investido, então, de valor de troca –, considero que a Floresta da Tijuca se torna patrimônio a partir do momento em que, sendo objeto de preocupação do poder público, a área antes devastada é reflorestada e, posteriormente, embelezada. É justamente esse conjunto de medidas que, a rigor, cria a Floresta da Tijuca, e que a torna em bem patrimonial, tanto em termos jurídico-administrativos, quanto no que concerne à aderência da população.

Há uma observação a ser feita sobre a solução dada para o problema da falta d'água que foi o reflorestamento – em todos esses anos, desde a administração do major Archer, em 1861 até o fim da administração de João Maggessi de Castro Pereira Júnior, em 1943 (não mencionei Castro Maya pelo fato do mesmo não ter realizado plantio de mudas, uma vez que já havia se consolidado a vegetação), em 82 anos, em termos de conservação da biodiversidade, ecologicamente, a área do maciço da Tijuca só recebeu espécies botânicas em virtude de seu reflorestamento. É certo que a Floresta cresceu sem interferência humana, o que foi importante para seu adensamento, tanto das espécies florísticas, quanto das faunísticas. Sabe-se que todo o trabalho de recuperação da Floresta da Tijuca tem sua importância, e seu peso frente às atividades precursoras de preservação de áreas naturais, e que, além disso, foi a partir de sua recuperação, que foi possível iniciar o resgate da fauna local. Porém, muitos animais extintos pela degradação ambiental, nunca retornaram à área. Vieira destaca que:

a fauna atual do Parque tem um número baixo de espécies quando comparada a áreas mais preservadas de Mata Atlântica. No entanto, graças à migração da avifauna e aos projetos de reintrodução, cerca de 30 espécies de mamíferos, 100 de aves, vários répteis, anfíbios e borboletas voltaram ao Parque (VIEIRA 2010, p.21).

Desta forma, identifico que a reconstrução da cobertura vegetal propiciou o "retorno", em parte, da fauna local (afinal, a reconstituição da cobertura vegetal proporcionou a atração de algumas espécies terrestres e aéreas); e algumas outras, necessitaram ser reintroduzidas⁴⁰, resultado de uma ação ambiental realizada a partir de processos científicos. A IUCN define como reintrodução a tentativa de restabelecer uma espécie numa área na qual ela já fora comum, mas encontra-se extinta atualmente. De acordo com o ICMBio, um dos maiores problemas para a conservação da biodiversidade são as florestas vazias que parecem intactas à primeira vista e, no entanto, apresentam lacunas na cadeia alimentar, por faltarem inúmeros representantes da fauna, o que leva à interrupção de vários processos ecológicos, como dispersão de sementes de grandes árvores, regulação de populações faunísticas e ciclagem de nutrientes.

Considerando que ecossistema é qualquer comunidade de seres vivos, cujos processos vitais interagem entre si e com o ambiente físico e químico em uma dada área, e que por muitos anos a preocupação dos responsáveis pelo projeto de reconstrução da área estava centrada somente em reflorestar a área da Floresta da Tijuca, pode-se avaliar que acabaram por aparecer falhas no processo de reconstituição da floresta. A principal falha, no meu entender, consistiu no fato de, embora tenha sido bem-sucedido o reflorestamento, este deu-se unilateralmente, uma vez que não houve a mesma sistemática no que tange a reintrodução de espécies zoológicas. Esta falha resulta em que, do ponto de vista ecossistêmico, a Floresta da Tijuca, em seu todo e comparada a florestas naturais, seria um exemplo de 'floresta vazia' ou 'floresta sem vida'⁴¹, ou seja, que não funcione adequadamente por lhe faltar inúmeros elementos que, numa floresta integral, contribuem para manter o equilíbrio ecológico, o que faz com que a biodiversidade seja bastante afetada.

De fato, algumas espécies de fauna e flora estão retornando ao seu lugar, mas ainda assim, há um vazio de indivíduos que antes faziam parte do ecossistema. Obviamente, estritamente falando, a floresta nem é vazia, nem tampouco morta. E, no

⁴⁰ A reintrodução de espécies teve como ponto de partida o estudo de mestrado de Bruno Cid, com apoio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Rio Zoo e PARNA-Tijuca.

⁴¹ Utilizei a ideia de Otávio Barros, morador da comunidade do Vale Encantado, que entrevista destacou considerar que o PARNA-Tijuca pudesse ser um 'parque sem vida', uma vez que, alguns animais de Mata Atlântica não se encontram presentes na área.

entanto, dado o seu desequilíbrio ecossistêmico, provoca essa percepção de que algo nela falta e falha. E tomando essa floresta como uma amostra viva, ou uma floresta em exposição, essa sua característica de ser vazia ou morta nos permite relacioná-la ao conceito de memória morta de que fala Castoriadis (1983), morta porque, de certa forma e por conta de determinados processos sócio-políticos e até mesmo formativo-educativos, ocorre uma decomposição da cultura levando a “perda de uma relação substancial [...] com o seu passado, com sua história [...]” (CASTORIADIS, 1983, p. 304). Com todas as ressalvas, pode-se dizer que se trata de uma floresta de memória morta, justamente porque nada tem a ver com seu passado e, igualmente, dado ter-se tornando um espetáculo de si mesma e da mata atlântica que um dia fora, por ter sido erigida em objeto de culto e espaço de recreação.

De tal maneira, a importância da Floresta da Tijuca reside, ao mesmo tempo, pelo pioneirismo da recuperação da área, e por fazer parte de uma unidade de conservação, hoje conhecida e estabelecida como PARNA-Tijuca, em conjunto com outras florestas.

FASE 2 – Vamos passear no Parque

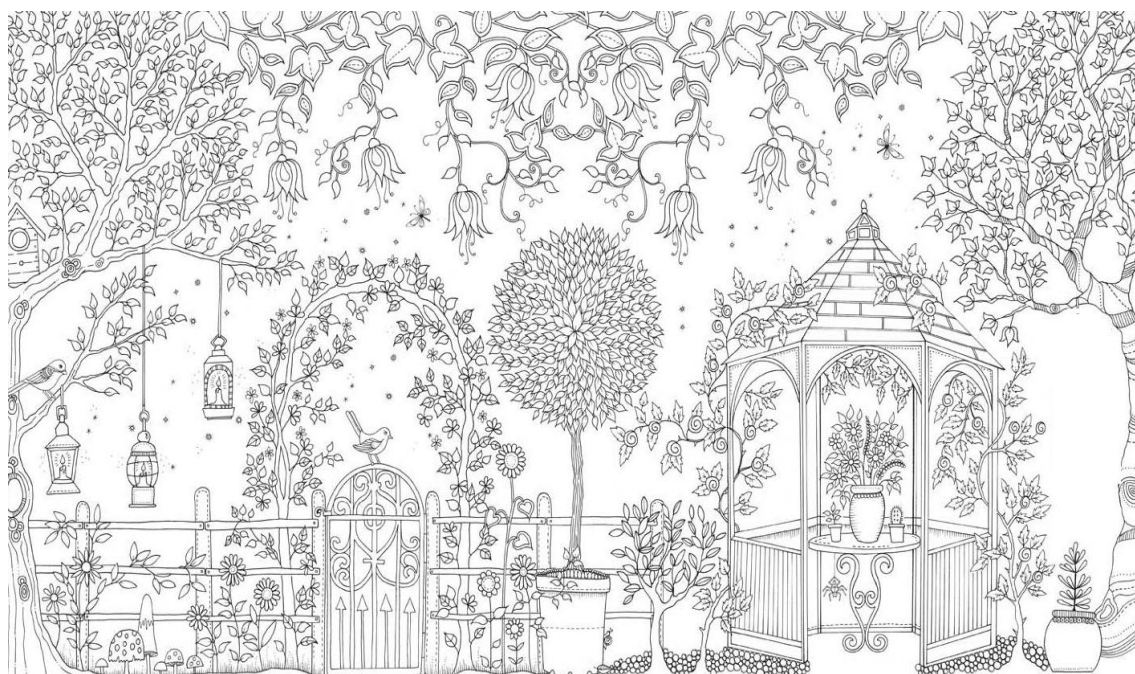


Figura 9. Livro Floresta Encantada – desenhos para colorir
Fonte: Google, 2016.

CAPÍTULO 2

PATRIMÔNIO AMBIENTAL:



Figura 10. Marca Institucional do PARNA-Tijuca

Capítulo II – PATRIMÔNIO AMBIENTAL: o Parque Nacional da Tijuca e a problematização de suas fronteiras

A criação do Parque Nacional da Tijuca há 50 anos foi em si um ato de reconhecimento a uma iniciativa visionária e provavelmente a única no mundo de reconstrução de uma floresta nativa a partir do zero (MENEZES, 2010).

Com empenho, vontade e organização de todos os administradores, a Floresta da Tijuca se recompôs e tornou-se um lugar de passeio, embelezado com jardins, chafarizes, pontes, lagos e mirantes, que “refresca o ar, modera a temperatura e propicia lazer e recreação” (DRUMMOND, 1988, p.276). Cores, tons, histórias e memórias sinalizam, em grandeza, uma das mais belas paisagens do Rio de Janeiro, protegida legalmente pelo Estado através do Decreto-Lei de 1961, que oficialmente a torna parte integrante do Parque Nacional. Agora, sendo Parque, continua se relacionando diretamente com a história e organização da cidade do Rio de Janeiro, que cresce a cada dia, apresentando pontos de pressão antrópica nos seus limites, já que se situa no “coração” metropolitano da cidade. Segundo Cezar e Oliveira (1992, p.141) “a particularização e identidade tanto da mata quanto da metrópole têm origem nas trocas realizadas entre estes dois sistemas adjacentes”. E é tendo como questão problemática esta fronteira – cidade/parque – que desejo refletir. Considerando os diferentes sentidos para o termo fronteira, e sua distinção em diversos campos disciplinares, trato o termo, nesta tese, a partir de uma perspectiva antropológica, que direciona o conceito à noção da processualidade histórico-social, simbolicamente produzida, além da ideia de continuidade e dinamicidade, já que se refere às trocas e inter-relações, onde acontecem diferentes intercâmbios em diferentes esferas do ambiente sociocultural, sejam identitárias, culturais, econômicas, afetivas, patrimoniais. Não se deve negligenciar o fato de que essas inter-relações fronteiriças incluem, por vezes, tensões, disputas e conflitos de poder.

Nesta perspectiva antropológica, as fronteiras podem ser consideradas espaços de modificações, no sentido de alteração/modificação/transformação, a partir dos princípios de relatividade, pluralidade, acordo mútuo e de processos contraditórios, trazendo um “sentido simbólico de lugares sociais identificados como passíveis de incorporação pelos centros de decisão” (FAULHABER, 2001, p.105). A criação de parques nacionais constitui a mais popular e antiga forma de proteção da natureza. Contudo, sabe-se que, no Brasil, a criação de muitos parques nacionais, se deu em áreas onde havia concentração de grupos humanos, acarretando grandes conflitos, tensões e disputas simbólicas e judiciais, que envolvem diferentes interesses e representações imaginárias em relação ao território em disputa. Então surge uma

questão: qual representação simbólica que atualmente tem o PARNA-Tijuca? E esta área seria somente um patrimônio cultural e natural, ou poderíamos problematizá-la, a partir de sua dimensão sócio histórica, sob a ótica benjaminiana de politizar a natureza e a cultura no contexto latino-americano, e denominá-la como patrimônio ambiental?

Este capítulo foi organizado com o objetivo de tratar do aspecto histórico das instâncias dos processos de preservação do PARNA-Tijuca e sua caracterização, analisando o contexto sociopolítico de sua criação e delimitação, assinalando os conflitos socioambientais gerados com sua delimitação, suas fronteiras, não só geopolíticas, mas também simbólicas e patrimoniais. Ademais, destaco neste capítulo as práticas e as políticas públicas, internacionais e nacionais, direcionadas para a conservação da biodiversidade, as influências sofridas pelo Brasil, suas primeiras iniciativas de preservação a partir de modelos de preservação e estabelecimento de parques no mundo. E, enfim, discuto teoricamente acerca da categorização do patrimônio, como fundamentação para considerar o Parque Nacional um patrimônio ambiental.

2.1 O Parque Nacional da Tijuca e seus processos de preservação

O PARNA-Tijuca é uma Unidade de Conservação⁴² (UC), protegida por lei, através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)⁴³, considerada uma unidade de conservação do tipo Proteção Integral. Conforme o SNUC as unidades de conservação do tipo proteção integral são aquelas áreas naturais protegidas, com o objetivo básico de preservar a natureza “livrando-a, o quanto possível, da interferência humana” (ICMBio)⁴⁴. Observo uma contradição no enunciado acima, utilizado pelo Instituto responsável pela proteção da biodiversidade para justificar a tipologia da unidade de conservação, uma vez que, se se considera a história humana de ocupação

⁴²É a denominação dada pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) às áreas naturais passíveis de proteção por suas características especiais. São "espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção da lei" (BRASIL, 2000, art. 1º, I [Lei n 9985]).

⁴³ O SNUC foi instituído, no Brasil, através da Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000 e vem ordenando as áreas protegidas, nos níveis federal, estadual e municipal. Divide as categorias de unidades de conservação em dois grupos: proteção integral e uso sustentável. As unidades de conservação do tipo proteção integral são: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural (MONAT), Refúgio da Vida Silvestre (RVS). E as Unidades de Conservação do tipo uso sustentável são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (REF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN).

⁴⁴ ICMBio – Instituto Chico Mendes da Biodiversidade. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/biodiversidade/unidades-de-conservacao/grupos.html>> acesso em: 07 de julho de 2014.

da Terra, fica difícil argumentar a favor de uma natureza em estado puro, pois de alguma forma, esta pode ter sido manipulada por humanos.

Segundo Ibiapina (2012), William Baleé⁴⁵ relata que a Floresta Amazônica, área natural atualmente protegida, apresenta vestígios bem antigos de atividades culturais, e que as populações, que ao longo do tempo ali habitaram, manejaram os recursos naturais de tal forma que teriam, em determinados graus, modificado o ecossistema. Isto continua acontecendo até hoje, dadas as atividades das populações indígenas e ribeirinhas, por exemplo, e também as diversas frentes econômicas (agropecuárias, extração e beneficiamento de minérios etc.) ali instaladas.

Não se pode deixar de dizer que os ecossistemas (conjunto formado pela comunidade biológica e o ambiente que o cerca), apresentam um mecanismo conhecido por homeostase (capacidade de se manter estável diante de perturbações), e que dependendo do limite destas perturbações – em frequência e intensidade – o sistema pode não conseguir voltar exatamente ao nível de antes. Assim, em parte, conclui-se que a manipulação da natureza que grupos humanos realizam para a própria sobrevivência – logo bem distante e diferente, quer em intensidade e extensão, quer no que respeita à finalidade, do que acontece quando a exploração da natureza é feita sob a égide do capitalismo – não ameaça à integridade ecológica das áreas naturais protegidas. Enfim, de alguma forma, o PARNA-Tijuca também apresenta uma história de ocupação humana que, de fato, interferiu no ecossistema da área.

2.1.1 Criação, estabelecimento dos limites e gestão do PARNA-Tijuca

As primeiras motivações para a implantação do PARNA-Tijuca, segundo Vieira (2013), dizem respeito às funções de lazer e turismo atribuídas ao Maciço da Tijuca, como refúgio contra a vida urbano-industrial estressante. Pode-se dizer que, de certa forma, os argumentos e processos que levaram à implantação desta UC, na atualidade e com o discurso ecológico, “favoreceram a preservação do ecossistema florestal e certa consciência de preservação do patrimônio natural” (COELHO NETTO; MACHADO; MONTEZUMA, 2009, p.151). De acordo com o Plano de Manejo deste Parque (MMA/ICMBio, 2008, p.3), o interesse de sua criação estava ligada

⁴⁵ William Baleé é professor de antropologia e estudos ambientais na Universidade de Tulane, em Nova Orlães, Luisiana, e suas pesquisas se direcionam para a teoria antropológica e para etnologia indígena brasileira dos índios Urubu-Kaapor. Ademais, desenvolveu trabalhos na Amazônia brasileira e boliviana, entre outros grupos indígenas como o os Tembés, Assurinís-do-xingu e Araweté, no Pará, os Guajás no Maranhão e os Sirionó na Bolívia, todos falantes da família linguística Tupi-Guarani. Sabe-se que, seus trabalhos tiveram grande impacto dentro dos estudos da Ecologia Histórica contribuindo com dados relativos à adaptação dos ameríndios na Amazônia.

à proteção das florestas de domínio público da Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca. Este se constituía de três áreas de floresta separadas entre si por vias de circulação e edificações pertencentes à cidade do Rio de Janeiro.

Sendo assim, o parque é criado em 6 de junho de 1961, com o nome de Parque Nacional do Rio de Janeiro⁴⁶, tendo a extensão total de 33 km², sendo as terras e os recursos naturais de seus limites sujeitos ao regime especial do Código Florestal⁴⁷ de 1934, que definia a “proteção territorial das florestas brasileiras, estabelecendo um marco legal para os parques nacionais e definindo os principais ecossistemas florestais a serem protegidos” (BELIANI, 2012, p.36). A área foi administrada pelo Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, autorizado inclusive a realizar as devidas desapropriações, caso estas fossem necessárias à implantação do Parque (SILVA, 2002). Em 08 de fevereiro de 1967, o Decreto Federal nº 60.183 alterou, definitivamente, seu nome para Parque Nacional da Tijuca⁴⁸, levando em conta o recorte da floresta pelas principais vias de circulação, modificando e inserindo novos limites. Conforme Silva (2002, p.41)

a área já estava ocupada em diversos pontos por propriedades particulares e intensamente degradadas. A floresta da Covanca e parte da Floresta do Andaraí, foram excluídas dos limites do parque por encontrarem-se em sua maior parte invadidas por “ocupações irregulares”. O mesmo aconteceu com as Chácaras da Bica e da Cabeça, na Gávea, urbanizadas e também ocupadas por comunidades de baixa renda. Em outros pontos do Parque, as linhas divisórias chegam à cota dos 400 metros, aproveitando para preservar apenas a parte alta das encostas já urbanizadas.

A reconfiguração do parque em seus novos limites, em 1967, incorpora o conjunto da Pedra Bonita e da Pedra da Gávea (conhecido hoje como setor C) e várias áreas do morro de Dona Marta, Corcovado, Gávea, Cochrane, Alto da Boa Vista, Edson Passos, Jacarepaguá. Em 04 de julho de 2004, um decreto federal, (Decreto s/nº de 03/06/2004) ampliou os limites do parque para 39,51 km², incorporando locais como

⁴⁶ O Parque Nacional do Rio de Janeiro foi criado, no antigo Estado da Guanabara, por meio do Decreto Federal nº 50.923 de 06/07/61.

⁴⁷ Decreto nº 23.793 de 23 de janeiro de 1934. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-norma-pe.html>>. Acesso em 8 de março de 2016.

⁴⁸ Conforme entrevista cedida à pesquisa de mestrado, o professor Alceo Magnanini (ex diretor de Florestas do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF), afirmou que a mudança do nome foi necessária devido ao fato de inúmeras cartas/correspondências emitidas para o Parque Nacional do Itatiaia, criado em 1934 (o primeiro parque nacional do Brasil, reconhecido nacionalmente na época como sendo o parque do Rio de Janeiro) serem encaminhada para o Parque Nacional da Tijuca (ainda como Parque Nacional do Rio de Janeiro). Este relato condiz com o Plano de Manejo (2008, p. 136) que também revela quem em 1981 ocorriam “constantes confusões com os parques nacionais de Itatiaia e Serra dos Órgãos, que estavam no antigo Estado do Rio de Janeiro, e por abranger o Maciço da Tijuca, cujo ponto culminante é o Pico da Tijuca, seu nome foi definitivamente alterado para Parque Nacional da Tijuca”.

Parque Lage⁴⁹, área da Vila Rica (perto da pedra do Andaraí), Serra dos Pretos-Forros e Morro da Covanca⁵⁰ (MMA/ICMBio, 2008, p.3). Vale ressaltar que, os limites do parque se constituíam, originalmente, de três áreas de florestas, separadas entre si por vias de circulação e edificações, ou seja, espacialmente descontínuos. Atualmente, o Parque é constituído por 4 setores (Figura 11).

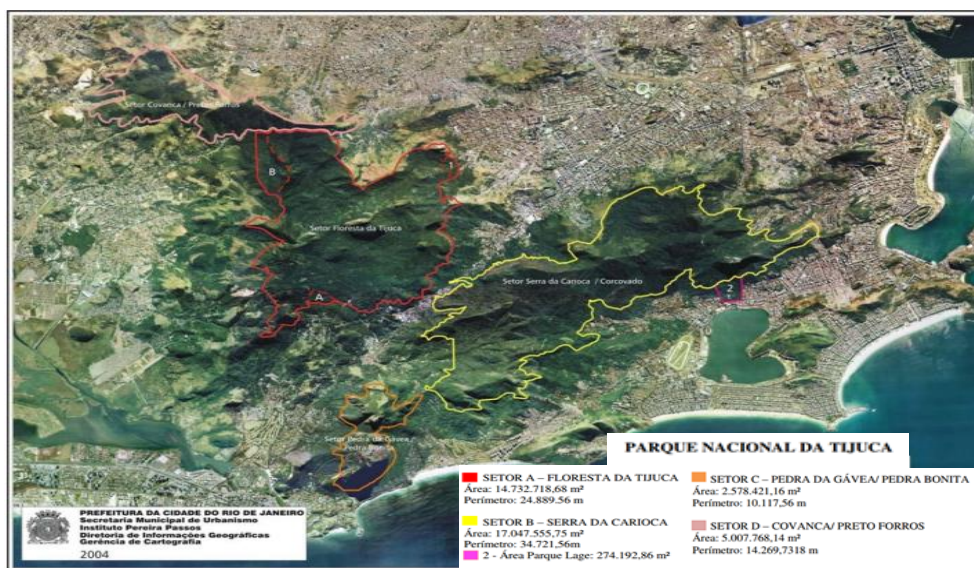


Figura 11. Divisão dos setores do PARNA-Tijuca
 Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca, 2008.

O PARNA-Tijuca apresenta algumas curiosidades: é um dos menores parques nacionais brasileiros, mas, em compensação, constitui a maior floresta urbana replantada do mundo, além de ser o parque nacional mais visitado do país. É também, depois dos parques estaduais da Cantareira (em São Paulo) e da Pedra Branca (no Rio de Janeiro), a maior unidade de conservação florestal-urbana do Brasil.

De acordo com o MMA/ICMBio (2008), seus setores configuram-se da seguinte maneira:

- SETOR A – Floresta da Tijuca, limitado ao norte pelos bairros de Lins de Vasconcelos e Camarista Méier e pela Estrada Menezes Cortes, onde faz limite com o setor Pretos-Forros/Covanca; a oeste pelo bairro de Jacarepaguá; a sudoeste pelo bairro do

⁴⁹ Segundo Netto, Machado e Montezuma (2009, p.153) o Parque Lage foi anexado a este setor por decreto Federal s/n; a área foi adquirida em 1611 pela família de Rodrigo de Freitas Mello, com a qual permaneceu por cerca de dois séculos; entre 1859 e 1941 essa propriedade pertenceu à família de Antonio Martins Lage e Henrique Lage, seu filho, e foi vendida a uma empresa imobiliária. Em 1965 foi tombada pelo antigo Estado da Guanabara, e em 1976, desapropriada pela União. Pelo decreto 80.494, de 5 de outubro de 1977, esse parque foi cedido ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e administrado pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Em 25 de abril de 1991, decreto presidencial s/n concedeu ao Estado, por 10 anos, o direito de instalar a Escola de Artes Visuais. Em 1999, por decisão judicial, o parque passou a ser administrado pelo IBAMA.

⁵⁰ Apesar desta área ter sido incorporada em 1961 ao Parque Nacional do Rio de Janeiro, foi excluída com o Decreto 60.183 de 1967.

Itanhangá; a sul com a Gávea Pequena e Alto da Boa Vista; a leste pelos bairros da Usina, Grajaú, Andaraí e Vila Isabel;

- SETOR B – Serra da Carioca, limita-se ao norte com os bairros da Usina, Muda, Tijuca, Engenho Velho, Rio Comprido e Santa Teresa; a leste pelo centro da cidade e os bairros da Glória e Catete; a sudeste pelos bairros de Laranjeiras e Cosme Velho; a sul pelos bairros de Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico, Horto, Gávea e São Conrado; a sudoeste pelo bairro da Gávea Pequena;

- SETOR C – Pedra Bonita/Pedra da Gávea, limita-se ao norte pelo bairro do Alto da Boa Vista; ao sul pelo Joá; a sudoeste pela Barrinha; ao leste pelo bairro de São Conrado e a oeste pelo bairro do Itanhangá;

- SETOR D – Pretos Forros/Covanca (cabe dizer que este setor não recebe visitas), limita-se ao norte com os bairros Camarista Méier e Inácio Dias; ao sul com a Floresta da Tijuca; a leste com o bairro de Lins de Vasconcelos e a oeste com o bairro de Jacarepaguá

Vale ressaltar que o setor A (Floresta da Tijuca) é o que mais sofreu o impacto do desmatamento no século XIX. Atualmente é o mais visitado por conter inúmeros monumentos históricos, como a Cascatinha de Taunay, a Capela Mayrink, a casa dos escravos do major Archer (atual Restaurante Floresta), a casa sede da Fazenda Luiz Fernandes, o Barracão (sede administrativa do PARNA-Tijuca) e várias ruínas do ciclo cafeeiro, especialmente do século XIX. É também o setor que se concentra diversas trilhas, inclusive a Transcarioca⁵¹. O setor B (Serra da Carioca) é bastante visitado devido ao monumento-ícone da cidade – o Cristo Redentor – no topo do Morro do Corcovado, além da Vista Chinesa e do Mirante Dona Marta e do Parque Lage. Segundo Coelho Netto, Machado e Montezuma (2009, p. 153) é uma área de “floresta em estado sucessional mais avançado (clímax local) e em melhor estado de conservação – a chamada Mata do Pai Ricardo”. O setor C (Pedra Bonita/Pedra da Gávea), também situado na Serra da Carioca, é o menor setor do parque e, tem uma visibilidade maior a partir dos pontões e escarpas rochosas, sendo utilizados como rampas de voo livre (Pedra Bonita). O setor D (Covanca/Pretos Forros) retorna aos limites, em 2004, do Parque devido à sua relevância potencial para a expansão de cobertura florestal de interligação dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca por meio de um corredor

⁵¹ Por integrar seis unidades de conservação do tipo integral e uma do tipo sustentável (Parque Natural Municipal de Grumari, Parque Estadual da Pedra Branca, Parque Nacional da Tijuca, Parque Natural Municipal da Catacumba, Parque Natural Municipal da Paisagem Carioca, Monumento Natural Municipal dos Morros do Pão de Açúcar e da Urca e a Área de Preservação Ambiental e Recuperação Urbana Municipal do Alto da Boa Vista), a Trilha Transcarioca tem sido utilizada como estratégia de conservação pelo Mosaico Carioca de Áreas Protegidas, que foi criado pela portaria MMA nº 245 de 11 de julho de 2011.

ecológico, cuja área é definida pelo Plano de Manejo (2008)⁵² como de recuperação ambiental, portanto, não existe uma intenção de intensificar a visitação no setor D, até por causa da sua localização.

Este setor é importante por apresentar uma cobertura vegetal em vários estágios de regeneração, dispondo também de algumas áreas com vegetação natural ou pelo menos próxima ao seu clímax. Assim, a existência deste setor contribui em muito para a manutenção do ecossistema e o aumento da viabilidade de populações da fauna e flora da Mata Atlântica (MMA/ICMBio, 2008, p.5), devido a existência de troca de polinização e dispersão de sementes. Enfim, o PARNA-Tijuca, como uma área natural protegida, por conter um dos últimos remanescentes de floresta do Município do Rio de Janeiro, conforme o Plano de Manejo (MMA/ICMBio, 2008, p.296)

fornece inúmeros serviços ambientais fundamentais para a cidade, tais como: a manutenção do manancial hídrico, o controle da erosão, a amenização de enchentes, atenuação das variações térmicas, a regulação climática local, a redução da poluição atmosférica e sonora e a manutenção da estética da paisagem natural local.

Atualmente, o PARNA-Tijuca é subordinado ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio⁵³) – autarquia do Ministério do Meio Ambiente – e sua gestão é realizada de maneira compartilhada entre os governos federal, estadual e municipal. Apesar do Parque apresentar pouca representatividade no cenário federal, no que diz respeito à extensão territorial quando comparado com os demais parques, é, como já mencionado, um dos parques nacionais mais visitados do país, e possui uma relação direta com a cidade do Rio de Janeiro, sendo uma importante área de lazer, de esportes, além de se constituir em um ponto importante de atração turística nacional e internacional.

⁵² Vale destacar que, apesar da área ter sido decretada como área natural protegida pública em 1961, somente vinte anos depois que seu primeiro Plano de Manejo foi elaborado, com objetivos de ajustar a proteção e salvaguarda dos ecossistemas nele encontrado. E, em 2008 um novo plano de manejo foi elaborado e encontra-se em uso até os dias atuais. Para saber mais sobre a gestão do parque e sua relação com Plano de Manejo, importância e pontos relevantes ver trabalho monográfico de BRÉTAS (2011) intitulado como “Estudo comparativo dos planos de manejo dos parques nacionais de Itatiaia, Serra dos Órgãos e Tijuca”.

⁵³ O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade é uma autarquia em regime especial. Foi criado dia 28 de agosto de 2007, pela Lei 11.516 é vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e integra o Sistema nacional do Meio Ambiente (Sisnama). Cabe ao Instituto executar as ações do SNUC, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. O ICMBio ainda fomenta e executa programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e fomenta o poder de polícia ambiental para a proteção das UCs federais. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/quem-somos/o-instituto.html>>. Acesso em 19 de março de 2016.

2.1.2 Caracterização do PARNA-Tijuca

O fato do Parque ter 3.958,38ha de área, o faz ser o menor parque do Brasil – mas em cujo interior se encontra a maior floresta urbana replantada do mundo – representando somente 0,003% da área do bioma Mata Atlântica e cerca de 0,004% da área de proteção integral desse bioma (MMA/ICMBio, 2008, p.36). Corresponde acerca de 3,5% da área do município do Rio de Janeiro. O Parque detém uma considerável cobertura de Mata Atlântica, bioma este que possui reservas de recursos naturais, complexa biodiversidade e altos volumes de água doce, e tem sido considerado referência nacional e internacional no que tange à proteção da biodiversidade. Sua principal missão é proteger os remanescentes de Mata Atlântica, que têm papel fundamental no equilíbrio climático, na redução de poluição, além de servir como contenção de encostas do Maciço da Tijuca (ALMEIDA; IRVING, 2006, p.201).

Assim, o PARNA-Tijuca, além de proteger fragmentos do Bioma Mata Atlântica com alta diversidade biológica em avançado estado de regeneração, protege uma parte do patrimônio histórico-cultural da cidade intimamente ligado a este reflorestamento já tratado nesta tese. Cabe dizer que parte do PARNA-Tijuca integra o conjunto paisagístico carioca que recebeu o título de patrimônio mundial, outorgado em 2012, pela UNESCO (Figura 12), item que, em termos político-patrimoniais, será tratado mais à frente.



Figura 12. O Parque e a Cidade. Em Primeiro Plano, a Lagoa Rodrigo de Freitas (bairro do Jardim Botânico). Ao fundo a Serra da Carioca destacando-se os Morros do Corcovado e Dona Marta.
Fonte: Plano de Manejo 2008. Foto: Bernardo Issa.

Geograficamente, ele situa-se no centro da cidade do Rio de Janeiro (zona urbana), nas montanhas do Maciço da Tijuca, entre os paralelos 22°55'S e 23°00'S e os meridianos 43°11'W e 43°19'W, no centro sul do Estado do Rio de Janeiro. O Maciço se caracteriza pelo relevo acidentado, orientado no sentido NE/SW e compreendendo um

bloco falhado da Serra do Mar, cuja altitude varia entre 80m e 1.021m (MMA/ICMBio, 2008, p.3). O maciço da Tijuca se insere no domínio morfoclimático dos “Mares de Morros”, definição tradicional de classificação do relevo Ab’Saber (1970). Geologicamente, o Parque se constitui, em sua maior parte, por gnaisses. A presença do gnaise facoidal, no Rio de Janeiro, é responsável pelos aspectos morfológicos peculiares como os pontões (um deles popularmente conhecido como "Pão de Açúcar"). Destacam-se os paredões escarpados, os picos, as mesas e todo um conjunto morfológico que, na realidade, passou a simbolizar a cidade do Rio de Janeiro. Desta forma, pode-se dizer, conforme Coelho Netto; Machado; Montezuma (2009, p.143) que

o Maciço da Tijuca integra-se à paisagem carioca como um geoecossistema florestal-urbano, por conter um fragmento de mata atlântica, e é foco de relações funcionais próprias que se sobrepõem às heranças de passado marcado por ciclos econômicos que devastaram a floresta original. Está amplamente integrado ao tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro, constituindo um dos principais marcos da paisagem, reconhecido nacionalmente e internacionalmente.

O clima típico da cidade carioca é o tropical atlântico caracterizado por invernos secos e verões chuvosos. Por sua inserção no centro-sul do estado do Rio de Janeiro, o PARNA-Tijuca é influenciado por tal microclima, o que se reflete na temperatura média anual que oscila entre 18°C e 26°C, formando amplitudes térmicas crescentes na medida que alcançam o sul do estado. As precipitações pluviométricas são abundantes, superando 1.200mm/ano com uma maior frequência no verão, no qual o maior índice pluviométrico coincide com a área do Maciço da Tijuca. Provavelmente o relevo, a densa cobertura vegetal e a proximidade com o mar explicam a maior densidade pluviométrica (MMA/ICMBio, 2008) ocorrida na área.

A rede hidrográfica do estado do Rio de Janeiro é composta por diversos rios e lagos de diferentes volumes. Algumas dessas nascentes se situam no Parque Nacional da Tijuca, e muitas deságuam na Baía de Guanabara. A título de exemplo pode ser citada a bacia hidrográfica da baixada de Jacarepaguá, que é formada pelos rios que descem das vertentes dos maciços da Tijuca e da Pedra Branca e do escudo rochoso situado ao norte da baixada, e pelas lagoas da Tijuca, Camorim, Jacarepaguá, Marapendi e Lagoinha. Coelho Netto; Machado; Montezuma (2009, p.1444/145) ressaltam que,

assim como os demais maciços costeiros, o da Tijuca funciona como importante centro armazenador e distribuidor de águas pluviais, de onde convergem descargas fluviais (líquidas, sólidas e solúveis) para baixadas circundantes. Essas descargas atravessam as baixadas costeiras através de uma rede de canais e drenos enterrados, antes de desaguar em seus respectivos reservatórios terminais na Baía de

Guanabara, nas lagoas costeiras (Rodrigo de Freitas, Tijuca, Camorim e Jacarepaguá) e nas praias da Zona Sul.

Assim sendo, dada a história de todo o trabalho de canalização dos rios e de reflorestamento de parte da área do Parque – que fora radicalmente alterado devido à monocultura de cana de açúcar e de café, sucessivamente –, “o Maciço da Tijuca resulta hoje em um mosaico heterogêneo de formações vegetais oriundas de sucessões naturais ou induzidas e associadas às diversas formas de intervenção humana” (COELHO NETTO; MACHADO; MONTEZUMA, 2009, p.154).

A Mata Atlântica, por ser um bioma caracterizado por sua alta biodiversidade de organismos, por consequência, o PARNA-Tijuca, preserva um grande número de espécies animais e vegetais com características genéticas próprias, distribuídas por ambientes distintos.

Uma das principais características do Parque é possuir uma flora secundária, que resultou do logo processo de regeneração após o reflorestamento. Árvores como embaúba, quaresmeira, ipê amarelo, fedegoso, pau ferro, cibipuruna, cedro, jacarandá, jequitibá, canela, palmeira indaiá, eucalipto e pinheiro do Paraná (as duas últimas espécies não são originárias da Mata Atlântica), se destacam na área do Parque. Vale ressaltar que existe uma vegetação rasteira constituída por ervas como helicônia, bico do guaraná, begônia, caeté, avenca, samambaia, maria sem vergonha, que também é uma planta exótica, visto ter sido trazida da África. Na forma intermediária de vegetação encontram-se, sobretudo, manacás, jaborandi, palmito, dracena, pau d’água, e o café (que ainda pode ser visto na floresta). Segundo o Plano de Manejo (MMA/ICMBio, 2008), o Parque possui cerca de 600 espécies vegetais, 433 das quais são ameaçadas e registradas. Coelho Netto, Machado e Montezuma (2009, p.159) revelam que os técnicos do Parque trabalham visando reverter a proliferação das espécies exóticas introduzidas no processo histórico de reabilitação florestal do Maciço da Tijuca.

Uma parcela da representação faunística do município do Rio de Janeiro foi encontrada nas áreas interiores do Parque e nas zonas limítrofes – entorno ou zona de amortecimento (MMA/ICMBio, 2008). Muitos dos anfíbios, endêmicos no Rio de Janeiro, sobrevivem atualmente nas florestas das encostas nos maciços da Tijuca. Existem relatos de que as borboletas azuis, em extinção e reconhecidas como símbolo dos trópicos e da Mata Atlântica, foram registradas no Parque. É possível encontrar registros de animais de médio porte, como macaco prego, preguiça, cachorro do mato, sagui estrela, quati, gambá, guaxinim, roedores e diversas espécies de morcegos. Foram também encontradas diversas serpentes, como a jiboia verdadeira e jararaca; cobras cipós, cobra coral verdadeira; e víboras como jaracuçu (conhecida como surucucu).

Existem, ainda, diferentes espécies de lagartos, pererecas, peixes, moluscos e insetos. Quanto às aves destacam-se capoeiras, juritipiranga, beija-flor, sabiá, maritaca, sanhaço, tucano-de-pico-preto (espécie que, há anos, havia desaparecido das matas do PARNA-Tijuca) foi reintroduzido na área do parque na década dos anos 1970 (MMA/ICMBio, 2008), a partir dos trabalhos de restauração da fauna, as quais auxiliam na dispersão de sementes.

2.2 O processo de patrimonialização do PARNA-Tijuca

O processo de patrimonialização da área de pesquisa se inicia com o Decreto-Lei do Imperador D. Pedro II, em 1861, quando este reconhece a necessidade de ‘preservar’ as matas, para captação de água das nascentes do rio da Carioca, no Maracanã e nas Paineiras, devido à falta de água na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, e declara a área uma Floresta Nacional. Esta ação político-administrativa de valorização da área foi determinante para o início de sua patrimonialização. Com o reflorestamento, a área de floresta/mata fica sendo reconhecida pelo seu valor ambiental, pela sociedade carioca da época, possibilitando a continuidade da vida, do abastecimento de água e do crescimento da cidade. Quando, então, a área é decretada Parque Nacional, em 1961, a realidade sociopolítica da época encontra-se imbuída de outro objetivo: o de proteger as florestas de domínio público da Tijuca, Paineiras, Corcovado, Gávea Pequena, Trapicheiro, Andaraí, Três Rios e Covanca. Acompanhando a busca por uma identidade nacional (relacionada à construção do Estado-nação brasileiro), e toda estrutura das políticas públicas nacionais que o Brasil vinha construindo desde os anos 1930, como legitimação patrimonial nacional, por meio da lei e dos procedimentos sociotécnicos, o PARNA-Tijuca é tombado, reiterando a proteção por todas as possíveis vias legais do Estado (MAGNANINI, 2011) para que se tivesse a certeza de que nada mudaria no decorrer dos anos.

O tombamento do PARNA-Tijuca e sua inclusão na lista de bens tombados pelo IPHAN na categoria – Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – através do Processo nº 0762-T-65, ocorre em 1967, com objetivo de proteger o Monumento Natural e Patrimônio Histórico da União. Mais à frente, as ações de patrimonialização ocorreram de forma sistemática a fim de salvaguardar o patrimônio dito natural, tombando, assim, toda área e seus monumentos naturais e culturais. Vários bens e monumentos existentes no PARNA-Tijuca foram inscritos e tombados pelo IPHAN em diferentes anos.

Verifica-se que, dos seis bens tombados, quatro foram inscritos durante o primeiro período (1973-1980) em que havia um museólogo auxiliando na equipe do

Parque⁵⁴: O Parque Nacional da Tijuca e a Floresta da Tijuca; o Morro dois Irmãos, o Penhasco do Corcovado e o penhasco da Pedra da Gávea. O outro bem – o Cristo Redentor – foi inscrito no segundo período (1991-2012) em que também se tem a presença do museólogo no Parque⁵⁵.

De fato, a indicação oficial de que o PARNA-Tijuca é um patrimônio, foi realizada por um grupo minoritário, neste caso técnico, que legitimou-se de modo exógeno às comunidades do entorno, a área como representante do processo de patrimonialização. Apesar de nos anos 70 ocorrerem várias pesquisas com o público, por exemplo com os estudantes da Rede Municipal de Educação, não existem documentação que aponte/comprove ter havido qualquer ação direta e ligada às comunidades do entorno identificando o trabalho de patrimonialização que estava sendo realizado; ou seja, o movimento de patrimonialização foi ocorrendo tecnicamente, contudo, os moradores das diversas comunidades não foram incluídos em uma pesquisa/diálogo a fim de que participassem deste processo de tombamento e patrimonialização.

Em 1991, o PARNA-Tijuca é declarado pela UNESCO como Reserva Internacional da Biosfera, passando a receber um reconhecimento internacional pelo seu valor para a conservação da natureza, para o conhecimento científico e para o desenvolvimento sustentado. As Reservas da Biosfera (RBs) têm sido a principal linha de ação do Programa o Homem e a Biosfera (*The Man and the Biosphere Programme – MaB*)⁵⁶ que visa ações voltadas à conservação da biodiversidade, à promoção do desenvolvimento sustentável e à manutenção de valores culturais associados ao uso de recursos biológicos, ‘combatendo’ os efeitos dos processos de degradação ambiental.

Conforme Artigo 1º, Parágrafo 2 do Decreto-lei 25 de 30 de novembro de 1937 que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional “são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana”. Entretanto, é somente a partir dos anos 1970, que passa a ocorrer de forma sistemática “a identificação, valoração e nomeação dos bens importantes e de valor cultural e ambiental para o Parque como um todo, enquanto ações de patrimonialização” (BELIANI, 2012, p.114). Observa-se que o Parque Lage, que foi incorporado ao PARNA-Tijuca em 2004, já havia sido tombado em 1954 como Patrimônio Histórico; o próprio PARNA-Tijuca foi tombado em 1967, apesar

⁵⁴ Na época, a Museóloga e Geógrafa Tereza Scheiner fazia parte da equipe multidisciplinar desenvolvendo as ações do museu na e pela ‘área natural’.

⁵⁵ Para saber mais, inclusive número de processo, livro e inscrição do tombamento, verificar dissertação de Beliani (2012).

⁵⁶ Programa de conservação e manejo do patrimônio natural desenvolvido pela UNESCO.

do processo remontar a 1965. Os outros três bens geográficos – atendendo à Conferência sobre Patrimônio Natural de 1972 – foram tombados no ano de 1973; finalmente, o tombamento do Cristo Redentor, estátua erigida no Penhasco do Corcovado, ocorreu em 2008. Deve-se notar que todo processo de patrimonialização do Parque está ligado exclusivamente às instituições técnico-administrativas, instituídas, com pouco diálogo com as comunidades do entorno.

2.2.1 Patrimônio ambiental – conceito em busca de definição

Quando entrei em contato com a área de patrimônio, deparei-me com a terminologia que classifica, distingue e tipifica ou categoriza os bens patrimoniais. Isso me levou, de início, a perceber que o termo patrimônio distingue dois macro sentidos: um ligado à tradição jurídico-administrativa, pela qual um elemento qualquer tem marcada sua pertença através de uma codificação, como ato jurídico-administrativo; outro (que partilha com esse o sentido de pertença) remete seu sentido à esfera cultural propriamente dita e diz respeito àquilo que identifica/distingue por um jogo de valores um grupo social, um estado-nação ou uma comunidade de interesses. Considero que esse seja o traço universal do patrimônio.

No campo patrimonial propriamente dito, outras distinções/nomeações vão sendo instituídas, por exemplo, patrimônio cultural/patrimônio natural – distinção ou categorização a partir da identificação de traço particular. O conjunto patrimônio cultural pode, ainda, ser dividido classificatoriamente em outros subconjuntos: material ou tangível/imaterial ou intangível, quanto à sua percepção; e uma série de inúmeros traços singulares que distinguem objetos e artefatos de acordo com sua qualidade ou especificidade: histórico, artístico, paisagístico, científico etc. O científico, por sua vez, pode ainda ser subdividido de acordo com a procedência do objeto/artefato ou sua pertença a algum subcampo científico: tecnológico, arqueológico, etnográfico, geológico, astronômico etc. Obviamente essa lista não esgota as possibilidades classificatórias ou taxonômicas (de *taxos* ‘ordem’ e *nomos* ‘lei’), pois se trata de um sistema aberto ao qual diferentes modos de classificar, novos elementos e novos termos podem ser adicionados.

Muitas vezes são observadas sobreposições, redundâncias e sinonímias. Outras, o sistema apresenta falhas, como se à espera de vir a ser completado. Entretanto, como se trata de um âmbito regido por ordem e lei, não basta apenas arbitrariamente criar um neologismo classificatório. Cada nova tipificação deve estar justificada, seja pela necessidade de preencher um campo vazio do sistema, visto terem

sido observador novos elementos; seja porque uma distinção tenha ficado obsoleta e o sistema deve adequar-se à nova realidade.

Esse é, por exemplo, o caso de patrimônio ambiental. Uma curiosidade acerca desse termo é ser bastante recorrente em textos de diversas naturezas que tratam de patrimônio, sem que, no entanto, tenha encontrado, até agora, uma definição precisa ou uma aplicação do mesmo para analisar questões relativas a processos de patrimonialização. Trata-se, pois, de uma questão que me proponho discutir ao longo desta subseção.

A realidade do campo de pesquisa, assim como os problemas que são observados colocaram à prova essa minha inquietação, possibilitando desenvolver questionamentos teóricos-conceituais demandados pelo que pude verificar em campo a fim de definir patrimônio ambiental. No Brasil e na América Latina, o termo usualmente utilizado para tratar conceitualmente os bens referentes à natureza é patrimônio natural. Como vimos, trata-se de um conceito estabelecido em Paris, em 1972, durante a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, promovida pela ONU.

Não pretendo travar uma batalha ideológico-conceitual e enfatizar a rigidez da subcategorização do termo nesta tese, muito menos fazer um levantamento conceitual do conceito patrimônio e de seus sentidos, para além do que já explicitarei. Minha proposta é, a partir do conceito de patrimônio natural, trabalhar aspectos importantes até então deixados fora da discussão, como a etno-sociodiversidade e todos os processos histórico-sociais que estão interconectados à biosfera.

Enfim, estou ciente de que, querendo ou não, a batalha ideológico-conceitual que existe entre os grupos de especialistas é reveladora das injunções da formação histórico-ideológica, a partir do modo de produção e civilização capitalista, na própria matriz de pensamento acadêmico e em sua discursividade que, por sua vez, leva a uma infundável cadeia de competição acirrada visando à acumulação de capital simbólico entre instituições e indivíduos que atravessa e, em grande parte, domina, o campo científico e, em particular, no subcampo do patrimônio (BOURDIEU, 2001, 2003, 2004).

Minha intenção, ao contrário, é motivada pelo que a realidade do campo me demandou, qual seja a de elaborar um operador analítico que dê conta dessa complexa realidade que, como já mostrei, ainda não encontrou um conceito patrimonial que a explique.

Deparei-me com o que considero uma falha ou uma contradição no/do sistema taxonômico relativo ao patrimônio. E o problema que a realidade que pesquisei me

impôs apresentar duas vertentes. Em uma, trata-se de uma questão de caráter teórico – considerando o que acima foi dito sobre a condição de ser humano e dos chamados atos antropogênicos, faz sentido falar em patrimônio natural quando se trata do PARNA-Tijuca? E se faz sentido, qual seria esse sentido? Em outra, trata-se de um problema relacionado ao que chamo de falha do sistema: existe já consagrado o termo-conceito “patrimônio natural”, contudo, não detectei a existência do conceito de “patrimônio ambiental”, ainda que o termo seja mencionado por muitos autores. Assim, nem a UNESCO, nem o ICOM, e nem o IPHAN consagram em sua nomenclatura patrimonial esse termo-conceito; apesar do ICOM trabalhar com o conceito de patrimônio integral desde 1977, e atualmente a UNESCO trabalhar com o conceito paisagem cultural, que será discutido mais à frente.

Vale ressaltar que Scheiner et al (1991, p.163) tratam desta questão como patrimônio total, conceituando-o como aquele é “formado pelos conjuntos de bens e riquezas produzidos pela natureza e pelo Homem e legados de geração a geração, através dos tempos”. Porém, levando em conta que os termos natureza, meio ambiente, ecossistema apresentam sentidos específicos em biologia ou ecologia; e se levando também em conta que o ser humano tem sua relação com o mundo mediada pelo simbólico e pela cultura, aquilo a que se chama de natureza já se encontra simbolizada, logo, natureza se refere sempre a algo que, ainda que não possa ser definido como produto humano ou de um ato antropogênico ou de cultura (BRANCO, 1999), tem sua existência – enquanto objeto de conhecimento, por exemplo – inextricavelmente ligada à consciência e à linguagem humanas. Esses dois condicionantes levam a, de um lado, questionar o valor heurístico do termo patrimônio natural – obviamente estou me referindo a questionamentos em nível teórico-epistemológico, uma vez que, no que tange a uma classificação que tenha por base a distinção de ser ou não ser produto do engenho humano, o termo serve como traço distintivo – e, de outro, a refletir sobre a necessidade de efetivamente conceituar patrimônio ambiental.

Se, como afirmei antes, a proposição de um conceito deve ser justificada tanto pela existência ou não existência de um termo específico, quanto por aquilo que a realidade observada e analisada demanda, constato, em minhas pesquisas, que há muitas menções ao termo sem que, no entanto, haja explicitamente uma conceituação do mesmo. Neste sentido, devo destacar o artigo publicado por Biezek e Cardozo (2012), no qual o termo patrimônio ambiental não é meramente mencionado, mas recebe um tratamento conceitual, ao menos nos limites de seu posicionamento teórico. Para esses autores patrimônio ambiental define-se como “o acúmulo de bens relacionados ao meio ambiente natural de um povo, que lhe dota valor” (BIEZEK;

CARDOZO, 2012, p.114). Porém, não há no texto uma reflexão sobre esse conceito, nem tampouco uma explicitação de como esse conceito opera como base para analisar o objeto de suas investigações.

Afirmar que patrimônio ambiental é o acúmulo de bens oriundos do meio ambiente e dotados de valor nos permite fazer o seguinte questionamento. Em primeiro lugar, fica indefinido o sentido de meio ambiente, e, no limite, este termina por se confundir com natureza; em segundo, por que acúmulo? Não bastava um único bem dotado de valor?; em terceiro, deixa a descoberto a especificidade do patrimônio cultural. Em suma, essa definição mais se abre para questionamentos do que esclarece acerca do que seja definido como patrimônio ambiental.

Rocha (2012, p.21) cita Davallon *et al.* (1992, p.69-70) para mencionar como para estes autores o patrimônio ambiental é compreendido:

como um projeto universalista do patrimônio “meio ambiente” constituído a partir de dois movimentos complementares: o deslocamento do olhar do objeto-patrimônio para o projeto-patrimônio e do status do conhecimento sobre o patrimônio para o conhecimento como patrimônio.

O relatório de pós-doutorado de Luiza Rocha (2012), cujo título é ‘Musealizar o transitório: O adensamento das relações entre tempos e espaços’ retoma a análise da relação do homem com seu meio ambiente, envolvendo tanto a dimensão patrimonial quanto questões morais e éticas, e para isto, trabalha com ‘patrimônio meio ambiente’ defendido por Davallon *et al.*, conforme visto acima. E é por este caminho que pretendo definir, a partir das minhas observação de campo, o que considero como patrimônio ambiental.

No Brasil, duas instâncias do poder constituído protegem o patrimônio natural. A primeira dessas instâncias é: o MMA, por meio do ICMBio (BRASIL, 2007), cuja missão é

propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UCs instituídas pela União. Cabe a ele ainda fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade e exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das Unidades de Conservação federais.

A segunda é o MINC, a partir do IPHAN, que tem como responsabilidade proteger e promover os bens culturais do País, através do tombamento, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras, preservando assim o patrimônio cultural brasileiro.

Ao considerar a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972), e sua conceituação de patrimônio natural, concluo que a ideia de

patrimônio natural, construída no âmbito de um contexto político-ideológico no qual a 'natureza' era considerada somente em si e por si, portanto, as relações socioculturais que se dão como mediadoras da natureza. Ou seja, esta concepção de patrimônio natural tinha como implicação tratar a natureza como algo exclusivamente 'natural'. Contudo, uma vez que se trata de um bem ou patrimônio, isso significa, em suma, que não se protege ou preserva a 'natureza' por ela mesma, mas pelo que ela significa para o mundo humano, no presente e no futuro. Ou dito de outra forma, porque a natureza encontra-se investida de valor.

Em países como o Brasil, e em alguns outros da América Latina, que sofrem com a distribuição de renda e de terras, pensar em delimitar áreas naturais sem considerar os grupos humanos ali já tradicionalmente instalados, sob o argumento de que a área é portadora de um patrimônio natural de excepcional valor, e que deve ser protegido, só caracteriza a adoção e instituição de ações antidemocráticas, cuja materialidade jurídica e administrativa atua como representante do que Chauí (2006, 2016) denomina de caráter autoritário do Estado.

É óbvio que áreas naturais precisam ser preservadas, mas as pessoas precisam sobreviver frente às condições que o sistema-mundo atualmente hegemônico lhes oferece. Para tanto, necessitam encontrar saídas que garantam a preservação de sua integridade física, assim como a de seus valores e modos de ser. A este complexo de ações para a obtenção de meios para a preservação de cada esfera, denomino estratégia de sobrevivência ecossistêmica, que será tratada no capítulo 5.

E, onde vivem esses grupos humanos se não em um meio ambiente, ou, considerando a totalidade na qual a existência se processa, se não na natureza? Nesta linha de raciocínio, pergunto: por que os órgãos internacionais e nacionais de preservação só usam o conceito de patrimônio natural e não, ou também, o de ambiental, considerando que tudo o que se refere à relação entre homem (sociedade) e natureza (não sociedade) é, em geral, denominado ambiental? Fala-se em política ambiental, preservação ambiental, fiscalização ambiental, desastre ou degradação ambiental, saúde ambiental, em secretarias nacionais, estaduais e municipais ambientais, mas não há explicitamente o conceito de patrimônio ambiental, delimitado e subcategorizado para fins de políticas públicas.

Quando se pensa e se fala em meio ambiente, automaticamente a referência que é feita se direciona à preservação das espécies, à manutenção e cuidado com elementos de fauna e flora, por exemplo, devido a sua significância, sentido ou, conforme "a importância dos ecossistemas, da biodiversidade e da geodiversidade, pelo

valor da sua existência, ou em termos do seu valor científico, social, estético e de suporte de vida para as gerações atual e futura” (Carta de Burra, 1980, p.4). Há nesta citação uma sinalização ao social, mas não é neste sentido de uso que analiso esta questão, mas, o de integrar de fato, levando em consideração o ser humano, em sua dimensão integral, no que se pretende como patrimônio. Não se pode negar que, desde os anos 1980, há inclusão de debates e reflexões acerca de comunidades tradicionais que vivem dentro ou próximas de UC, entretanto na prática, esta inclusão ou a justiça social, como muitos tratam, quase nunca se realiza.

Observar a Comunidade do Vale Encantado e suas relações com o Parque, frente às políticas públicas estabelecidas para as áreas naturais preservadas, me permitiu incluir uma reflexão e/ou questionamento problematizador relacionado às tensões e resistências travadas no processo histórico-social ali estabelecido: por que o homem não se encontra inserido nas políticas de proteção da biodiversidade? Por que as práticas de preservação da biodiversidade só se direcionam especificamente à fauna, à flora e a geologia, dando continuidade ao pensamento bipartido pelo qual a cultura e a biodiversidade, ou homem e natureza, não fazem parte de uma mesma categoria? Por que só considerar a fisiografia de uma paisagem como patrimônio e não todo o meio ambiente ali caracterizado, incluindo a diversidade humana e suas múltiplas nuances e facetas, suas práticas culturais e a interação humana com o ecossistema do qual faz parte? Shiva (2003) relata que a Convenção da Diversidade Biológica⁵⁷ não abrangeu o direito das comunidades locais que conservaram e preservaram a biodiversidade, e cuja sobrevivência cultural está intimamente ligada à conservação e uso desta diversidade biológica. Apesar de no artigo 10, letra d, rezar que as partes contratantes estão incumbidas de apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida, efetivamente isso não vem acontecendo.

Deve-se observar que, dentre algumas áreas de especialidades, a geologia, por exemplo, já instituiu o conceito de patrimônio geológico; assim como a biologia definiu o patrimônio genético. Em termos de apresentação de conceitos bem estruturados e que caracterizam bem os objetos, essas áreas se encontram bastante desenvolvidas. Compreendo, no entanto, a necessidade de uma reflexão acerca de, ao lado de patrimônio natural e relacionado a este, ainda que não inteiramente, instituir-se o

⁵⁷Decreto Legislativo nº 2, de 1994. A convenção foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbio/arquivos/cdbport_72.pdf>. Acesso em dezembro de 2016.

patrimônio ambiental, bem como as possibilidades de seu uso no campo do Patrimônio e da Museologia.

No final do século XIX, compreendeu-se que seria importante resguardar parte da natureza para as gerações futuras, a partir de áreas naturais preservadas, definidas em lei para uso público, seja na forma de deleite e/ou de recreação. A demarcação dos primeiros parques nacionais no Brasil foi fortemente inspirada nos modelos de Yellowstone – unidade de proteção ambiental norte-americana – que privilegiou os critérios de excepcional beleza cênica e paisagística para fins de lazer e recreação. Conforme Delphim (2004), modernamente os parques nacionais brasileiros, sem excluir seus valores cênicos, enfatizam a preservação de processos ecológicos, de espécies vegetais ou animais e de ecossistemas.

Ainda assim, a dimensão humana, ou as relações entre os grupos humanos e seu meio ambiente não são incluídos nos processos de discussão e/ou demarcação de áreas naturais. Dado que a concepção instituída de natureza pressupõe uma separação entre natureza e cultura, o patrimônio natural, como já mostrado, exclui a dimensão humana, ou, dito de outro modo, as relações entre as sociedades (grupos humanos organizados e instituídos), assim como o conjunto daquilo que propicia a existência desses grupos. É preciso discutir a admissão desse conceito nas análises e construções teóricas, uma vez que vem ocorrendo mudanças no contexto sócio-histórico. Ademais, considero que a presença, as atividades e produções dos grupos humanos, sua dimensão cultural, e a dinâmica ambiental podem ser fundidas num único conceito, qual seja, o de patrimônio ambiental.

Para tanto, deve-se partir, inicialmente, da reflexão teórica do que vem a ser o meio ambiente e sua relação com outros conceitos fundantes, como natureza e ecossistema. De acordo com Dulley (2004), para Tostes,

meio ambiente é toda relação, é multiplicidade de relações. É relação entre coisas, como a que se verifica nas reações químicas e físico-químicas dos elementos presentes na Terra e entre esses elementos e as espécies vegetais e animais; é a relação de relação, como a que se dá nas manifestações do mundo inanimado com a do mundo animado [...], é especialmente, a relação entre os homens e os elementos naturais (o ar, a água, o solo, a flora e a fauna); entre homens e as relações que se dão entre as coisas; entre os homens e as relações de relações, pois é essa multiplicidade de relações que permite, abriga e rege a vida, em todas as suas formas. Os seres e as coisas, isoladas, não formariam meio ambiente, porque não se relacionariam (TOSTES *apud* DULLEY, 2004, p.19).

Da mesma maneira, Branco define meio ambiente como:

o conjunto de elementos físico-químicos, ecossistemas naturais e sociais em que se insere o homem, individual e socialmente, num processo de interação que atenda ao desenvolvimento das atividades humanas, à preservação dos recursos naturais e das características essenciais do entorno, dentro de padrões de qualidades definidos (BRANCO, 1999, p.103).

Considero, a partir desses dois autores, que o meio ambiente constitui o meio, a ambiência, a realidade envolvente em que a vida humana, como vida social, logo, cultural e política, se desenvolve, de forma protegida e em condições de sustentação do sistema ali desenvolvido; proporcionando as possibilidades para a manutenção e a reprodução tanto física quanto cultural dos grupos sociais. De um lado, todo ambiente tende à homeostase, tendência pela qual se evidencia o fato de ser de modo contínuo e não linear atravessado por elementos que, de maneira combinada e/ou aleatória, convergem e divergem, atraem-se e repulsam-se mútua e reciprocamente; de outro, isso significa, em suma, que todo ambiente se constitui em um campo de disputas.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, por natureza entendo tudo aquilo que existe, existiu e existirá independentemente da ação criativa humana, e no qual, evidentemente, o homem, em sua condição de ser biológico ou vivente, encontra-se incluído. Já o ecossistema constitui o conjunto complexo e desigual de condições nas quais e pelas quais “a vida em nosso planeta [...] se realiza” (HARALD SIOLI *apud* BRANCO, 1999, p. XII). Trata-se de um sistema que se caracteriza por “uma grande *variedade* de componentes, arranjados segundo *diferentes níveis hierárquicos* [...] e interconectados por uma variedade de *ligações* funcionais e estruturais. [...] tais interações são consideradas não lineares” (BRANCO, 1999, p. 78). Considerando essa conceituação, pode-se interpretar o ecossistema tanto como algo natural, quanto sócio histórico.

Neste sentido, analiso que as áreas habitadas e que sofrem intervenção dos seres humanos, sejam estas urbanas sejam rurais, sejam modernas ou tradicionais enquadram-se como ecossistema sócio histórico. Se o ecossistema pode ser caracterizado como o conjunto ou reino dos viventes, uma biosfera, o meio ambiente, em adição, é o espaço que, em suas contradições, envolve simultaneamente a biosfera e a sociosfera, sendo, no entanto, o reino do humano, no sentido de que as relações entre os seres partem do homem para a natureza, ainda que este o faça motivado por aquilo que o envolve. Qual seja, implica intencionalidade, cognição, compreensão e interpretação, que são as bases para toda e qualquer intervenção do homem sobre o meio, tais quais, uso, manejo de recursos naturais, depredação e preservação desse meio, por exemplo (Figura 13).

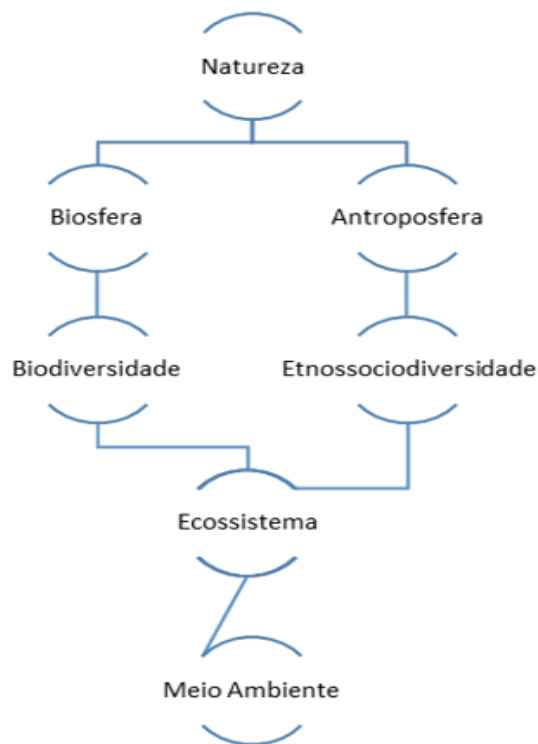


Figura 13. Esquema das relações entre o homem e o meio ambiente

Assim, meio ambiente é o meio onde se vive de forma protegida e em condições de manter-se vivo e produtivo (= habitat = casa/aldeia/cidade). Logo, trata-se de um conceito-síntese que engloba tudo aquilo que concerne à vida humana e suas condições materiais de existência. Todo ambiente tende à homeostase, conforme dito, e, justamente por essa tendência, é que se evidencia que, à semelhança de um campo (no sentido de Bourdieu), todo ambiente é atravessado multidimensionalmente por forças que, de modo combinado e aleatório, convergem/divergem, atraem-se e repulsam-se mútua e reciprocamente. Daí todo ambiente ter de ser observado *in loco* e em sua totalidade. No que concerne ao campo patrimonial, concordo, em termos, com o que afirmam Scheiner, 1990:

se a existência de um patrimônio cultural depende tanto da correspondência entre Homem e meio, então a proteção desse patrimônio dependerá, sem dúvida, da proteção da natureza. E a preservação da natureza [...] baseia-se na preservação da qualidade de vida do Homem e na preservação da vida em si mesma (SCHEINER, 1990, p. 10).

Em vista disso, pondero que preservar o PARNA-Tijuca implicaria preservar o meio ambiente, já que se refere a toda área demarcada por processos históricos de ocupação e intervenção, na qual homem e biodiversidade se encontram permanentemente integrados em estreita relação de sobrevivência. Nesta acepção, patrimônio ambiental concerne aos objetos existentes no meio ambiente que, tendo sido

investidos em bens e, portanto, dotados de valor por estarem em estreita relação com um sistema cultural, apresentam-se como portadores materiais (ou semióforos) de um determinado modo de vida, na condição de parte total desse sistema. Se um objeto do meio ambiente apresenta alto índice de ressonância e aderência (BORGES; CAMPOS, 2012), então tal objeto se configura como patrimônio ambiental. Sendo assim, o PARNA-Tijuca, devido ao fato de ter sido parte dele reflorestado, neste caso a Floresta da Tijuca (Setor A), considerada uma floresta cultural ou um patrimônio cultural, onde existem pessoas que ainda moram em seus limites, e uma grande quantidade de moradores que reside no seu entorno, e, estes por encontrarem nesse ambiente saídas para sobreviver frente às limitações que lhes são impostas, pode ser considerado um patrimônio ambiental.

O mesmo pode ser pensado e compreendido para outros parques ou áreas naturais protegidas com as mesmas características. Concluo, com base em minhas considerações acima, que os museus deveriam tratar e trabalhar o conceito de patrimônio ambiental, uma vez que este inclui a dimensão sócio histórica e todas suas implicações políticas ideológicas.

2.2.2 Rio de Janeiro: Paisagem Cultural uma nova categoria de patrimonialização

Nossa sociedade vive em constante processo de mudanças e transformações; e, obviamente que as ações de preservação frente ao patrimônio também tendem a se modificarem e a se expandirem em busca de novas perspectivas teórico-metodológicas e novos instrumentos analíticos que sejam capazes de dar conta e razão aos novos objetos do discurso patrimonial. A ideia de paisagem indica algo vivo, dinâmico, que pode se modificar com o tempo, segundo a influência de fatores naturais e da ação antrópica, que se apoia em um contexto sociocultural. Ressalto que o termo paisagem é utilizado em vários campos do conhecimento sob diversas interpretações, possuindo assim inúmeros significados. Razão pela qual não discorrerei sobre seus diversos significados, inclusive aqueles que são utilizados pela Geografia Cultural⁵⁸.

Com base nos conceitos desenvolvidos por esse campo do conhecimento, é possível afirmar que a paisagem é sempre interpretada e reconhecida a partir de aportes culturais e atribuições simbólicas conferidas a ela por seu observador (VASCONCELOS, 2012). Existem, assim, diversas formas de olhar para escolha de uma paisagem, porém, o entendimento e a delimitação de uma paisagem cultural devem abarcar também os aspectos simbólicos e históricos da paisagem. Ribeiro (2007, p.27) enfatiza que “a paisagem é uma forma de ver o mundo que tem sua própria história,

⁵⁸ No que tange à diversidade dos conceitos utilizados para paisagem, ver Vasconcelos, 2012.

mas esta só pode ser entendida como parte de uma história mais ampla da economia e da sociedade”. Ademais, de acordo com Vasconcelos (2012, p.55) “a paisagem é, portanto, um documento histórico construído através do acréscimo de novos elementos ou da modificação dos existentes, numa sobreposição não linear e infinita de manifestações culturais”.

Em termos patrimoniais, é possível dizer que toda paisagem é, em última instância, cultural, estando, pois, dotada de valores culturais e naturais que a torna passível de reconhecimento e proteção pelas políticas públicas. Há aqui, entretanto, uma contradição pois, apesar de toda paisagem ser cultural, só algumas delas conseguem ser patrimonializadas, já que existem critérios jurídico-administrativos, socioeconômicos e histórico-culturais que são utilizados para avaliar a candidatura de qualquer elemento a patrimônio reconhecido pelo Estado. Portanto, o conceito de paisagem cultural, ou se assim puder dizer, paisagem-patrimônio (DOMINGUES, 2001), encontra-se em destaque mundial e nacional, e vem sendo incorporado pela UNESCO à Lista de Patrimônio Mundial como uma nova categoria de bem cultural.

Apesar de reflexões anteriores, foi somente em 1992 (no mesmo ano em que se organizava no Rio de Janeiro 2ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, mais conhecida por ECO-92) que o Comitê do Patrimônio Mundial, à convite do ICOMOS, começou a discutir acerca da categoria paisagem cultural, permitindo uma abordagem integradora valorizando as relações entre o homem e o meio ambiente, entre o natural e o cultural (RIBEIRO, 2007, p.41), baseado assim, em princípios ecológicos, da interdependência. Considero que a relação entre paisagem e patrimônio cultural é uma construção recente, gestada em âmbito institucional. A paisagem, como os demais bens culturais, pode ser patrimonializada a partir de uma atribuição de valor.

Esta atribuição de valor está atrelada a uma prática institucional técnico-jurídica, no qual todo o “bem proposto deve ser reconhecido nacionalmente mediante o seu tombamento federal ou outras formas de acautelamento” (IPHAN, 2008, p.48). Trata-se, pois, de um ato de Estado que, em geral, não considera as escolhas que emergem das práticas sociais. Desta forma, novos critérios e topologias de reconhecimento dos bens culturais estabelecem novas ações e estratégias no campo da preservação. Conforme destaquei, desde 1972, a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, no campo da cultura, tem sido um dos instrumentos internacionais de difusão utilizados para reconhecer um bem como patrimônio mundial: o cultural e/ou o natural. Posteriormente, no Brasil, os debates teórico-acadêmicos e institucionais, a respeito do conceito de paisagem cultural, culminaram com publicação da Portaria nº 127 de 30 de abril de

2009, pelo IPHAN, que regulamentou e incorporou este conceito à legislação nacional e criou um novo instrumento de proteção patrimonial e de gestão territorial: a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esta nova concepção de patrimônio cultural parece vincular-se à ideia de continuidade, tomando o patrimônio como processo, e não produto. Segundo o IPHAN (2008, p. 13) a paisagem cultural contempla

os bens culturais que representam “obras conjuntas do homem e a natureza” e ilustram a evolução da sociedade humana e seus assentamentos ao longo do tempo, condicionados pelas limitações e/ou pelas oportunidades físicas que apresenta seu entorno natural e pelas sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas.

Da mesma maneira, o artigo primeiro da Portaria nº 127/2009 destaca que “paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009, p.35). Pode-se dizer que a paisagem testemunha e preserva elementos e processos sócio históricos, vinculados à aspectos da territorialidade, do pertencimento, contemplando assim, as relações estabelecidas entre ser humano e natureza ao longo da história, num recorte de imagem

O fato é que, no dia primeiro de julho de 2012, na 36ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em São Petersburgo, Rússia, foi aprovada a inscrição da cidade do Rio de Janeiro na Lista do Patrimônio Mundial, na categoria Paisagem Cultural, com o tema “Rio de Janeiro: Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar” (Figura 14), tendo recebido o título de Paisagem Cultural⁵⁹ concedido pela UNESCO. Esse fato constitui algo de novo no âmbito do reconhecimento de paisagem cultural, uma vez que, de acordo com a IPHAN (2016), “anteriormente, os sítios reconhecidos nessa tipologia eram relacionados a áreas rurais, sistemas agrícolas tradicionais, jardins históricos e outros locais de cunho simbólico”.

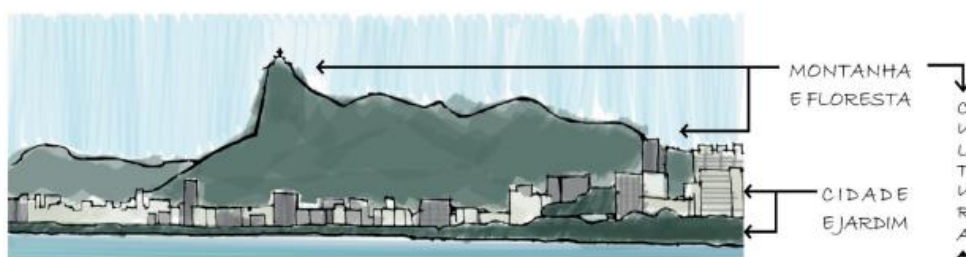


Figura 14. Paisagens Cariocas entre a Montanha e o Mar
Fonte: Dossiê Rio de Janeiro.

⁵⁹ A partir de 1992, o conceito de paisagem cultural é adotado pela UNESCO e incorporado como uma nova tipologia de reconhecimento dos bens culturais.

Estas paisagens integram quatro componentes localizados desde a Zona Sul do Rio de Janeiro até a porção oeste da cidade de Niterói. Destaco, especificamente, as paisagens que estão inseridas no PARNA-Tijuca: os Setores Floresta da Tijuca, Pretos Forros e Covanca; Setor Pedra Bonita e Pedra da Gávea; Setor Serra da Carioca e Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que também faz parte do PARNA-Tijuca⁶⁰, dentre outros, fazem parte desta paisagem cultural, agora uma categoria patrimonial reconhecida e chancelada pela UNESCO.

Assim, no dia 13 de dezembro de 2016, ocorreu a entrega oficial do documento de inscrição do Rio de Janeiro, na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em cerimônia que aconteceu no Corcovado, com a presença da presidente do IPHAN, Kátia Bogéa, do prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, da coordenadora de Cultura da UNESCO no Brasil, Patrícia Reis, além de representantes do governo do Estado. Kátia Bogéa⁶¹ salientou que o título trouxe ao cenário nacional e internacional o desafio de construir novos parâmetros para as políticas de patrimônio com vistas à proteção e à gestão de um bem tão peculiar e com característica singular em todo o mundo.

A certeza de que o PARNA-Tijuca é um patrimônio, e que seu reflorestamento ratifica e valoriza as políticas e ações de proteção e preservação, por meio de uma interação única entre a cultura e a natureza, lhe confere o direito de integrar a Paisagem Cultural, conforme destaca o IPHAN:

a paisagem cultural da cidade do Rio de Janeiro é única no mundo e representa um exemplo excepcional dos desafios, das contradições e da criatividade do povo brasileiro. A harmonia entre a paisagem natural e a intervenção do homem, incluindo o uso e as práticas em seu espaço e suas manifestações culturais, tornou o Rio de Janeiro internacionalmente conhecido (IPHAN, 2016)⁶².

E já foi dito acima, a cidade do Rio de Janeiro tem o Parque fronteiriçamente em suas relações e, conseqüentemente, o modelo de proteção de áreas naturais seguido pelo PARNA-Tijuca reflete-se nas ações, atividades e diálogos praticados naquele território.

⁶⁰Entre os principais elementos que tornaram excepcional e maravilhosa a cidade que nasceu e cresceu entre o mar e a montanha, estão o Pão de Açúcar, o Corcovado, a Floresta da Tijuca, o Aterro do Flamengo, o Jardim Botânico e a famosa praia de Copacabana, além da entrada da Baía de Guanabara. As belezas cariocas incluem o Forte e o Morro do Leme, o Forte de Copacabana e o Arpoador, o Parque do Flamengo e a enseada de Botafogo, entre outros elementos.

⁶¹ Disponível em <<https://nacoesunidas.org/rio-de-janeiro-e-1a-paisagem-cultural-urbana-declarada-patrimonio-mundial-da-unesco/>>. Acesso em 12 de janeiro de 2017.

⁶² Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45/>>. Acesso em 10 de setembro de 2016.

2.3 Parques nacionais e a preservação do patrimônio no Brasil e no mundo

O movimento internacional ambientalista iniciado a partir da segunda metade do século XX, a partir da década de 1960, revela a necessidade de criação de políticas públicas para legitimação do cuidado com meio ambiente⁶³. O marco fundador mais reconhecido da moderna política de áreas naturais protegidas, ou de Unidades de Conservação⁶⁴ foi a criação, nos EUA, do Parque Nacional de Yellowstone, em 1872. Ressalto que a criação das instituições e legislações específicas para as áreas naturais protegidas, no formato de estratégias internacionais e nacionais, para a conservação da biodiversidade, como todos as conhecem atualmente, são essencialmente modernas. A preocupação com o meio ambiente, tal qual a admitimos hoje, nem sempre fez parte da história da humanidade.

A transformação de uma sociedade eminentemente agrária para uma capitalista, devido à Revolução Industrial, a partir do século XVIII, acarreta grandes problemas ambientais, dentre os quais podemos citar a poluição atmosférica acima dos padrões. A ideia dominante de exploração da natureza como fato propiciador de desenvolvimento econômico acarretou consequências indesejáveis no plano ambiental⁶⁵. Ademais, verifica-se, a partir de estudos científicos, que as alterações provocadas pelas atividades humanas, influenciadas pelo sistema capitalista, desencadearam mudanças não só nas estruturas 'naturais', como nas sociais, ocasionando alterações nos modos de vida, uma vez que os desequilíbrios ecológicos, resultantes da expansão global das transformações técnico-científicas implementadas a partir da Modernidade, apontam para um cenário de deterioração dos modos de vida na Contemporaneidade.

Sachs (2008) destaca que a conservação da biodiversidade entra em cena a partir de uma longa e ampla reflexão sobre o futuro da humanidade. Assim, após a criação do primeiro parque nacional, no fim do século XIX, surge e se desenvolve o termo *Ecologia*⁶⁶; construindo-se o início de um "paradigma ecológico, segundo o qual todos os sistemas da natureza se comunicam, ou melhor, interagem através de

⁶³A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), em seu artigo terceiro, define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas (BRASIL, Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981).

⁶⁴Já falamos sobre este tipo de área natural protegida, cujo termo é restrito ao Brasil, e refere-se a determinados tipos específicos de áreas protegidas previstos pelo SNUC.

⁶⁵Destruição de habitats, desmatamento, perda ou destruição do solo, extinção de espécies, prejuízo para a diversidade de ecossistemas, poluição, escassez de água potável são exemplos de algumas consequências que se apresentam de forma mais intensa a partir do século XX.

⁶⁶A Ecologia é a ciência que estuda as condições de existência dos seres vivos e as interações, de qualquer natureza, existentes entre esses seres vivos e seu meio. Ernest Haeckel (1834-1919), em seu livro *Generelle Morphologie der Organismen*, publicado em 1866, utiliza o termo pela primeira vez para designar o estudo das relações entre os seres vivos e o ambiente em que vivem. Vale ressaltar que a Ecologia se desenvolve a partir dos conceitos de evolucionismo do naturalista Charles Darwin, consagrados como um dos livros mais importantes da história da Biologia: "Sobre a origem das espécies através da seleção natural ou a preservação de raças favorecidas na luta pela vida" (1859).

processos complexos” (BELIANI, 2012, p.54). As convenções internacionais sobre o ambiente, trazendo à tona a discussão das questões humana e social, contidas na noção de Ecologia, são iniciativas do início do século XX, e constituem o marco fundamental para implementação de estratégias para a conservação da natureza. São criados instrumentos de intervenção (acordos, tratados e a formalização de modelos) capazes de contribuir e consolidar um novo olhar frente à natureza e, deste modo, denunciam o modo como a sociedade ocidental contemporânea, hegemonicamente capitalista, reage frente aos problemas ambientais⁶⁷.

É necessário dizer que as dimensões sociopolíticas, culturais e patrimoniais (essas se consolidando no mesmo período e cenário do pós-guerra) se apresentaram do mesmo modo degradadas. Verifica-se, desta forma, uma mudança na condução do tema da conservação da natureza que, de fato, passa a ser debatido no cenário global com reflexos positivos, surgindo, assim, nas relações internacionais ainda no século XIX, precisamente em sua segunda metade, a preocupação com a natureza tal qual a se concebe atualmente.

Nos dias atuais, o estabelecimento de áreas naturais protegidas tem sido o principal instrumento para a conservação da biodiversidade, e os parques nacionais destacam-se como a categoria mais antiga deste instrumento. A delimitação de áreas naturais protegidas, com o objetivo de conservar a biodiversidade, evoluiu ao longo da história e veio “se desenvolvendo e se transformando desde a Antiguidade” (BENSUSAN, 2006, p.11). A criação de áreas naturais preservadas “é uma prática antiga nas sociedades humanas” (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006, p.15). Gonçalves (2010, p.23) esclarece que “toda sociedade, toda cultura cria, inventa, institui uma determinada idéia do que seja natureza”, e igualmente se cria e concebe formatos para protegê-la. Enfim, cada sociedade determina as concepções de natureza e de sua proteção consoante as suas necessidades e/ou perfil cultural e social. Júnior; Coutinho e Freitas, (2009, p.33) ressaltam que “o significado da natureza para as sociedades tem sido um dos condicionantes para os modelos de proteção desenvolvidos”. Desta forma, os arquétipos de proteção e a ideia de área protegida dependem do significado que cada sociedade possui da natureza. Assim sendo, os motivos pelos quais áreas naturais

⁶⁷Alfaia Júnior (2014) exemplifica diferentes catástrofes que motivaram o debate internacional para estratégias de proteção do meio ambiente: o desastre de Minamata, no Japão, em 1956, causado por contaminação de mercúrio por uma indústria local, o naufrágio do petroleiro “Torry Canyon”, em 1967, na costa britânica, o desastre de Seveso, na Itália, em 1976, também por contaminação química, além de constantes denúncias das comunidades científica e acadêmica dos abusos contra a natureza cometidos em diversas regiões do globo. Vale ressaltar que os ataques nucleares no fim da 2ª Guerra Mundial, contra as cidades japonesas de Hiroshima e Nagasaki, em 1945, também motivaram o interesse pela organização, construção e formalização de modelos internacionais para proteção do meio ambiente. Além disso, poluição de rios, chuva ácida, redução da camada de ozônio, efeito estufa são outros problemas identificados a partir da lógica desenvolvimentista.

se tornaram protegidas são diversos. Yellowstone se estabelece como um parque público ou zona de prazer para o benefício e desfrute das pessoas. Diegues (2008) relata que a criação do parque foi resultado de ideias preservacionistas que proibiam que a área fosse ocupada, recebendo desta forma, a proteção integral, permitindo em seu interior somente atividades para fins de recreativos e educativos.

Desta forma, o Yellowstone se tornou matriz/modelo valorativo/conceitual para criação de outros parques⁶⁸, conforme Scifoni e Ribeiro (2006) indicam: 1. O reconhecimento da importância de um mundo natural em estado primitivo; 2. Objeto primeiro de proteção pelo Estado, uma vez que ela implica interesse público; 3. A ênfase dada aos aspectos estéticos, estes constituindo o fundamento maior da valoração. Este marco de debate e teorização tem como premissa a intocabilidade, ou seja, a não presença humana nessas áreas. O preservacionista Aldo Leopold (precursor da Biologia da Conservação), propôs algo além da intocabilidade; ele avança a ideia de que “toda ética se baseia numa só premissa: que o indivíduo é membro de uma comunidade com partes interdependentes” (LEOPOLD, 1949, p. 224-225), ou seja, grupos humanos fazem parte deste meio ambiente, deste lugar a ser preservado.

Uma de minhas questões de pesquisa consiste em precisamente em discutir – por que não estabelecer parques nacionais em áreas que de fato não existam moradores? Ou, por que não estabelecer a área natural protegida permitindo, ao mesmo tempo, a presença humana em seu entorno e a prática da conservação de remanescentes de ecossistemas importantes, mesmo que esta seja parque nacional? Atualmente, com o discurso da sustentabilidade, é possível manter os dois fatores. A relação que se dá entre os aspectos sócio históricos, ambientais e culturais precisam ser levados em conta no estudo e debate sobre a categoria parque.

Até 1933, não havia um conceito de Parque Nacional, e somente com a Convenção para a Preservação da Flora e da Fauna em seu Estado Natural, realizada em Londres, três importantes características são pautadas para a definição do que seria um parque nacional: áreas controladas pelo poder público; preservam fauna e flora, objetos de interesse estético, geológico, arqueológico, em áreas onde a caça é proibida; e devem servir a visitação pública. Ao consultar um dicionário, verifica-se que existem vários significados para parque. Desses, os sentidos que me interessam dizem respeito a “terreno murado para plantas ou para caça, imediato a algum palácio; terreno arborizado ou ajardinado, extenso e geralmente delimitado; jardim público arborizado”.

⁶⁸ Vários países como Canadá em 1885, Nova Zelândia em 1894, Austrália, África do Sul e México em 1898, Argentina em 1903, Chile em 1926, Equador em 1934, Brasil e Venezuela em 1937 (JÚNIOR, COUTINHO; FREITAS, 2009, p.33), quando no século XX, se fizeram desta categoria – Parque Nacional – a mais utilizada para a proteção de áreas naturais.

O termo composto parque nacional, refere-se a uma região natural de mais ou menos extensa, que é posta sob a proteção do Estado, sob a alegação de assim preservar a fauna e a flora desse local. Com a 10ª Assembleia Geral da IUNC, em 1969, recomendou-se que o conceito de parque nacional fosse utilizado apenas para áreas “onde um ou vários ecossistemas não foram materialmente alterados pela exploração e ocupação humana” (BENSUSAN, 2006, p. 15).

A evolução do conceito de parque desencadeia a premissa da relação humano/natureza, que passa fazer parte da discussão do modelo utilizado para demarcações de áreas naturais preservadas e, assim, novos modelos passam a ser colocados em prática. O estabelecimento da Reserva da Biosfera⁶⁹, pela UNESCO, por exemplo, adota um novo instrumento de conservação que busca atender às necessidades da comunidade local, bem como e o melhor relacionamento entre os seres humanos e o meio ambiente. O PARNA-Tijuca foi inserido na Reserva da Biosfera, em 1991, conforme mencionado, passando a ser protegido por este Programa de conservação e manejo do patrimônio natural, inserido numa ação internacional de proteção da Mata Atlântica.

Dados apresentados no 4º Congresso Mundial de Parques, em 1992, apontaram que 86% dos parques nacionais da América do Sul abrigam populações humanas permanentes. E no caminho da discussão da inclusão, no 5º Congresso Mundial de Parques, em 2003, revelou-se o quão importante tornou-se a questão das populações humanas e sua integração na gestão das áreas protegidas. Este Congresso gerou o Acordo de Durban (2003), que sugere uma série de atividades internacionais, regionais, nacionais, locais e nas áreas protegidas. Enfim, inúmeras ações vêm sendo realizadas ao longo dos anos sobre a questão da permanência de grupos humanos, no entorno e nos limites de áreas naturais protegidas, inclusive nos parques. Entretanto, projetos desta natureza necessitam de um significativo aporte de recursos financeiros, de que os países membros nem sempre conseguem dispor. Sabe-se que áreas naturais protegidas delimitadas em décadas passadas não levaram em consideração a efetiva presença de moradores no interior, e/ou entorno da área delimitada, sendo demarcadas como parques nacionais⁷⁰.

⁶⁹Criadas pela UNESCO em 1972, as Reservas da Biosfera, espalhadas hoje por 110 países, têm sua sustentação no programa "O Homem e a Biosfera" (MaB) da UNESCO, desenvolvido com o PNUMA e a UICN e com agências internacionais de desenvolvimento. É o principal instrumento do Programa MaB e compõe uma rede mundial de áreas que têm por finalidade a Pesquisa Cooperativa, a Conservação do Patrimônio Natural e Cultural e a Promoção do Desenvolvimento Sustentável.

⁷⁰ Atualmente, novas áreas naturais protegidas, quando apresentam grupos humanos, 'geralmente' são classificadas a partir de categoria do tipo sustentável possibilitando a integração homem/natureza em lei.

Em linhas gerais, inicialmente os parques nacionais foram criados como local de descanso e recuperação das energias gastas na vida estressante e no monótono trabalho fabril. Muitos trabalhadores idealizavam a vida no campo, para contemplação da natureza selvagem (DIEGUES, 2008). Diante disto, fica claro que a natureza em si não foi considerada como o primordial motivo de proteção; pelo contrário, foi protegida principalmente para fazer frente ao interesse humano por um lugar de prazer, livre das ações predatórias da civilização urbano-industrial, considerada destruidora da natureza. Enfim, conforme destacado, este modelo, ainda utilizado para o estabelecimento de parques nacionais, levanta inúmeros problemas de caráter político, social e econômico, dentre eles o da desapropriação⁷¹. Ademais, o objetivo inicial se direcionava a preservar áreas em seu estado primitivo, como afirma Ibiapiana (2012, p.16), “sendo necessário pedaços do mundo natural em seu estado originário, livres de intervenção humana”; com a proteção do Estado, uma vez que ela implica o uso e o interesse público; e sua valoração, por exemplo, pelos aspectos estéticos da natureza (beleza excepcional). Em segundo plano, como de fato foram se institucionalizando, os parques nacionais serviriam também como proteção da vida selvagem ameaçada. E assim, outros valores passam a se agregar aos motivos pelos quais áreas naturais devam ser protegidas. O critério da beleza excepcional evoluiu para os critérios ecológicos, como a ameaça de extinção de espécies – sendo a conservação da biodiversidade seu principal motivo; ou seja, passa-se a atribuir a delimitação de uma área protegida a valoração dos recursos naturais nela existentes, e pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção.

O Brasil, assim como outros países, vem utilizando a estratégia de criação de áreas naturais protegidas visando a preservação da sua biodiversidade, e com isso tem sido considerado um país estratégico no âmbito da conservação dos recursos naturais em todo mundo (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006). Antes do primeiro parque nacional brasileiro ser criado, nos anos 1930, Medeiros (2006) assinala que, em 1876, por sugestão do engenheiro André Rebouças⁷² (inspirado pela criação de Yellowstone), ocorre a primeira iniciativa para a criação de dois Parques Nacionais no Brasil: um seria na Ilha do Bananal (rio Araguaia), e o outro nas Sete Quedas (no rio

⁷¹ Para Guedes (1998, p. 56) o conceito de desapropriação tem na doutrina relativa uniformidade, como se vê das exposições que seguem: para um é "ato administrativo de desapossamento da propriedade privada, de caráter unilateral"; e "sendo ato de intervenção estatal, a desapropriação é a mais drástica das formas de manifestação do poder de império, ou seja, da Soberania interna do Estado no exercício de seu domínio eminente sobre todos os bens existentes no território nacional".

⁷² Assim como José Bonifácio (expoente da chamada crítica ambiental brasileira), demonstrava forte motivação na defesa pela proteção dos recursos florestais e combatia o corte de florestas, André Rebouças era abolicionista e lutava contra os desmatamentos. Sua ação abriu espaço para discussões sobre a criação dos parques nacionais brasileiros.

Paraná)⁷³. A ação de Rebouças se revelou inédita e teria sido a primeira ação efetiva direcionada aos primeiros parques nacionais brasileiros, porém, a proposta não se concretizou. Contudo, “abriu espaço para uma ampla discussão e mobilização nos anos seguintes, que contribuiu significativamente para a criação dos primeiros parques nacionais brasileiros”, esclarecem Medeiros *et al.*, 2004 (*apud* MEDEIROS 2006, p.44).

Outra iniciativa brasileira, para o estabelecimento de parques nacionais, ocorre mais tarde, em 1914, quando foi assinado um decreto criando os primeiros parques nacionais no território do Acre, na região Norte do país. Mas essa iniciativa, considerada bastante avançada para a época caiu no esquecimento, e os parques nunca foram implementados⁷⁴ (MEDEIROS, 2006). Ressalto que nesta época havia o desejo de demarcações de parques nacionais, mas sem a intenção direta de proteger a biodiversidade (ainda não se falava nesta ideia/conceito). Havia a ideia de que o mundo natural “deveria ser conservado por motivos tanto econômicos quanto estéticos” (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p.26).

Historicamente, a construção e evolução dos instrumentos políticos, e das estratégias nacionais brasileiras para a proteção da natureza, tem seu início efetivo nos meados do século XX, mais especificamente a partir dos anos 1930, quando se iniciaram as demarcações das áreas naturais protegidas no Brasil e o sancionamento das primeiras leis voltadas à proteção da natureza, sob a corrente hegemônica de articulação política do Estado (FRANCO; DRUMMOND, 2009). Neste período, inicia-se o processo de transição de um país até então dominado pelas elites rurais, para outro, que começa a se industrializar e urbanizar. Mudanças políticas foram implementadas visando colocar o Brasil em plena modernidade.

O período dos anos 1930 foi fértil e ao mesmo tempo árduo, no que diz respeito à dos instrumentos políticos e estratégias nacionais para criação de áreas naturais protegidas no Brasil. A sociedade civil, através de grupos de cientistas, intelectuais e funcionários públicos, se mobilizou para a defesa da formulação e execução das políticas relacionadas à conservação do patrimônio natural brasileiro (FRANCO; DRUMMOND, 2009). Alberto Sampaio, Armando de Magalhães Correa, Cândido de Mello Leitão e Frederico Carlos Hoehne são alguns ativistas que relacionaram a

⁷³Rebouças sugere a criação de duas áreas: a Ilha do Bananal, no rio Araguaia (que hoje, abriga ao norte o Parque Nacional do Araguaia criado em 1959 e, ao sul, duas reservas indígenas Carajás e Javaés); e uma enorme área que se estendia entre as Cataratas de Guaira e as do Iguacu, as Sete Quedas, no rio Paraná (que não existe mais este parque que só foi criado de fato em 1939, mas foi fechado em 1982 para formar o reservatório da Usina de Itaipu).

⁷⁴Nos anos 1990 descobrem-se os documentos legais e constata-se que estes foram os primeiros parques nacionais e que a área já estava quase completamente destruída. Hoje parte deste território se insere na Estação Ecológica do Rio Acre, criada em 1981.

proteção da natureza com a construção do Estado-Nação e de uma identidade nacional, que se apresentava latente em diversas formas de expressão cultural, cuja “riqueza natural do território brasileiro precisava ser conhecida, promovida e protegida como substrato da desejada identidade nacional” (FRANCO; DRUMMOND, 2009, p.16).

Vale ressaltar que os museus se tornaram importantes centros de pesquisa sobre a natureza no Brasil, dentre as quais podemos citar: o Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) e o Jardim Botânico (JB), ambos no Rio de Janeiro, e o Museu Paulista em São Paulo (FRANCO; DRUMMOND, 2009) e o Museu Goeldi, em Belém. Antes mesmo da demarcação do primeiro parque nacional, enquanto instrumento político nacional para a proteção da natureza, algumas ações foram realizadas por integrantes de alguns dos pesquisadores destes museus, como a criação da Reserva Florestal da Cantareira; da Estação Biológica do Alto da Serra, em Cubatão; do Serviço Florestal e Botânico, ambos em São Paulo; da Estação Biológica em Itatiaia. Observa-se que reservas naturais foram delimitadas, mas não eram da categoria parque nacional, utilizada internacionalmente. Associações civis foram criadas e assumiram posturas ativas sobre a proteção da natureza: o Centro de Excursionista Brasileiro, da Federação Brasileira para o Progresso Feminino, da Sociedade de Amigos de Alberto Torres, da Sociedade Geográfica do Rio de Janeiro, da Sociedade de Amigos das Árvores, da Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, no Rio de Janeiro; e em São Paulo, da Sociedade de Amigos da Flora Brasílica.

Apesar da organização destas associações, foi importante garantir espaço nas instâncias deliberativas do Governo Vargas e levar à aprovação de uma série de leis, decretos e regulamentos visando a conservação da natureza, inclusive a criação dos primeiros parques nacionais. Porém, o grupo tem a sensação de frustração, diante da insuficiência das medidas adotadas, bem como de que não estão sendo ouvidos pelo governo. A partir destes fatos, Franco e Drummond (2009) revelam dois principais problemas: a falta de contato com a realidade nacional e a cópia de modelos estrangeiros.

Porém, proteger a natureza entra na agenda governamental republicana, passando a configurar um objetivo em si da política desenvolvimentista nacional do período. É neste cenário que os principais dispositivos legais de proteção da natureza, que levaram à criação e consolidação das primeiras áreas protegidas (MEDEIROS, 2006). Assim, apoiados na tendência internacional de criação de áreas naturais protegidas, através de parques nacionais e reafirmando as principais estratégias de institucionalização para a proteção da natureza, foram estabelecidos aqueles que são considerados a primeira geração de parques nacionais brasileiros: o Parque Nacional

de Itatiaia (1937) – estabelecido antes da criação da Constituição Federal Brasileira, em 1937, que abordava o assunto da natureza no artigo 134, com o propósito de incentivar a pesquisa científica e oferecer lazer às populações urbanas; o Parque Nacional do Iguaçu (1939) e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos (1939). Pelos 20 anos seguintes nenhum outro parque foi criado.

As discussões travadas e culminadas na 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada pela ONU em Estocolmo, em 1972, trazem um entendimento sobre a necessidade da conservação e uso consciente dos recursos naturais, já que se iniciava a ter uma compreensão mais ecologicamente sistemática e acerca das interdependências, isto é, do fato de que tudo está interligado – homem/natureza, natureza/cultura, desenvolvimento/ambiente, social/cultural/natural, economia/história/natureza.

Na Conferência de Estocolmo as autoridades brasileiras mostravam-se pouco sensibilizadas diante da problemática ambiental debatida em cenário internacional, defendendo o desenvolvimento a qualquer custo (BARBIERI, 2008). O empenho do governo brasileiro, neste período, sustenta uma política desenvolvimentista por meio da industrialização e expansão das fronteiras agrícolas em ecossistemas frágeis e em áreas com populações que ali já habitavam, desrespeitando os direitos das mesmas. Em nível nacional, destacam-se dois fatos históricos de extrema importância no contexto sociopolítico brasileiro: o ambientalismo e a ditadura militar. Para Medeiros, Irving e Garay, (2006, p.39) este momento se caracteriza pelo poder controlador do Estado, sob a égide da ditadura militar.

Frente a esta afirmação, o Estado brasileiro pode ser considerado essencialmente conservador, centralizador e autoritário. Apesar ou por causa dessa característica, Medeiros (2006) diz que, curiosamente, todos os instrumentos que possibilitaram a criação de áreas protegidas no Brasil foram mantidos em um primeiro momento e até mesmo aperfeiçoados posteriormente. Vale ressaltar que o sistema de proteção à natureza do Brasil, neste período, continua sendo caracterizado pelo preservacionismo, rejeitando todo o debate internacional sobre a relação homem/sociedade. E, neste contexto, três parques nacionais foram criados na região Norte do país: Parque Nacional da Amazônia (1974), Parque Nacional de Picaás Novos (1979) e o Parque Nacional Pico da Neblina (1979), abrangendo grandes extensões territoriais. Vale dizer que nesta fase a proteção de recursos renováveis adquire um sentido geopolítico mais intenso, já que a criação de áreas protegidas é, de forma recorrente, utilizada e justificada pelo Estado com base nas ações de controle do território nacional (MEDEIROS; IRVING; GARAY, 2006).

Em respostas às exigências do movimento internacional ambientalista, iniciado a partir da segunda metade do século XX, a política ambiental no Brasil se desenvolve, em plena ditadura militar criando diversos organismos governamentais, instituídos especificamente para gerir a política ambiental. Mudanças decisivas foram implantadas na legislação brasileira.

Os movimentos sociais que surgiram no Brasil na década de 1970, como resistência ao poder instituído da ditadura militar, foram fundamentais para o processo de redemocratização da sociedade brasileira depois de duas décadas de governos militares. Medeiros, Irving e Garay (2006) destacam que a questão das minorias e os temas sociais passam a ser incorporados pelas políticas ambientais e ganham “interlocutores” capazes de gerar uma forte influência sobre os processos decisórios.

Desta forma, as Organizações Não Governamentais (ONGs) estabelecem um novo cenário de diálogo frente aos poderes políticos constituídos, podendo promover alianças com organizações locais e movimentos sociais para elaboração e execução de políticas para a proteção da natureza em conjunto com o Estado. Observa-se, neste contexto, que o Estado deixou de ser centralizador, frente à organização e gestão das políticas públicas, estratégias e ações voltadas para a salvaguarda de áreas naturais protegidas, quando diferentes parceiros institucionais, como ONGs, associações locais, Fundações, Universidades começam a participar deste processo, proporcionando uma dimensão mais integradora entre sociedade e natureza. Resumidamente, o Brasil conquistou uma política pública direcionada para a preservação da biodiversidade, evoluindo de seções e departamentos de desenvolvimento florestal – Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) – para a mais moderna divisão, conhecida atualmente como ICMBio, criado em 2007, autarquia do Ministério do Meio Ambiente que, segundo Pádua (2010), é o fato mais positivo após a criação do SNUC. O ICMBio assume a gestão das unidades de conservação federais, até então sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Deste modo, a legislação brasileira, desde a criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937, mudou consideravelmente. Com o SNUC, fica estabelecido, dentre outras diretrizes para demais categorias de unidades de conservação, os objetivos básicos de parques nacionais, que configura a

preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (SNUC, 2000: p.16).

Manteve-se a ideia original da IUCN, seguindo o padrão internacional para definição dos parques brasileiros, sem levar em consideração as particularidades deste país megadiverso e cheio de problemas socioeconômicos. Por fim, são inúmeros os desafios e as possibilidades de análise para a integração de grupos humanos à proteção da natureza: autonomia e fortalecimento dos grupos através do reconhecimento da área como patrimônio, podem ser uma saída que diminua a tensão dos conflitos nestas áreas protegidas. Desta forma, atualmente, preservar áreas naturais protegidas sem tratar da responsabilidade do sujeito diante dos processos éticos, culturais, sociopolíticos e patrimoniais é permanecer política e ideologicamente com um discurso excludente, que não abrange o diálogo com as populações moradoras de seu entorno, distanciando a relação ecológica de interdependência entre homem/natureza. Frente a esta afirmação, tratar dos processos preservação da natureza, sem levar em conta as características culturais, patrimoniais e socioeconômicas das populações que vivem próximas e dentro de áreas delimitadas como parques, reproduz a lógica separatista da sociedade capitalista. Loureiro e Azaziel (2006, p.115) revelam que esta lógica dicotômica resulta numa gestão autoritária que, na verdade, reproduz a exclusão social e afeta a própria possibilidade de proteção da natureza. É o que de fato ocorre no PARNA-Tijuca.

Apesar da definição da IUCN incluir a proteção dos recursos culturais, verifica-se que no Brasil, assim como em outros países, a categoria Parque Nacional tem-se revelado excludente do ponto de vista social e incapaz de atingir os seus objetivos, por adotar o modelo americano de demarcação para parque. Experiências em países como Bolívia, Austrália, França e Nova Zelândia, no qual as populações, que antes habitavam a área delimitada, não são retiradas de seus territórios, e conciliam os inúmeros interesses envolvidos, de maneira participativa e justa para com as comunidades, sob a égide de uma cultura da conservação.

Guanaes (2006) apresenta em sua tese de doutorado a experiência *in situ* sobre o Parc National des Cévennes na França, onde a prática habitada e a gestão negociada funciona, e a população moradora dos limites e de seu entorno fica sujeita aos acordos firmados no Plano de manejo do parque, podendo inclusive continuar com suas atividades de uso da terra. Aloísio Magalhães, um teórico do Patrimônio, enfatiza que a comunidade é “a melhor guardiã do patrimônio. [...] Só se protege o que se ama, só se ama o que se conhece. [...]” (MAGALHÃES, 1997, p.190). Da mesma forma, Borges (2013, p. 265) salienta que, “deve ser considerado patrimônio tudo aquilo que é portador de referências à identidade e à memória de grupos sociais, e que representa, valoriza, difunde e preserva a diversidade cultural existente em uma dada comunidade”. Ou seja, a importância da comunidade em eleger um patrimônio garante a sobrevivência dos

grupos sociais e também interliga as gerações umas às outras. De igual forma, Scifoni e Ribeiro (2006, p.114) destacam que “preservar uma área natural e elevá-la à condição de patrimônio natural é uma ação que se desenvolve no território”, ou seja, deve ser realizada com os sujeitos envolvidos com e na área natural protegida, no caso em apreço nesta tese, com o PARNA-Tijuca.

A política pública efetiva de preservação e desenvolvimento dos bens patrimoniais não poderia incluir a proteção da integridade física de qualquer objeto, sem antes procurar saber quais as condições de apropriação do universo simbólico por parte da população. Porém, o que se vê é que somente um grupo de sujeitos responsável pela identificação de tal área dita patrimônio, o considera de tal forma. Neste sentido trabalho com a ideia de Borges e Campos (2012) sobre o patrimônio como valor entre ressonância e aderência. Os autores enfatizam que o termo/conceito patrimônio é polissêmico e partem da noção de patrimônio como valor, que se apresenta inerente à instituição da memória e da identidade de qualquer sociedade. Além disso, propõem que as formas de patrimônio estão sujeitas à avaliação social, a partir da ressonância (referente a efeitos de memória entre um bem cultural e um sujeito ou um grupo), de um lado e, de outro, a aderência (relativa ao grau maior ou menor de relevância para um sujeito pertencente ao contexto de determinado bem).

A patrimonialização da natureza, entendida como um processo de proteção e preservação de bens naturais, (monumentos, parques, sítios e paisagens), identificados e valorados por uma comunidade, muitas vezes limitada à científica e à política, através de uma legislação específica e pública, traz consigo a ideia de permanência. Esta permanência, além de simbólica e virtual (já que a natureza é dinâmica) tem sido caracterizada pelo tombamento (instrumento técnico, legal e administrativo) que busca impedir a destruição e descaracterização do patrimônio, podendo ser uma ferramenta de reforço à proteção do entorno de áreas naturais protegidas. Sendo assim, é uma ação determinada pela esfera cultural e sociopolítica. E, como evidencia Paes-Luchiari (2007, p.27), “a natureza e seus processos têm a sua própria lógica e dinâmica, mas a patrimonialização da natureza é uma ação política e cultural”. As leis de tombamento e de estabelecimento de áreas protegidas são determinadas pela esfera cultural e sociopolítica em cada período histórico, nos quais imprimem um olhar patrimonializado à natureza. Enfim, pesquisas indicam que a demarcação de áreas naturais protegidas tem sido o maior instrumento para a proteção do patrimônio dito *natural*, cujo objetivo principal, atualmente, se direciona à conservação e manutenção da biodiversidade – também definida como diversidade biológica – assim como à proteção dos recursos

naturais e culturais associados a esta e, gerenciados por meio de instrumentos legais ou outros meios eficazes (UICN, 1994, p.185). Sachs (2008, p.76) defende que:

A biodiversidade necessita ser protegida para garantir os direitos das futuras gerações. Todavia, isso não quer dizer que a proteção deva se concretizar exclusivamente em santuários invioláveis, mesmo sabendo-se que há a necessidade de uma rede de áreas protegidas como parte imanente da gestão territorial.

Legalmente, a Convenção sobre Diversidade Biológica⁷⁵ recomenda, dentre outras questões, regras para assegurar a conservação da biodiversidade e seu uso sustentável. Através do conceito 'conservação *in situ*', este dispositivo legal, a Convenção da Diversidade Biológica, preconiza que todos os países signatários estabeleçam um sistema de áreas protegidas ou áreas onde medidas especiais precisem ser tomadas para conservar a diversidade biológica; e, ainda, que regulamentem ou administrem recursos biológicos importantes para a conservação da diversidade biológica, dentro ou fora de áreas protegidas, a fim de assegurar sua conservação de forma sustentável. Vale dizer que a Convenção conceitua a diversidade biológica como a

variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo, dentre outros, os ecossistemas terrestres, marinhos e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos de que fazem parte; compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas (MMA, 2000, p.11).

Apesar do conceito tratar de todos os organismos vivos, o ser humano e toda sua diversidade, não só genética, mas também culturalmente, não é considerado, pela Convenção da Diversidade Biológica, como biodiversidade na prática. A ênfase, dada neste instrumento normativo, se direciona especificamente aos animais e vegetais (fauna e flora), dando continuidade ao pensamento bipartido de que cultura e biodiversidade, ou homem e natureza, não fazem parte de um mesmo recorte de análise (que na verdade são parte de uma totalidade, que se relacionam dialeticamente). Em suma, o homem não está inserido neste contexto, excluem-se as práticas culturais e a interação humana no ecossistema do qual faz parte. Esta mesma questão, sempre lembrada quando o assunto são os conflitos socioambientais, também foi levantada por Chagas (2011a, p.23) ao analisar as novas experiências museológicas sobre o ecomuseu:

⁷⁵Decreto Legislativo nº 2, de 1994. A convenção foi assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/arquivos/cdbport_72.pdf>. Acesso em 5 de maio de 2014.

A prática de demarcação de territórios pode também ser excludente e perversa. Qual é afinal de contas o território do humano? [...] as práticas ecomuseológicas não têm sido sempre de territorialização –, ao contrário elas movimentam-se entre a territorialização e a desterritorialização.

Vale enfatizar que os movimentos de territorialização e desterritorialização, processos concomitantes e indissociáveis (DELEUZE; GUATTARI, 1997) propiciam novos sentidos, no abandono de territórios digamos, antigos, e, assim, constata-se que a desterritorialização não é do espaço físico, mas a da dimensão humana, que muitas vezes é esquecida ou negligenciada, em um processo de preservação. Esta preocupação do autor, museólogo e estudioso do patrimônio, traz suporte e continuidade a ideia desta pesquisa ao abordar a questão. A desterritorialização, para Deleuze e Guattari (1997), decorre do processo de pensamento, que se concretiza no rompimento e na criação de novas funções, novos encontros, por exemplo, para o uso da área patrimonializada e musealizada. Assim, o território humano pode ser também preservado, em seus pensamentos e desejos, em suas práticas e técnicas patrimoniais, por exemplo, durante a definição de uma delimitação de parque nacional. Mas o que se vê na prática, muitas vezes, é o desfazer-se desses desejos imbricados em 'impotência', devido à ideologia dominante e hegemônica das diretrizes públicas de preservação, como destacam Guattari e Rolnik (2005, p.323), ao dizerem que “a espécie humana está mergulhada num imenso movimento de desterritorialização, no sentido de que seus territórios 'originais' se desfazem ininterruptamente com a divisão social do trabalho”.

Nesse movimento de desterritorialização sempre ocorrerá a reterritorialização – novo sentido, novo encontro, novo significado, nova ordem. E, é a partir desta ideia, que buscarei, no capítulo a seguir, incluir o papel social do museu no desenvolvimento de novos agenciamentos territoriais, neste caso, reterritorializações que surgem e se definem devido aos conflitos sociais e resistências, que emergem frente ao patrimônio preservado.

CAPÍTULO 3

O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: O papel social dos museus e o desenvolvimento local



Figura 15. Centro de Visitantes do PARNA-Tijuca

Fonte: Regina Mendes (travelexperiencesreginahelena.blogspot.com.br), 2013.

CAPÍTULO III – O PARQUE NACIONAL DA TIJUCA: O papel social dos museus e o desenvolvimento local

O museu integral é aquele que leva em consideração a totalidade dos problemas da comunidade a que pertence, desempenhando um papel central como instrumento de uma animação participativa e de um desenvolvimento sustentável (VARINE *apud* DUARTE, 2013).

Partindo do princípio que todo parque nacional, criado e delimitado por decretos e leis da União, aberto à visitação e à pesquisa, pode ser considerado um museu (ICOM, 2007), discuto, neste capítulo, em primeiro lugar, a relação do museu-museologia-meio ambiente, a conceituação de parque-museu, o processo de musealização do PARNA-Tijuca e sua tipificação. Examinado, em seguida, a demanda das relações internas e externas que o Parque pode estabelecer com a Comunidade Vale Encantado, conflituosas ou não, e analiso sua função/atuação, enquanto museu na sociedade a partir de uma posição essencialmente formadora e educativa como agente catalisador de desenvolvimento local, em perspectiva ao modelo de ideal de sustentabilidade.

Sabe-se que o tema meio ambiente e suas relações possíveis com o humano, numa abordagem da universalização da sensibilidade ecológica em contribuição para a percepção da realidade em crise, foi introduzido, segundo Davallon; Grandmont; Schielle (1992), muito timidamente no campo disciplinar da Museologia. A partir de análises das paisagens pintadas para dentro dos museus, os aspectos das necessidades socioculturais de um grupo humano e/ou de um lugar, em detrimento da escassez de recursos naturais, passam a ser vistos, pelos museus, em sua interdependência e totalidade, como qualquer outro tipo de sistema. Esta noção de interdependência dos padrões culturais é também uma forma necessária de relacionar o humano com os ecossistemas. Trata-se de uma maneira de observar e analisar de modo integral a existência do homem como ser de natureza, tal como destacam Branco (1999) e Capra (2006, p.259), cuja visão da realidade

[...] baseia-se na consciência do estado de inter-relação e interdependência essencial de todos os fenômenos — físicos, biológicos, psicológicos, sociais e culturais. Essa visão transcende as atuais fronteiras disciplinares e conceituais e será explorada no âmbito de novas instituições

Este paradigma ecossistêmico configura o acordo de que as soluções para os impasses socioambientais, que hoje impactam as sociedades, devem partir de uma perspectiva totalizante, além de transdisciplinares. Levando em consideração que Borges (2013) define o museu como um intelectual, desta forma, um aparelho ideológico da sociedade, considero que os conflitos, tensões e disputas travadas no território do entorno do PARNA-Tijuca, são resultados de processos histórico-sociais e devem ser

tratados pela Museologia enquanto tais, uma vez que a mesma, sendo um campo disciplinar e componente do sistema educativo-formativo, se preocupa, em certa medida, e dentre outras questões, com o “imaginário social e, por conseguinte, das relações sociais, em potência e em ato; bem como suas relações tensas e desiguais [...], por extensão, com o patrimônio” (BORGES 2013, p.2).

Busco assim, trabalhar com a ideia de que o museu, e, por extensão, o Parque, sendo uma instituição cultural e também sociopolítica, tende a gerar e formar seus sujeitos. Em tempos atuais, e bem antes disto, há um imperativo de mudança de paradigma do papel social do museu e de como esta função pode ser integrada às comunidades de seus limites e entorno para seu desenvolvimento local. Por conseguinte, procuro desenvolver uma perspectiva sociomuseológica (Chagas, 2011b), conhecida por Museologia Social. Valho-me da Mesa de Santiago do Chile (1972), da Declaração de Quebec (1984) para discutir “a referência-padrão do museu como ferramenta de desenvolvimento” (VARINE, 2014, p 27), dentre outros eventos e reflexões do campo. Sabe-se que discutir sobre “servir a sociedade e seu desenvolvimento” pode ter várias interpretações, desta forma proponho encontrar uma interpretação que dê conta para tratar de questões íntimas entre um museu-parque e a Comunidade Vale Encantado, lembrando que o desenvolvimento é um processo de mudança social, que implica transformações das relações econômicas e sociais, quiçá culturais e patrimoniais.

E, é isto, que quero neste capítulo: tecer relações sobre a função/atuação do museu, a partir de uma posição essencialmente formadora e educativa como agente catalisador de desenvolvimento local, a partir do modelo de ideal de sustentabilidade.

3.1 Museologia, museus, meio ambiente e o desenvolvimento local

O campo disciplinar da Museologia recria-se, assim como o conceito de museu, conforme as mudanças socioculturais que se interpõem pela sociedade. Nas duas últimas décadas do século XX, aproximadamente desde os anos 1950, a Museologia vem modificando consideravelmente suas estratégias, estrutura e formalização de seu caráter científico de pesquisa, análise e sistematização, inclusive enquanto campo teórico. Sendo, a Museologia reconhecida ‘tradicionalmente, como o estudo do museu’, ou seja, tudo aquilo que venha ser reconhecido pelas instâncias legais do museu, considero as diversas possibilidades nas quais pode-se refletir sobre o estudo da relação específica entre o homem e a realidade (Desvallés; Mairesse, 2013, p.62), quiçá, seja, também pela relação ambiental, social, filosófica, artística, comunicacional,

digital, (...), porém, contudo, debruço em dois aspectos que são importantes para esta pesquisa – o social e o ambiental, portanto, socioambiental.

Um dos grandes marcos⁷⁶ ocorridos no campo, e que vem sendo considerado um marco para as transformações conceituais dos Museus e da Museologia, se refere ao evento promovido pelo ICOM/UNESCO sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo, conhecida por Mesa-redonda de Santiago de Chile (1972). A partir deste evento muitas novas possibilidades se concretizam e a Museologia toma novo rumo, inclusive trazendo o debate social para dentro dos museus. A partir da Mesa de Santiago do Chile (1972) envolvidos pela busca de mudança de paradigma, os museus se propõem a servir à comunidade e ao seu desenvolvimento, a partir de seu papel, denominado por eles como papel social dos museus, tendo assim “a referência-padrão do museu como ferramenta de desenvolvimento” (Varine, 2014, p 27).

Vale ressaltar que, Scheiner (2012) questiona este marco e destaca que a ênfase na vinculação entre museus e realidade político-social vem sendo defendida pelo campo da museologia, desde a criação do ICOM e da UNESCO, nos anos 1945⁷⁷. A VII Assembleia Geral do ICOM, realizada em Amsterdã, Holanda, em 1962; a VIII Conferência Geral de Museus – Assembleia Geral do ICOM –, realizada em Munique, Alemanha, em 1968 e a IX Conferência Geral de Museus, realizada em Grenoble, França, em 1971, já definiam, segundo a autora, esta relação social dos museus com a comunidade (sociedade). Nesta última assembleia, em 1972, ocorrida na França, foi utilizado pela primeira vez o conceito de “ecomuseu”⁷⁸, termo cunhado por Hugues de Varine, cujo formato experimental de atividades museológicas no território tinha por objetivo principal o de dar a palavra àqueles que apenas raramente partilhavam da cena da História (BRULON, 2015).

Naquela época, o projeto ‘ecomuseu’ trazia a ideia de que os membros da comunidade fazem parte do processo de formulação, execução e manutenção da mesma, sendo ou podendo ser em algum momento, assessorados tecnicamente por um museólogo, em busca de desenvolvimento local, do território. É o repensar dos processos museológicos e de seus resultados, com foco na relação sociedade e meio ambiente. É como destaca Rocha (2015, p.111):

⁷⁶ Dois outros eventos organizados pelo ICOM, ocorridos anteriormente ao de Santiago do Chile que fortaleceram o novo paradigma museológico: Seminário sobre o papel do museu na coletividade, Estados Unidos, 1967; Seminário sobre museus de vizinhança (Neighborhood Museums) Estados Unidos, Nova York, Brooklin, 1969.

⁷⁷ Para saber mais conferir Scheiner (2012).

⁷⁸ Segundo Brulon (2015, p. 280) “tal conceito está ligado a uma cadeia de transformações na museologia francesa muito mais ampla e complexa que envolveu, com efeito, uma transformação de valores — não apenas no âmbito local, mas na concepção que alguns pensadores e profissionais de museus tinham sobre a prática museológica da época”.

o museu como espaço de sociabilidade se direciona para a prática de uma “Museologia de relações” voltada para dialogar com um cidadão. Esta visão, herdada dos museus de sociedade como o ecomuseu, potencializa-se ao lidar com a temática “meio ambiente”, uma vez que esta reenvia e reforça uma relação: a integralidade relacional homem-natureza (Davallon *et al.* 1992: 203) ou, ainda ampliada, sociedade-meio ambiente.

Retomando a IX Assembleia do ICOM, conforme Scheiner (2012, p.20) a Conferência definia, ainda, que “cada museu deve aceitar que seu dever junto à sociedade envolve ações especificamente desenvolvidas para servir ao ambiente social específico dentro do qual opera”, ou seja, de fato, os aspectos socioambientais já se fazem presentes na discussão, e cada museu deveria encontrar suas ações frente a comunidade na qual estivesse inserido. Vale a pena dizer que, a partir da Conferência de Santiago do Chile (1972) a Museologia adota o meio ambiente (Figura 16), neste caso, em sua totalidade: comunidade, território, patrimônio natural e cultural, no qual vivemos, como campo de atuação do museu. A ênfase dada se direciona ao meio ambiente como um todo.



Figura 16. Esquema da Museologia nos anos 1970 – Ecomuseologia

Assim, foram definidos, especialmente pelos países da América Latina, os princípios do Museu Integral, quer seja, total, que contemplam a sua integração à vida da sociedade, mas também o seu papel decisivo no conhecimento de seu patrimônio natural e cultural, tentando desfazer a dicotomia persistente entre natureza/cultura. Seria a tomada de consciência de sua responsabilidade social em busca de soluções para que os museus pudessem atuar como transformadores sociais, condição esta, essencial para as condições de vida, a qual denomino por estratégias de sobrevivência

ecossistêmica, categoria trabalhada nesta pesquisa. Enfim, toda a discussão emergente do fim dos anos 1960, frente às lutas e movimentos sociais, que ocorreram em várias partes do mundo no segundo pós-guerra e, quanto às questões ambientais e do desenvolvimento humano, são tomadas como ato político por este campo e colocados em práticas a partir de atividades centradas na e para comunidade.

De fato, a Declaração de Santiago do Chile (1972), acelera o processo de autoquestionamento sobre o papel do museu frente às necessidades sociais, tidas como imperativas, desvinculando-se da prática ligada “ao culto da burguesia, das nações e da identidade nacional” (KASEKER, 2014, p. 28), ligando-se ao meio ambiente, no que se refere ao que está *in situ* – condições culturais, sociais, patrimoniais, econômicas. Beliani (2012) enfatiza que nos anos de 1970, esta mudança de paradigma do trabalho em museus, no qual a Museologia amadurece na diferença, a partir de um enfoque alternativo à monocultura⁷⁹, à homogeneidade e à uniformidade (que em certa medida ocorria no campo), ocorre devido a um processo dinâmico, complexo e social, no qual o campo se auto organiza frente às necessidades de uma sociedade em constante mudança, numa ação transformadora que traz à tona “o reconhecimento do ser humano como o principal protagonista para determinar e garantir a manutenção do planeta e, ao mesmo tempo, a capacidade de participação ativa na promoção de uma nova ética capaz de conciliar natureza e sociedade” (BELIANI, 2012, p.60). Ademais, este novo modelo de atuação dos museus rompe com o jogo de poder tornando a totalidade da população consciente de sua autonomia e de seu próprio desenvolvimento. Assim na prática, com o ecomuseu, uma nova museologia ganha forma.

E, um outro evento conhecido como Colóquio Museu e Meio Ambiente (França, 1972) traz a continuidade do debate e reflexões sobre o patrimônio, a condição humana, seu desenvolvimento no território – meio ambiente. Este Colóquio definiu ecomuseu⁸⁰ como um “museu específico do meio ambiente”, e neste sentido, carrega um conjunto de relações obtidas no espaço vivido; destaca-se assim, como o meio ambiente adentra no museu, com um sentido daquilo que faz parte de nós, do que o meio ambiente carrega, enquanto sociodiversidade, de tudo o que está a volta das pessoas moradoras de determinada comunidade. Mais adiante, neste mesmo sentido, nos anos de 1980 constitui-se o Movimento Internacional da Nova Museologia (MINOM) – um fenômeno

⁷⁹ Referência ao livro *Monoculturas da Mente* de Vandana Shiva, física, filósofa, ecofeminista e ativista ambiental da Índia, que defende que as monoculturas não são apenas maneiras de usar a terra, mas também de pensar e de viver.

⁸⁰ Administrativamente falando para o ecomuseu se institucionalizar, enquanto museu, na França, ele associou-se ao meio ambiente e a ecologia, a partir do recém-criado Ministério do Meio Ambiente, sendo inicialmente cadastrado nesta autarquia devido à dificuldade de entendimento sobre as atividades museológicas desenvolvidas por um ecomuseu. Hoje esta questão já foi superada e o ecomuseu rendeu vários questionamentos e mudanças efetivas para o campo.

histórico que atuou como a expressão de uma mudança prática no papel social dos museus – aliado às novas experiências de museus que já vinham sendo colocadas em prática desde os anos 1960, fruto de um movimento da ‘descolonização’, que diz respeito a um conjunto de conceitos que tinham o objetivo de revolucionar a prática museológica do final do século XX, tais como o de “participação da coletividade”, ou o de “identidade cultural” (BRULON, 2015, p.267). Cabe ressaltar que estas noções de coletividade foram e são bastante utilizadas pelos países, principalmente da América Latina, porém, as primeiras aparições a partir de experiências inovadoras ocorreram entre os museus dos países industrializados, como França e Portugal, em busca de identidades culturais escondidas e da memória do lugar e da comunidade, quer seja, rural ou industrial, das periferias ou de favelas (MAIRESSE 2002, p.103 *apud* BRULON, 2015, p.267).

Vale lembrar que a Declaração de Quebec (1984) deu força às novas ideias deste movimento, tendo como premissa a ideia do Museu Integral, proposta na mesa-redonda de Santiago do Chile sistematizou os princípios de uma Nova Museologia, que tinha a preocupação com a preservação do patrimônio e desenvolvimento social, adotando o conceito ecológico de comunidade, entendida não somente formada pelos aspectos administrativos e políticos que forma o grupo social, mas também sua territorialidade, seu ecossistema. Se organiza então, o que foi “chamado de uma “museologia social”, ou seja, a transição para um museu mais aberto às sociedades humanas e aos problemas sociais” (BRULON, 2015, p.286). Assim, a Nova Museologia começa a despertar o interesse de pensadores ligados a outros campos do saber, como as Ciências Sociais, a Antropologia e a História, caracterizando ganhando cada vez mais adeptos. Cabe dizer que em 1983, conforme Cury (2005), o ICOFOM realizou em Londres debates que foram publicados nos ISS-ICOFOM STUDY SERIES sobre: Museu, território, sociedade – novas tendências/novas práticas; a discussão girou em torno dos conceitos de ecologia, territorialidade e território, memória, desenvolvimento, cotidiano, comunidade, identidade. Noto que, nesta época, os aspectos sociais, ambientais e ecológicos permeiam expressivamente todas as discussões sobre museus e museologia. E o constructo teórico – Museu Integral – dá conta disto. E é nele que confio no trabalho para o desenvolvimento local e sua sustentabilidade.

Retomando, o ICOFOM, em 1987, em Helsinque-Espoo, também aborda o debate sobre o deslocamento de ênfase do objeto para o público e a comunidade (o objeto não é mais visto como centro dos museus); o alargamento do conceito de objeto de museu (expansão para o imaterial); abertura à tendência para conservação *in situ* (em seu contexto, como em museus de sítio, casas históricas, ecomuseus);

descentralização dos museus (com a criação de pequenos museus); dentre outros, no encontro sobre Museologia e museus. Já o evento em Nova Delhi, no ano de 1988 sobre Museologia em países em desenvolvimento refletiu-se sobre o papel social dos museus nesses países. Cury (2005, p. 53) ressalta que

retomou-se a questão da identidade cultural local face a intervenções externas e também o fato de que há apenas uma museologia e inúmeras formas de aplicação. Em países em desenvolvimento, as aplicações se fariam considerando-se necessidades específicas. No entanto, avaliou-se que os museus e a museologia são promotores de desenvolvimento e mudanças sociais, pois agem nos âmbitos cultural e educacional. Para tanto, caberia aí uma política museológica para países em desenvolvimento, formulada por eles mesmos.

Entre todas as reflexões expostas, o ICOFOM retoma questão sobre a relação das instituições museológicas e o meio no qual se situam, ou seja, a relação com o meio social, cultural e econômico, com o debate sobre Museologia e o meio ambiente, em 1990, em Livingsstone – Mfuwe colocando os museus como parte de um pensamento ecossistêmico. No Brasil, esta vertente do movimento, a Nova Museologia, chega a partir da década de 1990 e mais fortemente nos anos 2000 adquirindo, então, as suas próprias características locais, de acordo com os embates políticos endógenos e as formas particulares de se conceberem os seus ditos “museus comunitários”. O ecomuseu, sendo uma das formas encontradas, para a aplicação de uma nova musealização, possibilitou a aplicação em diferentes contextos sociais de uma nova concepção do processo de valoração do patrimônio, revalorizando grupos marginalizados, muitas vezes, em disputas, lutas e resistências. Ou seja, colocou-se o museu no centro da realidade homem-ambiente e todo seu conjunto e demandas sócioambientais. Duarte Cândido (2002) ressalta que alguns exemplos de conceitos e ações giraram em torno da Nova Museologia como ação comunitária, construção para o futuro, preservação como ação comunitária, responsabilidade coletiva, museu integrado com a comunidade, museu e educação popular, educação permanente, educação libertadora, museu e meio ambiente, e que de fato trouxeram contribuições para o campo disciplinar.

Assim, as preocupações com o meio ambiente e tudo mais que lhe confere semelhanças (biodiversidade, ecossistema, por exemplo), se inserem nas discussões e sistematização de movimentos de larga abrangência teórica e metodológica do campo. De fato, os movimentos social e ambiental, focam num tema comum, que é a manutenção e a sobrevivência da vida no planeta; o que quero tratar, neste sentido, é que no campo museológico, o conceito de Ecomuseologia nos anos setenta – os ecomuseus, os parques naturais, o museu de ar livre, os centros de interpretação, ou

ainda os museus comunitários tendem a uma maior aproximação ao mundo 'natural'. Rocha (2015, p. 114) ressalta que parques naturais (patrimônio natural) e o ecomuseu (patrimônio social e simbólico) “possibilitaram a passagem de uma representação estética da natureza para uma representação patrimonial do meio ambiente”, incluindo as cartas e declarações patrimoniais oficiais reconhecidas internacionalmente pela UNESCO e IUCN. Por outro lado, a partir da Nova Museologia, conceitos como cidade/vila/museus, áreas protegidas, museu vivo, são ressignificados segundo a Ecomuseologia, complementando o triângulo homem/ambiente/patrimônio. Desta forma, este novo movimento que leva, em certa medida, o meio ambiente para o museu, surge com uma característica totalizante, própria daquela década, na qual o

lugar-museu se ampliava para Território; estava “derrubada” a idéia de museu prensado nas “quatro paredes”. O agente do processo deixa de ser o museu, ou as ‘coisas’ dos museus e transfere-se para a sociedade (naquela época usava-se comunidade) compartilhando a construção de sua relação com o Patrimônio (CERÁVOLO, 2005, p.18).

O patrimônio passa ser um traço constitutivo para a valorização do território, onde para além das coleções e acervos, dos ditos museus tradicionais, a Museologia começa a se preocupar com problemas que assolavam e assolam a humanidade e o planeta, incluindo como novo objeto de análise do campo o ser humano. Deste modo, noto que, este papel perante a sociedade, estabelecido pelo próprio campo disciplinar, ocorrido de um movimento e necessidade interna, tem como propriedade principal a formação da sociedade, e se assim o é, colabora com a mudança de consciência dos sujeitos cultural, histórica, social, política e ecologicamente. As atas do MINOM (1998, p.9) deixam claro que

os museus dos nossos dias [referência ao final do século XX] procura inserir-se como agente ativo e atuante no processo integrador, gerado pela dinâmica do desenvolvimento local, conjugando os mesmos elementos de outrora – recursos humanos, patrimoniais, culturais, naturais, – mas agora de uma forma mais viva e num modelo aberto, em permanente construção.

De fato, o que mais se enfatizou e vem sendo enfatizado nesta perspectiva teórica, foram os ecomuseus e os museus comunitários, nos quais a partir da Ecomuseologia, assumiram uma filosofia alternativa de vida em busca de identidade histórico-cultural, combinando os recursos humanos, naturais e tecnológicos de forma equilibrada, racional e sustentada (MINOM, 1998), sempre com a participação ativa das populações na definição do seu modo de estar e viver; ou seja, é a valorização de culturas silenciadas e deixadas à margem de qualquer tipo de musealização (BRULON, 2015, p.268), em seu próprio território, com tudo aquilo que apresenta. Enfim, a relação que se dá entre museus e o meio ambiente advém de uma necessidade atual e crítica,

na qual nossa sociedade vem vivenciando – a preservação ambiental – em busca de um caminho “capaz de garantir a sobrevivência da biodiversidade (incluindo a genética) das espécies e dos ecossistemas” (MENDES, 2013, p.70), e a humana. Quando assim a Museologia começa a identificar e representar a natureza como patrimônio e tratá-la no território junto à comunidade na qual se envolve com ela, há uma ruptura de paradigma na qual as instituições museais contribuem

para a passagem de uma representação estética da natureza a uma representação patrimonial do meio ambiente, que se fundamenta em duas dimensões essenciais: o meio ambiente como centro da proteção da natureza; a relação entre território e patrimônio (DAVALLON; GRANDMONT; SCHIELLE, 1992, p.68).

Nesta relação museologia, patrimônio e meio ambiente, inicia-se, conforme destaca Rocha (2015, p.108) a promoção de “uma reflexão crítica acerca dos diferentes modos de conceber e vivenciar a relação sociocultural do homem com seu meio ambiente” e de uma abordagem museológica de preservação do patrimônio ‘meio ambiente’ sob a dimensão ética, já que o ser humano passa a ser o principal protagonista que determina e garante a manutenção de si mesmo, do meio em que vive, qual seja, o meio ambiente, e de tudo aquilo que faz parte do ecossistema.

Assim, conforme já discutido, no capítulo 2, que foi tratado sobre o patrimônio ambiental, não é possível compreender o meio ambiente desarticulado das relações socioculturais. Desta forma, o museu adquire a capacidade de relacionar as dimensões políticas, econômicas e éticas às novas questões ambientais de um patrimônio pensado para o futuro, uma vez que existe a recomendação da preservação do meio ambiente para as gerações futuras. Assim, a

abordagem museológica do patrimônio “meio ambiente” tem um caráter relacional em que se entrecruzam diferentes agentes, configurando de forma contingente a relação sociedade-meio ambiente que, em última instância, tem sua reflexividade manifesta não somente nas suas transformações visíveis, mas, sobretudo no campo social (ROCHA, 2015, p. 112).

E, como analiso este campo social, a partir da museologia, no século XXI? No século em questão, as transformações da sociedade permanecem, da mesma forma, seus problemas; e, sociologicamente falando, o campo social contribui para um sentido de pertença e de identificação de um coletivo social, que muitas vezes, ou quase sempre, apontam relações de poder e de disputas, que se concretizam no território, como ressaltam Saquet e Silva (2008, p.31) “o território pode ser considerado como delimitado, construído e desconstruído por relações de poder que envolvem uma gama muito grande de atores que territorializam suas ações com o passar do tempo”. Assim, o território guarda atuações hegemônicas e de conflitos sociais, das lutas de classe e

do fazer cotidiano. Partindo deste princípio das relações de poder no campo social, e da abertura do museu ao meio ambiente e ao contexto sociopolítico, em sua forma orgânica, a Museologia passa a ter necessidade de “elaborar e esclarecer relações, noções e conceitos que podem dar conta deste processo” (MOUTINHO, 2014, p.40), desenvolvendo novos processos de musealização. Nasce assim, a Museologia com potencial para tratar das relações entre preservação e desenvolvimento, transformando o patrimônio em herança, para as gerações futuras, como recurso de se desenvolvimento.

A partir dos anos de 1990 este movimento museológico evolui dando lugar a Sociomuseologia, como é conhecida principalmente em Portugal, ou Museologia Social, como é adjetivada aqui no Brasil, esta abordagem museológica, multidisciplinar, consolida o “reconhecimento da museologia como recurso para o desenvolvimento sustentável da humanidade, assentada na igualdade de oportunidades e na inclusão social e econômica” (MOUTINHO, 2014, p.40), quer seja, sociopolítica (Figura 17). Para a Chagas; Assunção; Glas (2014, p. 430) o acervo do museu, compreendido pela Museologia Social, é constituído pelas demandas sociais e, por isso mesmo, está comprometido com a melhoria da qualidade de vida e com a geração de benefícios para a comunidade local, como por exemplo a reapropriação do patrimônio local.

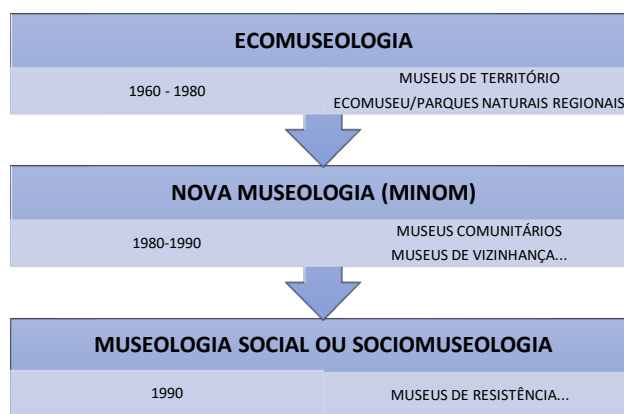


Figura 17. Evolução da Museologia após o debate da função social do museu

Muitas vezes, a Museologia Social e a Ecomuseologia são tratadas como sinônimos; porém, teoricamente a Ecomuseologia parte do “conceito de território musealizável, incluindo o patrimônio natural, e o caráter participativo da autogestão” (KASEKER, 2014, p.38). Lembrando que, a preservação e o uso do patrimônio cultural e natural (padrão dicotômico dos anos 1950-1970 para o entendimento do patrimônio) são evidenciados desde o Seminário Regional da UNESCO sobre o Papel Pedagógico dos Museus do ICOM, no Rio de Janeiro (1958), quando aprovam e “reconhecem os “lugares naturais” e o museus ao ar livre, além de jardins botânicos, zoológicos e

aquários, como espaços museais, antecipando a valorização que a ecologia e o meio ambiente alcançariam nas décadas seguintes” (KASEKER, 2014, p.40).

A Museologia Social, na perspectiva aqui apresentada, está comprometida com a redução das injustiças e desigualdades sociais a partir de melhorias para a qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social com a geração de benefícios para a comunidade local. A Declaração MINOM, definida no Rio de Janeiro no ano de 2013, coloca “em destaque a compreensão de que a Museologia Social consiste num exercício político que pode ser assumido por qualquer museu, independentemente de sua tipologia, sendo parceira para o desenvolvimento, ou seja, sendo uma mediadora de mão dupla entre os atores do desenvolvimento e a comunidade. Então, é nesta “perspectiva museal que, ancorada no social, avança em direção ao político e ao econômico” (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2014, p.432) e do desenvolvimento local, residindo assim, a função e o papel social do museu. Varine (2014, p.32) ressalta que o “desenvolvimento local possui uma dimensão cultural muito forte: para ser bem-sucedido, qualquer processo de desenvolvimento precisa produzir mudanças positivas, estando ao mesmo tempo ligado às raízes culturais e psicológicas da comunidade” e, ainda,

o desenvolvimento local, em seu verdadeiro sentido, não acontece se a população não estiver estreitamente associada com o processo de tomada de decisões, com a identificação e a administração dos recursos locais, com a mobilização de todos os ativos do território, sendo que o primeiro e principal destes se encontra dentro da própria comunidade (VARINE, 2012, p. 27).

Assim, a mobilização e busca por tomada de decisões, de toda comunidade, é o fio necessário para o desenvolvimento local, e conseqüentemente o reconhecimento do patrimônio local, sendo um “processo pelo qual um território detecta e utiliza todos os recursos disponíveis (naturais, humanos, culturais), por meio da mobilização das forças ativas da comunidade” (VARINE, 2014, p.26). O mesmo autor, enfatiza que a Mesa-redonda de Santiago do Chile (1972) é referência-padrão do museu como ferramenta de desenvolvimento. Mesmo Paulo Freire, sendo impedido de participar da Mesa de Santiago, sua Pedagogia da Libertação, que relaciona conscientização, autonomia, transformação e engajamento social, contribui para o comprometimento da ação museal no campo social.

A pedagogia da liberdade, como Freire propõe, exige a prática, a ação de liberdade na participação crítica da sociedade em busca das soluções para as questões do desenvolvimento; como se sabe, a educação deve levar o homem e seu coletivo a uma nova postura e busca de resoluções diante dos problemas de sua época. Portanto, tendo como referência Freire (1987), pode-se dizer que, em suma e em geral, que os

museus ainda mantêm uma prática formativo-educativa baseada na educação do tipo bancária. Assim, quais seriam as soluções que a sociedade humana pode colocar em prática para conservar seus sistemas vivos, e de forma interdependente, sua cultura e patrimônio, quer seja natural, ambiental, cultural? É no âmbito comunitário, na própria comunidade que a solução aparece. Nossa época tem um problema global que pode ser resolvido no local: são fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se não forem remediados, ameaçaram a diversidade da vida no planeta. É preciso reavivar a comunidade, reconstruir sua imagem e encontrar novas atividades baseadas em recursos locais, incluindo o patrimônio natural e cultural.

Na comunidade e no território, os sujeitos sociais têm a capacidade de viver, agir, refletir e praticar a ação social e cultural. É no tempo social, conforme destaca Varine (1987, p.70) que se torna possível desenvolver a liberdade; é o tempo/momento, no coletivo, da criação cultural que valoriza a vida cotidiana orientada para o futuro. Vale ressaltar que o “tempo social é a chave da revolução comunitária, como conceito e como realidade” (VARINE, 1987 p.66), é aquele dispensado a alguma ação comunitária. O tempo social não tem como valor principal o interesse pessoal, mas o coletivo, usado em benefício do desenvolvimento crítico e político. Nisto se instala um processo importante: os caminhos de valorização da identidade e preservação do cotidiano social e cultural com soluções para o futuro é a conservação da obra coletiva, da cultura viva em ação, libertando as próprias pessoas da alienação cultural, ou libertando sua capacidade de imaginação ou iniciativa, ou libertando a consciência dos seus direitos de propriedade sobre seu patrimônio, tanto material quanto imaterial.

A tomada de consciência dos problemas sociais e das diferentes soluções possíveis para enfrentar a realidade dessacraliza os museus, realçando o movimento em relação ao envolvimento das populações e/ou comunidades. Disso resulta, do estrito ponto de vista da dinâmica dos museus e do seu estar em sociedade, que cabe levar em conta que os públicos passaram a se constituir no principal patrimônio dessas instituições, sobrepujando, em alguns casos, a própria noção de acervo.

3.1.1 Parques e o PARNA-Tijuca como museu

O PARNA-Tijuca sempre é identificado como uma área natural protegida mais visitada da Brasil, inclusive, muitas vezes é reconhecido por um de seus setores mais antigos, a Floresta da Tijuca e pelo Corcovado; desta forma, é visto como uma instituição formal, com características de proteção e visitação que o senso comum identifica rapidamente. Portanto, quero tratar da ideia de museu que identifica parques

como museus, e assim o PARNA-Tijuca passa ser tratado neste mesmo conceito – um museu.

A definição do que de fato possa ser considerado um museu, vem evoluindo de acordo com os processos e mudanças ocorridas na sociedade; e, todas as vezes que o conceito sofreu redefinições, o ICOM, buscou dar um sentido conforme as realidades da comunidade museológica. Desde já, pode-se dizer que museu é um conceito político que carrega consigo sentidos e formas ideológicas da sociedade. A incorporação do que seria natureza, tida como patrimônio natural, conceito sempre utilizado para compor esta referência parque-museu, pode ser analisado a partir dos textos produzidos pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), desde 1946 a 2007 (Figura 18).

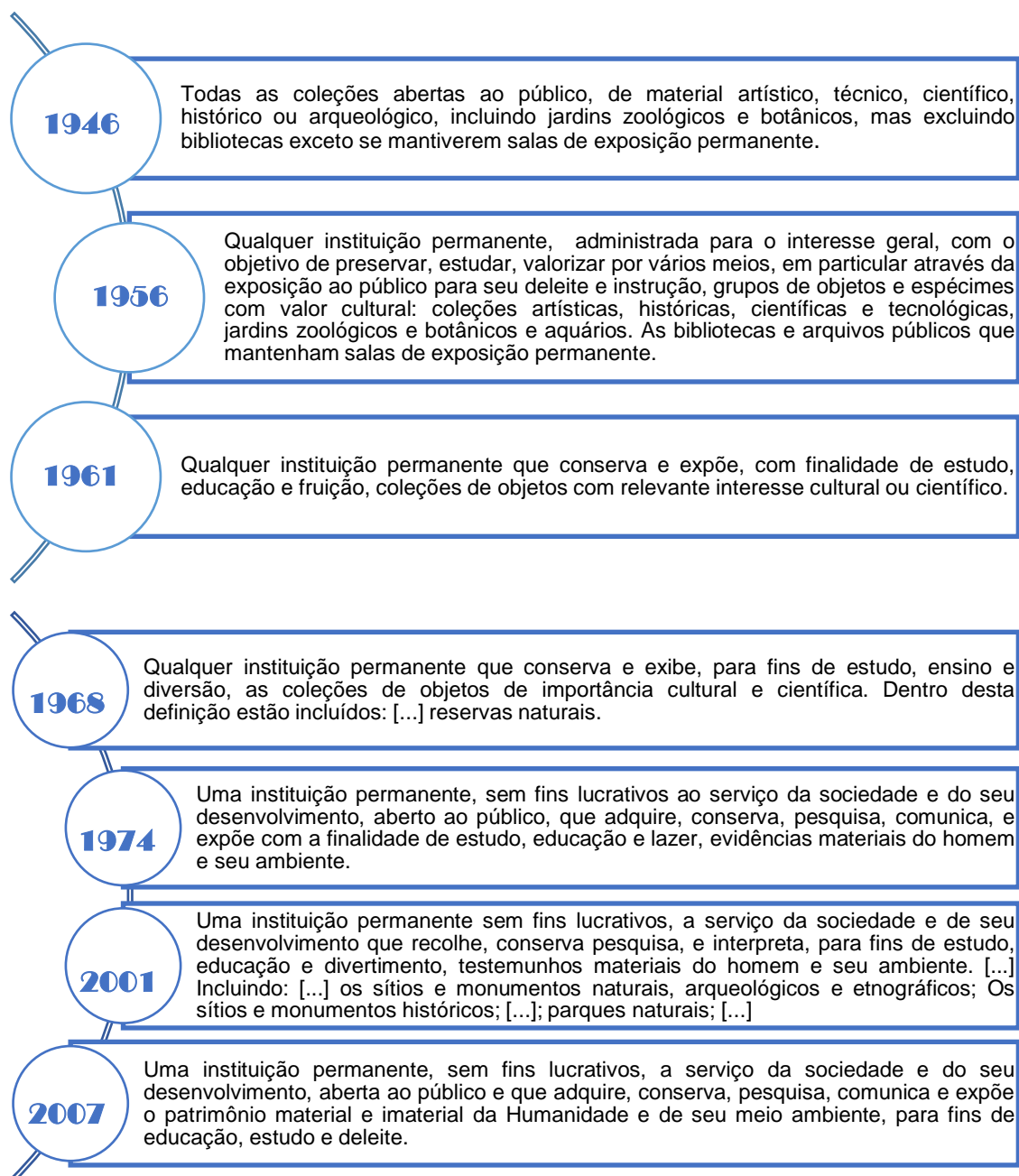


Figura 18. Evolução do conceito de museu

A primeira definição em 1946, segue a tradição das definições de museu nos séculos XVIII e XIX (MENDES, 2013, p. 74), na qual a ênfase dada é ao serviço público; percebe-se que, jardins botânicos e jardins zoológicos são incluídos por terem uma coleção de espécies naturais em sua área demarcada. Dez anos mais tarde, em 1956, o conceito mantém a ênfase dada ao serviço público considerando o deleite e a instrução aos visitantes; existe ainda, a referência às espécies vivas zoológicas e botânicas, e ainda sem a preocupação ambiental.

No ano de 1961, as discussões do ICOM, acrescentaram à definição anterior, a ideia de estudo, educação e fruição, sem alguma alteração ou referência ao meio ambiente. Já em 1968, ocorre a introdução dos termos ligados diretamente a sítios preservados no território, compreendendo na definição de museu os monumentos históricos, sítios arqueológicos, sítios naturais e reservas naturais, desde que abertos ao público. Observa-se que foi a primeira vez que, especificamente as reservas naturais, entram na definição, mas acredito que ainda se fazia imposto a ideia de expor a paisagem enquanto natureza.

No ano de 1974, provavelmente por influência da Declaração de Estocolmo, em 1972, e das discussões da Museologia em Santiago do Chile, também em 1972, a definição de museu alarga-se em dois sentidos: de um lado, são especificadas as funções museológicas: aquisição, conservação, pesquisa, comunicação e exposição; por outro, introduz-se a preocupação com os vestígios materiais do ser humano e do seu meio ambiente. Veja, apesar de não ter o termo reserva ou parque, a ideia de parque nacional está ligada a este conceito, uma vez que toda área limitada tende a guardar evidências materiais, neste caso, espécies em extinção ou em ameaça.

E em 2001, os termos que relacionam diretamente as espécies de fauna e flora, retornam ao conceito, dando ênfase aos materiais do homem e do seu meio ambiente, os sítios preservados no território, compreendendo na definição de museu os monumentos históricos, sítios arqueológicos, sítios naturais e reservas naturais/parques naturais. A última definição de museu do ICOM, apesar de não conter as palavras parque e/ou reservas naturais, apresenta claramente as ações específicas do museu a serviço da sociedade, atrelado à proteção do patrimônio.

E, ponderando as discussões sobre o Meio Ambiente, considero, também, como patrimônio os elementos do meio ambiente humano, as espécies vivas da natureza (biodiversidade) e os parques nacionais que incluem as paisagens e parcelas preservadas da natureza, conforme destacam Davallon; Grandmont; Schielle (1992, p.68):

o traço característico do parque natural é que ele corresponde a uma reserva de uma parcela preservada de natureza. O território que ele institui é assim o território da natureza, o que limita voluntariamente a ação do homem [...] trata-se de todo um território – um (eco) sistema – que é objeto da preservação. Os visitantes são [...] passantes e descobridores.

Tradicionalmente falando, em conformidade ao conceito de museu e analisando a finalidade de um parque, seja ele, da esfera nacional, estadual ou municipal, observa-se que o conjunto das ideias propostas pelo ICOM: a pesquisa, a conservação, a

comunicação e a visitação pública (BELIANI, 2012), cabem diametralmente no que o SNUC (2000) vem tratando pelos objetivos de parques, na legislação atual brasileira:

preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitar a realização de pesquisas científicas e desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação, de proteção e operacionalização, dentre outras (MMA, 2000, p.7).

Assim, comparando a última definição de Museu do ICOM (2007), que tem sido uma referência conceitual na comunidade internacional, com as finalidades de um parque, conforme a legislação brasileira (MMA, 2000), pode-se dizer que parques são efetivamente museus, uma vez que ambas instituições podem desempenhar funções afins e, além disso, conforme já mencionado, contemplam os critérios definidos pelo ICOM para definição de museu. A fim de destacar ainda mais este o conceito de museu e sua analogia com os parques, faço referência ao IBRAM, em cujo Estatuto de Museus (2009), criado pela Lei nº. 11.904, em seu artigo 1º, e Parágrafo Único, considera museus:

Art. 1º As instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Parágrafo único: Enquadrar-se-ão nesta Lei as instituições e os processos museológicos voltados para o trabalho com o patrimônio cultural e o território visando ao desenvolvimento cultural e socioeconômico e à participação das comunidades (BRASIL, 2009).

Ademais, o artigo 29 da referida Lei apresenta a relação dos museus com as ações educativas quando afirma:

Os museus deverão promover ações educativas, fundamentadas no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais e ao patrimônio material e imaterial da Nação (BRASIL, 2009).

Tanto quanto em sua definição e em sua promoção de ações, museus e parques, principalmente os brasileiros, desempenham e contemplam a mesma definição. Em se tratando especificamente do PARNA-Tijuca, conforme destaque no capítulo 2, a área reserva uma parcela do Bioma da Mata Atlântica, caracterizada na Exposição Permanente *Uma Floresta na Metrópole*, inclusive a história da ocupação humana. Vale ressaltar que poucos, inclusive a equipe técnico-administrativa que lá trabalha atualmente, sabem que o Parque é uma área natural musealizada, bem como um patrimônio musealizado. Devido a sua normalização restritiva, enquanto categoria de uso integral, delimita e separa do mundo social a natureza, e como comprovei o PARNA-

Tijuca é um patrimônio ambiental, que abarca todos os aspectos históricos, ambientais, culturais e humanos, eis aqui uma contradição.

3.1.2 A tipologia de um parque-museu

Sendo todo e qualquer parque natural um museu, qual seria sua tipificação? Existem praticamente três modelos conceituais de museu, que em certa medida, representam a relação específica do homem e com a realidade; por relação específica do homem e com a realidade, entendo que possa ser o recorte da realidade que representa apenas um momento do processo sócio histórico em um espaço/tempo sobre o humano e suas demandas coletivas, ou em termos de Waldisia Rússio Guarnieri ([1981], 2010) esta relação específica está relacionada ao fato museal, ou museológico:

Em se tratando das bases conceituais da museologia estruturadas pelo ICOM, e pelos teóricos do campo da museologia e do patrimônio, estes auxiliaram no desenvolvimento das classificações tais como as conhecemos (Figura 19). Tais classificações possibilitam a organização de ideias e de estudos para a fim de entendimento e análise para o campo da Museologia; para cada tipo há uma ênfase, modelos de processos de musealização, dentre outros aspectos.

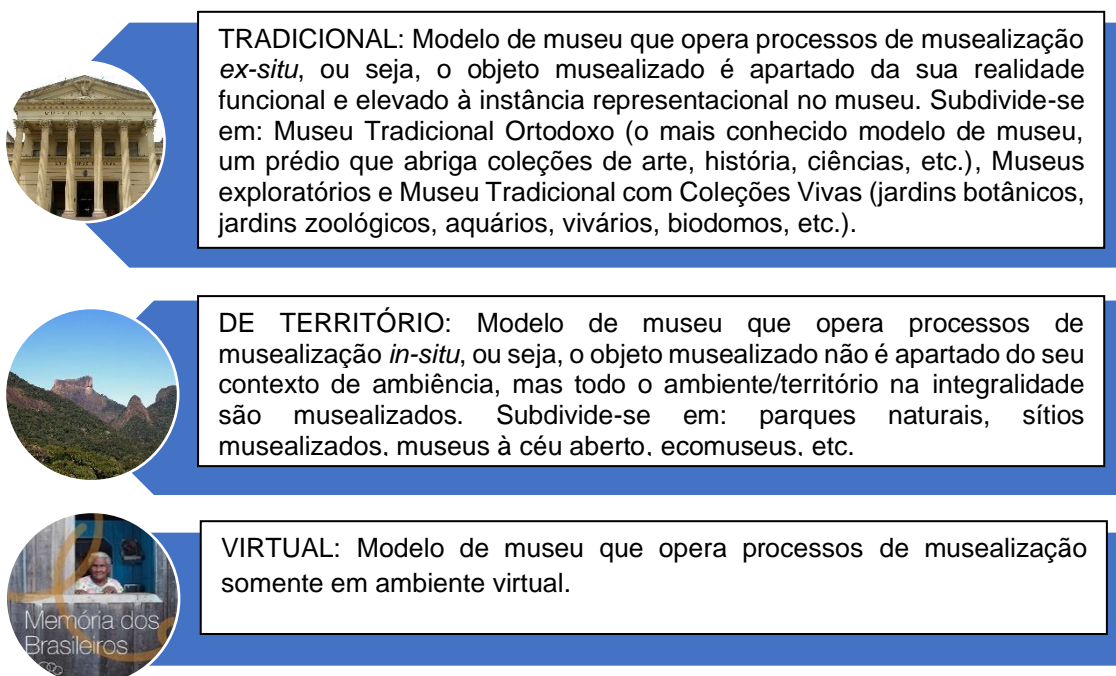


Figura 19. Classificação de tipos de museus

Kaseker (2014) destaca que Varine divide em 3 subtipologias diferentes os museus de território (Figura 20), a saber:

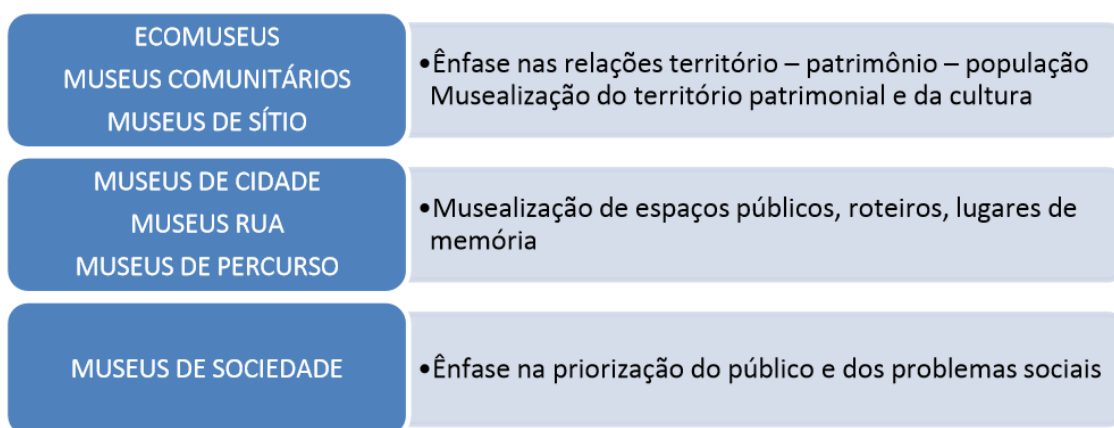


Figura 20. Classificação de museus de território por subtipologia, segundo Varine
 Fonte: Kaseker, 2014.

Assim, conforme descrições e classificações acima, verifico que todo parque inicialmente é um museu de território pois pode receber processos de musealização no próprio território, ou seja, pode ser musealizado *in situ*, já que todo seu ambiente, sem sua integralidade são passíveis de musealização. Em todo museu de território a ênfase dada está nas relações culturais e sociais do homem no território, ademais, valoriza os processos naturais e culturais e não os objetos enquanto produto da cultura, mas pode conter exposições tradicionais baseadas em objetos. A categoria de pensamento bastante utilizada neste tipo de museu é o '*tempo social*' que para Varine (1987, p.66) "é a chave da revolução comunitária, como conceito e como realidade", é aquele tempo dispensado a alguma ação comunitária. O tempo social, conforme já discutido, não tem como valor principal o interesse pessoal, mas o coletivo, usado em benefício do desenvolvimento crítico e político. Nisto se instala um processo importante: os caminhos de valorização da identidade e preservação do cotidiano social e cultural com soluções para o futuro é a conservação da obra coletiva, da cultura viva em ação.

Conforme já foi tratado, a partir da Mesa de Santiago de Chile (1972), a Museologia preocupada com as mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais, confere ao território seu novo lugar de trabalho. Scheiner (1998) destaca que o museu de território, produto das teorias sociais, é o espaço ou território onde todo o conjunto de referências valoradas como 'patrimônio' (ou parte significativa do mesmo) encontra-se musealizado, ou seja, subordinado a parâmetros específicos de proteção, documentação, estudo e interpretação. Sua base conceitual é o patrimônio e o que importa neste museu é o estudo das relações de sincronicidades e rupturas entre os diversos componentes do conjunto, incluindo os elementos constituintes do espaço musealizado, sejam estes: as formas de ocupação do espaço, relações entre o homem e a paisagem, relações intergrupais, o fazer cultural e o produto deste fazer.

Em se tratando de parque natural, especificamente, a ênfase dada se direciona as relações entre os diversos componentes de um ecossistema (nos quais se inclui a presença humana), cuja característica é a valorização dos processos naturais e culturais, e suas consequências e produtos; baseia-se no tempo natural/biológico podendo conter exposições tradicionais com espécimes e objetos. Assim, o PARNA-Tijuca, apresenta todas estas características e elementos. É como Maure (1995, p.130) destaca, ao lembrar que o museu de território advém do MINOM e que prioriza a visão interdisciplinar e ecológica, voltada para as relações entre o homem e seu meio ambiente natural e cultural:

o campo de ação do novo museu engloba o território de sua comunidade, território definido no senso de entidade geográfica, política, econômica, natural e cultural. A infraestrutura museográfica se descentraliza, se fragmenta e investiga o território por meio de equipamentos diversos.

O território em si mesmo apresenta todos os elementos possíveis de visitação e exposição: as trilhas interpretativas, placas indicativas e informativas, painéis e sinalizações, os espécimes que livre e dinamicamente se relacionam com o visitante. Mas conforme destaque, em todo parque natural, é possível outras várias possibilidades de ação da museológica no território, uma delas, é o Centro de Visitantes ou Centros de Interpretação. No Brasil, todo Parque Nacional, aberto à visitação, teria em sua missão, no território, um Centro de Visitantes. Segundo o National Park Service (2000, p.9) os Centros de Visitantes têm três funções principais: fornecer interpretação, orientação e informação, e serviços aos visitantes. Neste sentido Beliani (2012, p. 76) afirma que, não sendo um fim em si mesmo, “é necessário que se tenha um trabalho efetivo de promoção do patrimônio” nestes espaços, direcionado tanto aos visitantes do parque, quanto aos moradores do entorno. O trabalho efetivo de promoção do patrimônio, citado por Beliani, se refere a apresentação interpretativa de dados e fatos sobre o próprio território; ou seja, seria o espaço interativo e interpretativo, entre o público e o território onde há o desenvolvimento e divulgação de um patrimônio, neste caso o próprio parque, especificamente do PARNA-Tijuca. Seria um museu dentro de um museu.

Para Scheiner (1998, p.92) o museu que contém um museu é denominado Metamuseu, cuja estrutura “é semelhante ao de uma célula, onde o museu é o núcleo, o ponto central a partir de onde irradia, ou para onde converge, todo trabalho de coleta, investigação, documentação, conservação e interpretação daquele conjunto”. O que conclui é que, além de serem museus de território, os parques nacionais, que possuem Centros de Visitantes com características expositivas e interpretativas, são também metamuseus (SCHEINER, 1998; BELIANI, 2012). Assim, o PARNA-Tijuca que apresenta uma exposição permanente em seu Centro de Visitantes denominada *Uma*

Floresta na Metrópole (inaugurada em 2010) é um Metamuseu. Assim, o Metamuseu é aquele que fala do museu, neste caso, através da exposição, por exemplo.

Vale destacar que os parques naturais também podem ser considerados museus a céu aberto, uma vez que, tudo o que de fato pode ser contemplado, conhecido e reconhecido se encontra em espaço aberto, no próprio meio ambiente, na parcela de natureza delimitada para o parque; além disso, também podem ser considerados museus de percurso, uma vez que existem pontos de interesse cultural, histórico e ambiental em vários pontos do parque, unidos por um roteiro; e no caso do PARNA-Tijuca, existem pontos de interesse, como construções históricas e arquitetônicas, trilhas, chafarizes, bicas, restaurantes, cujo o roteiro é sem determinação fixada, que pode ser seguido de acordo com os setores abertos à visita e a partir de qualquer ponto da cidade do Rio de Janeiro.

Ambas as caracterizações para os parques nacionais destacam que o visitante conhece o patrimônio ali preservado caminhando ao ar livre o que permite visualizar representação do meio ambiente e tudo que lhe é possível, ou seja é quase um complexo patrimonial que comunica o significado e o valor do lugar e sua importância.

3.2 O processo de musealização *in situ* do PARNA-Tijuca

No Brasil, o Parque Nacional que continua sendo o único exemplo de parque musealizado, é o PARNA-Tijuca (BELIANI, 2012). A prática museológica aplicada nestas áreas estabelece condições de conservação, legibilidade e acessibilidade ao público visitante, organizando as informações e demandas sobre o cuidado com a natureza, cumprindo a finalidade básica de articular pesquisa, documentação, preservação e comunicação. Conforme o ICOM (2010, p.51) a musealização, processo específico da Museologia, pode ser definida como:

um processo científico, que inclui, necessariamente, as atividades essenciais do museu: preservação (seleção, aquisição, coleta, gerenciamento, conservação), pesquisa (incluindo, catalogação) e comunicação (através de exposição, publicação, etc.) ou, de outro ponto de vista, as atividades em torno da seleção, coleção e exibição. [Tradução nossa]

Bruno (1996, p. 56) compreende que a musealização é o “processo constituído por um conjunto de fatores e diversos procedimentos que possibilitam que parcelas do patrimônio cultural se transformem em herança, na medida em que são alvo de preservação e comunicação”. Em certa medida, musealização é um termo técnico usado para expressar o caminho que leva uma determinada referência, material ou não, a ser inscrita no âmbito do Museu, a partir de ações particulares do campo. Beliani (2012)

destaca que “ter um Parque Nacional atuando efetivamente como museu permite desenvolver mecanismos que aumentem a sensibilidade das pessoas para identificar o conjunto de sistemas vivos que o compõem”.

Na atualidade a musealização tem assumido novos lugares e significados e pode ser aplicada a todas as coisas naturais e artificiais, bem como à conservação *in situ*. Schärer (2008) defende que não há nenhuma diferença real entre uma coleção de xícaras de prata e uma coleção de montanhas, plantas e animais em um parque nacional uma vez que o museu coleciona sinais (informações, ou seja, processos). Musealizar a Mata Atlântica, por exemplo, pressupõe preservar, antes de tudo, a diversidade e a integridade do patrimônio dito genético, ou seja, parte da riqueza da biodiversidade do mundo (BELIANI; SCHEINER, 2013).

Assim, musealizar *in situ* remete uma prática que envolve todo o conjunto patrimonial de um dado território (espaço geográfico, clima, recursos naturais renováveis e não renováveis, formas passadas e atuais de ocupação humana, processos e produtos culturais, advindos dessas formas de ocupação); ou seja, não há suspensão de tempo e espaço ou escolha de objetos a serem musealizados, o que ocorre é que todo território passa ser passível de musealização, tornando possível o reconhecimento do patrimônio de maneira sistêmica e, como um instrumento de educação, desenvolvimento e melhoria das condições de vida das comunidades. Shanks e Tilley (1988), associam o processo de musealização ao procedimento de dar significado ao patrimônio de um território, o que quer dizer que, por meio de narrativas visuais em cenários museais especialmente projetados com narrativas museológicas, há a percepção objetiva, no caso de musealização *in situ*, do meio ambiente ali delimitado. Da mesma maneira, Schärer (2008) ressalta que museu é, naturalmente, uma parte do processo de construção de significado no que se refere aos valores coletivamente e institucionalmente atribuídos; o valor do patrimônio é sempre atribuído pelo corpo social e pode ter significados diferentes.

No Brasil, de acordo com Beliani (2012) o processo de musealização de Parques Nacionais, iniciou-se no ano de 1973, período em que Alceo Magnanini (primeiro especialista em áreas naturais protegidas do Brasil que compreendeu a necessidade de contar, em sua equipe, com profissionais da Museologia) atuou no IBDF, como Diretor dos Parques Nacionais Brasileiros (1967-1975). O Primeiro período do processo de musealização ocorreu, especificamente do ano de 1973 a 1980, cujas ações específicas do museu, se direcionaram, para a documentação, pesquisa, projetos técnicos e preservação como forma de organizar a história do objeto a ser musealizado: o PARNA-Tijuca. Tereza Scheiner foi a museóloga que iniciou o processo de musealização

pioneiro no PARNA-Tijuca. Já o segundo período do processo de musealização coordenado pela museóloga Cristina Vieira ocorreu especificamente do ano de 1997 a 2012.

As ações de musealização, mantiveram a pesquisa e a documentação como prioridade, destacando-se o Projeto Memória do Parque Nacional da Tijuca, trabalho realizado em conjunto com uma historiadora a partir de 2002, a fim de identificar, registrar e mapear as propriedades e seus respectivos proprietários que ocuparam a área do Parque e seu entorno⁸¹. No que se refere a comunicação, em 2010, inaugurou-se a exposição permanente Uma floresta na Metrópole, após 9 anos de concepção, o que verifica-se que este equipamento cultural aumentou o fluxo de visitação no Parque. É possível ainda analisar que os aspectos técnicos da documentação e da comunicação sobressaem mais efetivamente no segundo período – o atual – em que a museóloga Ana Vieira se encontrava na equipe do PARNA-Tijuca, mesmo trabalhando muitas vezes sem o apoio de outros setores do Parque⁸².

Enfim, a musealização do PARNA-Tijuca integra-se ao compromisso da manutenção da biodiversidade, da geodiversidade, da cultura, da história, da identidade e memória local, em sincronia e interdependência com o território; e sem dúvida o processo de musealização de parques nacionais deve ser levada a cabo por equipes multidisciplinares – e nelas será sempre fundamental a presença do museólogo. O fato dos parques serem museus, não significa que sejam ou estejam em processo de musealização, o que só pode ser realizado por um profissional do campo da Museologia.

3.3 Os conflitos socioambientais entre o PARNA-Tijuca e a Comunidade Vale Encantado

Constata-se, conforme mencionado no capítulo 2, que a categoria – parque nacional – vem gerando conflitos que devem ser estudados e discutidos no território, uma vez que, decidir por um processo de patrimonialização da natureza sem considerar as vivências e construções de vida de grupos humanos (no caso, famílias, estrutura comunitária e toda história vivida por este grupo social no território), tem trazido para os sujeitos envolvidos com a questão, aquilo que entendo como problema social desdobrado em disputa, resistência e poder. Justamente a criação e delimitação de parques, em território já habitado, têm sido acompanhadas por conflitos e impactos

⁸¹ É importante dizer que Ana Cristina Vieira encontra-se aposentada e não compõe mais o quadro de servidores do PARNA-Tijuca. Na época em que a pesquisa-dissertação foi realizada este projeto ainda estava em fase de finalização para ser publicado. Até o momento não sei deste feito, e toda esta pesquisa realizada no território, nos auxiliaria nesta pesquisa-tese, na condução de alguns aspectos pertinentes as comunidades do entorno do Parque.

⁸² Para saber mais detalhes verificar Beliani (2012) e Beliani; Scheiner (2013).

decorrentes da desterritorialização de grupamentos sociais (tradicionais ou não) em várias partes do mundo, inclusive no Brasil, já que na organização das leis de proteção do patrimônio fortalece a ideia inicial do modelo norte-americano de que os parques deveriam ser demarcados sem a presença humana. Assim, toda notícia de remoção gera tensões e disputas devido as perdas (Figura 21).

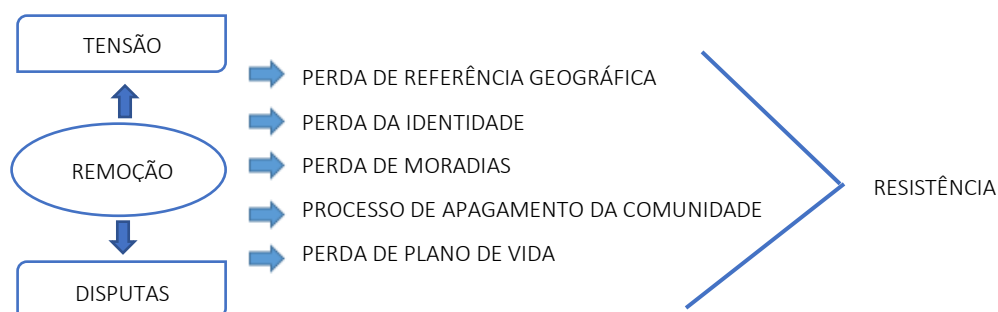


Figura 21. Esquema da remoção e seus efeitos

No campo das áreas naturais protegidas, incluindo parques nacionais, há um tipo de conflito clássico entre a administração dos parques, que denomino por equipe técnico-administrativa, e os grupos humanos ali inseridos, tanto nos seus limites, quanto no seu entorno, cujas lutas ocorrem em torno do uso da terra. Para Diegues estes conflitos são decorrentes de uma visão inadequada das áreas protegidas (DIEGUES, 2008), já que há uma assimilação a estas áreas devam ser delimitadas como ilhas gerando conflitos entre certas estratégias de conservação da natureza e as populações humanas residentes nessas áreas, já que os grupos humanos deveriam ser excluídos do território. Bensusan (2006, p. 27) considera que

a exclusão das populações humanas é essencialmente injusta, pois dela deriva-se a distribuição desigual dos sacrifícios: algumas populações são direta ou indiretamente beneficiadas com a melhoria da qualidade ambiental derivada da proteção de terminadas áreas, enquanto outras são privadas das terras que ocupavam tradicionalmente, sendo, em geral, realocadas em locais e condições indefensáveis. É injusta também porque muitas das populações beneficiadas são aquelas responsáveis pelo modelo predatório, que resultou na necessidade de se reservar áreas para a proteção ambiental, enquanto as populações sacrificadas são aquelas que conservaram, por meio do uso tradicional da terra e dos recursos naturais, as poucas áreas naturais ainda existentes e por isso pagam um preço muito alto: sua destruição cultural e social.

Como se sabe são inúmeros os casos de conflitos registrados em diversos parques nacionais no mundo, dentre eles podemos citar o primeiro – o Parque Nacional de Yellowstone, que desalojou povos indígenas, resultando em conflitos com mortes. E este modelo americano, que se institucionaliza sem a participação das comunidades do

seu entorno, possibilita o surgimento de conflitos socioambientais. Sendo o conflito socioambiental, originário nas bases com as quais foram criadas as primeiras áreas naturais protegidas, estes só começaram a ser teorizados apenas nos anos 1960/1970 (BRITO, 2000).

Na África, com a criação de diversos parques na Uganda, Ruanda, Congo e Zimbábue, o deslocamento das populações residentes ocasionou o colapso total de sociedades, tornando-as marginalizadas, ocasionando mortes por fome, mendicância e prostituição, sem levar em conta a estrutura sociocultural das populações próximas a delimitação realizada. Na Índia, em 1980, mais de 100 conflitos em parques foram descritos, entre eles, populações excluídas incendiaram os Parques Nacionais Kanha e Nargarhole, quando o acesso a estes foi proibido (BENSUSAN, 2006).

No Brasil diversos parques, inclusive o Parque Nacional da Tijuca, apresenta vários núcleos de moradias em seus limites. Vale ressaltar que, quando um parque nacional é criado sem o diálogo com as comunidades que habitam em seus limites e entorno, o objetivo da conservação torna-se frágil, já que, o modelo de proteção da natureza, utilizado por nossa sociedade desconsidera os complexos processos patrimoniais, sociais, econômicos e culturais já existentes no território demarcado, evidenciando o autoritarismo do Estado.

Conforme Botelho (2009, p. 36) “grupos sociais, em conflito, estabelecem a luta simbólica pela redistribuição de poder com objetivo de legitimar como “verdade universal” a percepção que detêm do mundo social”. Assim, o conflito tende a surgir entre grupos sociais quando há interesses, valores e práticas diferentes, configurando-se por lutas simbólicas ocorridas em distintos campos sociais. Bourdieu (1983, p. 89) define como campo os “espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas)”. Ou seja, a posição no espaço de onde os grupos sociais, em disputa ocupam, revela a essência daquilo que está posto como luta, força e relações de poder. Sendo assim, o campo serve de instrumento de análise das dominações e práticas específicas de um determinado espaço social, por exemplo, os parques nacionais. O autor complementa a ideia dizendo que

a estrutura do campo é um estado da relação de força entre os agentes ou as instituições engajadas na luta ou, se preferirmos, da distribuição do capital específico que, acumulado no curso das lutas anteriores, orienta as estratégias ulteriores (BOURDIEU, 1983, p. 90).

Assim o campo é sempre caracterizado pelas lutas estabelecidas entre os agentes ou instituições, em torno de interesses específicos. Simmel (1983), propõe que os conflitos contêm algo de positivo, sem negar seus aspectos negativos, já que estão interligados. Com esta ideia os conflitos podem ter a função de promover a própria integração e coesão social; o que de fato ocorreu com a reestruturação das leis ambientais, no fim dos anos 1980. Conforme Soares e Irving (2006, p. 92),

há um padrão de conflitos, um campo de forças, composto, de um lado, por um pólo forte da relação, o estado (e a força da lei), e de outro, por grupos humanos que criam estratégias variadas, para a conquista de benefícios, enfrentando (seja de maneira explícita, seja de maneira mais dissimulada), as proibições e pressões impostas pelo pólo dominante da relação.

A noção utilizada por estes autores revela o fenômeno a ser pesquisado: forças opostas que demonstram sempre, de um lado, o poder do Estado, e do outro da comunidade que procura encontrar saídas em benefício para a própria sobrevivência. Esta relação de poder se organiza dentro deste modelo capitalista hegemônico no qual estamos imerso; porém, esta mesma força que por um lado, impele, por outro pode trazer benefícios. Simmel (1983, p. 122) admite “que o conflito produza ou modifique grupos de interesse, uniões, organizações”. E, continua dizendo que

o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes. [...]. Essa natureza aparece de modo mais claro quando se compreende que ambas as formas de relação – a antitética e a convergente – são fundamentalmente diferentes da mera indiferença entre dois ou mais indivíduos ou grupos. (...) o conflito contém algo de positivo (SIMMEL 1983, p.123).

Analisando o parque nacional, como um espaço social específico, a partir da noção de campo de Bourdieu (1983), dois polos de disputas são identificados – de um lado observa-se a força do Estado que impõe a desapropriação do território prevista em lei; e de outro, a luta de uma comunidade, muitas vezes desarticulada, desejando a permanência no território devido a desapropriação. Em termos bourdieusianos, os sujeitos utilizam lógicas e estratégias de diferentes tipos de capital, revelando posições, lutas e interesses existentes no campo. Neste sentido a posse de determinado capital (cultural, social, econômico, político, artístico, esportivo, e também patrimonial, etc.) define relações objetivas entre as posições ocupadas pelos agentes e instituições, que determinam a forma de suas interações, compreendidas por relações de forças simbólicas; estas são históricas, sociais, políticas, ideológicas e culturais e devem ser analisadas e interpretadas.

Os conflitos ocorridos em parques nacionais, devem ser percebidos como formas particulares de conflitos, e denominados como conflitos ambientais, ou conflitos

socioambientais. Assim, no que se refere aos conflitos relacionados a questão ambiental, Acsehrad (2004, p. 26) os denomina como aqueles que envolvem

grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis (...) decorrentes do exercício das práticas de outros grupos. O conflito pode derivar da disputa por apropriação da mesma base de recursos ou de bases distintas mas interconectadas por interações ecossistêmicas (...). Este conflito tem por arena unidades territoriais compartilhadas por um conjunto de atividades cujo 'acordo simbólico' é rompido em função da denúncia dos efeitos indesejáveis da atividade de um dos agentes sobre as condições materiais do exercício das práticas de outros agentes (ACSELRAD, 2004, p. 26).

Da mesma maneira Botelho (2009, p. 39) destaca que o conflito ambiental é, assim, uma forma de expressão da resistência dos modos de apropriação do território e recursos naturais. E de acordo com Little (2001) os conflitos socioambientais ocorrem em função dos embates entre grupos sociais que tem modos diferentes de se inter-relacionar com o ambiente social e natural. Vale ressaltar que os conflitos, muitas vezes denominados como 'ambientais', refletem o processo histórico das lutas sociais e a despeito do processo coletivo de territorialização. Portanto permanecem algumas perguntas: por que não estabelecer parques nacionais em áreas que de fato não existam moradores? E, ainda, por que não estabelecer outro tipo de área natural protegida que permita, ao mesmo tempo a presença humana com a conservação de remanescentes de ecossistemas importantes? Observa-se que atualmente, com o discurso do desenvolvimento sustentável, é possível manter os dois fatores.

Entretanto, sabe-se que, áreas naturais protegidas delimitadas em décadas passadas, não consideraram o fato da presença de moradores no interior, e/ou entorno da área delimitada, sendo demarcadas como parques nacionais⁸³. A realidade do PARNA-Tijuca, assim como em tantos outros parques brasileiros, apresenta moradores em seu interior, e comunidades, consideradas bairros, que crescem em seu entorno; esta realidade de fato potencializa os conflitos em áreas naturais protegidas. E como são as relações internas e externas entre o PARNA-Tijuca e a Comunidade Vale Encantado? Não são tão diferentes; os conflitos socioambientais existem, uma vez que os sujeitos da Comunidade, inicialmente no século passado, e pelo simples fato de estarem no entorno do Parque, compartilhavam de modos de apropriação, reprodução da vida social e interesses que divergiam das leis que regulamentam os parques nacionais, e assim, este fato se confirma com a fala do entrevistado n2

⁸³ Atualmente, novas áreas naturais protegidas, quando apresentam grupos humanos, geralmente são classificadas a partir de categoria do tipo sustentável possibilitando a integração homem/natureza em lei.

a gente tá num ambiente absolutamente complexo, com mais de 100 favelas, no entorno imediato, todas elas com os conflitos inerentes a situação de moradia relativamente precária, esta interseção cidade/floresta, e algumas com conflitos mais específicos, por exemplo, aquelas próximas ao Corcovado, que tem uma atividade econômica relacionada ao turismo, que historicamente era feita de forma desordenada, mas muita gente vivia desta atividade, e quando começa o ordenamento (...) gera uma série de conflitos, aí a gente busca outras estratégias (...) para gerar alternativas de renda (...). Tem os conflitos também como os moradores de alta renda que muitas vezes tentam colocar o Parque ou a estrutura do Parque ao serviço de seus interesses particulares (...) às vezes tentam dar uma roupagem de conflito ambiental para que a gente se insere pra resolver o problema deles, que muitas vezes não é uma prioridade do Parque.

Atualmente estes conflitos socioambientais estão amenizados pela tomada de uma consciência, que se pode dizer, 'sustentável'. Sabe-se que muitos destes conflitos ocorridos não ecoam até a equipe do Parque por alguns motivos, a saber: a Comunidade é pequena, o que na prática pouco impacta ao ambiente; a Comunidade é consciente de suas pequenas ações degradadoras, desde os anos de 1992 quando a mineradora foi fechada; a Comunidade encontrou um novo caminho onde as estratégias de sobrevivência sustentável estão sendo colocadas em prática para a manutenção e sustentação de si mesmos e do meio ambiente. Apesar da história de ocupação humana, de ambas áreas, ter ocorrido pelo mesmo motivo – plantação de café –, e por consequência as instalações das lavouras no Maciço da Tijuca (os primeiros moradores do Vale Encantado foram foreiros dos fazendeiros que habitavam no Maciço da Tijuca), o que em certa medida indicaria conhecimento sobre a Comunidade Vale Encantado, na prática, observa-se que este grupo humano pouco é reconhecido pela equipe técnico-administrativa do PARNA-Tijuca, conforme revela o entrevistado n2:

eu não conheço a realidade tão a fundo, (...) talvez eu possa dizer, que eles não estão, enfim, ou pelo menos a grande maioria, não está comprometendo este bem, não está impactando este bem.

Vale ressaltar que, tanto o processo de conservação do PARNA-Tijuca, assim como o de patrimonialização e por consequência o de musealização, não levaram em conta a história das comunidades locais do entorno do Parque, e muito menos incluíram as mesmas no diálogo e decisões que dizem respeito a preservação do Parque, uma vez que, os períodos nos quais estes foram implantados ainda não se contavam com as mudanças legais que atualmente são importantes, por exemplo conselho consultivo, o conselho deliberativo e a gestão compartilhada, consideradas estratégias utilizadas a fim de que seja possível dar voz as comunidades locais do entorno de uma área natural

protegida⁸⁴. Esta afirmativa vem de encontro com o que o entrevistado n3 enfatiza sobre o diálogo e as mudanças na legislação:

essa assimetria tem que se reduzir ao máximo, inclusive na missão (...) do ICMBio o nosso papel é justamente é esse, é reduzir as assimetrias de poder, quando a gente chega numa comunidade e fala, olha a gente 'tá' aqui 'pra' participar com você, em outras palavras, vamos horizontalizar essa relação”.

Observa-se que mudanças decisivas foram implantadas na legislação brasileira. Segundo ICMBio (2014, p.27) os Conselhos são constituídos formalmente e vinculados à estrutura de gestão da UC, que administradas em conjunto com os seus Conselhos gestores podem proporcionar maior interação e participação da sociedade; cujos objetivos se organizam para tratar de questões ambientais, sociais, econômicas, culturais e políticas a partir de um fórum de discussão, negociação e gestão da UC. O mesmo documento do ICMBio (2014) enfatiza as diferenças e semelhanças entre os conselhos gestores de cada UC (Figura 22).

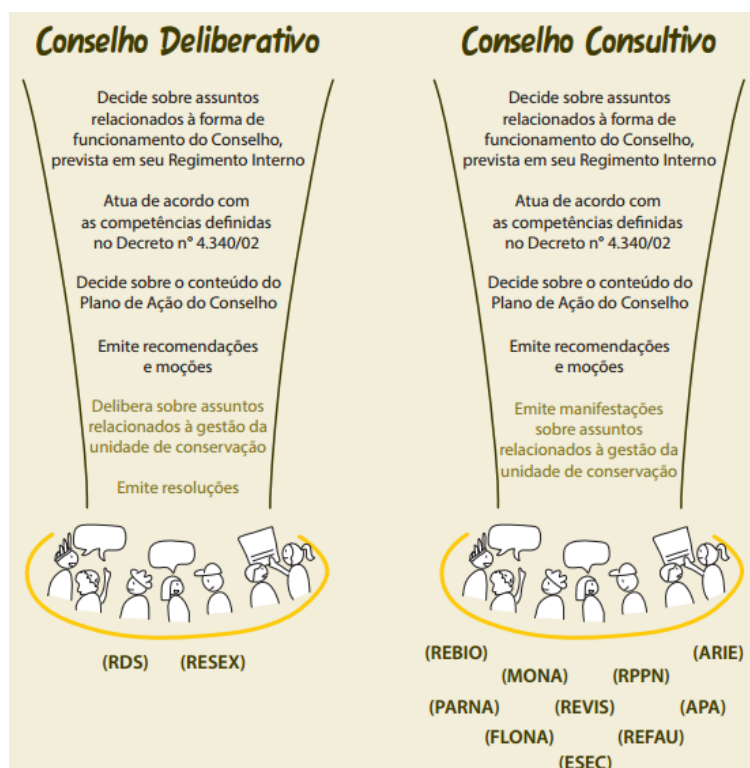


Figura 22. Diferenças e semelhanças entre conselhos gestores de UC.
Fonte: ICMBio, 2014.

⁸⁴ O surgimento de novas categorias de áreas protegidas do tipo de uso sustentável, na década de 1990, em especial as Reservas Extrativistas (RESEX) e Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS) possibilitaram esta mudança na legislação, uma vez que as experiências de co-manejo e gestão de áreas de conservação comunitárias constituem temas emergentes na América Latina (MARINHO; ANGELO FURLAN, 2011).

No caso dos Parques Nacionais (PARNAs) há o fórum consultivo onde as manifestações são recebidas e analisadas pelo ICMBio que, em certa medida, articula com outros órgãos ou justifica por escrito a não colocação da implementação da ideia. Na realidade do PARNA-Tijuca, conforme, o entrevistado n2

o Conselho é o espaço pra gente mediar e trabalhar todos esses conflitos, oportunidades, ameaças (...), e nisso o conselho tem sido bem sucedido (...), a gente tem todos os interesses representados, favelados, moradores de alta renda, operadores de turismo, outros órgãos governamentais (...) ele tem se mostrado um espaço de discussão destes conflitos.

Dentre tantas competências dos conselhos, destaco aquela que interessa a esta pesquisa: identificar os problemas e conflitos e propor formas para sua gestão. O entrevistado n1 relata que

na última renovação do Conselho (...) uma das questões que a gente viu que era muito importante era que as Comunidades e Associações de moradores do entorno do Parque tivesse mais representação dentro do Conselho, porque praticamente havia muitas associações de moradores de bairros mais nobres aqui da zona sul, mas havia pouquíssimas, ou quase zero, havia duas mas que não eram ativas (...) então nessa renovação do Conselho entraram várias comunidades (...) e a Comunidade Vale Encantado que agora é conselheira do Parque (...) aproximou bastante o Parque da Comunidade, oficialmente.

Apesar deste dado, o PARNA-Tijuca, por sua vez, tem pouco envolvimento na prática, com a Comunidade, já que a mesma pouco impacta o ambiente; ou seja, a coordenação de fiscalização pouco atua naquela Comunidade, uma vez que não há casos de queimadas e derrubadas, captura de animais, dentre outras ações impactantes. Ao contrário, desde que a mineradora foi oficialmente fechada, a vegetação tem encontrado seu clímax, recobrando o substrato do solo, antes degradado. Percebi a existência de atritos frouxos relacionados ao cotidiano, mas somente aqueles inerentes ao fato da Comunidade estar presente na zona de amortecimento de uma UC do tipo integral. O que quero dizer é que as necessidades, interesses e expectativas da Comunidade Vale Encantado vem sendo garantidas por eles mesmos, de maneira autônoma e auto gestada.

O entrevistado n7 destaca que as comunidades de Cerro Corá e Guararapes, por sua vez, recebem grande apoio do Parque através do projeto Anfitrião do Cosme Velho, que foi aprovado e reconhecido em 2011 pelo ICMBio, pelo trabalho de capacitação educativa dos jovens das comunidades próximas ao Parque, integrando seus participantes no exercício da cidadania para que possam ter autonomia profissional. Porém, através do entrevistado n1 esta ideia de que a Comunidade não está sendo 'vista' pelo Parque pode ser revista, pois foi dito:

A comunidade Vale Encantado, é uma das poucas do entorno que tem várias alternativas sustentáveis muito interessantes, e isso está servindo de exemplo para outras comunidades do Parque, inclusive quando a gente fez um projeto há pouco tempo, ali no Laboriaux, o Otávio representante do Vale Encantado, foi um dos convidados do Seminário que a gente fez lá de Turismo Sustentável, turismo de base comunitária, e ele foi um dos palestrantes lá mostrando o exemplo do Vale Encantado.

Ainda assim, o Parque relaciona-se com algumas outras comunidades, mas não diretamente com a Comunidade Vale Encantado, conforme a mesma gostaria que ocorresse. Esta relação entre a Comunidade Vale Encantado e o PARNA-Tijuca ocorre de maneira restrita, sem diálogo e envolvimento direto, ou projetos direcionados especificamente a Comunidade. As pessoas da Comunidade criam e desenvolvem seus projetos e atividades contando com ajuda externa, neste caso, por meio de uma rede de sociabilidade e contatos que será descrita no capítulo 5. Enfim, a Comunidade Vale Encantado não faz parte, oficialmente, de nenhuma atividade Socioambiental desenvolvida pelo Parque. O esquema abaixo mostra o conjunto das relações internas e externas entre o PARNA-Tijuca e a Comunidade Vale Encantado (Figura 23), na qual se vê, claramente, que a única instância comum entre eles é o Conselho Consultivo do Parque no qual representantes da Comunidade tem assento. Ressalto que há, ainda que de forma indireta – no sentido de que ambos fazem seus programas de forma independente –, uma atividade em comum entre o Parque e a Comunidade: o uso da mata como lócus e recurso para atividades turísticas, tais como trilhas e caminhadas (linha pontilhada no gráfico abaixo).

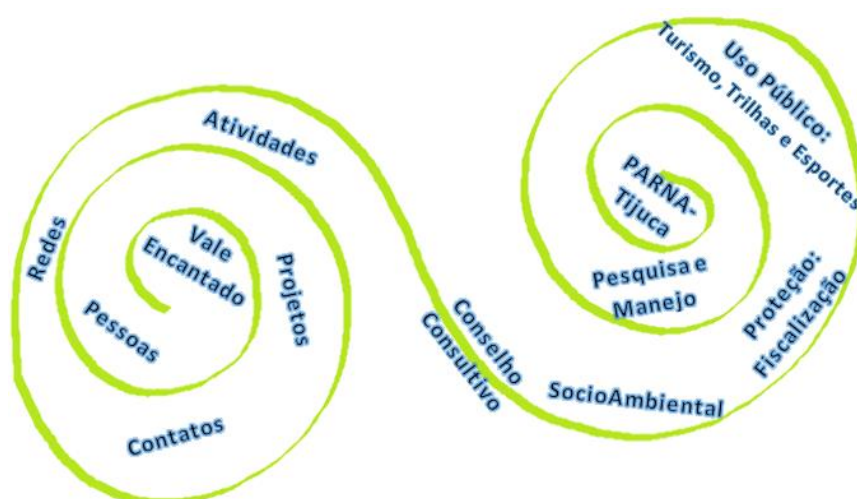


Figura 23. As relações internas e externas entre o PARNA-Tijuca e o Vale Encantado

Vale ressaltar que em campo, a partir das entrevistas com os técnicos e o diretor do Parque, um novo dado se apresentou: a Comunidade Vale Encantado está começando a ser notada/percebida pelo Parque devido a rede de sociabilidade que foi

construída pelos parceiros da Comunidade; assim, as ESE começaram a ter ressonância junto à equipe do Parque.

Enfim, são inúmeros os desafios e as possibilidades de análise para a integração de grupos humanos à proteção da natureza: autonomia e fortalecimento dos grupos através do reconhecimento da área como patrimônio, podem ser uma saída que diminua a tensão dos conflitos nestas áreas protegidas. Ademais a rede de sociabilidade encontradas pelos sujeitos envolvidos com o Parque, de certa forma podem possibilitar a resolução dos conflitos. Não há dúvidas de que as áreas naturais protegidas representam um dos mais importantes mecanismos de conservação da diversidade biológica, em escala mundial. Pensando nesta positividade do conflito, é possível identificar ganhos e fortalecimento, a partir da rede de sociabilidade, por exemplo, que os moradores da Comunidade Vale Encantado constrói, de certa forma pode possibilitar a resolução dos conflitos. Júnior; Coutinho; Freitas (2009, p. 34) assinalam que a questão ambiental se tornou objeto dos movimentos sociais, com atenção a discussão sobre a proteção da natureza, como condição para a sobrevivência do homem e das diversas formas de vida no planeta.

A partir das resoluções da Mesa Redonda sobre o Desenvolvimento e o Papel dos Museus no Mundo Contemporâneo, promovida conjuntamente pelo ICOM e UNESCO, cujo objetivo foi tratar do papel ativo dos museus nas questões sociais, econômicas e culturais, por meio de ações educativas. Tal evento gerou a Declaração de Santiago do Chile, que trata da necessidade de os museus tomarem consciência de sua responsabilidade social e, por sua vez, recomenda que sejam buscadas soluções para que atuem como transformadores sociais, condição essencial para sua integração à vida em sociedade. Com isto os museus latino-americanos foram provocados a voltarem-se criticamente para a realidade social e ambiental de seus próprios países; e assim, surge mais uma questão: “[...] a recomendação de que os museus latino-americanos integrem-se na e da realidade socioambiental dos povos e dos territórios em que atuam” (BORGES, 2015) foi efetivada?

Observa-se que, em certa medida, que de lá para cá, pouco foi alterada a quase imobilidade social e política dos museus latino-americanos e caribenhos. Os museus continuam voltados para si mesmos, autorreferenciados. Poucos são os museus que, de fato, refletem acerca da realidade local e, menos ainda, a partir dessa realidade local. Dentre esses podemos citar o Museu da Maré, Museu da Rocinha, Ecomuseu Vivo de São Bento, Ecomuseu do Quarteirão Cultural do Matadouro de Santa Cruz, ambos no Rio de Janeiro. Em geral, os paradigmas, modelos teóricos e técnicos, assim como os procedimentos que usualmente são encontrados nos museus latino-americanos são

importados de centros dominantes no campo da Museologia. Esses modelos predeterminados, elaborados para dar conta de uma outra realidade, impossibilita a teóricos e técnicos de ver a realidade local com suas peculiaridades.

Assim, o Museu-Parque, neste caso o PARNA-Tijuca, deve se preocupar com as relações sociais existentes entre o mesmo e a Comunidade Vale Encantado, mesmo que estas relações sejam tensas e desiguais, através do diálogo, porque é assim, que se formam sujeitos conscientes de sua própria realidade e de si mesmos. Desta forma, deve procurar realizar uma Museologia que desenvolva um fazer museológico mais ajustado às diversas realidades, para e no território vivido.

FASE 3 – No meu Vale havia um Parque



Figura 24. Livro Jardim Secreto para Colorir
Fonte: Fonte: Google, 2016.

CAPÍTULO 4

O VALE ENCANTADO: encantos e desencantos



Figura 25. Placa indicativa no prédio da COOVE na Comunidade Vale Encantado
Fonte: BELIANI, 2016.

CAPÍTULO IV – O VALE ENCANTADO: encantos e desencantos

As dificuldades enfrentadas com o fechamento da pedreira, o desmatamento e falta de emprego, além de outros como a falta de saneamento básico, falta de iluminação pública, coleta de lixo e transporte público, forçou a comunidade a se organizar em associação. Em 1992 foi criada a AMATA-Associação de Moradores e Amigos da Taquara do Alto da Boa Vista (BARROS; MELO, 2011).

Quando se chega a primeira vez na Comunidade Vale Encantado, de fato, o que se observa em sua paisagem encanta a qualquer um, tanto pelos seus atrativos naturais, quanto por toda sua composição e estrutura sociocultural, o que se difere das demais comunidades do entorno do Parque. Neste impacto inicial, frente à paisagem da Comunidade e do entorno do Parque, se instala a contradição – do encanto e do desencanto – que por si só, revela o processo de luta, resistência e mobilização que a Comunidade vem encontrando como saída pela sua permanência naquele território. Tal luta, para mim, é traduzida como resistência, na qual sempre esteve atrelada à ameaça de remoção de todos os moradores da área, sob justificativa da “preservação ambiental”.

Observa-se que esta Comunidade, especificamente, vem confirmando no cotidiano coletivo que a busca por estratégias conscientes para a manutenção do patrimônio, neste caso, também musealizado, possibilita o desenvolvimento local. Entretanto, esta consciência patrimonial, assim como a ambiental, que se deflagrou exponencialmente nos anos 1990, traz o sentido de evolução e melhoria, a partir de novas lutas, digamos inicialmente econômicas e de subsistência.

No Início do século XIX, a Comunidade Vale Encantado encontra através da parceria não-governamental, o fôlego de vida para continuidade de sua luta e resistência por permanência no território; ademais esta parceria, projeta a Comunidade em um circuito acadêmico, político e midiático, e inclusive na pauta de debate do próprio PARNA-Tijuca, o que nunca antes havia ocorrido.

Como o Vale Encantado não oferece muitos impactos e danos ambientais ao Parque, no sentido de apresentar grandes conflitos socioambientais, como por exemplo, o alto crescimento demográfico, a caça ou queimadas na área do Parque ou da própria Comunidade, a fiscalização do Parque quase nunca necessita intervir, por isso, a comunidade não é tida como uma ameaça em potencial, à unidade de conservação (somente em um período específico o qual será descrito neste capítulo).

Assim, trato neste capítulo dos encantos e desencantos da Comunidade que, diferentemente de muitas outras comunidades que se organizaram ao redor do PARNA-

Tijuca, não está fixada no território do entorno da área por consequência da expansão urbana, e nem de nenhum processo de reurbanização. Ademais, traço a caracterização da Comunidade abordando a ocupação humana e sua relação com o Rio de Janeiro, descrevendo suas características socioeconômicas e culturais, de organização sociopolítico enfocando a qualidade de vida e os aspectos atuais de sobrevivência de seus moradores, frente ao patrimônio musealizado.

4.1 O Rio de Janeiro, o Parque e as comunidades em seu entorno

Constantemente, e ainda hoje, a imagem do Brasil pelo mundo é identificada de certa maneira pelo PARNA-Tijuca, através do Monumento do Cristo Redentor, fixado no Corcovado. Este patrimônio apresenta características singulares, inserido em uma paisagem urbana, denominada e reconhecida mundialmente como “Cidade Maravilhosa”, que dialeticamente apresenta belezas naturais, quanto “a miséria e violência da paisagem familiar da favela, peculiares a cidade carioca, como uma espécie de marca e que, não deixam de ser construções sociais” (VIEIRA, 2013, p.96). O território que hoje se apresenta como Parque está diretamente ligado às formas de ocupação humana que, de alguma maneira, se relaciona à evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, conforme já foi discutido.

No ano de 2008 existiam cerca de 75 domicílios, perfazendo um total de 350 moradores, que residem no interior do PARNA-Tijuca⁸⁵. Na dinâmica de ocupação desses domicílios verifica-se que as sucessões de moradias ocorrem por laços de parentesco, dado que a grande maioria dos atuais moradores é constituída por esposas, filhos, netos, bisnetos e agregados de ex-funcionários públicos de organismos municipais, estaduais e federais que, no passado, tiveram responsabilidades na área. Tais residências estão localizadas geralmente em núcleos situados no interior dos setores Floresta da Tijuca, Serra da Carioca e Pedra Bonita. Vale ressaltar que nesta tese pesquisa não abordo sobre estes moradores, contudo, abro um debate comum que se refere às moradias no entorno de unidades de conservação, neste caso, de um Parque Nacional.

A cidade do Rio de Janeiro, segundo o IBGE⁸⁶, tem 6.320.446 habitantes. No que se refere à ocupação humana atual no entorno⁸⁷ do Parque, observa-se que existe

⁸⁵ Dados do levantamento cadastral realizado em 2005 para a elaboração do atual Plano de Manejo editado em 2008.

⁸⁶ Disponível em < <http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=330455>>. Acesso em 12 de janeiro de 2016.

⁸⁷ Conforme o Plano de Manejo (MMA/ICMBio, 2008, p.67) o entorno de uma unidade de conservação (...) é configurada pelos municípios em que está inserida e pelos municípios de abrangência de sua Zona de Amortecimento (o PARNA Tijuca e sua zona de amortecimento se inserem totalmente ao município do Rio de Janeiro).

a cidade do Rio de Janeiro, cuja identidade não pode ser separada do mesmo, e que em contrapartida, seu crescimento avança sobre os limites da UC, “apesar da proibição da urbanização daquelas áreas acima da cota de 100 metros, a partir do nível do mar, a ocupação continua ocorrendo aceleradamente, trazendo graves transtornos ao PARNA-Tijuca” (IBASE, 2016, p.14)⁸⁸. A inter-relação entre estes sistemas, floresta e cidade, propicia características únicas para a cidade do Rio de Janeiro, conforme se conhece em seus famosos cartões postais; porém, vale dizer que, existem fortes pontos de pressão antrópica nos limites do Parque, em virtude do mesmo estar localizado no “coração” metropolitano da cidade. O PARNA-Tijuca possui limites com quase todas as áreas de planejamento⁸⁹ do município do Rio de Janeiro, exceto em uma delas a zona oeste. Esta inserção urbana confere ao PARNA-Tijuca características históricas e ambientais únicas e distintas de qualquer outro parque nacional brasileiro (MMA/ ICMBio, 2008, p.67).

O Alto da Boa Vista tem uma interação íntima com o parque. Localiza-se na parte superior do maciço da Tijuca entre a zona sul, zona norte e zona oeste da cidade do Rio de Janeiro; pertence à 8ª Região Administrativa (incluindo o Maracanã e bairro da Tijuca propriamente dito⁹⁰) e já foi considerado um bairro nobre da cidade. Parte do PARNA-Tijuca ocupa o bairro do Alto da Boa Vista, especificamente o setor A (Floresta da Tijuca) que abriga o Monumento do Cristo Redentor e a Vista Chinesa, locais de grande visitação dentro do parque. Pode ser acessado por diferentes vias: a) do centro da cidade: Santa Teresa ou pela Estrada do Sumaré; b) partindo da Zona Norte, saindo da Tijuca e Usina, o acesso pode ser feito pela Avenida Edson Passos; c) saindo da Zona Sul por São Conrado o acesso se dá pela Estrada das Canoas e pela Estrada da Gávea Pequena; d) partindo do Jardim Botânico, bairro da Zona Sul, pode-se pegar a Estrada do Horto; e) partindo do Itanhangá e Barra da Tijuca o acesso pode ser feito pela Estrada de Furnas; f) saindo do Cosme Velho e Laranjeiras, pode-se pegar a Estrada das Paineiras ou a rua Amado Nervo que fica próxima à pequena praça do Alto da Boa Vista.

⁸⁸ Para saber mais – Decreto nº 322 de 3 de março de 1976 que aprova o Regulamento de Zoneamento do Município do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/buscafacil/Arquivos/PDF/D322M.PDF>>. Acesso em 31/05/2016.

⁸⁹ O município do Rio de Janeiro é organizado administrativamente por agrupamentos de regiões que possuem proximidade e identidade entre si, denominados pelos gestores da cidade de Áreas de Planejamento (AP). (MMA/ ICMBio, 2008, p. 67). No total, o município do Rio de Janeiro está dividido em cinco APs (AP1, AP2, AP3, AP4 e AP5), que se subdividem em 33 Regiões Administrativas (RA) e que comportam 159 bairros.

⁹⁰ Para maiores informações sobre o Alto da Boa Vista conferir em <<http://www.rio.rj.gov.br/web/cvl/ra>>

Seu nome tem origem na paisagem de suas encostas e situa-se na Serra Tijuca⁹¹; no século XIX era chamado de "Grande Tijuca". Durante o segundo reinado amplas residências, grandes chácaras e luxuosas mansões, outrora das classes mais altas da sociedade (principalmente os franceses, ingleses e holandeses, que buscavam refúgio nas partes altas da serra) ocuparam a região, em consequência da vinda da Família Real ao Rio de Janeiro. Essa dinâmica de ocupação no Alto da Boa Vista ocorreu devido a densa vegetação de Mata Atlântica, característica da área, que propicia baixas temperaturas e confere ao bairro um clima ameno, e afastava seus moradores do calor do centro da cidade, e também do receio dos recorrentes e periódicos surtos de febre amarela. A exemplo, de um dos moradores do bairro no tempo do segundo reinado, pode-se citar o romancista e senador José de Alencar. Entre os anos de 1960 e 1970 a procura pelo bairro atingiu o pico máximo de demanda, quando mansões foram construídas para receber a classe média alta do Rio de Janeiro; já nas últimas duas décadas do século XX, o bairro sofreu um certo declínio e muitas mansões deixaram de ser moradias e passaram a ter fins comerciais. Algumas edificações, do início do século XX que deixaram de ser moradia, recebe o Museu do Açude⁹², que integra os Museus Castro Maya hoje vinculados ao IBRAM/MINC.

Retomando sobre o declínio e o esvaziamento do bairro, Almeida e Irving (2006) descrevem que o Alto da Boa Vista era despovoado até final do século XVIII, utilizado apenas para as plantações de café, que com sua decadência e a chegada do Bonde a ocupação foi se intensificando e surgiram então as primeiras fábricas, que nos anos 1950 tiveram suas atividades industriais paralisadas. No fim do século XX, parte dos moradores com alto poder aquisitivo, deixaram o local em busca de melhor infraestrutura ofertada pelos bairros valorizados na Barra da Tijuca e também devido à desvalorização imobiliária, atribuída sobretudo ao processo ainda pequeno, nos anos 1980 e 1990, do crescimento, nas encostas do Parque, de comunidades popularmente chamadas de favelas⁹³. A fim de reduzir os impactos e conflitos gerados frente aos grupos humanos residentes no entorno de áreas naturais protegidas, principalmente as do tipo integral,

⁹¹ Debret, Taunay e Rugendas, dentre outros pintores que visitaram o Rio de Janeiro, reproduziram cenas da paisagem da serra Tijuca e que hoje constituem parte do patrimônio do PARNA-Tijuca; dentre elas posso citar: a Mesa do Imperador, a Vista Chinesa, a Capela Mayrink, a Gruta Paulo e Virginia, a Cascatinha e as Furnas de Agassiz.

⁹² O Museu do Açude foi criado em 1964 e exhibe as coleções de azulejaria e louça do Porto. A propriedade foi adquirida em 1913 e reformada em 1920 por Castro Maya. Localiza-se na Floresta da Tijuca, numa área de 151.132m², compreendido por 4 edifícios. Para saber mais: <<http://museuscastromaya.com.br>>

⁹³ Apesar destas, as favelas não pararam de se multiplicar, chegando, em 2000, à impressionante marca de 600 comunidades, totalizando 1.092.476 moradores que, segundo o IBGE, o equivalente a 18,6% da população do Município (COMPANS, 2007).

é criada, a partir da resolução CONAMA nº 428/2010⁹⁴ e do SNUC, a “zona de amortecimento” – (*Buffer Zone*, que define como “o entorno de uma Unidade de Conservação onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a Unidade”. O entrevistado n.3 enfatiza que o PARNA-Tijuca ainda não possui sua zona de amortecimento definida, ou seja, até então (ano de 2016) sua faixa de proteção ainda não fora oficializada documentalmente. O Plano de Manejo de 2008 propõe para o Parque a delimitação da zona de amortecimento) e acrescenta:

a gente tem no Parque uma proposta de zona de amortecimento, que está no Plano de Manejo do Parque, uma proposta de zona de amortecimento, só que ela legalmente falando é uma proposta, ela não é de fato, uma zona de amortecimento, então, as implicações que se tem, na legislação, em áreas de zona de amortecimento, elas não podem ser aplicadas na nossa zona de amortecimento por ela não ser, eh, oficializada.

Apesar disto, ainda de acordo com o mesmo entrevistado a falta da delimitação da zona de amortecimento no Parque, não vem interferindo, principalmente, na preservação da área próxima à Comunidade Vale Encantado:

A nossa proposta de área ela não foi ainda validada, porque o tramite, a forma como ela tá proposta ainda não permitiu isso, só que é justamente isso, porque tem a diferença entre a legalidade, né, o que é o ilegal, e o que é a percepção, né. Então assim, as pessoas que vivem, com quem a gente tem contato né, dentro dessa área de amortecimento, elas não se importam, elas não estão nem aí, né, pelo menos com aquelas que eu tive contato, se tá oficializada ou não, é a zona de amortecimento do parque; quer dizer as pessoas que eu conheço pelo menos. Ela é legitimada pela moral da própria pessoa, que tá ali. Eu reconheço que aqui é zona de amortecimento; e as pessoas mudam a conduta delas e, às vezes sem saber que ali é uma zona de amortecimento.

Tomando este termo no sentido sociopolítico e a partir da observação de campo e entendo que este termo serve, em suma, para “aparar”, “diminuir”, “prevenir”, “amortecer” impactos do exterior sobre uma massa ou elementos de tal ou qual estrutura e complexidade. Esta é sua função primeira. Em consequência disso, serve para manter afastadas as forças externas de pressão (pressão econômica, pressão política, social etc.) ou apará-la a fim de não permitir que essas forças impactem diretamente (em sua pujança) o objeto a ser preservado etc. Sua função secundária é correlata à primeira. Por outro lado, os processos de amortecimento, aqui sócio políticos, operam como “desviadores” ou corretores de rumo. Deste modo, uma pressão de um tipo x sobre um objeto-a-preservar será tanto mais amortecida (enfraquecimento de sua capacidade de

⁹⁴ Com esta resolução foram revogadas as Resoluções do CONAMA: nº 10/1988, nº 11/1987, nº 12/1988, nº 13/1990; Altera as Resoluções nº 347/2004, e nº 378/2006 e ela mesma foi alterada pela Resolução nº 473/2015 (altera o §2º do art. 1º e o inciso III do art. 5º) cuja mudança não afeta nossa reflexão.

impactar) quanto desviada ou o mais possível dissipada. Esta, sendo a função terciária das zonas de amortecimento, enquanto subestruturas naturais, territoriais, jurídicas, tecnocientíficas – que, em sua condição de categoria tecnocientífica, fazem parte da superestrutura ideológica de qualquer sociedade.

Há, ainda, um outro aspecto funcional das zonas de amortecimento que pode ser averiguado. Até então, foi dito sobre amortecer pressões externas sobre uma unidade ou instituição que, por força de uma concepção preservacionista e racionalista, deve o mais possível manter a salvo de alterações, uma espécie de formação de reservas que deverão ser preservadas como herança transgeracional. É possível pensar-se as zonas de amortecimento em sentido inverso, isto é, como instrumentos que também servem para proteger áreas e comunidades externas de forças de pressão originadas nessas áreas protegidas? Pensando nisto, as questões centrais que se referem a esta pergunta são duas: 1) identificar quais são essas zonas de amortecimento; 2) mostrar como elas operam. No que tange à segunda, o processo geral de amortecimento segue o seguinte procedimento: à medida em que a força impactante, em forma de ondas, força sua passagem, vai sendo paulatinamente amortecida – pois tem de atravessar diversas “barreiras” –, ou dispersada pelos amortecedores (físicos, jurídicos, administrativos, tecnocientíficos, em suma, ideológico-culturais, através de diversas instituições mobilizadas seja pelo estado, seja pela sociedade civil) e, ao mesmo tempo e como consequência do processo de amortecimento, que vai “corrigindo” quantitativa e qualitativamente tanto a pressão – força de impacto –, quanto à “direção” (econômica e/ou ideológica) dessas ondas impactantes. Pode-se dizer que, por meio das zonas de amortecimento, as pressões são resignificadas, de forma que, ao longo e ao cabo desse processo, a força de impacto inicial A será reconfigurada na forma de uma resultante B, tornando-se assimilável pelo sistema.

Quer dizer, uma zona de amortecimento se caracteriza por ser uma área que é delimitada em volta de um bem patrimonial a fim de protegê-lo de impactos. É, pois, uma espécie de tampão entre o bem patrimonial e o seu “exterior”. De outra parte, a depender do tipo de bem patrimonial, a zona de amortecimento também protege o “exterior” de impactos advindos do bem. O termo zona de amortecimento, apesar de ser mais comumente usado no campo da preservação ambiental, pode ser igualmente utilizado em sentido geopolítico. Žižek (2014) dá exemplo de países que foram criados para servir de tampão ou zona de amortecimento entre países em disputa: a Bélgica, na Europa. De igual modo, pode-se pensar o termo zona de amortecimento relacionado a processos sociopolíticos, tais como os que ocorrem entre, por exemplo, um Parque

Nacional e aqueles que, apesar de tudo, habitam em seu entorno. Enfim, de fato não se pode negar que há uma cidade que cresce no entorno do PARNA-Tijuca, e, estima-se que provavelmente existam 117 comunidades⁹⁵ moradoras no entorno da UC e que algumas delas foram estabelecidas no local anteriormente a criação e delimitação da unidade de conservação, e outras mais recentemente; ademais, não se pode deixar de dizer que existem construções de padrão elevado nos limites do parque e em seu entorno.

Quero abordar, antes de caracterizar o Vale Encantado, o termo comunidade, cujo sentido é polifônico e polissêmico. É preciso, portanto, esclarecer em que sentido, e por que, e por quem é utilizado nesta tese e a que tipo de grupo social ele se refere. A preocupação com este tipo de delimitação semântica é importante quando, no Rio de Janeiro, o termo é usualmente empregado para se referir a áreas urbanas que são sociocultural e economicamente marginais e carentes (fruto de uma exclusão histórica), em sua relação contrastiva e conflitiva com as demais áreas urbanas. Dito de outra maneira, o termo comunidade (com e sem adjetivação) é genericamente usado para substituir o termo favela que, até a sua substituição, vinha sendo empregado para designar este mesmo tipo de grupo social. Não é nesta acepção que uso o substantivo comunidade, já que carrega o sentido de ser um grupo local, de tamanho variável, integrado por pessoas que ocupam um território geograficamente definido e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica. Aqui o termo mantém sua acepção sociológica e antropológica, isto é, refere-se a um grupo social (urbano ou não) que, graças a estreitas relações de parentesco e formação econômica, apresenta uma dada homogeneidade entre si (história comum, reconhecimento de pertença à mesma tradição, comunhão de interesses etc.), funcionando como uma unidade na defesa de suas tradições e no esforço para a manutenção de suas características e valores socioculturais. Pode-se citar, à título de conhecimento, algumas destas comunidades, conhecidas por favelas, presentes no entorno do PARNA-Tijuca: Morros da Formiga, do Laboriaux, Borel, Cerro Corá, Catrambi, Complexo do Turano (incluindo as comunidades de Bispo, Rodo, Matinha, Pantanal e Sumaré), Vila Parque da Cidade, Rocinha, Salgueiro, Santa Marta.

Especificamente no bairro do Alto da Boa Vista, várias são as comunidades que estão assentadas no entorno do setor A – Floresta da Tijuca –: Fazenda, Furnas, Agrícola, Biquinha, Ricardinho, Furnas 866, Açude, Vale Encantado, Mata Machado, Tijuacú e Tijuquinha, Muzema Recanto da Barra, Sítio Pai João, Vila da Paz, Pedra do

⁹⁵ Conforme Silva (2002), existiam em 1995 43 comunidades instaladas no Maciço da Tijuca, época na qual muitas comunidades ainda não haviam sido catalogadas pelo poder público.

Itanhangá e Arroio Pavuna. “Frequentemente, não existem barreiras físicas que as separem, no entanto as mesmas se distinguem por fatores históricos, econômicos, sociais e culturais” (SILVA, 2002, p.48). A fim de efetivar toda a proteção junto ao Parque e de auxiliar na minimização dos impactos e crescimento da cidade, a Prefeitura do Rio de Janeiro, na gestão de Marcelo Alencar, em 1992, sobrepôs através do decreto 11.301/92, tutelado pela Secretaria Municipal do Meio Ambiente, um novo território de proteção ambiental na área do entorno do PARNA-Tijuca: a Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU) do Alto da Boa Vista (Figura 26), que corresponde, em larga medida, à “zona de amortecimento” do parque (SOUZA, 2015), com uma área total de 31 km². Ou seja, sobreposto a zona de amortecimento, existe a APARU, que foi criado, dentre outros objetivos, para estabelecer parâmetros ambientais e de uso e ocupação para a área, a fim de preservar a flora e a fauna, especialmente os exemplares raros e ameaçados de extinção ou insuficientemente conhecidos, presentes no local; impedindo loteamento, admitindo apenas o desmembramento e o remembramento de lotes e o grupamento residencial exclusivamente unifamiliar.

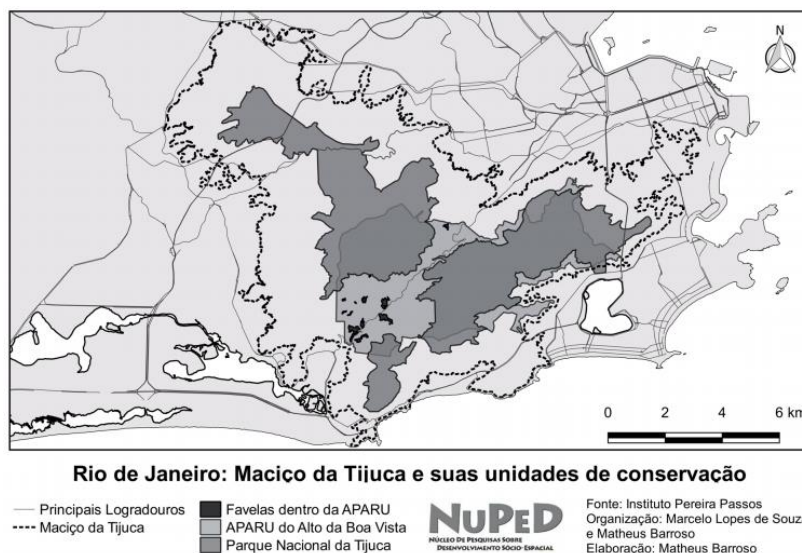


Figura 26. Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU)
Fonte: Souza, 2015.

São oito as comunidades que estão dentro da APARU do Alto da Boa Vista, na “zona de amortecimento” do PARNA-Tijuca: Açude da Solidão, Biquinha, Complexo Agrícola, Fazenda, Mata Machado, [Estrada do] Soberbo, Tijuacu e Vale Encantado. Conforme Souza (2015) o crescimento espacial de quase todas elas, ao longo de um período de uma década e meia (1999-2013), oscilou entre nada e muito pouco, com exceção das de Mata Machado e Tijuacu que são maiores em área e população: a primeira com 2248 moradores, e a segunda com 1156 em 2010 (base do Instituto Pereira Passos – IPP); dados de 2002 a partir da dissertação de Silva (2002), a

comunidade Mata Machado possuía 3000 moradores cadastrados, e a Tijuçu 764 moradores. Dentre tantas comunidades no entorno do PARNA-Tijuca, no Alto da Boa Vista, a Comunidade Vale Encantado, se destaca por suas peculiaridades e constituição histórico-social, conforme segue abaixo; e ainda, cabe dizer que a Comunidade, convive com outros grupamentos humanos, ‘assentados’ em condomínios de classe média e mansões de luxo tão marcantes neste bairro do Rio de Janeiro.

4.2 O histórico de ocupação humana, caracterização da Comunidade Vale Encantado e sua relação com o Rio de Janeiro

Quase um mirante com vista para Barra da Tijuca, a Comunidade Vale Encantado, localizada no bairro do Alto da Boa Vista, na zona norte do Rio, reúne grandes fatos históricos que se relacionam com o Rio de Janeiro. Seu acesso pode ser realizado pela Estrada da Paz, pela vertente sudeste do maciço, passando pela Praça Leão Martins, próxima a Estrada do Soberbo na vertente sul do maciço (FONSECA; DINIZ, 2015). Conforme Barros; Melo (2011, p.1) “a história do Vale Encantado está intimamente ligada à Floresta da Tijuca” e, além disso, com o estabelecimento do PARNA-Tijuca (Figura 27).

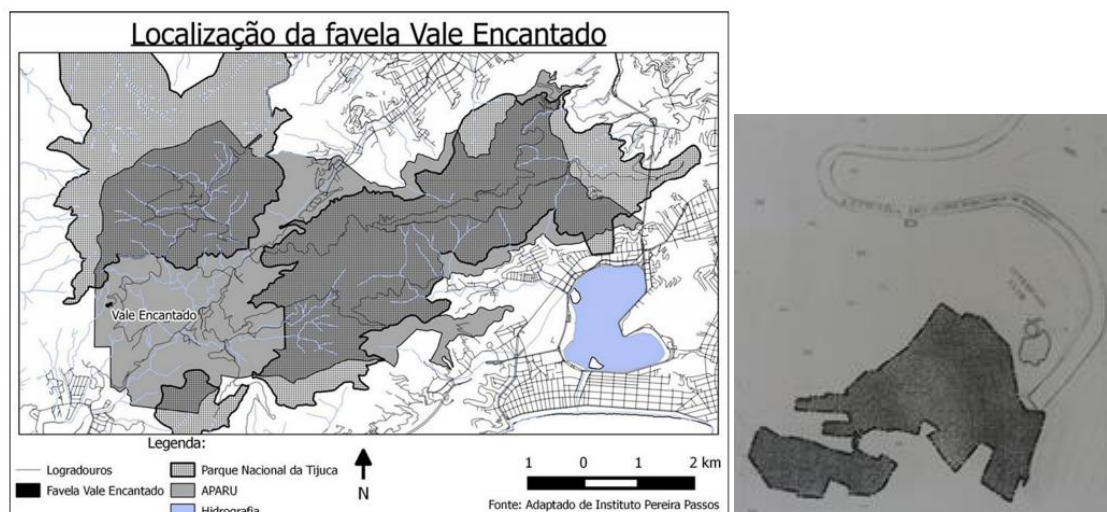


Figura 26. Mapa de localização do Vale Encantado
Fonte: Fonseca e Diniz 2015.

Detalhe da Comunidade Vale Encantado
Fonte: ITERJ, (s/d)

Originalmente chamada de Taquara do Alto da Boa Vista, o lugar era habitado por trabalhadores e donos de plantações de café na região desde antes de 1860. Grande parte das moradias pertence a descendentes de diversas famílias de antigos foreiros⁹⁶ portugueses, principalmente os Barros, Carvalho, e Medeiros – que habitaram

⁹⁶ De acordo com Bueno (2007) foreiro é aquele que tem domínio útil de um prédio, pagando foro ao senhorio de direito.

a região para implantação de fazendas e chácaras agrícolas. Em campo, através de análise documentos do ITERJ⁹⁷ disponibilizados pelo líder da Comunidade, Otávio Barros, foi possível observar que as terras que hoje pertencem ao Vale Encantado, que tiveram seu processo de regularização, principalmente as glebas da Barros, pertenciam a família da senhora Leonor Martins Botelho. Durante o século XIX, para sobrevivência e manutenção econômica da Comunidade, os moradores cultivavam principalmente café e cana de açúcar seguindo a prática que também ocorria em parte da Floresta da Tijuca. Além deste cultivos, as primeiras famílias cultivavam hortaliças e legumes que abasteciam as chácaras e fazenda do Alto da Boa Vista e comercializavam o excedente na Praça XV, Centro do Rio de Janeiro. Por volta dos anos 1950 a Comunidade encontrou no cultivo de flores, como azaleias, camélias e agapantos⁹⁸, a saída para a sobrevivência socioeconômica naquele momento (Figura 28), mas que foi interrompida nos anos de 1980 (BARROS; MELO, 2001), por não conseguir suplantar a concorrência.



Figura 28. Arbusto de camélias ainda presente na Comunidade
Fonte: BELIANI, 2016.

Em virtude desta característica econômica voltada para atividades de agricultura, que se estendeu até meados do século XX, classifico que neste período a Comunidade fora predominantemente rural. Apesar do termo 'rural' exprimir, sobretudo, geolocalização, trabalho com a ideia da representação social, que o termo carrega atualmente, o qual indica uma forte dependência econômica dos produtos primários e

⁹⁷ O Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ) tem como atribuição constitucional democratizar o acesso à terra – posseiros, sem teto e sem-terra – intervindo na solução dos conflitos e nos processos de regularização fundiária.

⁹⁸ Agapanthus é uma planta herbácea, rizomatosa, tolerante a baixas temperaturas de inverno. Suas flores são azuis.

dos recursos naturais; baixo acesso a serviços e instalações considerados tipicamente urbanas; e baixa densidade populacional.

Uma outra saída encontrada pela Comunidade, também nos anos 1950, foi a extração do granito preto⁹⁹, bastante raro, de boa qualidade e de grande valor comercial. Vale ressaltar que a manifestação dos “granitos da cidade do Rio de Janeiro está relacionada ao evento de colisão continental que formou o Gondwana, há cerca de 570 milhões de anos e influenciou parte da formação da geodiversidade do território brasileiro” (BELIANI; SCHEINER, 2012, p.72). Esta atividade econômica encontrada como saída para sobrevivência da Comunidade teve uma produção mais lucrativa e sem concorrência. Gerou renda para os moradores da Comunidade e atraiu novos moradores para o local. Em busca de dados sobre a extração do granito preto, na Comunidade Vale Encantado, encontrei um fato curioso que pode ter ligação com a Comunidade. O Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, parte do Complexo do Parque do Flamengo, localizado no Aterro do Flamengo, tem uma grande escadaria, que dá acesso ao subsolo, toda pavimentada com placas de granito preto Tijuca; outros lugares de destaque do monumento também utilizam o granito, inclusive onde há a inscrição da frase “O Brasil ao seu Soldado desconhecido”. É possível que o granito preto, que serve como base para a inscrição da frase, tenha sido retirado da pedreira na Comunidade Vale Encantado, já que a época da construção do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (1957-1960) havia intensa exploração da rocha na localidade (Figura 29).



Figura 29. Pedra com a inscrição “O Brasil ao seu Soldado desconhecido”
Fonte: www.parquedoflamengo.com.br

⁹⁹ Quartzo-diorito é a classificação petrográfica do granito preto. É um tipo de rocha ígnea plutônica, granular, com composição do granodiorito, diferindo deste por uma menor quantidade de quartzo (Serviço Geológico do Paraná – Mineropar). O principal mineral constituinte desta rocha é o plagioclásio que possui a cor escura. Apresenta afloramentos no Rio de Janeiro, mais precisamente, em parte do maciço da Tijuca, por isso também ser reconhecido como Granito Preto Tijuca. Além de sua beleza visual são rochas resistentes, utilizadas para ornamentação, com alto valor comercial. Sua exploração foi interdita no Rio de Janeiro no final dos anos 1990, por estar distribuída em uma área de proteção ambiental, o PARNA-Tijuca. E para substituir sua comercialização foram encontrados em outros estados, por exemplo, o Granito Preto Itaoca, no Espírito Santo.

O morador entrevistado n.7, cuja residência na Comunidade se dá desde seu nascimento (permaneceu por 5 anos, entre os anos de 1985 e 1990 fora da Comunidade, quando a Mineradora esteve instalada na área), relata que seu pai arrendou as terras para pessoas que chegaram no Vale Encantado para explorar o granito preto; e como alternativa de sobrevivência sua família foi morar em outro bairro do município do Rio de Janeiro, retomando à Comunidade, logo após a paralisação das atividades da mineradora. As atividades da mineradora deixaram a terra sem cobertura vegetal (Figura 30) e afetaram as nascentes que abasteciam a Comunidade, e por isso foi totalmente encerrada/desativada na década de 1990, devido ao aumento da consciência ambiental associada ao evento da Eco-92, no Rio de Janeiro. Em virtude do fechamento da mineradora, as famílias e as pessoas que chegaram até a comunidade para a exploração do granito abandonaram a localidade, permanecendo ali apenas aqueles que tinham raízes firmadas no território⁸, com vínculo com a terra ou que não possuíam meios econômicos para sair.



Figura 30. Vestígios e extração do granito preto
 Fonte: BARROS; MELO, 2011. Fonte: BELIANI, 2016.

Destaca-se a importância da preservação deste granito e os demais elementos naturais, culturais e ambientais, principalmente na localidade em que ele se encontra – no entorno de um território protegido pela União – pois parte da geodiversidade (rochas, minerais, fósseis, solos, formas de relevo, formações geológicas e paisagens) carioca pode ser considerada como “produto e registro da evolução da Terra, representando testemunhos importantes do patrimônio geológico” (BELIANI; SCHEINER, 2012, p.69), podendo ser um documento do nosso passado geológico e de nosso presente. Da mesma maneira, Chagas e Chagas (2004) enfatizam que as pedras também são baús, ou arcas que guardam memórias.

De certa forma, a Comunidade entendeu a necessidade de manutenção e preservação da área. E foi aí que toda mobilização e, organização em rede, se iniciaram.

4.2.1 Origem do nome da Comunidade Vale Encantado

A Comunidade também conhecida como Taquara do Alto da Boa Vista pelo fato de existirem muitos bambuzais na região (o sentido originário do termo, em tupi – *ta'kwar*, significa bambu). A Comunidade começa a ser reconhecida por Vale Encantado, somente no início do século XXI, mais precisamente no ano de 2005.

Em campo, através das entrevistas, dois moradores narraram histórias diferentes para justificar a mudança do nome da comunidade. A entrevistada n.5, relata que a Comunidade recebe este nome porque já existia um empreendimento na localidade conhecido como *Enchanted Valley* – um Clube (Figura 30) que serviria de área de lazer para um complexo de apartamentos que fora construído próximo a Comunidade. Vale ressaltar que, muitos prédios foram construídos¹⁰⁰ no entorno do PARNA-Tijuca, principalmente, no final dos anos 1960 no bairro do Alto da Boa Vista, para atrair a classe média alta carioca. Segundo informações coletadas em campo, nas proximidades à Comunidade pesquisada, duas curvas antes da entrada, seria construído um complexo de condomínios de luxo que se chamaria Vale Encantado, porém a construção foi interrompida logo em seguida; hoje apenas um desses condomínios existe, conhecido por Meia Lua (Figura 31); e o Clube, desta forma, que serviria de lazer aos moradores do condomínio, foi finalizado. Na prática, o Clube acabou sendo um empreendimento particular, gerenciado por diversos e sucessivos donos recebendo frequentadores da cidade do Rio de Janeiro que escolhiam a serra para se refrescarem no verão no clima ameno do lugar. Desta forma, a história que se tem é que o nome usado pelo Clube inspirou a moradora mais antiga da Comunidade, dona Magdalena, a usá-lo em um bar que gerenciou por muitos anos com seu marido.

Segundo dados colhidos com os moradores e, em blogs na internet, era um barzinho simples de chão de terra, com mesinhas de madeira equipado à luz de velas dentro de um lampião; por ser aconchegante, o lugar escolhido pelos jovens casais que queriam fugir do caos da cidade; os frequentadores assíduos e os nativos chamavam-no por '*Chant Vale*'. Este bar foi ponto de encontro para muitos, e inclusive para novos casais de dentro da própria Comunidade; o entrevistado n9 disse sobre a esposa, moradora da Comunidade Vale Encantado: “ela me seduziu, me levou pro barzinho e me deu uma batida de vinho (...) ai acabei vindo pro Vale”. Atualmente o bar não existe

¹⁰⁰ Alguns exemplos: Condomínio do Edifício Marguerite (situado à Praça Martins Leão, 12); Condomínio do Edifício Solar das Vistas Soberbas (situado à Praça Martins Leão, 21); Condomínio do Edifício Floresta (situado na Av. Edson Passos, 400); Condomínio do Edifício Visconde de Taunay (situado à Rua Mucu, 10); Condomínio Edifício Catramby (situado na Rua Doutor Catrambi, 11); Condomínio do Edifício Marapendi (situado na Rua Doutor Catrambi, 600); Condomínio do Edifício Soberbo (situado na Rua Boa Vista, 3), ambos no bairro do Alto da Boa Vista.

mais, e em compensação, parece deixar saudades, tanto para os moradores, quanto para quem frequentava (Figura 31, Figura 32, Figura 33). Estas referências comerciais, conforme a entrevistada n.2, foram os motivos pelos quais a Comunidade passou a ser conhecida como Vale Encantado.



Figura 31. Clube Vale Encantado (1970)

Figura 32. Bar *Enchanted Valley* (1980)

Figura 33. Edifício Meia Lua

Fonte: <http://www.rioquepassou.com.br>

Fonte: http://www.fotolog.com/lima_marta/49350810/#profile_start

Fonte: Zorak Brak.sd.

Em contrapartida, conforme o morador entrevistado n.1, a modificação dada ao nome da Comunidade, se deu devido a um engano da chegada de um grupo de turistas franceses que visitariam a Comunidade. O grupo subiria a Estrada da Paz em transporte público, sem o guia local, e acabou sendo conduzido à outro bairro do Rio de Janeiro, também chamado de Taquara, na Barra da Tijuca. Este episódio deixou a Comunidade, um tanto quanto preocupada, e como já tinha o Clube e o Bar conhecidos como *Enchanted Valley*, acharam por bem, realizar a troca do nome, pois o incidente poderia ocorrer novamente. Vale ressaltar que o nome do bairro cadastrado na prefeitura do Rio de Janeiro, continua sendo, Taquara do Alto da Boa Vista. Finalizando, o entrevistado n2 destaca

O próprio nome do Vale Encantado está diretamente relacionado ao Parque, esse Vale só é encantado porque ele está cercado por Parque de todos os lados (...) talvez o principal bem do Vale Encantado seja estar cercado do Parque.

4.3 Organização social e qualidade de vida dos moradores da Comunidade Vale Encantado

A forma pela qual a Comunidade em estudo se constitui é orgânica à sua estrutura, organização e funcionamento social; de fato consiste no arranjo, na trama e na articulação das forças e das relações entre as pessoas e as demais estruturas, de modo a permitir o funcionamento eficaz dela própria. Sabe-se que entre todos os elementos que compõem uma sociedade existem tensões, contradições e conflitos de

interesses, e por isso, a organização social demanda a instituição de um poder político, mediante o qual a sociedade pretende assegurar e conduzir a condução dos processos sociais. O poder político instituído em/por uma dada comunidade e seus representantes podem, ou não, ser reconhecidos pela estrutura de poder do Estado. A questão que se põe diz respeito ao processo mediante o qual uma estrutura de poder é instituída.

Pode-se dizer que o poder instituído é a manifestação representacional do poder político instituinte, é aquele que existe em todo processo social e histórico, como parte constitutiva do próprio imaginário da sociedade. É a partir da necessidade de manter de sua sobrevivência que as comunidades, em particular aquelas em condições de vulnerabilidade, estruturam as suas representações de poder, muitas vezes até mesmo como resposta frente às pressões, violência e/ou negligência do Estado.

No caso da Comunidade, a formação do poder instituído, com suas atuais representações (lideranças, Associação de Moradores, Cooperativa e rede de sociabilidade) está intrinsecamente ligada às relações familiares que ali existem, visto que, como afirma Raymond (1971), é dentro da própria estrutura social local que os membros de uma sociedade ou comunidade encontram suas formas de exercício interno e externo de poder.

Pensando na manutenção das necessidades, condições de vida, e na sobrevivência da Comunidade, além do bem-estar e sua relação com o meio que a cerca, acho importante tratar, nesta discussão, daquilo que nestes últimos anos ficou conhecido por qualidade de vida. Não abordo, entretanto, índices/medições coletados sobre qualidade de vida da Comunidade, mas analiso aquilo que foi observado *in loco*, em dados coletados em entrevistas e em campo com os moradores da Comunidade Vale Encantado.

Por qualidade de vida, neste contexto, entendo como sendo um conjunto de condições básicas, hábitos, costumes de vida que contribuem para o bem dos indivíduos em sociedade, limitadas ao acesso, por exemplo da saúde, educação, habitação, saneamento básico, poder de compra e dos bens e serviços disponíveis.

4.3.1 Os encantos e desencantos da Comunidade Vale Encantado: caracterização física, ambiental, etnográfica e sócio econômica

Há um conjunto de vias que ligam a cidade à Comunidade, tanto pelas zonas norte, oeste e sul, da cidade do Rio de Janeiro. Até a entrada da Comunidade existe uma via pública principal, a Estrada da Paz, pavimentada em mão dupla, por onde os carros e poucos ônibus circulam. É possível sair de 4 pontos diferentes para chegar até a Comunidade Vale Encantado: a) partindo da Tijuca; b) partindo do Jardim Botânico;

c) partindo de São Conrado e d) partindo da Barra da Tijuca. Mesmo com esses 4 possíveis acessos, somente a Estrada da Paz, que antecede a Praça Martins Leão, leva à Comunidade, que estará logo abaixo (Figura 34).



Figura 34. Diversos pontos de acesso a Comunidade Vale Encantado
Fonte: <http://www.valeencantado.org.br/>.

Cercada por uma grande área florestada bastante preservada sendo as casas praticamente imersas na vegetação da Floresta (Figura 35) e com certa biodiversidade florística e faunística, a Comunidade exibe um meio ambiente físico e ambiental característico de Mata Atlântica.



Figura 35. Vista a partir da laje da Cooperativa da Comunidade Vale Encantado
Fonte: BARROS, MELO, 2011.

A vegetação da área é densa com vários tipos de plantas e árvores, algumas delas muito altas, em torno de 30 metros de altura e as espécies vegetais mais frequente, conforme observação de campo e entrevistas, são as samambaias, bromélias e orquídeas, por exemplo, além da embaúba. É possível avistar espécies de invertebrados, anfíbios, répteis, aves e pequenos mamíferos. O clima é ameno caracterizado por invernos secos e verões chuvosos, típico de serra, onde muitas vezes, apresenta neblina (Figura 36).



Figura 36. Parte interna da Comunidade do Vale Encantado em dias sem sol
Fonte: BELIANI, 2016 e 2017.

Por lá, tem-se a visão de uma paisagem encantadora que revela um contínuo da floresta com uma época nostálgica; em dias claros é possível visualizar até o Pontal, na zona oeste da cidade. Observa-se, no meio ambiente ali estabelecido, que nascentes de água brotam dentro da área da Comunidade, em torno de 4 afloramentos. Em campo foi possível observar outros elementos naturais, quase que únicos no entorno do maciço, e que se encontram presentes na Comunidade – o afloramento de granitos que atravessam as formações pré-cambrianas constituindo-se em bolsões, que formaram o vale entre as montanhas. Vale ressaltar que, parte da área encontra-se, ainda impactada, pelas explorações econômicas dos séculos anteriores (Figura 37), porém grande parte foi reflorestada naturalmente, não ocorrendo grandes impactos depois que a mineração foi desativada naquele território.



Figura 37. Aproveitamento de lascas de pedras da pedreira desativada
Fonte: BELIANI, 2017.

No que se refere à descrição populacional, suas formas de vida e organização, sua caracterização socioeconômica e etnográfica está descrita a partir da observação de campo, de dados coletados em entrevistas e de dados secundários levantados junto ao líder da Comunidade e com a AMATA, em blogs, páginas em redes sociais e imagens do Google, uma vez que, poucos são os dados disponíveis sistematizados. Vale ressaltar que o conjunto de moradores residentes no entorno do PARNA-Tijuca referido como favelas, consequência muitas vezes da expansão urbana, do processo de reurbanização e crescimento da própria cidade, o que não é o caso da Comunidade Vale Encantado, conforme já foi mencionado.

A origem da Comunidade se dá a partir de 3 principais famílias, que ainda possuem herdeiros, que se mantem no território, porém, em campo foi possível verificar que a família Carvalho não foi contabilizada pelo ITERJ não participando do processo de rememoração de terras da Comunidade; é possível verificar um portão separado para a entrada desta família que não participa de nenhuma ação desenvolvida na Comunidade Vale Encantado (Figura 38).



Figura 38. Entrada para a casa da família Carvalho
Fonte: BELIANI, 2017.

Considerando uma possível tipificação que possa ser adotada para classificar a Comunidade, inicio destacando o fato dos moradores residentes nesta Comunidade, estarem tão próximos a cidade, e imbuídos dela, não são reconhecidos e nem se reconhecem como '*comunidade tradicional*'. Do ponto de vista do decreto federal nº 6040 de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais¹⁰¹, povos tradicionais são definidos e reconhecidos como

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 1)

Por definição do referido decreto e, como pôde ser constatado pela observação em campo, por sua formação e origem, a Comunidade não pode ser considerada uma comunidade tradicional. Apesar da Comunidade ter tido, em sua origem, a prática de sustentação econômica o plantio de lavoura e de diversas espécies de flores, no início de século XX, e, por terem consciência de que estão no entorno de uma UC, atualmente buscam ressignificar e encontrar novas saídas para a própria sobrevivência, frente ao patrimônio musealizado.

Desta forma, embora quase que isolados dentro de um centro urbano, mas ao mesmo tempo envolvidos com a cidade, por terem em sua formação, origem e tradição, na prática agrícola, mesmo que esta permaneça recalcada devido ao fato dos moradores serem limitados pelas legislações de proteção a biodiversidade, caracterizo assim, a Comunidade Vale Encantado como sendo rural-urbana. Desta forma, a Comunidade, possivelmente, encontra-se, de certa forma, protegida devida a esta particularidade destacado pelo entrevistado n.2:

o Vale está num contexto bem diferente da maioria do nosso entorno, ele não é tão urbano, ele está cercado de Parque por quase todos os lados, então seria desejável que outras comunidades tivessem o contexto (...) mais próximo do Vale.

Frente às políticas públicas os moradores do Vale Encantado encontram-se desprotegidos, ou em condição de vulnerabilidade, uma vez que não são beneficiados nem pelos programas governamentais destinados à áreas urbanas, nem por aqueles

¹⁰¹ Vale ressaltar que após a implantação desta política nacional, no Brasil, muitas comunidades tradicionais puderam permanecer em seus territórios, pois foram estabelecidas áreas naturais protegidas, do tipo uso sustentável como, por exemplo, Reserva Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável; além disso, estão habilitadas a participar das consultas públicas sobre decisões na gestão das unidades de conservação.

destinados especificamente às comunidades tradicionais. Além disso, vale ressaltar, que não considero a Comunidade Vale Encantado uma Comunidade irregular, já que apesar das ações e atividades econômicas ali desenvolvidas não terem tido um cunho sustentável no passado, atualmente a Comunidade tem encontrado sua vocação e a consciência de manutenção do patrimônio. Ademais, os moradores já têm em mãos a documentação das glebas onde moram, cedida pelo ITERJ, isso justifica a ocupação e permanência antes dos decretos e leis oficiais do estabelecimento da área.

A seguir apresento especificamente a caracterização da Comunidade de acordo com as observações em campo e alguns dados levantados desta observação.

Dinâmica populacional

É constituída praticamente por moradores descendentes de antigos foreiros e por novos, poucos agregados, que atualmente se estabelecem no território devido a união matrimonial. Conforme o site organizacional da Comunidade Vale Encantado¹⁰², em publicação de 2011, disponibilizam dados que revelam que a Comunidade chegou a atingir 350 habitantes, no período em que a mineradora funcionava; em contrapartida, conforme o IPP através de dados compilados em 2010, o Vale Encantado apresentou crescimento em área desde 1999, após o fechamento da mineradora. Desde quando a observação de campo se iniciou, nota-se que a Comunidade não cresceu, ao contrário, no primeiro semestre de 2014 a Comunidade possuía 144 moradores, e por conta das dificuldades que encontram quanto à infraestrutura – chegada ao local, distância para as crianças chegarem a escola, falecimentos, novos arranjos familiares levaram alguns moradores deixarem a Comunidade. A entrevistada n11 fala sobre as saídas das pessoas ligando ao fato da tranquilidade e calma do lugar:

muitas pessoas não gostam deste lugar, principalmente aquela casa ali de cima, que é em cima da minha casa, aquela dali, essa aqui oh, então era minha tia que morava ai, ela não gostava deste lugar aqui, ela achava que era muito chato, e foi lá pra Viúva da Paz, não sei se tem muita paz ali não... mas lá tem muitas coisas mais perto (...) Eu gosto mesmo é do silêncio, (...) adoro ver os passarinhos cantando, mesmo lá na cidade, no centro assim, eu não consigo ver os passarinhos cantando, porque é muita poluição de carros, muito barulho (...) Com certeza continuar morando aqui, porque aqui é um lugar calmo, silencioso como eu disse, é muito bom, é fresquinho, é bom de dormir, é bom de dormir na rede, é muito legal aqui, muito bom.

Num curto período, 24 moradores deixaram a Comunidade, perfazendo um total, em 2015, de 120 moradores. Atualmente, no início do ano de 2017, a Comunidade

¹⁰² Disponível em <<http://www.valeencantado.org.br/site/2011/06/30/vale-encantado/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

possui 114 moradores, sendo dois destes transitórios. Pensando nesta diminuição de moradores, é possível talvez que, a mesma possa não existir daqui alguns anos. O entrevistado n.2 acha difícil a extinção da Comunidade, se assim posso dizer, mas destaca que

talvez essa redução de densidade seja novas gerações buscando áreas mais acessíveis, com mais acesso ao o que é mais valorizado hoje, em termos de entretenimento, de emprego, de transporte, etc, mas pode ser que o Vale se consolide como uma fuga para pessoas que estejam buscando justamente o contrário, numa área muito próxima a cidade (...) pra gente interessa que eles tenham baixa densidade.

Sobre o futuro populacional da Comunidade posso concordar com a entrevistada n.4 que diz:

É difícil avaliar o futuro do Parque da Unidade de Conservação mais política do Brasil, (...) por conta da situação geográfica, por conta da cidade do Rio de Janeiro, por conta do contraste social enorme que a gente tem aqui no Rio, dos interesses, multi interesses (...) a dificuldade é gerenciar todos estes interesses”

No que se refere, ao número de domicílios, Souza (2015) descreve a partir de dados fornecidos pelo IPP, através de imagens via satélite, que o Vale Encantado possuía 12 domicílios; contraditoriamente, a AMATA enfatiza que, antes de 2006, existiam 25 construções de alvenaria cadastradas. Vale ressaltar que, conforme tradição de comunidades de baixa renda, novos cômodos são construídos pela segunda geração ou na parte de cima (os filhos/agregados moram no segundo andar) ou ao lado da primeira construção¹⁰³, ou seja, aumenta-se o número de pavimentos ou cômodos, a fim de acolher novos membros com seus novos arranjos familiares. A partir do pedido de remoção das comunidades da APARU, solicitado pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPERJ) em 2006, o número de moradias oficial seria de 41 casas, já que foi organizado o desmembramento das unidades familiares, oficializando a regularização fundiária¹⁰⁴. Percebe-se que este número de domicílios praticamente duplicou, em relação à contagem da AMATA, pois o ITERJ compreendeu que cada núcleo familiar, mesmo que viva em um cômodo ou pavimento separado, recebe uma nova contagem. Por exemplo, existe uma casa na Comunidade que equivale por três: o primeiro pavimento é de dona Magdalena, o segundo de sua neta, o terceiro do outro

¹⁰³ O líder da comunidade, Otávio, realiza um registro sistemático dessas famílias, através da AMATA, caracterizando o número de moradores em cada casa, em qual habitam crianças, idosos, por exemplo, com objetivo de organizar o perfil da comunidade. Esses registros são utilizados, muitas vezes, para realização de atividades festivas na comunidade (Dia das Mães, festa Junina, dos pais, das crianças, Natal), e/ou alguma atividade socioeconômica e/ou participativa, denominada pelo líder como aquela em que pode contar com a comunidade para realização de trabalho coletivo por exemplo.

¹⁰⁴ A regularização fundiária se concretizou em 2016, dez anos após a comunidade receber a notificação da prefeitura que teriam que sair da localidade por serem considerados invasores. Mais à frente falarei desta ação da prefeitura um pouco mais.

neto. Conforme já mencionado, é preciso lembrar que, a família Carvalho vive praticamente isolada do grupo maior, possui inclusive uma entrada diferenciada da Comunidade e não participa das ações realizadas pela Comunidade (Figura 39).



Figura 39. Vista área da Comunidade Vale Encantado.
Fonte: Google maps.

Estrutura etária e distribuição por sexo

Parte da população tem a média de 40-50 anos, sendo que o morador em maior idade tem 91 anos, seu Tonino (este não nasceu na Comunidade). Outro morador, que literalmente nasceu na Comunidade tem 75 anos e, foi participante desta pesquisa. A nova geração é representada por uma quantidade em média de 12 crianças de 0-16 anos, em fase de escolaridade e frequentando a escola.

Educação e nível de escolaridade

Através das entrevistas foram encontrados casos de moradores mais antigos que deixaram de estudar para ajudar as famílias nos diversos ciclos econômicos nos quais a Comunidade se dedicou ao longo dos anos. As crianças e os adolescentes, desta nova geração, estão todos matriculados e são assistidos pela Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro através dos serviços prestados pela Escola Municipal Diogo Feijó, e pela Escola Municipal Marc Ferrez. De certa forma a escolaridade da Comunidade parte do Ensino Fundamental completo, alguns poucos com o nível médio completo, e outros com ensino superior completo ou em andamento. 5 moradores já concluíram o curso superior e 3 a 4 estão em andamento com seus cursos na Universidade. O entrevistado n7 enfatiza que “os jovens querem sair, é muita dificuldade (...) a primeira oportunidade que tiverem que sair eles vão sair (...) eles querem conhecimento, querem expandir, mas nada vai impedir (...) deles voltarem para cá”. E isto aponta para a vontade e desejo dos jovens continuarem seus estudos e de aumentarem o nível de escolaridade. Há um caso de analfabetismo, uma vez que este

apresenta transtornos mentais e nunca foi inserido no meio social escolar, por razões que desconheço. Este dado é importante, já que quando ocorre o aumento do nível de escolaridade a tendência de pequenas comunidades é iniciar um processo de urbanização e de busca de melhorias e qualidade para todos, ou então, sair em busca de novos lugares onde novos serviços e oportunidades tecnológicas sejam possíveis.

Renda familiar

É possível identificar que a média salarial por família equivale em torno de dois salários mínimos advindo ora de aposentadoria/pensão, por trabalho informal, ou em setores privados e/ou públicos como comércio, casa de família, escola, prefeitura...

Infraestrutura urbana e saneamento ambiental

Tomando a infraestrutura urbana como o conjunto de equipamentos e serviços que dão estrutura/suporte ao funcionamento das cidades e que conduz e distribui, por exemplo a rede viária, água potável, redes de esgotamento, energia elétrica, gás, telefone, entre outras, conforme já foi dito, a Comunidade encontra-se vulnerável. Vale ressaltar que, tal conjunto de serviços viabilizam a mobilidade das pessoas e a qualidade de vida das mesmas. Desta forma, do ponto de vista social, a infraestrutura urbana visa promover adequadas condições de moradia, trabalho, educação, lazer e segurança. Apesar dos moradores residentes no Vale Encantado, estarem na localidade há mais de 150 anos, a falta de saneamento básico, que implica a falta de qualidade de vida, observa-se logo quando chegamos na entrada da mesma. Não há calçada ou acostamento nesta via pública destinado ao trânsito de pedestres. Internamente, a circulação dos moradores é feita por vielas, escadarias, sem pavimentação pública, ou seja, cada morador é responsável pela drenagem e acabamento de tal pavimentação feita de cimento e pedras.

Água potável

O abastecimento de água é feito de forma irregular utilizando mangueiras de borracha para captação de água proveniente de nascentes, distribuída por gravidade e localizadas dentro da própria Comunidade, sendo esta, a única alternativa possível ao acesso que os moradores possuem água. São utilizados 4 afloramentos por queda e 1 outro afloramento por bombeamento. Não existe rede de abastecimento público ou com cobrança pelo uso deste bem. Sabe-se que águas de nascentes podem ser contaminadas facilmente, devido à falta de proteção adequada no local do afloramento ou em suas proximidades, e na prática, observa-se que não existem impedimentos, por exemplo, para a entrada de animais domésticos, considerados vetores de contaminação (Figura 40). Desta forma, cada família toma providências necessárias para o tratamento

da água que captam em suas caixas d'água, para consumo familiar, porém, muitos alegam que por ser água de nascente nem realizam tratamento. Não existe rede de abastecimento público ou cobrança pelo uso deste bem.



Figura 40. Afloramento e captação de água
Fonte: BELIANI, 2016.

Coleta e transporte de resíduos

A coleta e o transporte de resíduos acontecem com frequência regular, realizada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro através da Companhia Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb) desde 1998; porém, não é realizada por residência, pois não existem condições logísticas do caminhão entrar na Comunidade. Desta forma, os moradores precisam deixar os resíduos em uma caçamba fixada na entrada da Comunidade, a fim de haja destinação e tratamento adequados de todos os resíduos acumulados pelos moradores. Antes da coleta se tornar uma rotina e ser realizada pelo sistema público, alguns moradores da Comunidade realizavam queimadas e faziam depósitos de seus resíduos em pontos estratégicos sem nenhum tratamento, ficando o material descartado exposto a céu aberto.

Rede de energia particular e pública

A Comunidade é abastecida por uma rede de iluminação elétrica através da empresa Grupo Light, que realiza a cobrança de seus serviços. Existem alguns poucos pontos de distribuição de iluminação pública, na parte interna da Comunidade, ou seja, postes com lâmpadas e demais componentes da iluminação dos acessos dentro da Comunidade, que são de responsabilidade da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro.

Gás

O tipo de gás para uso doméstico não é encanado, e a Comunidade faz uso do botijão com a composição de gás liquefeito de petróleo (GLP) envazado em interior do botijão. Com a construção do biodigestor, em parceria com Universidades e ONGs, a Comunidade já tem 5 casas conectadas recebendo gás metano. Este projeto está parado pois depende de mais investimentos para a conclusão da obra.

Drenagem urbana: rede de esgotamento, escoamento das águas das chuvas

As águas pluviais, das nascentes e da rede de esgotamento doméstico são direcionadas ao mesmo coletor, porém, durante as visitas de campo não observei esgoto a céu aberto. Os entrevistados n7, n8 e n9 relatam que o esgotamento do prédio Meia Lua e Soberbo passam por dentro da Comunidade. A drenagem de chuvas direcionado para galerias pluviais coletadas pelas bocas coletoras é em parte existente, parte das águas pluviais são drenadas diretamente pelo solo e pela vegetação existente na Comunidade, sendo despejadas diretamente na Lagoa da Barra da Tijuca. Vale ressaltar que, o despejo do esgoto não tratado, no solo e águas dos rios, e principalmente nascentes, provoca a destruição do ecossistema, como destruição e perda de biodiversidade. Há caminhos naturais que a própria chuva já marcou que por onde foram colocadas parte do manilhamento para recepção das águas.

Saúde

Dentro ou nas proximidades da Comunidade não existe o serviço do Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF), nem mesmo uma Unidade de Saúde da Família (USF). A mais próxima fica cerca de 4,5 km de distância. Desta forma, os primeiros socorros e dependendo do tipo de sintoma, ficam à cargo dos próprios moradores que utilizam conhecimentos de seus antepassados ou usam ervas e plantas medicinais colhidas no próprio quintal. Ademais, o atendimento emergencial que ocorre geralmente em Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e Hospital Geral ficam abaixo do maciço nos bairros da Tijuca.

Segurança

A Comunidade Vale Encantado, assim como moradores do Tijuçu e Mata Machado por exemplo, e as demais comunidades de baixa renda que compõem o Alto da Boa Vista, ainda não apresentam o crime organizado, o que é motivo de **orgulho e status** na localidade¹⁰⁵. Os moradores que possuem automóvel deixam-no estacionado

¹⁰⁵ Para saber mais sobre as duas comunidades, Tijuçu e Mata Machado e sua relação com o PARNA-Tijuca, ver dissertação de mestrado de SILVA (2002) defendida no Programa EICOS (UFRJ).

na entrada, em frente ao Club Vale Encantado, já que não existem ruas no interior da Comunidade. Pode-se verificar que há dispositivos de segurança nas proximidades da Comunidade, na subida da Estrada da Paz – o destacamento do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e, a delegacia de Polícia Civil que atende a área é a 19º DP da Tijuca.

Telefonia

Existem poucas linhas de telefonia fixa na Comunidade, aproximadamente, 4 casas ainda mantêm o serviço precário que a companhia de telefonia móvel disponibiliza. A rede móvel, e a depender da operadora, não há alcance de sinal para efetuar ligações ou fazer usos de dados de internet. Os serviços privados têm pouco alcance dentro da Comunidade.

Transporte

O sistema de transporte é precário. A Comunidade não é servida pelo transporte público. Os moradores utilizam-se de meios próprios para descerem a Estrada da Paz: carona solidária, carro fretado alternativo. Há relatos de que existia uma Kombi que fazia lotada com horários determinados, principalmente no horário da manhã e da tarde quando muitos saíam ou retornam do trabalho para suas casas. Antigamente, segundo os moradores, existia uma linha espacial, porém irregular, que passava 3 vezes ao dia, com um horário fixo pela manhã, pela tarde e pela noite. Atualmente, não existe mais, apesar das solicitações feitas pela AMATA.

Correios

A empresa pública federal responsável pela execução do sistema de envio e entrega de correspondências no Brasil, Os Correios, deixa as correspondências dos moradores uma vez na semana na AMATA, dispensada em uma caixa única de correspondência, onde cada morador se encarrega para recolher suas correspondências. No caso de postagem, por faltar agência na localidade, as correspondências são coletas no posto mais próximo, fora da área da Comunidade e do Parque, no bairro da Tijuca. Tempos atrás, uma moradora se encarregava pela distribuição das cartas, porém, a mesma deixou de fazê-lo por questões pessoais.

Comércio

Não existe qualquer comércio na localidade, qual sejam, padaria, botequim, mercearia, sacolão ou farmácia. Desta forma, para atender às necessidades imediatas dos moradores da Comunidade todas as compras só podem ser feitas no bairro mais próximo, por exemplo, Muda, Tijuca, Barra da Tijuca.

CAPÍTULO 5

O VALE ENCANTADO: O ideal de sustentabilidade, estratégias sociopolíticas e as redes de sociabilidade



Figura 41. Vista do prédio em construção da AMATA
Fonte: BELIANI, 2016.

CAPÍTULO V – O VALE ENCANTADO: O ideal de sustentabilidade, as estratégias sociopolíticas e as redes de sociabilidade

O sonho da comunidade em se manter no local de forma digna e sustentável, preservando suas raízes e cultura, encontrou respaldo social, inicialmente na cooperação internacional e posteriormente nestas instituições brasileiras. Com estes apoios, este sonho vem se tornado hoje uma realidade (BARROS; MELO, 2011).

A impossibilidade legal de moradia e permanência de grupos humanos, nos limites e, muitas vezes no entorno de parques nacionais geram conflitos sociais e, a partir destes, a depender da comunidade, pode ocorrer certa mobilização em busca de alternativas que permitam que a comunidade encontre saídas e iniciativas criativas para sua sobrevivência no território. Penso na hipótese de que tais grupos encontram alternativas (estratégias) para a própria sobrevivência (no sentido de existência) e salvaguarda do patrimônio, a fim de garantir a preservação de sua integridade física, assim como a de seus valores e modos de ser; este complexo de ações para a obtenção de meios para a preservação de cada sociosfera, denomino por estratégia de sobrevivência ecossistêmica (ESE), e de alguma maneira se constrói a partir de uma rede de apoio e parcerias.

Em se tratando da Comunidade Vale Encantado, observa-se que vários esforços têm sido realizados em busca de permanência no território como forma de resistência e resultados de lutas travadas mediante as liminares expedidas pelo MPERJ no início dos anos 2000, com objetivo de remoção total da Comunidade. A entrevistada n8 fala com muita tristeza que

Eles botaram [no relatório] que a gente era, como mesmo, agressor ambiental, que a gente aumentou muito a comunidade, que a gente estava desmatando, que a gente estava poluindo, que passava um rio dentro da Comunidade que a gente estava poluindo por causa do esgoto, um monte de coisas (...) deram um prazo de 15 dias pra remover todo mundo.

Frente a isto, a Comunidade organizou-se a partir de estratégias sociopolíticas, em busca de sua permanência no território, como forma de resistência e firma uma rede de sociabilidade para garantir sua sobrevivência física e cultural, a partir de uma ideal de sustentabilidade, que só é dada pela própria Comunidade. Parto então da ideia que a Comunidade cria suas ESE, conceito este desenvolvido neste capítulo, para sustentar-se e sobreviver de maneira totalizante no território no qual estão instalados.

Um outro conceito desenvolvido com base na realidade do campo de pesquisa e aplicados ao campo da Museologia e Patrimônio é o conceito que denominei por

estratégias criativas de sustentabilidade (ECS). Este atravessa um conceito atual que é a economia criativa. Desta forma, a qualidade de vida, condições históricas, culturais e políticas, e de existência são retomadas, pela própria Comunidade, a partir de uma necessidade de existência, frente aos impedimentos da legislação que protege o Parque, e o discurso, o conceito e saída encontradas e que utilizam na prática, é o da sustentabilidade.

Assim, discuto sobre a construção do conceito de desenvolvimento sustentável e suas origens, como também, aquilo que acredito ser o ideal de sustentabilidade que, em certa medida, implica em um modelo único que cada comunidade encontra para si.

5.1 Da Crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável ao ideal de sustentabilidade

O conceito desenvolvimento sustentável já vem sendo considerado um tema clássico e transita em diversos campos, qual sejam, acadêmico, social, políticos, não governamental, e inclusive, empresarial, e acabou se transformando no Brasil, conforme destaca Diegues (2003), numa dessas poções mágicas para curar as enfermidades crônicas das sociedades modernas. No entanto, se faz necessário uma análise mais aprofundada do termo e uma discussão crítica do que de fato pode ser compreendido por *desenvolvimento* e pelo adjetivo *sustentável*, cujo modelo utilizado, não se sustenta teoricamente, em nossa sociedade capitalista.

O conceito *desenvolvimento sustentável*, enfatiza que seu exercício “deve ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto”, esta assertiva revela o famoso tripé chamado de Triple Botton Line (a linha das três pilastras), criado em 1990 pelo britânico John Elkington, fundador da ONG Sustain Ability (BOFF, 2015). Sabe-se que essa linha de três pilastras, analisada dialeticamente não resiste a uma crítica séria já que os conceitos desenvolvimento e sustentabilidade, correspondem a lógicas que se contrapõem. O progresso ilimitado, tido como o grande ideal da Modernidade e sinônimo de Desenvolvimento, nos anos 1960/1970, “gerou grande riqueza nos países centrais e colonizadores, e imensa desigualdade, pobreza e miséria nas periferias destes países e principalmente nos países colonizados” (BOFF, 2015, p.41); e ainda continua a fazer pois, é este o modelo econômico dado e posto, e que vem desestruturando e transformado os modos de vida e de todo o Planeta.

Vale ressaltar que este modelo de civilização e desenvolvimento é incapaz de gerar riquezas, sem gerar a exclusão e desigualdade, degradação ambiental, violência... A conjugação sustentabilidade + crescimento econômico, neste sistema-mundo capitalista/consumista e dominante, produz uma ideia de desenvolvimento que se quer

sustentável, mas que de fato, não se pode ser sustentável, desta forma, contraditoriamente não se pode ser considerado um modelo/padrão.

Considerando o histórico do surgimento do termo desenvolvimento sustentável esbarra-se em fatos, justificativas e discursos de cunho ecológico que direcionam-se em busca de uma nova ética, consciência e responsabilidade. Pensando assim, como posso, teoricamente, tratar deste conceito frente a realidade que se impõe, neste século XXI, que ainda não encontrou mudanças efetivas na aplicabilidade do desenvolvimento sustentável?

Como se sabe, o conceito de desenvolvimento sustentável emerge nos anos 1980, no cenário internacional, a partir de estudos da ONU sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX, ademais, surge, em busca de soluções para o crescimento populacional versus a limitação dos recursos naturais, cuja reflexão, ainda indica dúvidas acerca do futuro, que a cada dia se apresenta incerto. Neste contexto, o termo surge como a expressão de anseios coletivos, políticos e ambientais. Machado; Mello; Branquinho (2012) destacam que no fim dos anos 1970 e 1980 sustentabilidade foi conhecida por ecodesenvolvimento, termo cunhado pelo canadense Maurice Strong, mas que sobreviveu em um período relativamente curto. Diegues (2003) enfatiza que o termo desenvolvimento sustentável

ganhou notoriedade possivelmente por ter sido adotada em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação (1980), o informe Nosso Futuro Comum(1987), da Comissão Brundtland (ONU, 1987), Cuidar de Terra (UINC, WWF e PNUMA, 1991) e o informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (1991).

A Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida por Comissão Brundtland, na qual discutiu sobre a vinculação do meio ambiente às ações e necessidades humanas desenvolveu um relatório que ficou conhecido como “Nosso Futuro Comum”, onde desenvolvimento sustentável, se define como “aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades”, sentido este retomado nas discussões da Cúpula da Terra (ECO-92) e firmado na Agenda 21, documento desenvolvido na mesma Conferência. Diegues (2003) aponta que um dos esteios do conceito de desenvolvimento sustentado é a sua base ecológica proporcionando sua condição básica: conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, além de outras de caráter ético, social, cultural e político.

Assim, o desenvolvimento sustentável deveria prever a manutenção dos processos ecológicos fundamentais dos quais depende a sobrevivência humana;

deveria prever a preservação das diversidades genéticas e biológicas entendidas como o número de espécies vegetais e animais que hoje compõem a vida, utilizando de forma sustentada as espécies e os ecossistemas. Apesar de ser um conceito questionável e contraditório o relatório de Brundtland chamou a atenção do mundo, e “ao menos em teoria, introduz uma dimensão ética e política, ausente em algumas propostas anteriores” (DIEGUES, 2003, p.2). Mas ainda assim, conforme destaca Boff (2015) a expressão desenvolvimento sustentável representa uma armadilha do sistema imperante: assume os termos da ecologia (sustentabilidade) para esvaziá-los e assume o ideal da economia (crescimento) mascarando a pobreza que ele mesmo produz.

Em outras palavras é como uma imposição de uma “cortina de fumaça” chamada desenvolvimento, que se reivindica “sustentável”. Ademais, cabe ressaltar, como afirmam Leroy e Acsehrad (2012), que nenhum desenvolvimento, independente da qualificação que possua pode ser edificado ao custo do sacrifício de grupos sociais, ditos minoritários, sob pretexto de satisfazer as necessidades do ‘progresso’, o que de fato não vemos ocorrer no Brasil, onde um “pretense desenvolvimento” é marcado por uma grande injustiça ambiental e social.

De fato, onde e como encontraremos a mudança necessária para que a sustentabilidade possa ser mote das gerações futuras, uma vez que, verdadeiramente é preciso mudar nossas atitudes para nos mantermos vivos na Terra, dentro deste modelo civilizatório? Talvez a resposta fosse a realização da sustentabilidade no cotidiano, sem a lógica do modelo desenvolvimentista clássico, ou seja, quando de fato, seria colocado em funcionamento a justiça social, a economia solidária, desenvolver uma política de forma ética e ser ambientalmente ecológico incluindo as novas gerações nos projetos da humanidade (c.f. MACHADO; MELLO; BRANQUINHO, 2012). Aqui se encontraria a revolução necessária, como diz Boff (2015, p. 10) do rumo da história, no sentido de mudança radical, “para permitir a sobrevivência da espécie humana, de outros seres vivos e da preservação do Planeta Terra”. Partindo do sentido de que sustentabilidade é uma característica ou condição do que é sustentável, e este por sua vez, seria aquilo que consegue se manter, ou o que pode haver sustentação. Por sustentabilidade, Boff (2015, p. 14) escreve que fundamentalmente significa:

o conjunto dos processos e ações que destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões.

Da mesma maneira, em outro sentido, Chambers e Conway (1992) se referem à sustentabilidade como modos de vida, (*sustainable livelihoods*) onde a qualidade de vida passa a ser uma prioridade das políticas públicas, ou seja, cada sociedade encontra e constrói aquilo que identifica como sustentável – noção daquilo que se pode sustentar, mantendo-se constante ou estável por um longo período. Já Cavalcanti (2003, p.153) destaca que a sustentabilidade “significa a possibilidade de se obterem continuamente condições iguais ou superiores de vida para um grupo de pessoas e seus sucessores em dado ecossistema”.

Conforme foi dito, este sistema-mundo em colapso que nem a si mesmo se sustenta, indica um novo caminho para a preservação da vida, que segundo Diegues (2003, p.4), é “imperioso que cada sociedade se estruture em termos de sustentabilidades próprias, segundo suas tradições culturais, seus parâmetros próprios e sua composição étnica específica”. Da mesma forma, Machado; Mello; Branquinho (2012, p.294) apontam que “o sustentável [...] é um esforço claro e intencional de se construir modelos de sociedade de fato alternativos, inspirados em outras lógicas e racionalidades e em outras premissas de mundo, existência e relações”, ou seja, não se pode entender sustentabilidade como algo instituído e idealizado por nenhum grupo hegemônico, apesar de ser universal, entretanto a sustentabilidade deve ser construída pelo e no próprio grupo social engajado por mudanças e responsabilidades direcionadas à sobrevivência de si mesmos e pela salvaguarda do ambiente.

Acredito que seja preciso ser sustentável para assegurar a manutenção da biodiversidade e da diversidade cultural. Ser sustentável, ou praticar a sustentabilidade vem se tornando um ato histórico que se concretiza no território, e que visa a qualidade de vida consciente a partir da responsabilidade, do mesmo modo que Becker (2001, p.73) descreve o conceito de sustentabilidade: “não é um padrão dado a priori, mas construído na diversidade de cada grupo humano”. Refletindo sobre esta ideia de Becker, adensando ao termo utilizado por Diegues (2003) – comunidades e sociedades sustentáveis – concluo que seja necessário pensarmos, então, em um ideal de sustentabilidade.

A construção do ideal de sustentabilidade deve partir da reafirmação e manutenção tanto dos elementos culturais, quanto dos elementos naturais, quanto dos históricos e ambientais, abarcando o desenvolvimento de novas solidariedades, quer seja, aquelas criadas para a manutenção de uma relação harmoniosa entre sociedade e natureza, onde o respeito se direciona para as condições de existências de todos os seres vivos, incluindo o ser humano. Ademais, o ideal de sustentabilidade, deve ser encontrado por cada comunidade/sociedade que irá definir os padrões de produção e

consumo, bem como o de bem-estar a partir de sua cultura, de seu desenvolvimento histórico e patrimonial, e de seu ambiente natural. São os modos de vida de cada comunidade.

Diegues se baseia em sua noção de sociedades e comunidades sustentáveis a partir de Chambers (1986) que enfatiza que os grupos sociais e as pessoas, sobretudo os mais pobres, devem ser sujeitos e não objetos do "desenvolvimento". Sujeitos como Castoriadis (1982) costuma tratar, é tão somente aquele que, em sua autonomia é capaz de estar entre o que ele deseja e o que o Outro deseja dele, sendo capaz de construir e escolher "para si", respeitando as 4 instâncias/entidades que o autor destaca como a totalidade do sujeito: o vivente, o psíquico, o indivíduo social e a sociedade.

Castoriadis (1982) divide os seres em viventes (aqueles unicamente determinados pela biosfera) e sujeitos ou humanos (aqueles que, de maneira complexa e contraditória, vivem sob uma dupla determinação: a da biosfera e a da antroposfera – a qual inclui a sociosfera, a semiosfera e todas as designações que se refiram ao sujeito e suas relações). E o que torna um vivente (por exemplo, uma criança) humano ou em sujeito é justamente o fato de estar imerso em uma sociedade; expressar-se por uma linguagem articulada pela qual não apenas fala de si mas igualmente nomeia as coisas do mundo; ser portador de hábitos; estar limitado por regras (explícitas ou implícitas); em suma, ser produto de e pertencer a uma cultura.

Segundo Borges¹⁰⁶, para a Análise de Discurso, dada a sua relação com a Psicanálise, o ser humano ou sujeito vive a totalidade de sua existência sob algumas condenações definitivas, portanto, sem apelação e sem liberdade condicional: a de ser dividido, incompleto; a de ter-se separado do mundo natural e a de, por viver em permanente estado de simbolização, interpretar. E, considero que nesta incompletude totalizante, os sujeitos são capazes de construir novas formas e saídas para seus interesses, que sim, são somente humanos, mas que, todavia envolvem a biosfera e a antroposfera, assim, o meio ambiente.

Desta forma, o ideal de sustentabilidade seria um conjunto de concepções relacionadas as condições locais e globais de existência, a partir de um princípio ético, porém normativo, único, entretanto circular, e colaborativo, já que a comunidade decide como será o padrão de seu sistema sustentável. O ideal de sustentabilidade acena assim para o desenvolvimento, cujas as relações internas e as decisões se dão em harmonia e respeitando o meio ambiente e tudo o que ele representa (história, pertencimento, os elementos naturais, as lutas, e as resistências), inclusive a

¹⁰⁶ Anotações de aula Seminário ministrada em 2015.

manutenção e sobrevivência do grupo, no sentido de existência e valoração patrimonial e cultural de todos seus bens, cuja contra parte necessária e suficiente são as ESE. Pode-se pensar que, o ideal de sustentabilidade pode ser compreendido como ideal de sobrevivência e definido a cada tempo lugar e comunidade – topoethnohistoricamente definida – e em conformidade com as condições locais, isto é, ambientais sociopolíticas culturais e econômicas. Então esse ideal como ideal de vida, que busca sustentar a vida como totalidade, é um conjunto de concepções, ideias, planos que se realiza, se encarna, se objetiva nas estratégias pois estas são ações movimentos em busca de qualidade de vida.

Assim, o ideal de sustentabilidade significa dizer que cada modelo de sustentabilidade deve ser localmente estabelecido, isto é, de acordo com valores e necessidades específicos, respeitando as condições ambientais e socioculturais de cada sociedade e, desta forma, respondendo de maneira otimizada às demandas sociais face à exploração e conservação dos recursos naturais (renováveis e não-renováveis). Enfim, do ideal de sustentabilidade deriva um conjunto de ideais, conceitos e ações que, de modo resumido pode ser visualizado no esquema a seguir (Figura 42), o qual terá seus elementos descritos no decorrer deste capítulo.

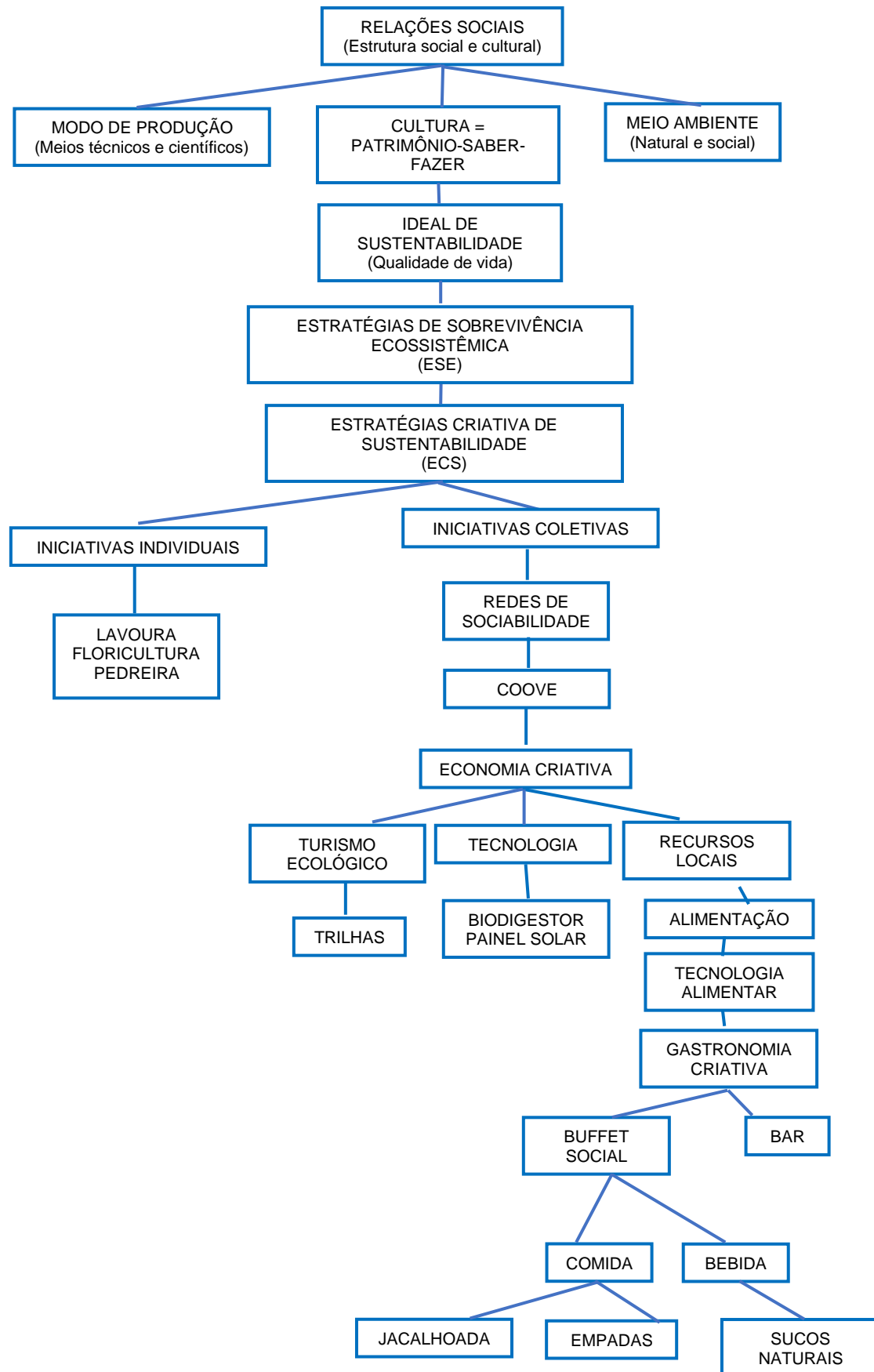


Figura 42. A Comunidade Vale Encantado e suas estratégias de sobrevivência

5.2 Estratégias sociopolíticas para sobrevivência e sociabilidade

Tratar deste tema, no campo da Museologia e Patrimônio traz o debate das relações sobre questões sociopolíticas e, conseqüentemente humanas, que de fato, aponta para as relações travadas no próprio território, envolvendo sujeitos, grupos, leis e ideias. Isoladamente o termo estratégia pode ser definido como o conjunto de objetivos, finalidades, planos, metas, diretrizes, planos ou manobra objetivando produzir um resultado específico. Desta forma, uma estratégia pode ser considerada um jogo relacional e de intervenção para/em alguma situação ou encaminhamento de ações sociais. Na genealogia deste termo existia uma preocupação de sentido militar (havia um alvo a ser atingido ou eliminado); portanto, em sua “origem” ou essência já haveria – previamente – uma tensão/luta eminente. Assim, nota-se que estratégia não é uma palavra que indica uma ação neutra ou imprecisa, ela implica numa determinação ou vontade, mudança e influência no conjunto das forças; deste modo, ela está no coração do futuro pretendido e é parte do processo decisório de um grupo. É uma forma de tomada decisória, atuação controlada e fundamentada num conhecimento, em definir metas e expectativas prévias, uma clareza analítica e de objetivos conjunturais.

Os grupos sociais que buscam o alcance de direitos sociais com ênfase nas dimensões: sociais, culturais, religiosa, econômica, política e patrimoniais, estabelecem suas estratégias sociopolíticas a partir de determinados mecanismos e práticas de organização social e política maximizando saídas pela construção coletiva de alternativas e soluções para atender suas necessidades básicas. Desta forma, deve-se levar em consideração que, pensar e desenvolver uma estratégia com eficácia implica em dispor de informações com qualidade, uma vez que, uma estratégia fundada em informações frágeis, falsas ou incompletas não permitem estratégias seguras. De tal modo, refletindo sobre as estratégias sociopolíticas, pode-se concluir que estas buscam organizar o desenvolvimento integral, as condições otimizadas de sustentação e existência, a reprodução da qualidade de vida e do modo cultural de grupos sociais e suas interações com a vida cotidiana; ou seja, além de oportunizar a sustentação da sobrevivência de grupos humanos as estratégias sociopolíticas possibilitam a convivência, a coletividade, aquele valor que impulsiona os sujeitos a combinarem interesses mútuos, uma vez que “os indivíduos estão ligados uns aos outros pela influência mútua que exercem entre si pela determinação recíproca que exercem uns sobre os outros” (SIMMEL, 2006, p.17). Portanto, como já dito, as ações de estratégias sociopolíticas são movimentos em busca de qualidade de vida, e que possibilitam grupos humanos a encontrar um novo caminho e soluções, que porventura o Estado não tenha conseguido dar conta, para a vida no coletivo.

5.2.1 Construindo as Estratégias de Sobrevivência Ecosistêmica

O objeto empírico e as idas ao campo possibilitaram, além de pôr em prática o caminho técnico-metodológico desenhado para a pesquisa, a construção teórica de conceitos. A integração sistêmica, no dia a dia em busca pela para a continuidade da Comunidade, que na verdade pouco impacta a UC, foi a referência inicial para pensar neste conceito, que está intrinsecamente ligado as condições de vida dos grupos humanos para sustentar-se e sobreviver de maneira totalizante no território no qual estão instalados.

O fato do Parque ser preservado por lei, a qual é secundada pelas instâncias da patrimonialização e da musealização, resulta ser proibida a existência de moradias no seu interior e em sua zona de amortecimento; não ser tolerados manejos de seus recursos naturais, a não ser de maneira indireta. Na prática, essas limitações legais interferem com o modo tradicional de sustentação da Comunidade Vale Encantado. Segundo a entrevistada n4 “a Comunidade Vale Encantado é tão justaposta ao PARNA-Tijuca, “às vezes eles não interpretam o limite como a gente interpreta (...) é o entendimento diferenciado do território”, mas ainda assim, há o respeito por esta delimitação. Diante dessas condições limitantes, o grupo desenvolveu meios visando sua sobrevivência física e cultural, aos quais podemos chamar de estratégias de sobrevivência ecosistêmica (ESE).

Falar em ESE significa tratar de uma subcategorização da sobrevivência histórico-social, como, por exemplo, a sobrevivência étnica, dentre tantas outras sobrevivências. Para entender esse conceito, deve-se levar em conta que todo ambiente (natural e/ou social) conforma um ecossistema. De um modo geral, conforme já explicitado, o ecossistema pode ser entendido como a relação existente entre os vários componentes de uma comunidade e os fatores abióticos que coexistem em uma mesma região, ou seja, um conjunto de comunidades interagindo entre si e agindo sobre e/ou sofrendo a ação dos fatores abióticos. Além disso, pode-se dizer que ecossistema inclui a comunidade, o meio abiótico e as respectivas interações que se estabelecem; desta forma, é constituído pela imprescindível interação, no tempo e no espaço, entre o meio natural (em sua integralidade) e o meio sociohistórico, bem como entre diferentes populações e indivíduos de diversas espécies, formando um ‘continuum’ solidário, dinâmico e em permanente processo de equilíbrio-desequilíbrio-(re)equilíbrio, justamente por ser desigual e contraditório, mas com tendência à homeostase, em sua complexidade e dimensão.

Trata-se de um sistema complexo que se caracteriza por “uma grande variedade de componentes, arranjados segundo diferentes níveis hierárquicos [...] e interconectados por uma variedade de ligações funcionais e estruturais, [...] tais interações são consideradas não lineares” (BRANCO, 1999, p.78). E falar de ESE é referir a um conjunto de variados processos, tanto em nível biológico, quanto histórico-social, relacionados às condições de existência de indivíduos ou coletividades, considerando não apenas os aspectos histórico-sociais, mas aquilo que constitui o ambiente na qual a vida, em sua complexa totalidade, se desenvolve. É ao conjunto formado por esses dois condicionantes que denomino ecossistema. No contexto desta pesquisa, o termo ecossistema, ainda que associado à sua terminologia tradicional específica, refere-se a uma concepção mais ampla, a partir do sema {eco-} (*oikos*, casa, em grego, sema que também integra o termo economia, literalmente “norma ou lei doméstica”). Mas não se baseia em uma concepção/relação abstrata casa-mundo, em uma concepção de universalidade abstrata que, de fato, nada diz ao sujeito. Trata-se, antes, de considerar a sociedade e tudo aquilo que a envolve (seus aspectos territoriais, suas relações de produção, as relações sociais de todos os níveis, aí incluídas as relações sociedade-natureza). Assim, em um quadro de totalidade, logo, sistêmico, é que se enquadra o ecossistêmico do qual trato nesta pesquisa; qual seja, tendo seu fundamento na sociedade (ou em um tipo ou modelo específico de sociedade) e seus processos sócio-históricos ou, na terminologia de Mézáros, em seu sociometabolismo. Também se leva em conta as crises (conjunturais e/ou sistêmicas) e os processos socioambientais que lavam à criação de estratégias de manutenção da vida tal qual, e sua reprodução, o que, nos termos aqui usados, pode ser denominado de sobrevivência sociocultural ou ecossistêmica.

É importante lembrar que os ecossistemas – em seu todo ou em termos social-históricos – implicam em ambientes que podem apresentar graus variados de toxicidade (em termos históricos e socioculturais, não existem ambientes isentos de toxicidade ou de toxicidade zero). Em ambientes de alta toxicidade, isto é, política e economicamente nocivos, o conjunto dos viventes (aí incluídos os sujeitos) desenvolvem diferentes estratégias de adaptação ou acomodação e transformação de modo a fazer frente aos efeitos da toxicidade e, com isso, criar as condições necessárias e suficientes à sua sobrevivência e reprodução, não apenas biológica, mas igualmente sociocultural (modelo econômico, social, político e cultural). É o caso, por exemplo, de populações tradicionais frente ao avanço de empreendimentos econômicos ou mesmo processos de deculturação/enculturação; ou de comunidades que habitam (ou têm relações diretas e indiretas) no interior ou no entorno de áreas protegidas e patrimonializadas. Além do

mais, ao se tomar como parâmetro os estudos ecológicos sobre a toxicidade do meio ambiente e ao considerar que a saúde humana e o ambiente podem ser contaminados pela exposição a agentes que causam danos, podemos aplicar as noções de níveis de toxicidade ao meio social e dizer que esse ambiente pode ser contaminado por alta, média e baixa toxicidade.

Neste caso, falo em toxicidade sociopolítica, psicológica, econômica e cultural. Logo, para que haja saúde ambiental e cultural é indispensável haver um ambiente ecologicamente saudável ou de baixa toxicidade. Desta forma, as ESE remetem a um conjunto diversificado de ações, individuais e coletivas que, dentro de um campo de disputas, podem ser ofensivas e defensivas, visando resistir e, assim, manter a integridade cultural de uma comunidade, frente às limitações impostas social e ambientalmente. Em suma, é a busca pela sobrevivência física e cultural, em um ambiente que apresenta elevada taxa de toxicidade, tanto ambiental quanto sociopolítica e econômica. Desta forma, quando uma comunidade se encontra ameaçada por um ambiente com elevada taxa de toxicidade – medida, por exemplo, a partir das tensões geradas nas relações que se dão entre essa comunidade e uma área patrimonializada/musealizada –, juntamente com as limitações ali impostas, passam existir ameaças à tradição cultural, às memórias, a tudo aquilo que, em outras condições, constituía o ponto de apoio e de sentido à existência da comunidade. Esta percepção é ainda reforçada ao lembrar do conceito utilizado por Costa (2015) para se referir à superação de uma existência tóxica, a partir da busca pela saúde cultural, que para ela é a

capacidade que o indivíduo adquire de, através da percepção do valor dos bens culturais que compõem seu patrimônio, superar questões complexas da existência e melhorar sua qualidade de vida na qual a memória afetiva, o afeto catalisador e a autoestima elevada são fundamentos de base para a saúde integral (COSTA, 2015, p 3).

Como se vê o conceito de ESE é inseparável do ideal de sustentabilidade ou de manutenção da vida e da Cultura. Desta forma, este conceito concerne a tudo aquilo que envolve um grupo social: seus aspectos territoriais, suas relações de produção, as relações sociais de todos os níveis, aí incluídas as relações sociedade-natureza. Também inclui as crises (conjunturais e/ou sistêmicas) e os processos socioambientais que podem levar à elaboração de estratégias de manutenção da vida tal qual, e sua reprodução, o que, nos termos aqui utilizados, nomeio como sobrevivência sociocultural ou ecossistêmica. De tal forma, isso significa que a Comunidade, para poder sobreviver, necessita e cria um conjunto de concepções a que se ligam ações transformadoras, implicando um esforço consciente para superar essas condições de existência que lhe

são desfavoráveis e, com isso prover-se de meios objetivos para manter sua herança sociocultural e patrimonial. Essas estratégias podem ser observadas tanto em centros urbanos quanto em áreas rurais e ribeirinhas; seja por populações de elevado padrão tecno-social, quanto por populações não beneficiadas pelos avanços tecnocientíficos. Não se pode deixar de argumentar que, partindo do princípio que meio ambiente = "natureza" + habitat, logo, trata-se de um conceito síntese do onde, quando e como referente à vida humana ou socioambiental, e que este leva também em conta o nível de toxicidade sociocultural existente ou os níveis dessa toxicidade em relação à qualidade de vida, o ambiente pode ser de facilitação ou de truculência.

Então, é necessário saber (observar, analisar etc.) como o tipo de ambiente afeta a constituição e a reprodução da vida humana e a missão formativo-educativa dos museus. Esse conceito também está relacionado ao de saúde ambiental e, pensando-se no sociometabolismo e suas consequência, especialmente no que concerne à totalidade da vida humana, ao de saúde cultural. Isso significa dizer que para que haja saúde ambiental é indispensável haver um ambiente ecologicamente saudável ou de baixa toxicidade. No que concerne, por exemplo, às áreas protegidas e sua relação com o direito ambiental, o valor patrimonial e a constituição/reprodução mesmas da vida humana, é indispensável tratar da função socioambiental desse tipo de patrimônio. Daí que, ao falar de sobrevivência ecossistêmica, estou justamente me referindo a esse processo em seu conjunto como todo trabalho humano, suas adaptações e transformações cujo fim é criar condições com alto grau de probabilidade visando superar as condições adversas e, assim, propiciar a manutenção da vida. Assim, ESE constituem um elemento do que Branco (1999) trata como economia conservativa, incorporando as coordenadas da homeostase, da sobriedade e de máximos rendimentos com eficiência ecológica.

5.2.2 As Estratégias Criativas de Sustentabilidade

Sem querer esgotar o termo criatividade, sabendo que este conceito vem sendo tratado por algumas disciplinas, especialmente pela Psicologia e Psicanálise, e acreditando que esta permeia o cotidiano dos sujeitos, lugar no qual, é possível observar o processo criativo.

Considerando que na prática, a criatividade, apresenta-se como um produto que pode ser reconhecido por “um objeto, uma ideia, uma teoria ou soluções distintas para um problema” (SEABRA, 2008, p.3), parto da ideia de que o processo de criatividade dos sujeitos envolvidos com um determinado problema possibilita as resoluções de problemas encontrando saídas para superar determinadas limitações. É importante

destacar que, o processo de criatividade perpassa pela consciência e pela ética, as quais apoiam as escolhas e saídas ecossistêmicas encontradas pela Comunidade. De fato, conforme destaca Branco (1999, p.131)

em se tratando de um sistema de base essencialmente *antropogênica* – e não originado das forças da natureza – os valores a serem considerados e preservados em qualquer tentativa ou projeto de mudança, na *urbs*, são predominantemente de ordem ética.

A partir do conjunto de concepções a que se ligam ações transformadoras, implicando um esforço consciente para superar essas condições de existência que lhe são desfavoráveis, a Comunidade Vale Encantado elaborou estratégias criativas de sustentabilidade (ECS). Tais ECS podem ser divididas em iniciativas individuais e coletivas; a primeira diz respeito às saídas que os moradores encontraram desde o início de sua existência na área, que dizem respeito à lavoura, floricultura e a pedreira (iniciativas descritas no capítulo 4, que fizeram parte das ECS no século XX). Vale ressaltar que, o uso da pedreira e a plantio de flores (agapantos e camélias) produziram um forte impacto na área, que ainda é possível visualizar dentro da Comunidade.

Em contrapartida, atualmente a Comunidade, pensando nas condições materiais de sua existência e relação com as políticas públicas direcionadas a proteção do patrimônio busca fazer uso dos recursos naturais locais de forma consciente de maneira a não impactar o meio ambiente. Já as iniciativas coletivas, engendradas neste século pela Comunidade Vale Encantado, dizem respeito a escolhas de saídas associadas a espaços de sociabilidade, os quais envolvem os grupos humanos que buscam saídas com objetivos comuns. Finalmente, é importante destacar que, as ECS são organizadas a partir de uma rede de sociabilidade, em um sistema integrado e orgânico que evidencia um novo funcionamento da Comunidade e de sua sustentação, cuja prática tenta desfazer a nuvem pesada da falta de renda para os moradores da Comunidade:

Vale ressaltar que o termo 'estratégias criativas de sustentabilidade' foi inspirado no conceito de estratégia de desenvolvimento criativo encontrado em Gonçalves (2016)¹⁰⁷. Conforme dados observados em campo as ECS são elaboradas pela Comunidade Vale Encantado como saídas para superar a limitação de uso dos recursos naturais que lhe é imposta pela legislação do PARNA-Tijuca. Em certa medida, as condições materiais e históricas de existência, bem como a criatividade dos moradores diante das imposições socioambientais possibilitaram encontrar, em consonância com o discurso da sustentabilidade e do potencial turístico que a ABAQUAR, parceiro social,

¹⁰⁷ Tese defendida neste mesmo programa no ano de 2016.

identificou na Comunidade. Tais saídas na prática são econômicas, e de certa forma de sustento financeiro e de geração de renda.

Em continuidade ao desenvolvimento deste conceito é preciso tratar de uma nova prática, que envolve o capital intelectual individual e coletivo, relativamente novo no campo da Cultura – a economia criativa – que conforme o MinC¹⁰⁸

“é, portanto, a economia do intangível, do simbólico. Ela se alimenta dos talentos criativos, que se organizam individual ou coletivamente para produzir bens e serviços criativos. Por se caracterizar pela abundância e não pela escassez, a nova economia possui dinâmica própria e, por isso, desconcerta os modelos econômicos tradicionais, pois seus novos modelos de negócio ainda se encontram em construção, carecendo de marcos legais e de bases conceituais consentâneas com os novos tempos” (BRASIL, 2011, p.24).

Ademais, pode-se dizer que, a economia criativa é um termo criado para nomear estes novos modelos de negócio ou gestão que se originam a partir do conhecimento, criatividade ou de um capital intelectual individual ou coletivo. Diferente da economia tradicional, da manufatura, agricultura e comércio, a economia criativa foca no potencial individual e/ou coletivo, que é o caso, da Comunidade Vale Encantado. Esta economia, dita criativa, já tem destaque nas discussões a nível internacional como a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a UNESCO. Ademais, a economia criativa tem sido considerada um eixo estratégico de desenvolvimento para os diversos países e continentes, no novo século (BRASIL, 2011), sendo uma força transformadora, principalmente em comunidades consideradas excluídas. A diversidade cultural, criatividade, consciência e ética, têm sido ativos fundamentais para uma nova compreensão do desenvolvimento, produtores de solidariedades e sociabilidades, e, também vem sendo um ativo econômico que é resultado de alternativas e soluções encontradas ou de forma individual ou coletiva.

Assim, o Plano da Secretaria da Economia Criativa (BRASIL, 2011, p.20) destaca: “seja na produção de vivências ou de sobrevivências, a diversidade cultural vem se tornando o “cimento” que criará e consolidará, ao longo desse século, uma nova economia”. Portanto, as ECS configuram-se de forma ecossistêmica, cujas as articulações e ações encontradas como saídas, se dão de forma interdependente, proporcionando a manutenção da Comunidade Vale Encantado, inclusive do patrimônio musealizado. Enfim, para fins de entendimento de como estão organizadas as ECS, apresento e descrevo logo abaixo, os 3 eixos nos quais estão divididas as ECS, projetos

¹⁰⁸ O MinC, através da Secretaria da Economia Criativa elabora um plano de políticas, diretrizes e ações entre os anos de 2011-2014 (esta edição revisada).

e atividades criativas da Comunidade Vale Encantado após parceria com a ONG ABAQUAR: turismo sustentável, tecnologia e recursos naturais locais.

5.2.2.1 Turismo Sustentável

Atualmente, as práticas do turismo e ecologia vem sendo utilizadas de uma maneira bastante usual e integrada, uma vez que se torna possível desenvolver a localidade divulgando seus atrativos e inclusive, o patrimônio que no caso da Comunidade Vale Encantado, é o patrimônio ambiental. Pensando neste potencial, a ABAQUAR, capacitou dois moradores, com nível médio de escolaridade que promovem caminhadas no PARNA-Tijuca, e que estão credenciados pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR). O projeto Turismo Sustentável, que na verdade é o lema da Comunidade, envolve as pessoas em duas ações: as trilhas ecológicas e a hospedagem. Ambas, além receber os turistas que procuram o local para descanso, também se volta para rede municipal de educação; e a última, está diretamente aberta tanto para turista local, regional, nacional e internacional, além do pesquisador.

5.2.2.1.1 Trilhas ecológicas

Existem 3 trilhas ecológicas oficiais que são direcionadas pelos guias que foram capacitados pela ABAQUAR e credenciados pela EMBRATUR. Conforme pesquisa em campo e pesquisa no site da Comunidade¹⁰⁹ as trilhas são organizadas da seguinte maneira:

A. *Circuito Encantos do Vale* – “Caminhada pela Mata Atlântica e pela Comunidade, por trilhas e escadarias que mostram a beleza natural do Vale Encantado e sua riqueza cultural”. A trilha dura cerca de 1 hora e a dificuldade é leve. Durante este circuito é possível localizar a Casa de Pedra (Figura 43), cuja construção é do século XX, e é feita da manufatura retirada da pedreira existente na Comunidade, conforme a entrevistada n5 dizia em campo, ao me mostrar a Comunidade: “essa casa ali (...) é pedra (...) foi proibido mexer em pedra, uma lei que teve ai, muito severa”. E a casa hoje serve como ponto de visitaçãõ.

¹⁰⁹ Disponível em <<http://www.valeencantado.org.br/site/trilhas/>>. Acesso em 16 de maio de 2017.



Figura 43. Casa de Pedra
Foto: Cássio Garcez.

B. *Cascata do Vale Encantado* – Caminhada pela Mata Atlântica até uma queda d'água de aproximadamente 10 metros de altura (Figura 43).

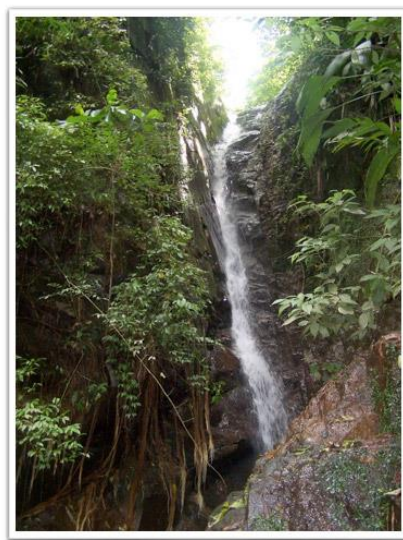


Figura 44. Cascata do Vale Encantado
Foto: Cássio Garcez.

Durante a trilha é possível identificar espécies da Mata atlântica, que por sinal, ambos os guias são reconhecedores exímios da fauna e flora da área, além de conhecer a história do Vale desde a época do Império. A trilha dura cerca de 2 horas e a dificuldade é média.

C. *Travessia Florestal, Floresta da Tijuca/Vale Encantado* – Roteiro mais longo e variado que combina atrativos da Floresta da Tijuca com a história do Brasil Colônia. É uma travessia cujos caminhos foram utilizados por escravos e reflorestadores, passando por córregos chegando a vista do pico da Taquara (Figura 45). A trilha dura de 4-6 horas e a dificuldade é avançada.

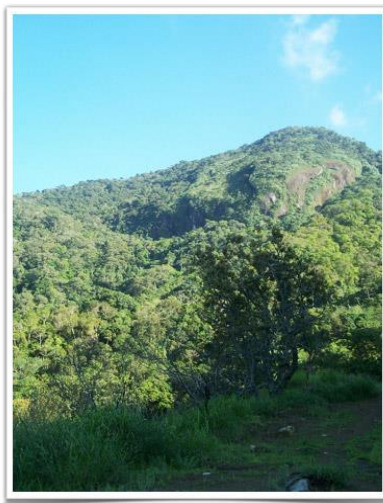


Figura 45. Pico da Taquara
Fonte: Cássio Garcez.

Ao final de cada trilha a Comunidade oferece um lanche de produtos locais; ademais, ficam a venda geleias e doces artesanais, e outros artesanatos, o que integra as atividades desenvolvidas na Comunidade através do Buffet Social, cuja ação será descrita mais à frente. Vale ressaltar que os preços, tanto das trilhas, quanto do lanche ou almoço, são publicados no site desenvolvido para divulgar a história e as ECS da Comunidade Vale Encantado, e apesar disto, no entanto, o que foi possível colher nas conversas informais com o líder da Comunidade, é que as grandes agências de turismo não estão dispostas a fazer parceria com a Cooperativa do Vale Encantado (COOVE), devido a transparência de valores, o que não deixa nenhum espaço para que elas aumentem a taxa cobrada. Entretanto, tem-se firmado parcerias com pequenas agências interessadas no lema da Comunidade e que também praticam transparência.

5.2.2.1.2 Hospedagem

A proposta da Comunidade é dar continuidade a obra do prédio em cima da COOVE, cujo projeto praticamente se encontra no papel aguardando apoio financeiro para a continuidade da manutenção da obra. A ideia do líder da Comunidade é construir uma hospedagem do tipo albergue, com acomodações a preços convidativos, com dormitório, banheiros, lavanderia e cozinha partilhadas. Vale destacar que uma casa local foi usada inicialmente para hospedar grupos de turismo, e atualmente, mesmo não existindo o albergue/hostel, os turistas são recebidos no prédio da COOVE.

5.2.2.2 Tecnologia

Com as ideias aflorando, a Comunidade, avançou com inúmeros outros projetos, dentre alguns pode-se destacar aqueles ligados à tecnologia alternativa, dita sustentável, como a instalação do biodigestor e de painel solar.

5.2.2.2.1 Biodigestor

Dois biodigestores foram construídos na Comunidade Vale Encantado. Um destes fica abaixo da COOVE onde existe a cozinha do Buffet Social (Figura 46), e recebe resíduos orgânicos de restos de cascas de alimentos, cuja dimensão é pequena, entretanto, transformará os resíduos da Cozinha em fertilizante de alta qualidade para o jardim e em gás metano para os fogões.



Figura 46. Biodigestor instalado abaixo da COOVE
Fonte: Rioonwhatch.

Um outro biodigestor fica instalado mais abaixo da Comunidade e recebe parte do esgotamento das residências transformando os resíduos em gás metano (Figura 47), e sua dimensão é de média proporção calculada pelo volume de despejo de esgotamento doméstico. Existe a construção iniciada de um terceiro biodigestor, porém está paralisada devido à falta de auxílio financeiro.



Figura 47. Biodigestor instalado abaixo da Comunidade
Fonte: Beliani, 2016.

O biodigestor instalado logo abaixo da cozinha do Buffet Social já está produzindo gás, porém não é possível que o mesmo se ligue ao sistema da cozinha por falta de verba para compra dos materiais necessários (Figura 48) a fim de fazer a ligação do gás metano nos fogões.



Figura 48. Canaleta para distribuição de gás para a Cozinha da COOVE
Fonte: Beliani, 2016.

Da mesma maneira, o biodigestor instalado bem abaixo das casas da Comunidade, também já produz gás; atualmente tem 5 casas interligadas mas faltam recursos para interligar as demais moradias. Esta ECS tem captado alguns pesquisadores, que chegam até a Comunidade para analisar este projeto inovador dentro de uma Comunidade, que de fato, não possui recurso algum, entretanto tem parceiros efetivos.

5.2.2.2 Painel solar

Em uma das casas foi instalado um painel solar, sendo um projeto piloto de expansão para os demais moradores. O grande problema para a continuidade desta instalação é que as casas precisam ter laje (Figura 49), sendo que muitas delas não possuem a estrutura de laje, o que impossibilita a construção de outros painéis solares.



Figura 49. Painel solar
Fonte: Beliani, 2016.

5.2.2.3 Recursos naturais locais

O potencial intelectual criativo da Comunidade Vale Encantado se direciona a um único alvo: estabelecer estratégias e criar saídas para sobrevivência e manutenção do grupo em seu local de moradia. Desta maneira, os moradores começaram a usar os recursos locais a partir de um ideal de sustentabilidade, de forma que suas ECS não impactassem o meio ambiente.

O uso destes recursos dizem respeito a alimentação; saída criativa, encontrada pela Comunidade para reviver a sensação de pertencimento e valorização das qualidades intrínsecas de alguns moradores na prática de elaborar pratos. Usando técnica e criatividade, os moradores da Comunidade Vale Encantado transformam em receitas inovadoras a matéria prima encontrada em seus quintais, sem, com isso, impactar o meio ambiente através do que denominei tecnologia alimentar, que consequentemente proporciona uma gastronomia criativa.

5.2.2.3.1 Gastronomia Criativa – Buffet Social e Bar Enchanted Valley

Na cozinha da COOVE são produzidos doces artesanais, geleias, sucos e bolos, demonstrando potencial e viabilidade econômica para geração de renda, principalmente, para mulheres da comunidade. Esta ECS concerne à tecnologia alimentar com base no uso dos recursos naturais disponíveis, e que se relaciona os sentidos, como paladar, memórias, emoções construídas em torno de um fortalecimento da identidade coletiva. Usando técnica e criatividade, os moradores da Comunidade Vale Encantado transformam em receitas inovadoras a matéria prima encontrada em seus quintais, sem, com isso, impactar o meio ambiente. Isso resulta não apenas na criação de receitas singulares, mas igualmente na elaboração de tecnologia para processamento da matéria prima, agregando novos recursos e novos patrimônios à Comunidade. Um exemplo de patrimônio material advindo dessa tecnologia alimentar concerne à utilização da jaca, taioba e umbigo de banana em pratos alternativos, como a jacalhoada, o pastel de taioba, a geleia de chuchu com pimenta rosa, a torta de coração de bananeira, salgadinhos recheados com jaca e sucos naturais, como suco de couve com maracujá, suco de chuchu com hortelã, além do caipichu (caipirinha de chuchu) e docinho de couve com maracujá (Figura 50, Figura 51, Figura 52).



Figura 50. Suco de chuchu com limão e suco de couve com limão

Figura 51. Jacalhoada

Figura 52. Salgadinho com umbigo da banana e bolo de fubá

Fonte (jacalhoada): Nidumolu, 2015.

Fonte (sucos e salgadinho): Beliani, 2016.

Além disso, buscando um sabor requintado o Buffet Social criou o “Croquete de Arroz com Taioba e Umbigo de Banana, recheado com Frango Caramelizado ao Limão Galego”¹¹⁰. É importante destacar que o Buffet Social é um serviço que se presta para

¹¹⁰ Para ter acesso a esta receita ver <<https://festivalencantado.wordpress.com/novidades/chef-cria-receita-inspirada-na-gastronomia-do-vale-encantado/>>.

dentro da Comunidade para receber os turistas que chegam em grupo; e para fora quando são convidados para eventos, ou encomendas.

Uma outra atividade ligada a gastronomia criativa se refere ao Bar Enchanted Valley; conforme já descrito no capítulo 4, a organização do Bar foi uma iniciativa individual para gerar renda a uma família específica, mas que proporcionava aos visitantes dos anos 1990/2000 a apreciação de alguns drinks de criação original, como a batida de vinho. Atualmente, este drink criação e preparo de dona Magdalena, ainda é preparado para os eventos nos quais o Buffet Social é convidado a prestar serviços.

Assim, a partir destas soluções conscientes e criativas, a Comunidade passou a dotar-se de meios para sustentar-se, garantindo manutenção de seu território, bem como a reprodução de vida e de seu modo sociocultural de ser (sua organização social e sua herança patrimonial), além de contribuir para a salvaguarda do patrimônio ambiental, compreendido pelo PARNA-Tijuca. Tais ECS têm sido soluções encontradas no território, de forma consciente e ética, pautadas em redes de sociabilidade que puderam desenvolver atitudes, posturas e articulações para Comunidade se sustentar e tratar do território de maneira totalizante, qual seja, pensando em si mesmos, no patrimônio dito ambiental, levando em consideração a legislação e política de preservação patrimonial.

5.3 Um pouco do conceito de redes de sociabilidade

Muito se fala, atualmente, sobre redes, principalmente sobre e em redes sociais; entretanto não é esta linha e nem este tipo de redes que abordo nesta pesquisa. E para demarcar o lugar teórico conceitual deste tema, esclareço a demarcação do uso do termo redes de sociabilidade. A rede como ação coletiva e de interações profundas implica em fortalecimento e amplificação de relações sociais. Segundo Fischer; Melo (2004) o termo rede deriva do latim *rete*, que quer dizer entrelaçamento de fios, cordas, cordéis, arames, com aberturas regulares fixadas por malhas, formando uma espécie de tecido. Da mesma forma, Lomnitz (2009) destaca que uma rede é um campo de relações entre indivíduos (sujeitos) que pode ser definido por uma variável predeterminada e se referir a qualquer aspecto de uma relação. As ideias de Lomnitz (2009) enfatizam que cada pessoa, ou instituição, pode ser o centro de uma rede de sociabilidade, e ao mesmo tempo, fazer parte de outras redes.

A ideia de sociabilidade vem de Simmel (2006), que vê nas reuniões e nas formas de associação, além das necessidades e interesses específicos, um outro impulso, “uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal” (SIMMEL, 2006, p.64), que ele chama de impulso da

sociabilidade; ou seja, a malha de relações que constituem a sociabilidade – a individualização, as estruturas de poder e as tensões – que levam buscar as saídas coletivamente. Considerando que tudo que ocorre em sociedade se solidifica em estrutura, pode-se dizer que, a rede é a estrutura formal aberta de um sistema de nós interligados, que se constroem acrescentando ou removendo os nós de acordo com as mudanças necessárias. Na verdade, os nós são os pontos de articulações. De um modo geral, articular-se significa sobre tudo fazer/manter contato abrindo-se a novos conhecimentos, cuja articulação como uma das alternativas de integração das ideias e propostas buscam forjar uma ação coletiva concreta na direção do bem comum.

Para Andrade (2006, p.56) “as redes seriam mecanismos de poder”. Elas, as redes de sociabilidade, seriam em uma forma alternativa de governança (CALMON; COSTA, 2013), já que processam interesses e forças interdependentes de sujeitos de diversos setores da sociedade em diferentes escalas (local, regional, nacional e internacional); ademais exibem arranjos híbridos, ou seja, apresentam forças de decisões que partem de diversos lugares e direções em busca por cooperação, aprendizagem, disseminação de informações e articulação, como no caso desta pesquisa, de ESE e ECS. De tal modo, Aguiar (2007, p. 7-8) destaca que redes sociopolíticas (de sociabilidade) são

as formas de organização e articulação descentralizadas entre atores sociais [sujeitos] que tenham entre os seus objetivos, explicitamente, intervir nas arenas e agendas de políticas públicas, nos mais variados temas e em quaisquer das suas esferas – local, estadual, nacional, regional ou global (nestes dois últimos casos referindo-se aos espaços institucionais intergovernamentais e multilaterais). Nesse sentido, a noção de rede social na qual se baseia a abordagem proposta implica ações coletivas guiadas por uma racionalidade estratégica, diferenciando-se, assim, das relações interpessoais ou intergrupais que emergem cotidianamente. Ou seja, ainda que mantenham um certo grau de informalidade nas suas interconexões, as redes sociopolíticas são obrigatoriamente regidas por alguma institucionalidade e alguma meta sociohistórica de transformação da realidade presente em torno da qual se articula.

A dinâmica de uma rede de sociabilidade lhe confere a possibilidade de resolver problemas comuns, associando sujeitos do setor governamental e não-governamental em busca de soluções. A fim de definir redes como um recurso auxiliar que serviria para compreensão de ações intersetoriais, Andrade (2006, p.55) cita Junqueira (2004, p. 133) que destaca que as redes são:

um meio para intervir na realidade social [...] uma construção coletiva [...] construções solidárias que se organizam possibilitando uma gestão participativa [...] e, através da integração das políticas sociais, buscar soluções que respondam [...] aos direitos dos cidadãos a uma vida com qualidade.

Assim, o modelo de redes, que na prática supõe relações mais horizontalizadas, exige disposição para uma articulação político-ideológica que acolhe a participação de todos setores, incluindo a participação da sociedade. Desta forma, as redes de sociabilidade envolvem grupos e associações de caráter cultural, comunitário e religioso, além de instituições não governamentais e governamentais. As redes de sociabilidade, em certa medida, também congregam velhas e novas formas de solidariedades, as quais podem demonstrar na prática a passagem das solidariedades mecânicas para as orgânicas, cujo princípio maior conota associação e cooperação.

Desta forma, as redes representam um importante papel político e cultural como articulação de experiências vividas e, em si, forma de ação na procura da passagem do individual ao coletivo, configurando a partilha de ideias e de afetos e formas de pensar o mundo, nas quais se constituem comunidades que congregam, difundem e multiplicam vozes individuais num coletivo atuante. Em se tratando de comunidades, Franzoni (2008, p.2) enfatiza que, “as formas de convivência e dos valores que fortalecem as relações de respeito e aproximação de troca e de inclusão, assim como daquelas que desencadeiam as tensões e a exclusão de parte de uma determinada população” aponta como se articula a malha de relações de sociabilidade, além de seus entrelaçamentos, fluxo e nós.

Pode-se encontrar bons exemplos sobre redes, suas articulações e produtos, através da temática ambiental, uma vez que, para tratar e definir o que poderia ser desenvolvimento sustentável muito se construiu e debateu através de redes. Segundo Aguiar (2007) o evento paralelo e alternativo à Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), que teve seu papel fundamental para a construção de uma rede global de ambientalistas brasileiros no âmbito internacional, liderado pelo Fórum Global Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), foi criado com o objetivo de facilitar a construção da pauta sobre o tema do desenvolvimento sustentável, já discutido nesta tese, visando à produção de documentos e posicionamentos coletivos, além de articular várias outras redes referentes ao tema. Por exemplo, o Fórum Global da ECO-92 propiciou a formação das mais importantes redes ambientalistas do país o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), a Rede Cerrado, a Rede de ONGs da Mata Atlântica (RMA)¹¹¹.

¹¹¹ Para saber mais sobre os objetivos e cada uma das redes nascidas na década dos anos 1990 ver AGUIAR (2007).

Observa-se que cada rede construída “possui uma temática geral, que serve de motivação e aglutinação de seus participantes, e que se desdobra em subtemas gerados por interesses específicos que vão surgindo ao longo do seu desenvolvimento” (AGUIAR, 2007, p.22). Após o tema do desenvolvimento sustentável, outros assuntos entraram em cena na construção de novas redes como – questões de gênero, “injustiça ambiental” e “racismo ambiental”, agroecologia, economia solidária e comércio justo, por exemplo. Este processo de organização em redes de sociabilidade, que é um movimento social, demonstra uma mudança de postura política da sociedade, que agora não espera mais pelas políticas públicas e busca através de tática e estratégias a própria sobrevivência como parceiros nas políticas sociais não-governamentais.

O surgimento das ONGs, como aliadas para o auxílio na organização de ações coletivas e na interlocução com o poder público para atendimento das demandas sociais, é o resultado do entrelaçamento entre a sociedade civil e o Estado. Essa combinação possibilita rearranjos entre os sujeitos e novas parcerias, das quais o poder público, muitas vezes, não dá conta. As relações entre instituições, sejam elas não-governamentais ou governamentais, constituem-se em teias hibridizadas a partir das conexões dos nós, onde não existe o predomínio de um ou de outro, mas da rede em si.

Afinal, os sujeitos envolvidos nas redes de sociabilidade tendem a encontrar nas práticas políticas ações e estratégias “fundamentais tanto para o enfrentamento das instâncias de poder quanto para a proposição de alternativas contra-hegemônicas e viabilização de processos emancipatórios” (AGUIAR, 2007, p3). E, assim sendo emancipatórias, há de se considerar que estas desencadeiam um processo libertário, e se são libertárias, consideram-se justas e ecológicas; e por que não dizer sustentáveis?

A existência ou o funcionamento de uma ação coletiva obedecendo a uma lógica de rede não implica na inexistência de uma desigualdade ou de uma hierarquização social. A rede não elimina as diferenças sociais, os diferentes projetos ou discursos. Ao contrário, ela sensibiliza os indivíduos e as comunidades possibilitando a existência e a manifestação das diversas vozes e visões a serem ouvidas e a certeza que as tensões e interesses sociais não serão eliminados. Ela é fundamentalmente uma estratégia e um retrato conjuntural de uma tensão estrutural que estas alianças e estratégias apontam para novos desdobramentos.

5.3.1 Tipologias de redes

Existem três possibilidades estrutura de organização em rede: centralizada, descentralizada e distribuída (Figura 53).



Figura 53. Topologia de redes, desenho de Paul Baran.

Esta tipologia de rede foi criada pelo engenheiro polonês, radicado nos EUA, Paul Baran (BARAN, 1964), nos anos 1960. O sistema de rede centralizada, ou estrelar, não suporta o dinamismo e há um único nó concentrador que transmite aos demais todas as informações e dados possíveis, assim, quando ocorre a falha em um dos nós não chega a afetar os demais, porém quando ocorre algo com o nó central paralisa a rede inteira. Já o sistema descentralizado conta com nós intermediários/mediadores, onde se tem centro e subcentros; temos um núcleo central e mediadores (os subcentros), os quais, por sua vez chegam a outros elementos do sistema.

As articulações não se dão de maneira interdependentes e, conforme vão se afastando do centro, começam a originar problemas; conforme a rede vai crescendo o sistema se inviabiliza (ou perde eficácia). E o sistema distribuído, ou em malha, não apresenta nós intermediários, ou seja, destaca nós interligados entre si, ponto a ponto, permitindo múltiplos caminhos que se configuram em uma auto-organização e/ou auto estruturação, diga-se de passagem complexa, robusta e rizomática.

Segundo Santos et al. (2013, p.9) “o sistema distribuído já existia em diferentes realidades (biológica, ambiental, tecnológica, por exemplo), mas ele aparece e ganha visibilidade com todos os seus contornos com a Internet”. Desta forma, tudo se comunica com tudo. É um sistema onde há a possibilidade de comunicação generalizada, e onde os centros e subcentros perdem o papel de intermediação e em um dado momento deixam de existir. O sistema é completamente dinâmico e muda todo o tempo, ou seja, ecossistêmico. Assim, pode-se qualificar a configuração das redes conforme se organiza a comunicação entre os nós, que corresponde, em boa parte dos casos, uma forma particular de articulação de práticas de sociabilidade próprias, podendo estas estarem ligados à espaços, muitas vezes, associados à resistência, à

luta, à mobilização, à memória no que trazem de recordação do passado e de projeção de futuros. É importante destacar que as redes estão em permanente transformação as quais podem ser mais estruturadas, em formato transitório e volúvel, menos estáveis e, em certo sentido, mais rizomáticas.

5.4 O processo de enredamento, construção e a análise das articulações da rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado

O processo de enredamento (construção de redes) não tem por objetivo desfazer as relações desiguais e injustas presentes na sociedade, o qual se estrutura a partir do acúmulo de forças considerando os diversos campos e dimensões da luta social e política de ambos sujeitos envolvidos no processo, mas de sensibilizar os indivíduos e as comunidades possibilitando a existência e a manifestação das diversas vozes e visões a serem ouvidas e a certeza que as tensões e interesses sociais não serão eliminados, por é a partir destas que as mobilizações ocorrem e as redes podem ser construídas. É a força social e suas lutas que permitem a organização e mobilização coletiva.

Cada nó da rede são representações de um coletivo cujas as relações cotidianas de interesses, afinidades e satisfação de necessidades estão latentes em busca de soluções e alternativas, que no caso da Comunidade Vale Encantado, refere-se à sobrevivência. Conforme já vimos, tal sobrevivência diz respeito, a permanência em um local que, legalmente, devido as políticas públicas de preservação, patrimonialização e musealização não poderiam estar. E permanecendo, como as instituições agem? Neste caso, como o PARNA-Tijuca lida com toda esta demanda? E sendo um museu, como se dimensionam as questões internas e externas de uma comunidade intrinsecamente em potência para a salvaguarda do patrimônio ambiental, que de fato inclui a si mesmos? Considerando que a Comunidade Vale Encantado apresenta uma história de busca pela sobrevivência, e conseqüentemente, por elos sociais, recebeu apoio e parceria desde sempre. Conforme pesquisa em campo e a partir das entrevistas é possível descrever duas redes de sociabilidade presentes na Comunidade Vale Encantado (Figura 54).



Figura 54. Esquema dos níveis das redes de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado

Pode-se dizer que as redes de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado partem de duas esferas representativas, a internacional e a nacional, cujas as parcerias podem ser públicas ou privadas; contudo as parcerias privadas podem se dividir em coletivas e/ou individuais, quer seja institucionais e/ou afetivas, respectivamente. As parcerias públicas apresentam articulações por representatividade do Estado, ora por órgãos fiscalizadores ou por apoios engendrados pelos pesquisadores das Universidades Públicas. A nível privado e coletivo, a rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado, se dá num padrão articulado organizacional, ou seja, os nós se apresentam por uma ligação entre grupos institucionais como Universidades, ONGs, Associações e Institutos.

5.4.1 Primeira rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado

Para fins de estudo comparativo, parto da suposição de que houve na Comunidade Vale Encantado uma primeira rede de sociabilidade cuja organização se deu no século passado e encontrava-se articulada por interesses privados, individuais e efetivados. Parceiros individuais buscavam dar apoio aos moradores, ou seja, por pessoas físicas, moradoras do Alto da Boa Vista e que de alguma forma tinham elo afetivo com a Comunidade. Desta forma pode caracterizá-la como uma rede afetiva e informal cujas ligações dos elos são invisíveis; quer dizer que, esta rede não era visível nem para os apoiados muito menos para os apoiadores; além disso, o apoio e o objetivo da parceria não demandavam ações diretas para a coletividade, ao contrário, eram ações e conexões travadas para a manutenção de problemas isolados do dia-dia, sequer existia um movimento coletivo ou uma preocupação ecológica, naquela época. Conforme entrevistado 1 e 2, as pessoas que apoiavam, quando de uma necessidade,

era um médico e um Padre (cujos nomes não foram lembrados por nenhum dos entrevistados) e o empresário Arthur Sendas (Figura 55).



Figura 55. Primeira rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado

A entrevistada n5 diz: “tudo o que a gente precisava ele ajudava, ele era Vasco doente (...), ele era muito bom, todo ano, no natal era fila pra ir na casa dele pegar (...) eram várias famílias...”. Da mesma forma, o entrevistado n6 destaca muito empolgado:

o Arthur Sendas, todo fim de ano, mandava cestas básicas (...), não era só pra aqui não hein, (...), ele ajudava muita gente mesmo, (...) na comunidade Tijuçu, ajudava muita gente mesmo, inclusive o Vale, no Natal que ele dava cestas básicas, mas ele pegava e mandava e mandava o segurança vir aqui, tinha um garotada que gostava de jogar bola, buscava pra jogar bola lá com ele. Ele sempre foi um homem muito bom (...) quando ele morreu nós fomos no enterro dele (...) foram dois ônibus”.

Estes membros fizeram parte de pequena rede que dava apoio à Comunidade Vale Encantado em período de festas, feriados ou quando ocorriam necessidades médicas. Na verdade, não há uma estrutura de organização em rede, pois, o que se observa é que estes parceiros não se comunicavam entre si e não tinham ligações. A única ligação que existia era com aqueles moradores que recebiam apoio específico na Comunidade Vale Encantado. A rede se desfez por uma questão temporal, quando da morte de cada um deles, e devido a uma articulação feita por pessoas comuns, sem objetivos específicos para encontrar um potencial na Comunidade, por exemplo; isso faz com que os elos de ligação fossem fracos. Nestes entrelaçamentos dos nós, que eram descontínuos, não ocorreu nada de novo para a Comunidade, nem mesmo para as pessoas apoiadas, pois, esta rede de sociabilidade apresentava uma característica individual, assistencialista e de solidariedade.

Desta maneira, posso dizer que não houve uma caracterização de mudanças coletivas visíveis, uma vez que as ligações se davam diretamente a pessoas específicas e não ao coletivo. Sabe-se que existiam dificuldades naquela época, porém os

moradores ainda não haviam alcançado uma consciência ética em busca de mobilização e mudanças por um objetivo comum do coletivo.

5.4.2 Segunda rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado

Conforme foi mencionado no capítulo 4, a Comunidade Vale Encantado, assim como tantas outras presentes na ARAPU, sofrem com a negligência do Estado na implementação de serviços básicos e de urbanização. Esta falta de assistência à Comunidade, pelo poder público, se justifica pelo fato das comunidades estarem assentadas em uma área de proteção ambiental, o que é legal, afirmando que as mesmas possam promover a “degradação ambiental”. Ao menos na Comunidade Vale Encantado fica bem nítido, sobre os impedimentos legais e sua marcação temporal, conforme relato do entrevistado n6:

quando eu era garoto, isso há setenta anos atrás, podia, você podia ter uma espingarda, você podia caçar, você podia fazer tudo isso né!. Eu tinha mais de 300 passarinhos em casa, mais de 300 pra você ter uma ideia, eu tinha paca, eu tinha jacu, que um bicho do tamanho de uma galinha grandona, tudo isso preso, quando houve aquele negócio que matar os bichos, eu tinha espingarda, tinha tudo, eu acabei com tudo, que era crime e valia mais o animal do que a gente, eu cabeí com tudo e nunca mais. Eu tinha 14 anos de idade, já acabei dentro daquela floresta ali, mas naquela época podia caçar, qualquer lugar podia caçar, foi a melhor coisa que eles fizeram (...) foi acabar com isso ai”.

Destaco que nesta ação de decreto em 1992 da ARAPU não se dialogou, mais uma vez, com as comunidades, não se levou em conta o histórico de ocupação de nenhuma delas, sendo este decreto firmado a *mano de ferro*. Coelho Netto (2005) destaca que a APARU constitui uma das áreas mais visadas no processo de revisão do código de edificações pelo governo municipal do Rio de Janeiro, tendo em vista o atendimento aos interesses da construção civil. E, por isso, e por tantas outras questões, que a Comunidade Vale Encantado participa, junto com outras comunidades vizinhas do Alto da Boa Vista, de um cenário com numerosas tensões e lutas sociais, já que o APARU prevê o reassentamento das favelas situadas nas Zonas de Recuperação Ambiental, removendo e desapropriando os imóveis.

Sabe-se que “há mais de um século a ocupação das encostas dos morros do Rio de Janeiro tem sido objeto de disputa entre classes”, (...) [e que é a partir de um discurso ambiental], “instrumentalizado por determinados agentes sociais para pressionar o poder público a retomar a política de remoções de favelas”, (...) [a] “disputa em torno do controle e da ocupação das encostas deslocou-se do campo da política habitacional para o da política ambiental” (COMPANS, 2007, p. 83-84).

Em 1992, frente as dificuldades encontradas pela falta de emprego, após o fechamento da pedreira "a comunidade se organiza em associação" (BARROS; MELO, 2001, p.2), a qual foi denominada como a Associação de Moradores da Taquara do Alto da Boa Vista (AMATA). A função inicial desta associação seria o fortalecimento da Comunidade para solucionar problemas ligados à infraestrutura, como acesso à rede elétrica, transporte coletivo, coleta de lixo...

Os entrevistados n7, n8 e n9 evidenciam a ECO-92 como sendo a grande motivadora desta organização em associação, devido a consciência ambiental que o evento trazia como mote ao Rio de Janeiro e a todo mundo; porém, devido a motivos inexplicáveis a AMATA só permaneceu aberta por 6 meses. A criação da AMATA, em 1992, pode ser considerada uma das primeiras mobilizações coletivas da Comunidade, em termos de resistência e luta pela permanência no território, cujas atividades permaneceram somente pelos seis primeiros meses, e logo fechou. Mais de uma década à frente, exatos 13 anos, a AMATA retoma suas atividades, com uma nova presidência e com novas lutas sociais. Em virtude de uma solicitação do MPERJ pela remoção parcial ou integral de 14 favelas do Rio de Janeiro oito delas estavam localizadas na ARAPU do Alto da Boa Vista no Maciço da Tijuca, sob a justificativa de uma suposta "degradação ambiental" promovida por elas, e do "risco" que elas apresentavam; dentre elas estava o Vale Encantado, cuja exigência do MPERJ era de remoção total. Conforme, Barros; Melo (2011, p. 3)

uma ação do Ministério Público para remoção da comunidade fez com que em 2005 esta associação fosse reativada. Hoje a AMATA tem um importante papel no desenvolvimento social e econômico local e integra o conselho gestor do Parque Nacional da Tijuca, tendo um dos seus membros como Secretário.

Mesmo constando no IPP "que o Vale Encantado não cresceu em área desde 1999, foi interpretado como uma das comunidades cujo crescimento poderia ameaçar a preservação da floresta" (FONSECA; DINIZ, 2015, p.6). O MPERJ alegava, em 2006, que se fazia necessário remover as famílias, por existir o risco iminente de união das 'favelas', causando danos ao meio ambiente (Figura 56).

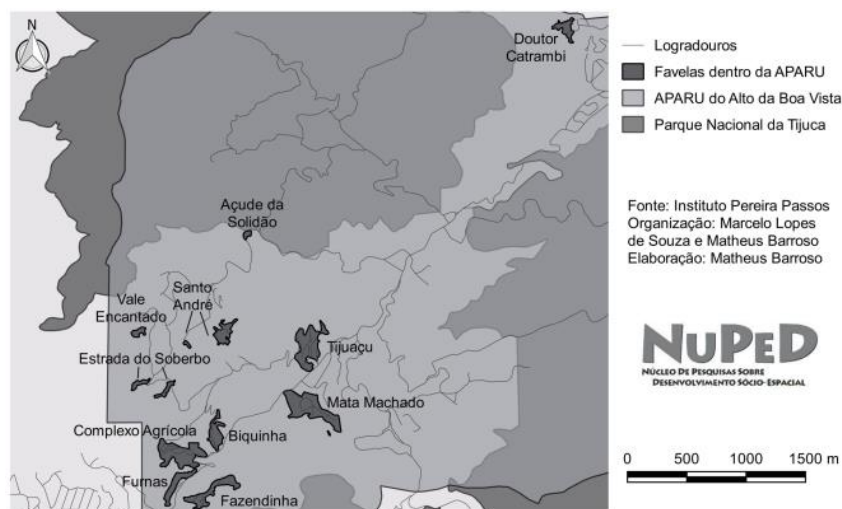


Figura 56. Visão detalhada do APARU do Alto da Boa Vista
Fonte: Souza, 2015.

Observa-se na figura acima como, há dez anos atrás seria difícil, mas não impossível, a união das favelas em toda APARU do Alto da Boa Vista, uma vez que com exceção dos moradores da Mata Machado e do Tijuçu, as demais comunidades não vêm apresentando aumento populacional a ponto de unificarem-se em uma só favela, como aconteceu com a Rocinha. De todas as comunidades citadas no entorno do Alto da Boa Vista, o Vale Encantado, é a Comunidade em menor número de moradores e sem crescimento populacional alarmante; ao contrário, observa-se que a cada ano o número de residentes tem diminuído na Comunidade, conforme já descrito.

Conforme entrevistas no campo, os moradores da Comunidade Vale Encantado sempre viveram sob constantes ameaças de remoção, inclusive no período em que os terrenos foram arrendados para a Pedreira, fato este relatado pelos entrevistados n4 e n5. Identifico, a partir de todos os processos e dinâmica de remoção, a existência de uma luta pela permanência, compreendida por resistência. Sabe-se que, a resistência, como uma afirmação política e ideológica contrária a certos projetos instituídos de poder, firmou-se como o principal combustível para os movimentos populares dos séculos XIX e XX.

Vale ressaltar que das quatorze comunidades elencadas no processo de remoção, oito estavam localizadas no Maciço da Tijuca, inclusive a Comunidade Vale Encantado, cuja exigência do MPERJ era de remoção total, já que conforme interpretação deste órgão autônomo a Comunidade Vale Encantado foi considerada uma das comunidades cujo crescimento poderia ameaçar a preservação da floresta. Em contrapartida, o IPP (2010) apresenta dados sobre o crescimento da Comunidade, comprovado em campo: não houve crescimento em área desde 1999, que quer dizer

que, nenhuma nova moradia avançou na vegetação, desmatando a área; pelo contrário, desde o fechamento da pedreira grande parte dos habitantes, que não pertencia aos núcleos familiares dos primeiros descendentes, deixaram o local. Eram 350 moradores nesta época. Observa-se aqui um discurso de poder unilateral e hegemônico,

O primeiro movimento social a partir das estratégias de resistência pode ser definido pela reativação da AMATA, já que este período (a partir dos anos 2005) é marcado pela mobilização da Comunidade, no sentido de resistir à remoção, pelo direito de permanência, reivindicando, por exemplo a qualidade de vida como o acesso à infraestrutura e serviços básicos.

Assim, a AMATA tem suas atividades retomadas, com estatuto interno reformulado realizando articulações políticas com outras favelas do Alto da Boa Vista, através do Conselho de Cidadania do Alto da Boa Vista (CONCA).

Sendo uma das associações mais ativas do Alto da Boa Vista, ela tem um papel importante papel no desenvolvimento social e econômico local e integra o Conselho Gestor do PARNA-Tijuca. Contudo, a AMATA apresenta o dever ético-político de lutar pela manutenção integral de direitos; e neste lugar político-ideológico se estabelece o poder da voz do coletivo, a dinâmica e o processo libertário e democrático das forças da Comunidade Vale Encantado. No entanto, a resistência

Como solução a Comunidade tenta resolver suas dificuldades de infraestrutura, ou por conta própria ou por reivindicações junto às autoridades competentes, com auxílio do CONCA e da AMATA. Nesta primeira mobilização efetiva da Comunidade Vale Encantado, em virtude do MPERJ ter conseguido uma liminar na Justiça que obrigava a prefeitura do Rio a demolir as casas construídas irregularmente no Alto da Boa Vista, a Comunidade foi identificada por uma Organização Não Governamental (ONG) – ABAQUAR/PARIS – presidida por Jérôme Auriac. Esta ONG tem como objetivo promover e gerenciar projetos de desenvolvimento econômico sustentáveis, em comunidades minoritárias, incluindo a geração de renda e a proteção ou a valorização do ambiente.

É importante destacar, que todo processo de enredamento cuja parceria ocorre com o auxílio de uma ONG amplia “a capacidade de ação dentro do espaço público o que exige uma maior flexibilidade da administração pública a partir do seu acoplamento à sociedade para articular e dar forma a projetos mistos” (ANDRADE, p.53).

Os determinantes sócio-históricos para a condução da organização desta segunda rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado apontam para uma

condução ideológica e política do cuidado e da sobrevivência, e tal articulação de caráter sociopolítico, fortalece e proporciona desenvolvimento local à Comunidade.

Assim, a ONG ABAQUAR identificou a Comunidade como um lugar de grande potencial turístico, por estar livre do tráfico, por ter uma localização privilegiada com vista da praia e das lagoas da Barra, além da Mata Atlântica, e quintais com plantio orgânico de hortaliças e legumes sem mencionar a história territorial que, devido a conscientização da legislação ambiental/patrimonial, passa a ser uma história ambiental, ecológica, patrimonial e sistêmica, uma vez que deixam de realizar práticas degradantes e impactantes ao meio ambiente.

Partindo de um diagnóstico socioeconômico realizado em 2006, a ONG francesa, que já havia realizado um trabalho na favela da Rocinha e procurava uma comunidade mais tranquila para voltar a atuar no país, inicia um projeto de geração de renda na Comunidade Vale Encantado que contou com cursos, obras, capacitações a fim de aprimorar talentos locais como culinária e artesanato, além do aproveitamento dos recursos naturais locais.

Esta parceria, em 2006, proporcionou realizar ações nas áreas de formação profissional direcionadas ao ecoturismo e a gastronomia; no que se refere ao ecoturismo, Jérôme percebe o potencial turístico da Comunidade e oferece duas vagas para capacitar guias de turismo; desta forma, motivados, os moradores encontram nesta atividade a saída para geração de renda e recebimento de turistas ao local, o que proporcionaria o reconhecimento da localidade e daria força para o grupo, sendo a capacitação para os guias, uma das primeiras ações efetivas desta parceria com a ONG ABAQUAR/PARIS.

A partir de debate e discussões, os moradores da Comunidade Vale Encantado encontram nesta parceria a possibilidade de criação de cooperativa de Turismo Social. Muitas pessoas, francesas e amigas de Jérôme, visitaram a Comunidade com o intuito de realizar a caminhada ecológica e conhecer a localidade.

Ao final da caminhada ecológica, os turistas amigos de Jérôme, acabavam sendo recebidos com lanches preparados, pelos próprios moradores da Comunidade, com produtos dos quintais. Em 2007, com a ideia ganhando força, a primeira cooperativa social do entorno do PARNA-Tijuca foi criada, sendo denominada Cooperativa Vale Encantado Ltda (COOVE), cujo objetivo seria de fortalecer o potencial produtivo e empreendedor que a Comunidade possui através de práticas de ecoturismo e do desenvolvimento da gastronomia local, como destaca a entrevistada n8:

pra gente montar a Cooperativa, junto com este processo de remoção, foi interessante porque a gente passou ser conhecido lá fora, até então quem era a gente? A gente era só os moradores que a prefeitura ia varrer e pronto

Com o auxílio do Instituto Gênesis, uma unidade complementar da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RIO) que tem como objetivo atuar com a sociedade realizando formações de empreendedorismo, contribuindo assim para a inclusão social, preservação da cultura nacional melhoria da qualidade de vida da região¹¹² onde determinada de comunidade está inserida, foi firmada outra parceria com a Comunidade Vale Encantado.

A área de Desenvolvimento Local, que aplica os conhecimentos gerados pelo Instituto Gênesis nos territórios em que atua, realizou consultorias para elaboração de projetos e estruturação da COOVE.

Vale dizer que, esta foi o primeiro projeto e desdobramento da parceria entre a AMATA, ABAQUAR e PUC-RIO, por meio do Instituto Gênesis. Através do esquema abaixo (Figura 57), é possível analisar as primeiras relações de apoio e parcerias, nas quais impulsionaram intenso beneficiamento e desenvolvimento de uma força política nunca antes observada nos moradores.

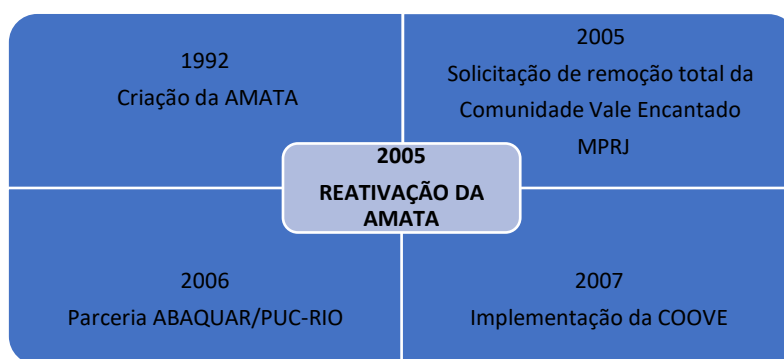


Figura 57. Esquema das primeiras parcerias na Comunidade Vale Encantado

O esquema aponta ainda, a forte mobilização social e coletiva da Comunidade através da reativação da AMATA – dispositivo social representativo da força política coletiva de qualquer comunidade ou grupo social – que inicialmente desenvolveu seu papel e função ideológica-política na busca de manutenção de permanência e sobrevivência na Comunidade. Aguiar (2007, p.3) citando Gohn (2005, p.34-35) destaca que o

¹¹² Para saber mais ver <<http://www.genesis.puc-rio.br/>>. Acesso em 08/06/2017.

o conjunto de percepções e de visões de mundo que um grupo constrói no processo de experiência histórica ao atuarem coletivamente, aliado às representações simbólicas que também constroem ou adotam, são a parte mais relevante da cultura política de um grupo porque é a partir destes elementos que o grupo constrói a sua identidade [...]. Essa nova cultura política se contrapõe à tradição autoritária que desconhece a existência de esferas públicas [...]. Trata-se de uma cultura política gerada por processos nos quais diferentes interesses são reconhecidos, representados e negociados, via mediações sociopolíticas e culturais.

Nota-se que os dois dispositivos sócio-políticos, tanto AMATA quanto a COOVE, passaram a ser utilizados pela Comunidade como contributivos para busca de recursos, a fim de promover parcerias, através de projetos, que lhes auxiliassem no desenvolvimento social local de forma sustentável. Assim, a COOVE recebeu apoio da fundação holandesa Porticus, que contribuiu com cerca de 30 mil reais para comprar uma casa na Comunidade, com objetivo de ser sede da cooperativa. A Fundação Porticus é uma organização internacional que gerência e desenvolve programas de filantropia a fim de promover justiça e mudança social sistêmica e sustentável em comunidades menos favorecidas.

A ABAQUAR, também contribuiu com 10 mil euros para finalizar a compra da unidade predial, onde atualmente, funciona a COOVE, uma cozinha semi-industrial e um Restaurante. Em março de 2010, foi possível saldar completamente o espaço usando o rendimento das visitas turísticas desse mesmo ano. Outras ECS foram sendo efetivadas, uma vez que, dotados por certa potência e motivação para seu desenvolvimento e permanência no território, a Comunidade Vale Encantado firma parcerias com outras entidades como Universidades públicas e privadas para implantação de projetos alternativos como um canteiro de mudas nativas, horta orgânica, aquecedor solar de baixo custo, biodigestor, e outras iniciativas que passaram a fazer parte de um modo de vida, e de um ideal de sustentabilidade. Grandes parceiros destas iniciativas foram a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a PUC-RIO (Projeto Gênesis). A COOVE, em parceria com a incubadora Gênesis, oferecia treinamento e renda a uma família da Comunidade Vale Encantado para manter e desenvolver a horta comunitária, que forneceria suprimentos para o Restaurante, para a própria Comunidade e, também para distribuição e venda. Sobre o canteiro de mudas nativas não possível encontrar dados sobre os parceiros desta ESC, porém, acredito que também tenha sido articulada pelo Projeto Gênesis.

Atualmente, a horta orgânica e o canteiro de mudas nativas não estão em funcionamento. A partir destas ECS, a Comunidade Vale Encantado começa a ser

reconhecida, primeiramente à nível internacional pelo seu potencial turístico e pelos processos patrimoniais e culturais, para em seguida ser reconhecida por instituições nacionais. E conforme as entrevistas e busca de informações junto ao PARNA-Tijuca, o próprio Parque começa a conhecer todos os projetos da Comunidade cerca de 3 anos atrás.

Um outro problema existente na Comunidade, é a ausência do esgotamento próprio, conforme já relatado; os moradores, há tempo atrás, canalizaram a saída de dejetos de suas casas (Figura 58) unindo aos canos de esgoto do Condomínio Meia Lua, liberando em córregos logo abaixo da Comunidade, cujos dejetos são lançados no Rio Cachoeiras, que deságua na Lagoa da Barra da Tijuca.



Figura 58. Ligação dos dejetos domésticos feita pelos próprios moradores.
Fonte: BELIANI, 2016.

Contudo, a existência espontânea de bananeiras, consideradas filtro biológico, pelo fato de drenarem os resíduos melhorando a qualidade da água, amenizam o problema. Pensando neste problema, a COOVE em parceria com a PUC-RIO e a UFRJ estabeleceram, como prioridade do ano de 2010 encontrarem uma solução para esta dificuldade. Foi realizado um estudo aprofundado para estabelecer um modelo de tratamento de esgoto ecológico, sendo considerado desde os modelos do tipo pântanos construídos a biodigestores. A ONG Instituto Ventura de Desenvolvimento Sustentável, junto com a empresa de consultoria ambiental EcoFocus também conduziu pesquisa. A conclusão foi a construção do biodigestor para que o esgoto possa ser tratado e, gere biogás para uso na cozinha da COOVE, e, nutrientes para uma horta comunitária. A ONG internacional Solar Cities Solutions, que foca em soluções sustentáveis para problemas de infraestrutura, visitou o Rio de Janeiro com objetivo de implementar biodigestores em comunidades, e de fato, iniciaram o projeto. Com a rede de

sociabilidade sendo construída, os esforços da Comunidade Vale Encantado, em busca de sua permanência no território, como forma de resistência, a partir de uma ideal de sustentabilidade, são firmadas suas ESE, como solução para garantir sua sobrevivência física e cultural de si mesmos.

Como vê-se o ano de 2010, foi bastante promissor, uma vez que, neste ano destaca-se mais uma nova parceria sendo firmada, novamente com o Instituto Ventura de Desenvolvimento Sustentável, uma organização sem fins lucrativos, com sede no Rio de Janeiro, que apoia iniciativas econômicas que promovam a 'sustentabilidade' e inclusão social por meio de empreendimentos inovadores. Nesta parceria do Instituto Ventura com a Comunidade Vale Encantado, através da COOVE, desenvolveram-se dois fortes eixos de trabalho: 1) a implementação de trilhas ecológicas e, 2) a promoção da gastronomia local. Conforme já descritos, no que se refere a implementação das trilhas ecológicas, dois moradores foram capacitados para o desenvolvimento de trilhas ecológicas a fim de receber turistas e visitantes que começaram a buscar o local como atrativo na cidade do Rio de Janeiro, ademais, as trilhas foram definidas e divididas por dificuldades, tempo e localidade. Vale ressaltar que, esta atividade de trilhas, iniciou por uma caminhada pela Comunidade, aberta inicialmente para turistas franceses que, ao retornarem à França, indicavam a Comunidade para as agências turísticas daquele país.

Logo depois, as escolas municipais, próximas à localidade, passaram a fazer parte do circuito de trilhas oferecidas pela Comunidade. Um dos moradores utilizou sua casa como ponto de apoio para receber os grupos que se interessavam pelas trilhas ecológicas. Imediatamente, porém, a procura por instalações mais adequadas começou, quando em 2010, o prédio para a COOVE foi comprado.

No projeto específico que é o Buffet Social, participam em média 12 cooperados que produzem geleias, doces artesanais, sucos e bolos, demonstrando potencial e viabilidade econômica para geração de renda principalmente para mulheres da comunidade. Desta forma, em busca da promoção da gastronomia local, que, se constituía uma forte ECS, parcerias com instituições nacionais e internacionais proporcionaram a qualificação técnica da equipe com a formação de cozinheiros e garçons, além de viabilizar a organização de uma infraestrutura capaz de atender a serviços externos e ao Restaurante. Este serviço ficou conhecido por Buffet Social, que além de gerar renda, através da economia criativa, vem consolidando a identidade do local, uma vez que receitas dos antepassados, que eram feitas no dia-dia, como modo de vida daquele lugar, puderam ser retomadas com um novo sentido – da criatividade.

O grande destaque é a jacalhoada, um prato preparado com bagos de jaca, no lugar do bacalhau. Apesar de ser uma árvore exótica, introduzida, em nossa Mata Atlântica, a jaqueira tem dado bons frutos à Comunidade. A moradora Roseneide Machado, mais conhecida como Rose, divulgou a receita de jacalhoada que ela mesma criou, dentre outras, no Jornal O Globo na seção Cultura¹¹³. Os integrantes do Buffet Social foram auxiliados e treinados por alguns chefs franceses como Rolland Villard (do Le Pré Catelan), através da ABAQUAR, para compor e adequar o cardápio de iguarias únicas da Comunidade. Três grandes chefs da Comunidade se destacam: Elza Freitas, Nivaldo da Silva e Rose Machado (Figura 59).



Figura 59. Parte integrante do Buffet Social

<https://festivalencantado.wordpress.com/novidades/casamosquito/#jp-carousel-266>

Assim, o Buffet Social, possibilita a geração de renda principalmente para mulheres da comunidade, e se organiza também, para receber turistas e apoiar serviços de externos. As primeiras contratações do Buffet Social foram realizadas pela PUC-Rio, fornecendo bolo, salgados e geleias para uma das cantinas da Universidade. Em 2009, o Restaurante Bazaar, em Ipanema, realizou parceria com a COOVE, e contratava a cada 2 meses, pratos solidários, com ingredientes produzidos na Comunidade. Foi nesta parceria que a pimenta foi adicionada à geleia de chuchu, a partir da dica do chefe de cozinha Cláudio Freitas, que tem usado há pouco tempo num prato com foie gras. A entrevistada n8 conta como seu interesse pelo reaproveitamento iniciou:

na época eu fazia uma geleia de casca de chuchu, eu fiz um curso na floresta, no Parque, um curso de reciclagem que o Parque deu (...), foi despertando a curiosidade de reaproveitamento, e ai eu comecei a imaginar, aqui tinha muito chuchu, (...) vou tentar usar essa casca de chuchu para fazer um doce, vou fazer uma geleia (...), até levei lá pro Parque pra apresentação (...) e todo mundo gostou da geleia (...) ai quando Jérôme veio aqui ele perguntou o que que tinha de artesanato, o que se fazia, [eu disse], eu faço a geleia de casca de chuchu, ele achou interessante. Ele trouxe um chefe francês Claudio Freitas, brasileiro, (...) e começou a dar uns toques (...) passa a colocar pimenta rosa.

¹¹³ Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/confira-as-receitas-de-rosineide-machado-da-comunidade-do-vale-encantado-2868400>>. Acesso em 08/06/2017.

Inclusive, até mesmo o PARNA-Tijuca, já contratou o Buffet Social, para uma de suas reuniões. Segundo a entrevistada n4, foi a partir da parceria com os “Amigos do Parque que contratou o pessoal do Vale Encantado pra prestar apoio para determinado evento do Parque através do Buffet Social que começou a ser conhecido”.

Vale ressaltar que, as obras de melhoria do restaurante duraram quase 5 anos, lembro-me da minha primeira ida ao campo, em 2014, e fui recebida na laje da COOVE, devido a obra que estava sendo feita dentro do espaço; e este projeto recebeu auxílio de uma professora e estudantes de arquitetura da UFRJ, que idealizaram um projeto arquitetônico para o interior e a parte externa do mesmo. Novos elementos com design rústico e com aproveitamento de materiais foram pensados e desenhados pelo morador Otávio Barros e os membros da cooperativa finalizaram e implementaram tais mudanças. O Restaurante funciona informalmente com reservas para festas, no prédio da COOVE, onde também funciona a Cozinha.

Como se vê, a COOVE tornou-se um ponto de encontro da Comunidade para assembleia da AMATA; para recepção de turistas; como um centro de acolhimento de pesquisadores; para a cozinha e restaurante; ou seja, é o lugar efetivo de concretização das ECS por ser um espaço bem aconchegante e estruturado fisicamente para receber um bom número de pessoas. A COOVE é o coração pulsante da Comunidade, é nela e por ela que todas, ou quase todas as ECS se concretizam, ou seja, é um nó articulador pelo seu caráter organizativo e associativo exatamente por ter maior estrutura e organização física. Comumente, por sua característica ideológica-política a AMATA deveria ser o local eleito para realização de discussões e encontro de saídas e resoluções dos problemas, porém, pelo fato da obra do local não ter sido finalizada, a Comunidade acaba utilizando o espaço da COOVE para tudo.

Vale ressaltar que, o PARNA-Tijuca não é utilizado como extensão da Comunidade já que os moradores internalizaram que aquela área não pode ser utilizada pela Comunidade para estes fins. Ainda retratando sobre áreas destinadas ou construídas para uso comum, o convívio e o lazer dos moradores, dentro da própria Comunidade Vale Encantado, conforme relatos dos entrevistados n10 já existiu um parquinho para as crianças, mas acabam não fazendo o uso por ser bem abaixo e porque cresceram acabam não tendo outro lugar para se encontrarem. Uma outra obra começou a ser realizada para a construção da sede da AMATA, no ano de 2012, a fim de abrigar as reuniões, bem como um local central para o planejamento e atividades da Comunidade (Figura 60).



Figura 60. AMATA.
Fonte: Beliani, 2016.

O grande parceiro do início da construção do prédio da AMATA foi o Festival Encantado. Infelizmente esta obra, ainda não foi finalizada por falta de apoio financeiro; o prédio possui somente as pilastras e telhado, mas foi muitas vezes utilizado para reuniões e encontros da Comunidade para resolução de problemas pontuais. Conforme o projeto inicial de concretização de um local para a vez da voz coletiva ia sendo efetivado, outros projetos iam surgindo. A fim de dar visibilidade a tais projetos foi idealizado o Festival Encantado, que rendeu três edições.

O Festival Encantado foi um festival anual com música, comida e moda, que com sua primeira edição em 2012. Segundo a ONG Rioonwatch (2013), o festival ajudou a aumentar a conscientização sobre as iniciativas da Comunidade Vale Encantado, e suas necessidades. A primeira edição deste Festival, que ocorreu em 2012 nas dependências do Club Vale Encantado, deu à luz a um outro Projeto designado por GERAÇÃO ENCANTADO, cujas atividades se estenderiam por um período de cinco anos, quer dizer até 2017, com objetivo de realizar uma atividade musical para atrair as atenções da sociedade, do empresariado, das ONGs e das diversas esferas do governo para divulgação e apoio ao desenvolvimento da Comunidade. Assim, nova parceria entra no circuito na Comunidade Vale Encantado, firmada desta vez, com o grupo francês GDF Suez¹¹⁴. Ademais, este Projeto Festival Encantado, também recebeu o apoio da Embaixada da França no Brasil, Institut Français, Embaixada do Brasil na França e Radio Nova (França), além de outras instituições, associações e ONGs, como a própria

¹¹⁴ Esta empresa francesa desenvolve os seus negócios (energia, serviços e ambiente) em torno de um modelo de crescimento responsável para cumprir os grandes desafios da atualidade: responder às necessidades energéticas, lutando contra as alterações climáticas e maximizando a utilização de recursos. Disponível em: <<http://www.cofely-gdfsuez.pt/empresa/perfil>>. Acesso em 05/06/2017.

ABAQUAR, Planet Finance, Aquassistance, Sustentarte, Moda Fusion, dentre outras. Observa-se então que o Geração Encantado possuiu sua própria rede de sociabilidade (Figura), cuja parcerias sustentaram o projeto por três edições – a primeira em 2012, a segunda em 2013 e a terceira em 2014¹¹⁵. Não ocorreram outras edições do Festival, segundo Otávio Barros, o presidente da COOVE, em 2015, em função da crise, não conseguiram fazer a quarta edição.

Durante a realização e desenvolvimento da segunda edição do Festival Encantado, em 2013, foi possível gerar, conforme dados no site oficial do Festival Encantado (2013)¹¹⁶, “80 empregos diretos – marceneiros, ajudantes, guias, carregadores, cozinheiros, etc”. Tanto os apoiadores quanto os organizadores referem-se ao FESTIVAL ENCANTADO como uma atividade que promoveu a autonomia à Comunidade. Rosane Mazzer¹¹⁷ destaca:

Esse festival, através da arte e da emoção, deseja inverter os símbolos, mudar a imagem das favelas do Rio, valorizar as iniciativas positivas e construtivas, despertar as consciências e tornar concreta a ideia de desenvolvimento sustentável e de solidariedade¹¹⁸.

É importante destacar que, a questão da remoção não foi esquecida pela Comunidade; entre idas e vindas, a AMATA junto com todos os representantes, que foram votados em assembleia durante todos os mandatos, desde 2006, continuou em busca de solução para a manutenção e permanência do grupo no território. Para isto a AMATA formou parceria como ITERJ a fim de obter os títulos de terra para os moradores da Comunidade Vale Encantado. Há uma ampla documentação que mostra que algumas das famílias têm ocupado a área por mais de cem anos. Em 2015, os moradores recebem do ITERJ, na sede da COOVE, um documento preliminar de integração de posse e o direito de moradia (Figura 61), que no ano seguinte é substituído pelo definitivo. Ao final da cerimônia ocorre o famoso almoço preparado pelo Buffet Social.

¹¹⁵ Esta edição não foi realizada na Comunidade Vale Encantado. Outras comunidades do Rio de Janeiro foram beneficiadas por este projeto.

¹¹⁶ Disponível em <<https://festivalencantado.wordpress.com/2013/05/28/geracao-encantado/>>. Acesso em 24 de abril de 2017.

¹¹⁷ Produtora de eventos culturais e criadora do Favela Chic (Club de Paris e Londres). Apoiadora de Jérôme Auric presidente da ONG ABAQUAR.

¹¹⁸ Ver reportagem completa em <<http://oglobo.globo.com/rio/floresta-da-tijuca-tem-festival-de-musica-arte-urbana-8627989#ixzz4f5wXJ4RK>>. Acesso em 17 de dezembro de 2016.



Figura 61. Entrega do documento preliminar de integração de posse e o direito de moradia
Fonte: ITERJ.

Constituindo, ainda, a análise diacrônica do enredamento da rede da Comunidade, gostaria de destacar que em uma ida ao campo, em abril de 2016, encontrei outro grupo de pesquisa na Comunidade. Era na verdade, um grupo mesclado com outras 4 instituições – dois representantes do jornalismo sobre favelas RIOONWATCH; 1 representante da UFRRJ e outra da UERJ; 2 representantes do Programa ENGENHEIROS SEM FRONTEIRAS; e, 5 representantes do Grupo de Pesquisa Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (GAPIS) do Programa de Extensão Observatório Governança, Biodiversidade, Áreas Protegidas e Inclusão Social (OBSAPIS) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da UFRJ ¹¹⁹.(Figura 62).



Figura 62. Encontro da Comunidade com pesquisadores e a hora do lanche feito pelo Buffet Social
Fonte: BELIANI, 2016.

O grupo de pesquisadores do EICOS estava realizando uma oficina sobre "Ecoturismo e Cultura: Construindo roteiros inclusivos no Parque Nacional da Tijuca". Nesta atividade encontravam-se 12 moradores sendo 3 crianças que participaram

¹¹⁹ Dados emitidos pelo relatório enviado por e-mail a cada participante da Oficina sobre "Ecoturismo e Cultura: Construindo roteiros inclusivos no Parque Nacional da Tijuca".

ativamente da oficina. O objetivo do grupo foi de levantar com os moradores e pesquisadores presentes, os elementos naturais e culturais da Comunidade que pudessem fazer parte de um roteiro turístico, que mais tarde poderia ganhar sinalizações e informações. Outras oficinas aconteceram, mas até o fim da pesquisa em campo, não foram visualizadas novas placas indicativas na Comunidade Vale Encantado.

Teoricamente, as Universidades pesquisadoras e parceiras, comumente, não fazem contatos entre si, a não ser, através das pesquisas já realizadas e publicadas que servem de apoio a cada um de nós pesquisadores. Entretanto, vale ressaltar que, durante a pesquisa de campo, fui contatada, via email pelo grupo de pesquisa, para socializar meus textos e artigos publicados sobre a Comunidade Vale Encantado em um banco de dados do GAPIS, pois eles visualizaram no SISBIO e viram que eu já realizava a pesquisa desde 2013 na Comunidade. Aqui, é possível dizer, que se inicia uma possível rede de sociabilidade entre os pesquisadores, ao menos das Universidades do Rio de Janeiro.

Considerando uma análise sincrônica sobre a rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado, na qual desponta toda a estrutura e articulação das parcerias, espera-se que, toda rede possua suas articulações e que possa ser investigada de maneiras e ângulos diferentes, levando-se em consideração, os contatos e vínculos, as conexões e discordâncias, proximidades e distâncias, por exemplo. Desta forma, estudos sincrônicos identificam a estrutura da rede, os grupos, as sub-redes, os fluxos de informação, os tipos e qualidades de vínculos entre os participantes; e as análises diacrônicas, conforme já destacadas, observam e interpretam a evolução da rede, os processos históricos nela contidos, as mudanças e transformações operadas e as memórias acumuladas, por exemplo. Para esta análise, a rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado, foi montada com seus principais parceiros, e conforme estes eram citados nas entrevistas e colhidos em artigos e textos jornalísticos na internet, uma vez que, ainda é escassa a literatura acadêmica sobre a Comunidade Vale Encantado (Figura 63).

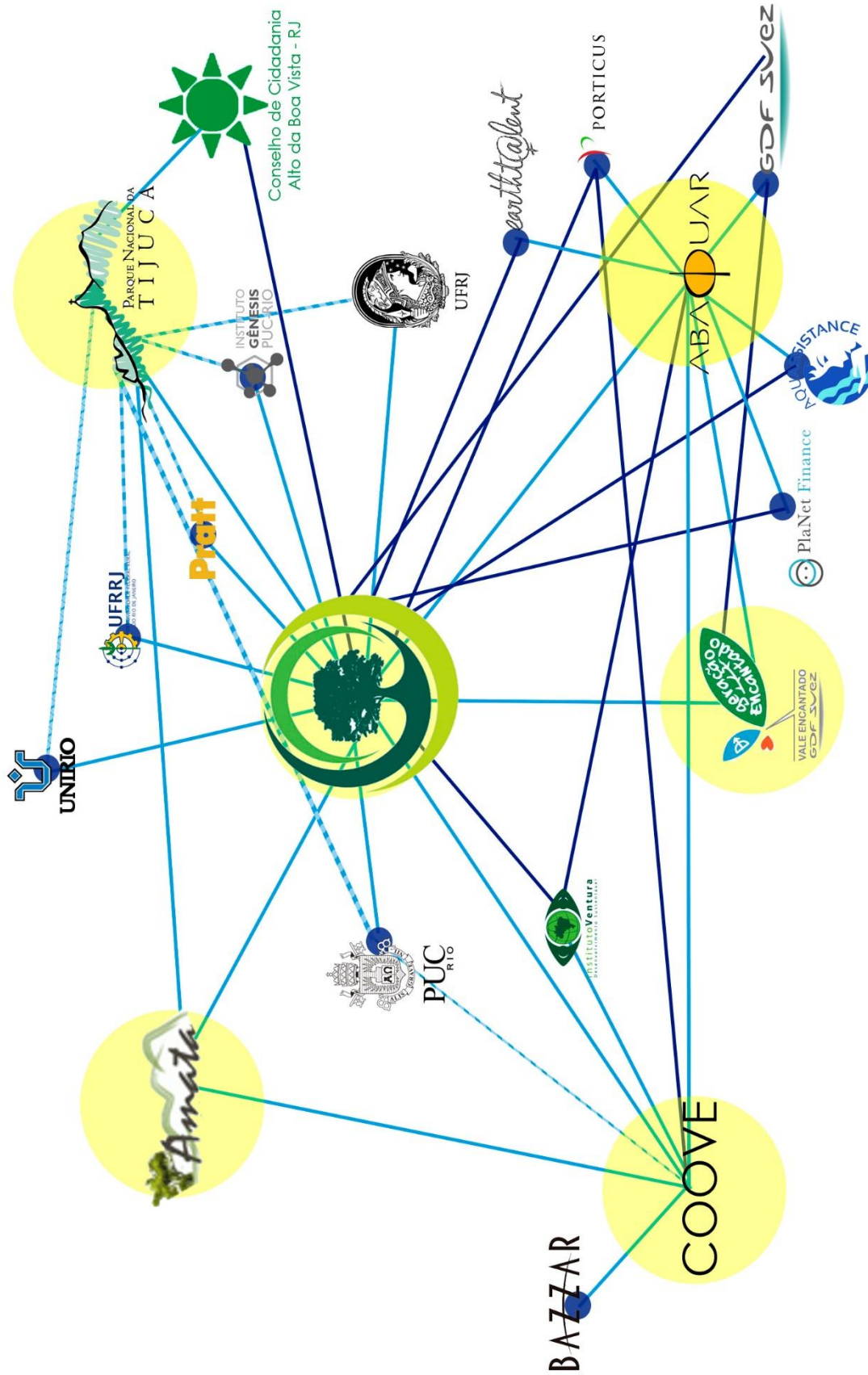


Figura 63. Atual rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado

Esta representação da rede da Comunidade Vale Encantado indica a presença de diferentes instituições do governo, dentre elas o próprio PARNA-Tijuca e as Universidades Públicas, Associações, instituições e ONGs. O esquema permite observar a complexidade das relações entre esses sujeitos. Exercem influência marcante uma série de ONGs e Institutos, incluindo a ABAQUAR como grande centralizadora de articulações. As Universidades, de um modo geral, principalmente a UNIRIO desempenha uma função de caráter periférico, uma vez que, com esta pesquisa, não existe um produto a ser deixado para a Comunidade, como ocorreu com a UFRJ, PUC-RIO, por exemplo, mas por outro lado há um produto de pesquisa, que buscou organizar dialeticamente o percurso de sobrevivência, frente aos impedimentos legais, da Comunidade em questão. O PARNA-Tijuca, também apresenta um caráter periférico, pois pouco se envolve com a Comunidade, e somente, aparece nas articulações da rede como o órgão que aprova as pesquisas das Universidades.

A figura acima trata-se de uma representação da rede de sociabilidade formada por 6 grandes centros, ABAQUAR, AMATA, COOVE, GERAÇÃO ENCANTADO, PARNA-Tijuca, incluindo a própria Comunidade Vale Encantado; ambas organizações centrais se relacionam também entre si de maneira interdependente, marcadas por um conjunto de relações complexas e variadas. Desta forma, pode-se dizer que, sua tipologia é descentralizada, pois funcionam como várias redes centralizadas e conectadas entre si, mas os parceiros que formam a sub-rede não se comunicam. Neste tipo de rede, visualizada na Comunidade, vários nós são centralizados como se fossem departamentos que se articulam pelos centros. O contato e vínculo da rede da Comunidade se dá, em certa medida, cotidianamente, semestralmente, anualmente ou esporadicamente.

Calmon e Costa (2013) destacam que nos estudos sobre a abordagem de redes existem duas formas de compreender o conceito: uma, como um instrumento analítico para compreensão das relações sociais e a outra é como uma forma de governança, especialmente aplicável na gestão de sistemas complexos. Analisando a rede atual da Comunidade Vale Encantado como um instrumento analítico de compreensão das relações sociais, pode-se afirmar que existe um padrão formal de relacionamento entre os nós, deixando nítido de onde partem, por exemplo, as consultorias realizadas pelas ONGs e empresas, quais os objetivos e projetos, e para que tipo de problemas foram destinados, sem afetar, desta maneira, o desempenho de cada organização apoiadora. Pode-se ainda analisar uma rede considerando suas “estruturas de poder, influência e do fluxo de informação” (Calmon; Costa, 2013, p.6).

Avaliando que a Comunidade Vale Encantado possui uma rede de sociabilidade que fortalece a autonomia e criatividade do grupo e que “seus nós são “representações” coletivas de interesses, necessidades e identidades de grupos, comunidades e populações” (AGUIAR, 2007, p.1), concluo que tais formas organizativas, a partir das ESE, sejam o resultado encontrado como o ideal de sustentabilidade da Comunidade. Estas ESE que a Comunidade encontrou estão sendo reconhecidas globalmente como uma ‘comunidade sustentável’, inclusive pelo Parque, que tem tratado internamente a comunidade como “modelo”, incubação de desenvolvimento e apresentação de práticas sustentáveis que podem ser aplicadas em favelas em todo o Rio de Janeiro, em outras comunidades do entorno da UC e em outras partes do mundo.

A COOVE exerce forte poder na Comunidade, e vem demonstrando certo padrão de autonomia, quando a partir dela, perpassam quase todos os projetos idealizado para a Comunidade. Contudo, a COOVE acaba exercendo uma força de laço forte entre os demais nós existentes na rede, pois sendo sua criação uma necessidade e vontade da Comunidade, ela oferece aos moradores uma ligação intensa que, emocionalmente gerou confiança e pertencimento entre os mesmos. E sendo um laço forte acaba se conectando com outras sub-redes da rede maior.

O Projeto Geração Encantado, apesar de ter conseguido, junto à Comunidade vários outros parceiros, com diferentes projetos e geração de renda, principalmente na segunda edição, apresentou novos caminhos e ideias verdadeiramente inovadoras, porém, os laços por ele conectado foram laços fracos. Segundo Calmon e Costa (2013, p.7), os “conectados por laços fracos se movem em círculos de amizade distintos, eles tendem a compartilhar informação bastante diferentes”, o que pode então ocasionar a conexão fraca, pois as diferenças, apesar de apontarem para a criatividade, neste caso de abordagem de redes, podem desfazer vínculos.

Um outro exemplo de articulação fraca foi a parceria firmada entre a COOVE, através do Buffet Social, com o Restaurante Bazaar, durou somente uma estação. Por ser uma rede descentralizada, pode-se dizer que, existem vazios estruturais, uma vez que há uma distância que separam os nós, pois a rede não é densa e nem todos comunicam-se entre si. Mas, ainda assim, dialeticamente, esta rede se apresenta como uma estrutura em perspectiva participativa, fundamentada em uma visão bottom up (de baixo para cima) e que “preconiza a importância da descentralização das políticas públicas, atribuindo ao poder local maior autonomia nas suas ações” (CALMON; COSTA, 2013, p.18), que de certa forma, pode identificar as dificuldades e necessidades dos cidadãos para atendê-las de maneira adequada.

Cabe dizer que, com o estabelecimento do processo de enredamento em comunidades, o princípio da centralização tutelado pela tecnocracia governamental é revisto, ou seja, o poder passa ser redistribuído e, nesta perspectiva de onde parte e emana o poder, a dinâmica política produzida pela sociedade contagia a todos. Assim, as redes orientam as relações sociais, qual seja, a sociabilidade, facilitando a articulação de diferentes sujeitos envolvidos com propósitos comuns.

Tais relações sociais constituem as teias diversas e singulares nas quais não há o predomínio de um único sujeito, mas de uma rede interligada por conexões híbridas que entrelaçam as dimensões estrutural (ideológica), processual (sócio histórico) e material (de existência). Além disso, é importante destacar que o processo de enredamento possibilita a Comunidade Vale Encantado, ou a qualquer outro grupo, o fortalecimento de seus saberes-fazeres, e diria mais, possibilita a construção de identidade e autonomia coletivas, antes perdidas ou escondidas, como destaca Aguiar (2007, p.19): “a formalização dessas redes não visa simplesmente atribuir-lhes legalidade institucional e criar normas de funcionamento”, mas trazer à tona aquilo que de importante o grupo possui – sua própria força. Como se viu, a primeira atividade e desdobramento da parceria foi a organização da COOVE. Pela falta de um prédio física a AMATA acaba não sendo ativada como deveria ser, já que existe um potencial intrínseco nesta associação, mas que no fundo não é desempenhada.

Em se tratando da Comunidade Vale Encantado, após a mobilização contra a remoção, a Comunidade se organizou de forma a apresentar-se em coesão social, já que tinham um objetivo comum, na existência de certo compartilhamento de significados e processos de informação, de relações estáveis e permanentes, que implicam em algum grau de informalidade, amizade, confiança, informação e objetivos gerais comuns, de qualidade de vida. Esta organização, mesmo que não transparente para nova geração, de certa forma vem atingindo a prática consciente dos adolescentes, percebo isto, quando o entrevistado n10 diz

se desmatarem tudo daqui eu vou ter que sair, ou então eu ter que chamar um grupo pra ajudar, que eu também tenho vários amigos que tem relação aqui no Alto, aí eu chamo eles pra ajudar (...), são [amigos] da minha antiga escola.

É a noção de rede sendo formada. Comparo a rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado a Rede Brasileira de Socioeconomia Solidária¹²⁰

¹²⁰ Esta rede vem atuando desde 2000 com um claro projeto de confrontar o sistema e a globalização capitalistas, a partir “da base”, isto é, das redes de economia solidária que integram empreendimentos e organizações locais, “que podem conformar fóruns e redes estaduais e estabelecer comissões em diversos âmbitos, inclusive de caráter regional e nacional” (AGUIAR, 2007, p.18).

(RBSES); ambas integram empreendimentos e organizações locais, valorizando o trabalho emancipado. Segundo Aguiar (2007) o método da RBSES visa produzir as riquezas e reproduzir a vida, onde envolvidos são sujeitos do próprio desenvolvimento pessoal e social combatendo toda forma de opressão e exploração econômica, política e cultural.

Novos territórios são formados neste processo de enredamento, o que pode-se comparar ao processo de (re)territorialização, uma vez que a Comunidade ressignifica seu papel e função no território e, também encontra um novo sentido simbólico para o território que encontra-se desterritorializado para eles. Desta forma, a rede de sociabilidade da Comunidade Vale Encantado demonstra possuir a singularidade cultural local e não difere idealmente de nenhuma outra rede. Ela, baseada numa lógica voluntária e conjuntural de desenvolvimento e integração da Comunidade em conjunto com o setor privado, setor público e com as demais organizações da sociedade civil, produz diagnósticos, elabora coletivamente projetos prioritários e busca aliados sociais no esforço de responder demandas específicas. Esta afirmativa corrobora com o que Andrade (2006, p.57) enfatiza:

A formação de políticas públicas baseadas na descentralização e na participação social exige padrões de flexibilidade que sejam facilitadores de novas relações sociais e políticas de maneira a renovar a capacidade de governança pela capilarização da sociedade não apenas pelo seu controle sobre a ação estatal, mas também pela sua própria ação estratégica e decisória dentro do espaço público.

Deve-se considerar que, de fato, essas novas configurações descentralizadas, tendência que se contrapõe a uma estrutura que ainda prevalece no Brasil, centralizadora e autoritária, revalorize a participação política e do poder local, através de estratégias sociopolíticas, que na linha desta pesquisa, são as ESE e ECS. Cabe dizer que, as ESE e ECS, frente a valorização do meio ambiente e de patrimônio cultural e simbólico, que a Comunidade constitui e defende, não é só uma estratégia discursiva econômica ou financeira, ela resulta de relações e de um valor cultural e relacional em que o patrimônio ambiental possui papel fundamental para esta população. Na verdade, o ambiente e a natureza não são apenas discursos e valores, são estruturantes de vida, merecem ou justificam a resistência social. Assim definiu a entrevistada n4

Em algum momento eles tiveram uma inteligência pra poder lidar com isso e propor novas sugestões, eu já vi também muitas vezes, o que a comunidade faz?, vai brigar, (...), no caso deles, talvez tenham tido momentos conflituosos, mas eles (...) tiveram inteligência também, ou tiveram cabeças lá que realmente pensaram coisas diferentes, a saída deles foi genial.

Finalmente, esta rede da Comunidade do Vale Encantado durou cerca de 10 anos, e por interrupção de fluxo de recursos financeiros, muitos nós e articulações foram

desfeitos, o que impossibilita realizar ações contínuas e de longa duração, este fato é perceptível tanto para mim e principalmente para os que estão dentro do processo, pois o entrevistado n10 enfatiza que “atualmente a parceria está um pouquinho parada”. Isso revela que a rede não é sustentável, no sentido primeiro do termo. Em contrapartida, a rede possibilitou a articulação de experiências vividas, a partilha de ideias e de afetos, solidificando a identidade e pertencimento da Comunidade ao território.

É mata, é pedra, é o fim do caminho.

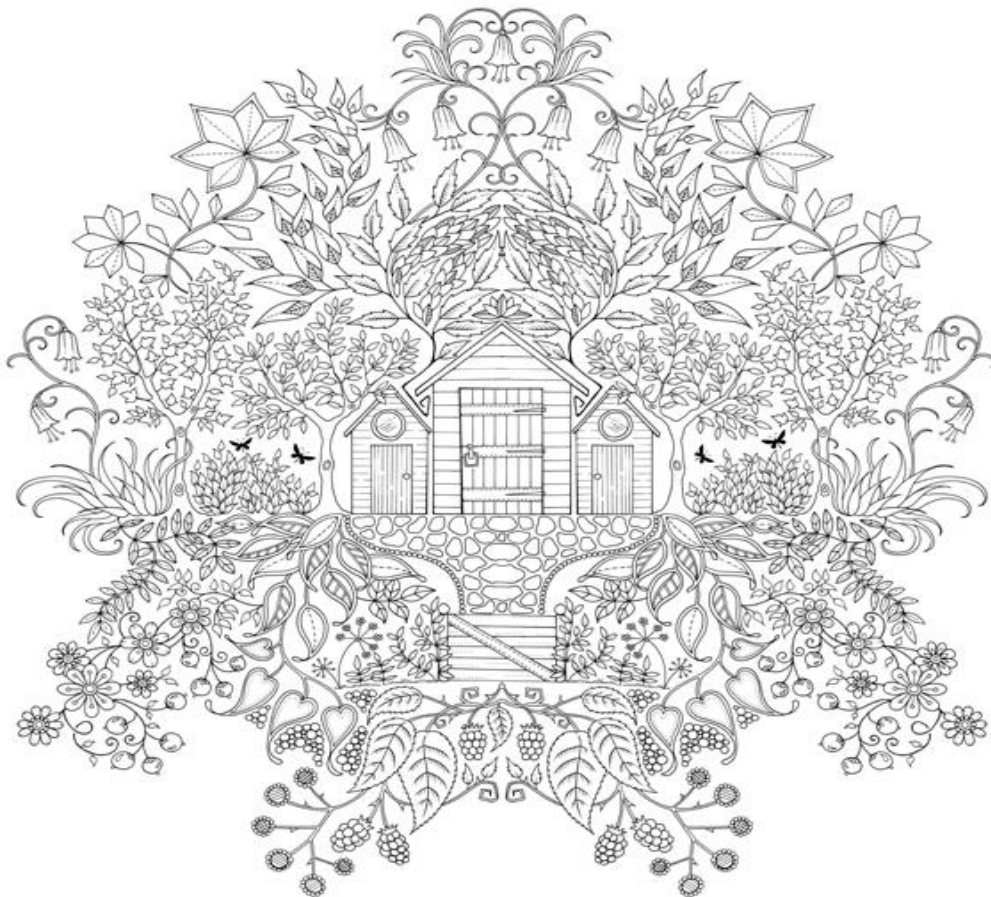


Figura 64. Livro Floresta Encantada – desenhos para colorir
Fonte: Google, 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um Vale que Encanta

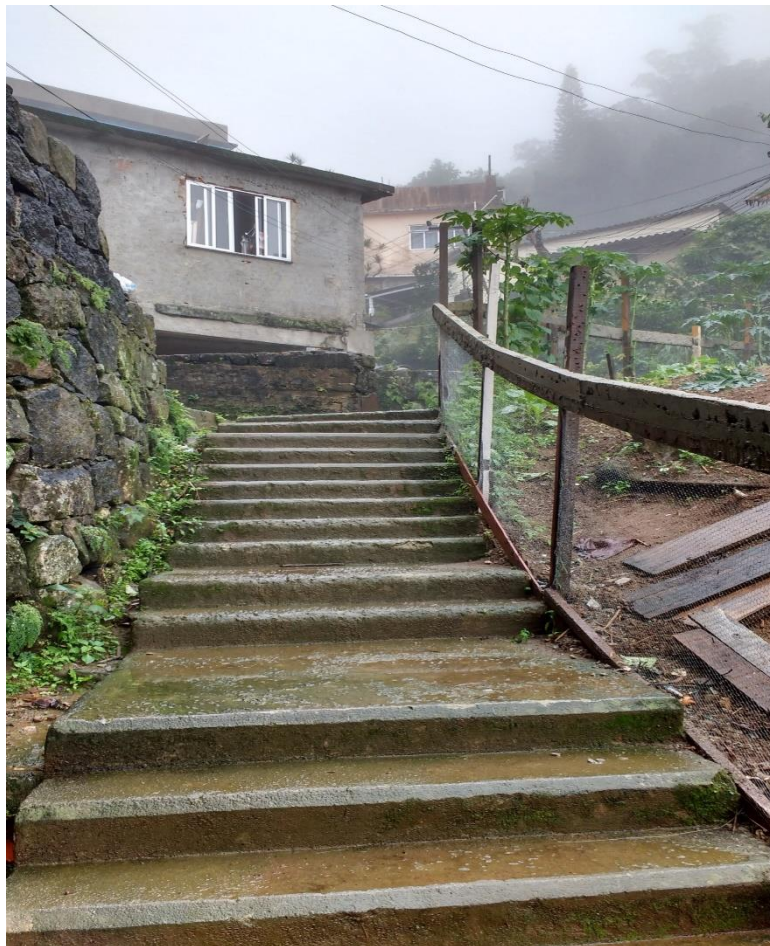


Figura 65. Face interna da Comunidade Vale Encantado
Fonte: BELIANI, 2016.

Esta pesquisa tese delimitou um recorte histórico-político considerando as disputas, resistências e as estratégias de sobrevivência desenvolvidas pelos moradores da Comunidade Vale Encantado, sob a perspectiva teórica e analítica sistêmica das políticas públicas de preservação e de patrimonialização da biodiversidade.

A partir dos resultados obtidos durante o estudo de caso – cujo processo se fundamentou na pesquisa de campo com os moradores da Comunidade Vale Encantado, localizada geograficamente no Alto da Boa Vista, no entorno do Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca), no Rio de Janeiro – chego a algumas considerações que podem ser consideradas finais, mas que, de modo algum, estão fechadas em suas assertivas.

As relações entre Museu, Patrimônio e Sustentabilidade são complexas e possuem como ponto de partida uma decisão, que não é só individual, uma vez que remete a uma postura dos grupos sociais, os quais estão intimamente ligados ao mote preservar, manter, sobreviver. Destas relações despontam mudanças de valores, práticas e conscientizações. Esse complexo de relações, no contexto da tese, encontra-se recoberto pelo conceito de ideal de sustentabilidade.

A observação de campo realizada por meio de entrevistas, pela escuta da história dos moradores, pela observação direta, e até mesmo por meio de uma observação quase que participativa, me possibilitou identificar na Comunidade Vale Encantado um potencial para além de encantador. Um potencial, diga-se de passagem, latente que busca um fim para toda força que emana dos moradores que manifestam uma forte ligação e um pertencimento ao território. Devo ressaltar, ainda assim, que nem todos os moradores estão imbuídos dessa força, nem tampouco engajados nas atividades e no coletivo social mobilizador de ideias e criatividade. É fato, todavia, que grande parte da Comunidade acredita no potencial turístico identificado pela ABUAQUAR há cerca de 10 anos. Neste caso, ao analisar a experiência realizada pela Comunidade Vale Encantado, constatei que a mesma apresenta um desafio ou situação diferenciada, quando se pensa a relação entre população, meio ambiente e sobrevivência coletiva. Daí porque a rede ali estabelecida não é uma preocupação ou resulta de uma estratégia deliberativa racional. Na verdade, a rede é o resultado de um longo processo de conscientização e de ações coletivas. Pode-se afirmar, ainda, que a resistência se reorganiza ao longo do tempo, de modo que a forma rede de organização e de articulação nasce como consequência das ações e estratégias em disputa. A Comunidade Vale Encantado conseguiu, por um período de 10 anos, construir e manter uma rede de sociabilidade, que levou em conta o ideal de sustentabilidade, e o que lhe deu a possibilidade de efetuar mudanças, as quais, por terem potencial educativo, foram

importantes para a Comunidade desenvolver sua criatividade, levando-a à autonomia e, em consequência, ensejando a sua liberdade.

Considerando os constructos teóricos aqui apresentados, os quais foram pensados a partir da análise *in situ* do objeto de estudo, que me levou a pensar em novos termos que dessem conta do que a realidade empírica estava me proporcionando. Pensar no conceito patrimônio ambiental a partir da realidade do PARNA-Tijuca foi uma estratégia encontrada para dar conta de uma pergunta que vinha me incomodando há tempos, e para isso a análise dos processos sócio-históricos ligados ao ideal de sustentabilidade, ou seja, ao modo de vida dos moradores dos limites e do entorno do Parque, me permitiu chegar à elaboração desse conceito. Espero que esta ideia aqui levantada possa englobar de fato, e verdadeiramente, o aspecto humano, seus valores e modos de ser nas relações patrimoniais, de maneira que se possa preservar não somente os recursos naturais, mas a totalidade e integralidade do meio ambiente e do território que estejam sendo objeto de processos de preservação. Ou seja, que possa ser levado em conta o caráter totalizante do patrimônio.

O mesmo se aplica ao conceito de estratégias de sobrevivência ecossistêmica, que surgiu no início do projeto de estudo, mas para o qual ainda não havia uma fundamentação teórica para sustentá-lo, mas que já apresentava um arcabouço de ideias que partiam do sistêmico, ou seja, seria aquilo que a Comunidade pudesse realizar em seu território, conquanto mantivesse todo o resto. Isto é, que obtivesse os meios indispensáveis à sua sobrevivência física e cultural, sem, no entanto, degradar a área preservada. E assim, o conceito foi sendo construindo teoricamente a partir das bases teóricas ecossistêmicas.

Esse procedimento levou à geração de um outro conceito, deste derivado, e que se encontra, como pude observar, bem claro nas ações da Comunidade. Trata-se das estratégias criativas de sustentabilidade. Estas também apresentam uma forte ligação com o termo ecossistêmico, abrangendo o aspecto criativo e integral de práticas e atividades condicionadas ao ideal de sustentabilidade. Ainda no que concerne ao campo teórico, ressalto que o termo zona de amortecimento – já consagrado no campo da museologia e do patrimônio –, é usado, nesta tese, e de modo potente, relacionado a processos sociopolíticos. Aplicado à Comunidade, permitiu-me observar que as redes de sociabilidade funcionam, muitas vezes, como zonas de amortecimento, evitando que a Comunidade sofra diretamente diversas pressões políticas, sejam as feitas por representantes do PARNA-Tijuca, por exemplo, sejam aquelas que emanam das autoridades municipais, estaduais e federais. Mesmo quando não consegue evitar as pressões, a zona de amortecimento age no sentido de diminuir o impacto dessas

pressões sobre o grupo social. Um bom exemplo desse tipo de zona de amortecimento é a rede de sociabilidade que existe em torno da Comunidade Vale Encantado, graças a qual esta, não apenas pôde resistir às pressões municipais que visavam a sua remoção, como também pôde obter os meios para assegurar a sua manutenção física e cultural.

Essa Comunidade se constituiu através de diferentes enfrentamentos. Em geral e por falta de opções, essas populações podem permanecer na sombra/ausência de proteção e respeito por parte do Estado e instituições sociais – que se dizem legítimas – e, desta forma, sobrevivem como grupos não valorizados pelo Estado (e governos) e são, quando muito, secundarizadas no que concerne às prioridades estatais. Em alguns casos, o Estado parece fazer “vista grossa” à sua constituição e crescimento, tolerando ou convivendo com uma situação inevitável. Essa situação, todavia, apresenta uma nova questão: as comunidades que possuem seus direitos negados ou negociados na lógica do jogo político hegemônico, em condições desiguais e excludentes, podem ser, ou são, reconhecidas como sujeitos/agentes sociais legítimos, ou ainda assim, continuam em estado de vulnerabilidade?

De qualquer forma, outra pergunta feita por mim durante a configuração deste objeto de estudo foi: como as estratégias sociopolíticas, e as redes de sociabilidade encontradas pela Comunidade Vale Encantado possibilitam a resolução dos conflitos, a legitimação e sustentação da mesma frente às políticas públicas de preservação e de patrimonialização? E ela não ficou sem resposta. Chego à conclusão que tem sido através da criatividade, autonomia e autogestão de um novo modo de vida encontrado por seu ideal de sustentabilidade, que necessitou ser construído frente o patrimônio musealizado, que a Comunidade logra obter a sua manutenção.

Ao tomar os parques como museus (levando em consideração as diretrizes emanadas da Mesa Redonda de Santiago do Chile, nos anos 1970), bem como sua atuação junto às comunidades como um elemento transformador social, observei que, ainda que sem um museólogo, o Parque procura realizar essa função – o diálogo através da Coordenação de Gestão Socioambiental, por exemplo, ou até mesmo a partir da Coordenação de Uso Público – desenvolvendo projetos que auxiliem a Comunidade na sua sobrevivência, na sua reprodução, e na sua manutenção e sustentação social e cultural. Isso é uma função museal, que não é somente educativa (como ficou claro nos anos 1950). Trata-se, antes, de uma espécie de deslocamento da atuação do Museu com vistas a encontrar soluções junto com a comunidade. Neste sentido, pode-se entender os motivos práticos pelos quais o Parque é um museu. Ele é um museu porque conserva, documenta, pesquisa e exhibe, segundo a inserção na comunidade.

Uma vez que o Parque pode ser considerado um museu, o seu fazer museológico poderia estar mais presente, talvez mediado por uma prática socializante dos museus, por exemplo. Penso o Museu como um meio, uma intermediação possível, e não como uma instituição que se justifica em si, distanciada do seu contexto e das “heranças culturais”, e que se dispõe somente a expor, organizar, preservar e pensar. Acredito que esta concepção de museu é quase consensual entre todos que se preocupam com o tema. O problema tem sido uma prática museal que, em muitos casos, ainda se encontra desvinculada dessa maior aproximação com a realidade social-econômica e cultural das comunidades.

Um museu com preocupação social permitiria que os projetos/movimentos sociais e culturais pudessem estabelecer nexos e diálogos com os problemas e pretensões da comunidade. Um diálogo e os nexos que considerassem também as dimensões e disputas afetivas e significativas envolvidas. Que considerassem as ações (inclusive técnicas) e relações afetivas, simbólicas e relacionais implicadas com a difusão, preservação e usos racionais e universalizantes destes recursos e elementos patrimoniais. Não existe patrimônio cultural sem práticas, vivências, sentidos e compromissos coletivos, compartilhados. Dito de outra forma, o Museu e o Patrimônio só importam e se constituem como instrumentos coletivos que; sendo coletivos, implicam em responsabilidade em ações que coloquem o desafio do desenvolvimento como parte de processos e controles sociais em defesa dos bens e dos patrimônios (preservando e garantindo o conhecimento e acesso aos diferentes patrimônios culturais, sociais e naturais), supondo a existência e utilização de recursos técnicos relativos às exigências de conservação/preservação/conhecimento. Isto implica dizer que a participação comunitária na gestão local, do Museu e do Patrimônio não deve ficar restritas às narrativas ou à boa vontade. Portanto, redefinir e reorientar ações (e prioridades) é uma urgência dentro do campo das políticas públicas do patrimônio.

Observa-se que a função educativa do parque/museu enfatiza a questão ambiental, a história do Parque, a preservação, o diálogo com as comunidades, com ajustes de referenciais para que o diálogo possa efetivamente acontecer. Entretanto, a pesquisa apontou que, especificamente com relação à Comunidade Vale Encantado, esta função não vem sendo articulada conforme a própria Comunidade e próprio Parque gostariam. A comunidade vê negada a sua existência, bem como a garantia de acesso/uso dos recursos e relações patrimoniais. Assim, ela é obrigada a desenvolver, em cada ação que imprime, novas ou outras ações de educação, conscientização coletiva, investigação e retomada de sua condição legítima, de modo a reforçar a solidariedade e a organização. Situação complexa que se coloca numa conjuntura de

prolongada crise social e financeira que, por sua vez, estimula o individualismo, a concorrência, assim como respostas fragmentadas e descontínuas. As populações e comunidades em vulnerabilidade não são social e politicamente respeitadas e seus patrimônios (ou direito ao seu patrimônio) quando não são negados, são pouco considerados. A capacidade das populações em vulnerabilidade não diz respeito à sua capacidade de resposta rápida e articulada (o que denomino de resistência social) e que, atualmente, implica ou favorece a constituição de novas redes (quase sempre infotécnicas) e relações sociais, mas aos diversos modos do fazer social, de mobilização e de organização.

No esforço das comunidades para imprimir seu projeto cultural e social, o desafio do desenvolvimento não implica em desorganização ou destruição do meio ambiente e das relações culturais tradicionais e reconhecidas como necessárias à vida e à sobrevivência coletiva. Tradições culturais e condições materiais de existência convivem, se misturam e possuem diferentes usos e impactos. Neste sentido, desde a tradição oral, os registros materiais que criam/recriam/reproduzem seus sistemas de crença, seus costumes, seus saberes, seus valores, suas práticas sociais (formais ou não-formais) implicam no patrimônio cultural vivenciado pelos grupos ou comunidades.

As demais comunidades que estão ligadas às UCs, e que não foram estudados nesta pesquisa, possuem processos e introjeções que apontam para concepções locais de uma diversidade conceitual que, em sua prática, independe de legislação ou de coerções sociais. Isso quer dizer que o imaginário e o simbólico dos moradores, de um modo geral, amplia-se para além dos limites legalmente determinados de um parque – e é justamente de comunidades nessas condições de que me ocupei nesta pesquisa. O valor simbólico investido pela Comunidade Vale Encantado ao PARNA-Tijuca transparece, devido a sua história rural, em grande parte herdada de seus antepassados, no cuidado e na preservação do seu território como um bem, isto é, como um valor, ou seja, como patrimônio. Considerando todos os processos de proteção às comunidades do entorno do Parque, visando a manutenção de seus valores culturais, associados ao uso de recursos naturais, a Comunidade do Vale Encantado desenvolve estratégias variadas com o fito de garantir sua sobrevivência física e patrimonial. Ora, esse conjunto de valores, estratégias e bens constitui o que denomino de ecossistêmica no que concerne à dimensão cultural. Portanto, as ESE e ECS podem ser consideradas como elementos transformadores da cultura local e das condições de vida. Assim, a preservação do patrimônio bem como a preservação do meio ambiente promove mudanças de pensamentos e práticas na sociedade, no seu relacionamento com a natureza e, internamente, com os grupos sociais e com os indivíduos que os compõem.

Assim, considerando toda a análise, concluo que o modelo que instituiu os parques, do mesmo modo que a política ambiental para as demarcações de áreas naturais protegidas não levam em consideração as pessoas que, por ventura, já moravam na área antes da demarcação. Neste sentido a política ambiental brasileira difere da de países da Europa, como Portugal e França, por exemplo, que necessitam conjugar o uso da terra com a manutenção e sobrevivência dos grupos que ali vivem (muitas vezes, e inclusive, do turismo).

A situação legal e administrativa brasileira mostra que os processos históricos, culturais e políticos dos moradores do interior ou do entorno de áreas protegidas não são protegidos da mesma maneira que a biodiversidade o é. Como se fosse possível traçar uma comensurabilidade entre ambos que apontasse quem é melhor ou pior que o outro; ou melhor, quem deve ou não ser preservado em detrimento de um ou de outro? Penso sempre na conjugação do integral, da permanência de ambos. Mas isso implica na necessidade de mudança das políticas públicas no sentido de que essas venham a considerar os processos ecológicos que incluam o sociometabolismo, e o patrimônio ambiental.

Este é o Vale que encanta, “cercado de Parque por todos os lados” e, contraditoriamente, que encontrou, no enfrentamento de um processo do poder municipal que determinava sua remoção, forças mobilizadoras, com apoio de uma rede de sociabilidade. A partir desse evento, a Comunidade torna-se, por assim dizer, autoconsciente e envida esforços para encontrar saídas para sua manutenção ecossistêmica.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. M.R.M. A patrimonialização das diferenças: usos da categoria. *In*: BARRIO, A. E.; Motta, A.; Gomes, M. H. (Org.) **Inovação cultural, Patrimônio e Educação**. Volume 1. Recife: Massangana, 2010. p. 65-79.

AB'SÁBER, A. N. Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil. **Geomorfologia**. n.20, 1970.

ACSELRAD, H. (Org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ACSELRAD, H.; LEROY, J.P. **Novas Premissas da Sustentabilidade Democrática**. Rio de Janeiro: FASE, 1999.

AGUIAR, S. Formas de organização e enredamento para ações sociopolíticas. **Informação & Informação**, Londrina, v. 12, n. esp., p.20-45, 2007.

ALBERTI, V. **História oral**: a experiência do CPDOC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

ALFAIA JÚNIOR, J. R. G. **Reclamar ou intervir?** As obrigações positivas do estado em situações de desastre ambiental. 2014. Tese (Doutorado)-Instituto de Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2014.

ALMEIDA, A. P.; IRVING, M. A. Agenda 21 comunitária e Teatro do Oprimido como alternativas de inclusão social no entorno do Parque Nacional da Tijuca. *In*: IRVING, M. A. (Org). **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: Construindo novos significados. Rio de Janeiro, Fundação Bio-Rio, Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p.201-220.

ANDRADE, J. A. Redes de Atores: uma nova forma de gestão das políticas públicas no Brasil? **Gestão & Regionalidade**, n. 64, 2006.

ANDRADE, M. **Cartas de trabalho**. Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). Brasília: Ministério da Educação e Cultura, SPHAN, Fundação Nacional Pró-Memória, 1981. (Publicações SPHAN, 33).

BARAN, P. **On Distributed Communications**: MEMORANDUM: RM-3420-PR, AUGUST 1964, the Rand Corporation. Disponível em: <<http://www.rand.org/publications/RM/RM3420/>>. Acesso em 4 de agosto de 2016.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento e meio ambiente**: as estratégias de mudanças da Agenda 21. 9ª ed. Petrópolis: Vozes, 2008. (Coleção Educação Ambiental).

BARROS, O. A.; MELO, M. E. Do mito à realidade: a experiência de turismo sustentável na comunidade do Vale Encantado, Floresta de Tijuca, Rio de Janeiro, Brasil. **Field Actions Science Reports**. Edição especial, 3, sem paginação, 2011. Disponível em <<https://journals.openedition.org/factsreports/1154>>. Acesso: 30 set. 2014.

BECKER, D. F. Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional. *In*: BECKER, D. F. (org.). **Desenvolvimento Sustentável**: necessidade e ou possibilidade? Sant Cruz do Sul: Edunisc, 2001. p. 27-94.

BELIANI, E. **As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca**. 2012. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro/PPG-PMUS/MAST, Rio de Janeiro, 2012.

BELIANI, E. **Os olhares sobre a natureza e atitudes de vida sustentável**. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso-Licenciatura em Ciências Biológicas. Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO), Niterói, 2007.

BELIANI, E. **Controle social através da mídia: (I)mobilidade do ser**. 1999. Trabalho de Conclusão de Curso-Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Petrópolis (UCP), Petrópolis, 1999.

BELIANI, E; SCHEINER, T. A musealização de áreas naturais – o estudo de caso do Parque Nacional da Tijuca. In: GRANATO, M. e SCHEINER, T. (orgs). IV Seminário de Pesquisa em Museologia dos países de língua portuguesa e espanhola (IV SIAM). **Museologia, Patrimônio, interculturalidade: museus inclusivos, desenvolvimento e diálogo intercultural**. V 2., Petrópolis (RJ), outubro, 2013. *Anais eletrônicos*, Rio de Janeiro: IV SIAM, p.190-204, 2013.

BELIANI, E.; SCHEINER, T. As contribuições da museologia para a preservação e musealização do Parque Nacional da Tijuca. **Anuário do Instituto de Geociências**, v. 35, p. 68-79, 2012.

BENJAMIN, W. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, W. **Obras escolhidas**. Volume 1. Magia e técnica, arte e política. São Paulo, Brasiliense, 1994. p.165-196.

BENSUSAN, N. **Conservação da Biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BIEZEK, A. S.; CARDOZO, P. F. Interpretação do patrimônio ambiental: o caso do Parque Nacional do Iguaçu (Foz do Iguaçu, PR). **Revista de Cultura e Turismo**. Ano 6, n.4, p.113-123, out. 2012. Disponível em <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano6-edicao4/6.patrimonio.pdf>>. Acesso 17 jul. 2016.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é, o que não é**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **Le nouvel esprit du capitalism**. Paris: Gallimard, 1999.

BORGES, L. C. Museus e políticas patrimoniais: arenas ideológicas e suas contradições. In: **FÓRUM INTERNACIONAL DO NÚCLEO DE ESTUDO DAS AMÉRICAS, 8**, Rio de Janeiro, 2015. Mesa Coordenada: Globalização e meio ambiente: qual o papel de museus e políticas patrimoniais? Rio de Janeiro: Uerj, 2015. p. 1-4. (Comunicação Oral).

BORGES, L. C. Língua, museu e discurso: entremeios e descaminhos de uma exposição no Museu da Língua Portuguesa. **Letras**, v. 23, n. 46, p. 257-284, jan./jun. 2013.

BORGES, L. C. Museu como espaço de interpretação e de disciplinarização de sentidos. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS Unirio / MAST**, vol. 4, nº 1, 2011, p. 37-62. Disponível em <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus>> Acesso em 05 de janeiro de 2017.

BORGES, L. C. e CAMPOS, M. D. Patrimônio como valor, entre ressonância e aderência. In: **ENCONTRO ANUAL DO SUBCOMITÊ REGIONAL DE MUSEOLOGIA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE – ICOFOM LAM**. Termos e conceitos da museologia: museu inclusivo, interculturalidade e patrimônio integral, 21, 2012, Petrópolis. Documentos de Trabalho. Petrópolis: Unirio/Mast, 2012. (Teresa Scheiner, Marcus Granato, Maria Amélia Reis [Coord.]).

BOTELHO, E. S. **Conflitos na gestão de parques: o caso do Conselho do Parque Estadual dos Três Picos (RJ)**. 2009. Dissertação (Mestrado)-Programa Eicos-Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BOURDIEU, P. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia do campo científico. São Paulo: Unesp, 2004.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

BOURDIEU, P. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BRANCO, S. M. **Ecosistêmica** – Uma abordagem integrada dos problemas do meio ambiente. São Paulo: Edgard Blücher, 1999.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB**. Brasília, 2000.

BRASIL. ARQUIVO NACIONAL. Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. Coordenação de Documentos Escritos. Equipe de Documentos do Executivo e Legislativo. **Fundo Administração da Floresta da Tijuca (TA)**: inventário dos documentos textuais. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

BRASIL. Secretaria da Economia Criativa elabora um plano de políticas, diretrizes e ações entre os anos de 2011-2014 (esta edição revisada). **Plano da Secretaria da Economia Criativa**, BRASÍLIA, 2012.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 146, n. 10, p. 1-4, 15 jan. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm>. Acesso em: 15 Jul. 2020.

BRASIL. Lei n.º 11.516, de 28 de agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - **Instituto Chico Mendes**; altera as Leis nos 7.735, de 22 de fevereiro de 1989, 11.284, de 2 de março de 2006, 9.985, de 18 de julho de 2000, 10.410, de 11 de janeiro de 2002, 11.156, de 29 de julho de 2005, 11.357, de 19 de outubro de 2006, e 7.957, de 20 de dezembro de 1989; revoga dispositivos da Lei no 8.028, de 12 de abril de 1990, e da Medida Provisória no 2.216-37, de 31 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 ago. 2007 Edição Extra. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/lei/11516.htm>. Acesso em 26 de julho de 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em 26 de julho de 2015.

BRASIL. MMA/ICMBio. **Plano de Manejo do Parque Nacional da Tijuca**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2008.

BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.

BRASIL. Decreto-Lei nº25, de 30 de novembro de 1937 – **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm>. Acesso em: 3 de jun. 2014.

BRÊTAS, C. dos S. **Estudo comparativo dos planos de manejo dos parques nacionais de Itatiaia, Serra dos Órgãos e Tijuca**. 2011. Monografia (Especialização em Gestão Ambiental)-Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 2011.

BRITO, M. C. W. de. **Unidades de conservação**: intenções e resultados. São Paulo: Annablume, 2000.

BRULON, B. A invenção do ecomuseu: o caso do écomusée du creusot montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **Mana**. v. 21, n.2, p. 267-295, 2015.

BRUNO, C. Formas de Humanidade: concepção e desafios da musealização. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 9, n. 9, 1996. Disponível em: <<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/293>>. Acesso em: 12 de junho de 2015.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, IICA, 1999.

CALMON, P.; COSTA, A. T. M. Redes e governança das políticas públicas. RP3 – Revista de pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], n. 1, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989>> Acesso em: 29 de dezembro de 2015.

CANCLINI, G. N. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Iphan**, v. 3, n. 23, p. 94-115, 1994.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: A ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Cultrix, 2006.

CASTORIADIS, C. **As encruzilhadas do labirinto**. Vol. 5 - feito e a ser feito. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CASTORIADIS, C. **Socialismo ou barbárie**. O conteúdo do socialismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, C. Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade. *In*: VOLKER, P. et al. (Org). **Revolução e autonomia**. Um perfil de Cornelius Castoriadis. Belo Horizonte: COPEC, 1981. p. 117-147.

CAVALCANTI, C. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2001.

CERÁVOLO, S. M. Tecendo interfaces teóricas e metodológicas por sobre o conceito museologia: o exercício de uma tese. *In*: Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST. GRANATO, Marcos; SANTOS, Claudia Penha (Org). **Museus Instituição de Pesquisa. MAST Colloquia**, 11. Rio de Janeiro: MAST, 2005. (p.7 - 24)

CEZAR, P.B.; OLIVEIRA, R. R. **A Floresta da Tijuca e a cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

CHAGAS, M. Memória e poder: dois movimentos. *In*: **ENSAIOS DE MUSEOLOGIA**. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias Estudos Avançados de Museologia, 2011a. p.3-26.

CHAGAS, M. Museus, memórias e movimentos sociais. **Cadernos de Sociomuseologia** – Questões Interdisciplinares na Museologia, n.41, p. 5-16, 2011b.

CHAGAS, M.; ASSUNÇÃO, P.; GLAS, T. Museologia social em movimento. **Cadernos do CEOM**, v. 41, p. 429–436, 2014.

CHAGAS, M.; CHAGAS, V. Memória rupestre ou do caminho no meio da pedra. **Revista Museu**, s.p., 2004.

CHAMBERS, R.; CONWAY, G. Sustainable Rural Livelihoods: Practical Concepts for the 21st Century. IDS Discussion Paper 296, **IDS**, Brighton, 1992.

- CHAUÍ, M. Sociedade brasileira: violência e autoritarismo por todos os lados. [Entrevista]. Entrevista dada à **Rev. Cult**, ano 19, n. 209, p. 8-17, jan. 2016.
- CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 2006.
- CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, 2006.
- COELHO NETTO, A. L. A interface floresta-cidade no maciço da tijuca frente aos desastres naturais relacionados à água. **Rev. do Departamento de Geografia**, n.16, p. 46-60, 2005.
- COELHO NETTO, A. L.; MACHADO, L. O.; MONTEZUMA, R. de C. M. O Parque Nacional no Maciço da Tijuca: uma Unidade de Conservação na Metrópole do Rio de Janeiro. *In*: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (Orgs.). **Unidades de Conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. p.143-171.
- COMPANS, R. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. **Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, p. 83-99, 2007.
- COSTA, H. H. F. G. da. Salvador cidade capital/cidade patrimônio: mediação entre cidade museu, patrimônio cultural e cibernetização. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. João Pessoa (PA), 26 a 30 de outubro, 2015. **Anais eletrônicos...**, Paraíba: Ancib, 2015. p.1-18.
- CURY, M. X. **Exposição**: concepção, montagem e avaliação. São Paulo: Annablume, 2005.
- DAVALLON, J., GRANDMONT, G.; SCHIELLE, B. **L'environnement entre au Musée**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1992. (Collection Muséologies).
- DEAN, W. **A Ferro e Fogo**: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- DECLARAÇÃO DE QUÉBEC**: Princípios de Base de uma Nova Museologia, ICOM, 1984.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol.5. Rio de Janeiro: 34, 1997.
- DELPHIM, C. F. de M. Patrimônio natural no Brasil. *Rev. IPHAN*, p.1-20.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução: Bruno Brulon Soares, Marília Xavier Cury. ICOM: São Paulo, 2013.
- DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec. 2008.
- DIEGUES, A. C. **Sociedades e comunidades sustentáveis**. São Paulo: NUPAUB/USP, 2003. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/comsust.pdf>>. Acesso em: 11 de junho de 2014.
- DOMINGUES A. A Paisagem Revestida. **Finisterra**, 34 (72): 55-66. Lisboa. 2001.
- DRUMMOND, J. A. **Devastação e preservação ambiental no Rio de Janeiro - os parques nacionais do Estado do Rio de Janeiro**. Niterói: EDUFF- Universidade Federal Fluminense, 1997.
- DRUMONND, J. A. **O Jardim Dentro da Máquina Breve história ambiental da Floresta da Tijuca**, 1988.
- DUARTE CÂNDIDO, M. M. Conceitos e proposições presentes em Vagues, a antologia da Nova Museologia. **Ciências & Letras** (FAPA. Impresso), Porto Alegre, v. 31, p. 63-75, 2002.

DULLEY, R. D. **Noção de natureza, ambiente, meio ambiente, recursos ambientais e recursos naturais**. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2004.

ELIAS, R.; SCARRONE, M. Quando o Império morreu de sede. **Revista História Ciências Saúde Manguinhos**, v.22, n.1, 2015.

FAULHABER, P. **A Fronteira na Antropologia Social: As Diferentes Faces de um Problema**. BIB, São Paulo, n° 51, 1º semestre de 2001, pp. 105-125.

FERREIRA, H. C. H. Territórios sociais e reterritorializações no Aventureiro: disputas pelo significado e direitos de uso do espaço. In: SECRETO, V. M.; CARNEIRO, M. J.; BRUNO, R. (Org.). **O campo em debate: terra, homens, lutas**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2008, v. 1, p. 32-56.

FILHO, M. G. F. Os conflitos como processo de mudança social: **Revista de direito administrativo**, 2000.

FISCHER, T; MELO, V. P. Organizações e interorganizações na gestão do desenvolvimento sócio-territorial. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 11, ed. especial, p. 13-41, 2004.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.

FONSECA, T. B.; DINIZ, S. A luta pela permanência em meio à natureza: A comunidade Vale Encantado e sua resistência à desterritorialização. In: **XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana - SIMPURB**, 2015, Fortaleza, CE. Anais do XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 2015. p. 1-20

FRANCO, J. L. A.; DRUMMOND, J. A. **Proteção à natureza e identidade nacional no Brasil, anos 1920-1940**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2009.

FRANZONI, J. M. **Domesticar la incertidumbre en América Latina: mercado laboral, política social y familia**. São José, Costa Rica: UCR, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUNARI, P. P.; PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.:

GONÇALVES, J. R. S. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina e CHAGAS, Mário (orgs.). **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2009, p.25-33.

GONÇALVES, T. L. **Políticas públicas de proteção e difusão do patrimônio e dos museus no contexto contemporâneo: o caso do Museu Imperial de Petrópolis-RJ**. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio – UNIRIO/MAST. Rio de Janeiro: UNIRIO/MAST, 2016.

GUANAES, S. A. **“Meu Quintal não é Parque!” Populações locais e gestão ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina-BA**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

GUARNIERI, W. R. C. A interdisciplinaridade em museologia. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). **Waldisa Rússio Camargo Guarnieri – textos e contextos de uma trajetória profissional**. Vol. 1. São Paulo: Pinacoteca do Estado; Secretaria de Estado da Cultura; Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2010. p. 123–126.

GUATARRI, F.; ROLNIK, S. **Micropolítica**. Cartografia do Desejo. Petrópolis: Editora Vozes. 2005.

GUEDES, J. C. Desapropriação da posse no Direito Brasileiro. **Revista de Ciências Jurídicas e Sociais da UNOPAR**. v.1, n.1, jul/dez, p53-82. Paraná, 1998.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade**: a rede “gaúcha” no Nordeste. Niterói: EdUFF. 1997.

HEYNEMANN, C. B. **Floresta da Tijuca: natureza e civilização**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, 1995.

IANNI, O. **A sociedade Global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. **Elaboração de Plano de Ação em Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Petrobrás Ambiental, Instituto Terra Azul, PNT, 2006.

IBIAPINA, I. **Conflitos em Áreas Protegidas na Amazônia**: o caso do Parque Estadual Monte Alegre (PA). Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento sustentável. Universidade de Brasília, Brasília: 2012.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Conselhos gestores de Unidades de Conservação Federais: um guia para gestores e conselheiros. Brasília: Coordenação de Gestão Participativa/ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2014. Disponível em <<https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>>. Acesso 15/04/2015.

ICOM. **Key Concepts of Museology**. Edited by André Desvallées and François Mairesse. Armand Colin, 2013. Disponível em <http://icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/Key_Concepts_of_Museology/Museologie_Anglais_BD.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2014.

ICOM. **Código de Ética do ICOM para Museus** - ICOM-BR/ICOM-PT. 2009. Disponível em <<http://www.icom.org.br/sub.cfm?subpublicacoes=publicacoes3&canal=publicacoes>>. Acesso em 25 de agosto de 2011.

ICOM. **International Council of Museums**. Disponível em <<http://icom.museum/>>. Acesso em 5 de dezembro de 2014.

ICOM. **MESA REDONDA DE SANTIAGO DO CHILE**: Princípios de Base do Museu Integral. 1972.

ICOM-BR - **Conselho Internacional de Museus no Brasil**. Disponível em <www.icom.org.br>. Acesso em 27 de setembro de 2011.

ICOMOS. **Carta para Interpretação e Apresentação do Patrimônio Cultural**, 2008. Disponível em <http://www.international.icomos.org/charters/interpretation_sp.pdf> Acesso em 17 de Outubro de 2011.

ICOMOS – **International Council on Monuments and Sites**. Disponível em <www.icomos.org>. Acesso em 3 de novembro de 2011.

ICOMOS-Brasil – **Conselho Internacional de Monumentos e Sítios**. Disponível em <www.icomos.org.br>. Acesso em 14 de julho de 2011.

IPHAN. **Rio de Janeiro, paisagens cariocas entre a montanha e o mar. 2016**. Iphan. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/45>>. Acesso em 7 de agosto de 2016.

IPHAN. Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Lista de Patrimônio da Humanidade. **Rio de Janeiro: paisagens cariocas entre a Montanha e o Mar**. 2012.

IPHAN. Patrimônio mundial: fundamentos para seu reconhecimento – **A convenção sobre proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972**: para saber o essencial. Brasília, DF: Iphan, 2008.

IPHAN. **Bens Móveis e Imóveis Inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1938 – 2009)**. [Versão Preliminar] – Rio de Janeiro: COPEDOC, 2009.

IRVING, M. de A. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: construindo novos significados. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006.

JÚNIOR, E. C.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. Gestão da biodiversidade e áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T; COELHO, M. C. N. (orgs). **Unidades de Conservação**: abordagens e características geográficas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009. 25-65.

KASEKER, D. P. **Museu, território, desenvolvimento: Diretrizes do processo de musealização na gestão do patrimônio de Itapeva (SP)**. Orientador José Luiz de Moraes. São Paulo, 2014.

KONDER, L. **O que é dialética**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

LEMOS, M. L.; PEREZ, R. A. R.; BEZERRA, F. O. S. **Estudos arqueológicos do Parque Nacional da Tijuca**. 18ª ed. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2002.

LEOPOLD, A. **A Sand County Almanac**. Oxford: Oxford University Press. 1949.

LEROY, J-P; ACSELRAD, H. Apresentação. In: FASE; ETTERN, IPPUR (orgs.). **Relatório-síntese**: Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento. 2012. p. 11-15.

LIMA, D. F. C. L. **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012

LITTLE, P. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**: análises, instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, 2003.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um campo de estudo e de ação política. BURSZTYN, M. (Org.) *In*: **A difícil sustentabilidade**: política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond. 2001. p. 107-122.

LOMNITZ, L. A. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro: E-Papers. (Cadernos do Grupo de Altos Estudos, vol.III), 2009.

LOUREIRO, C. F. B. Complexidade e Dialética: contribuições a práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 94, p. 131-152, jan./abr. 2006.

LOUREIRO, C. F. B.; AZAZIEL, M. Áreas Protegidas e “Inclusão Social”: Problematização do Paradigma Analítico-Linear e Seu Separatismo na Gestão Ambiental. In: IRVING, M. de A. **Áreas Protegidas e Inclusão Social**: construindo novos significados. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p.115-129.

MACHADO, MELLO e BRANQUINHO (2012) MACHADO, C. J. S.; MELLO, M. B. C.; BRANQUINHO, F. T. B. Uma aproximação teórica entre os postulados do ideal de

sustentabilidade e a sociologia das ausências de Boaventura Sousa Santos. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v.8(1), p. 288-310,2012.

MAGALHÃES, A. M. Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, M. B.; GRIECO, B.; TEIXEIRA, L.; THOMPSON, A. (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1. ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (verbete).

MAGALHÃES, Aloísio. **E triunfo? A questão dos bens culturais no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGNANINI, A. **Entrevista concedida a pesquisa dissertação**. Rio de Janeiro. 2011.

MAURE, M. A Nova Museologia: o que é? In: [ANNUAL CONFERENCE OF THE INTERNATIONAL COMMITTEE FOR MUSEOLOGY/ICOFOM (17)]. Symposium Museum and Community II. Stavanger, Noruega, jul. 1995. Coord. Martin R. Schärer. **ICOFOM STUDY SERIES - ISS 25**. Org. and edited by Martin R. Schärer. Vevey: International Committee for Museology / ICOFOM; Alimentarium Food Museum, 1995. p. 127-132. Título original: La nouvelle muséologie – *qu'est-ce-que c'est?* Trad. Tereza Scheiner. RJ: UNIRIO, março 2000.

MAYA, R. O. C. **A Floresta da Tijuca**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio-Museus Castro Maya, 2015.

MAYA, R. O. C. **A Floresta da Tijuca** – Santa Teresa. Rio de Janeiro: Bloch; Museus Castro Maya, 1967.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Revista Ambiente e Sociedade**. Vol. 9, nº 1, jan/jun, 2006. p. 40-64.

MEDEIROS, R.; IRVING, M. A.; GARAY, I. Áreas protegidas no Brasil: Interpretando o contexto histórico para pensar a inclusão social. In: IRVING, M. A (Org). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquarius, 2006. p. 15-40.

MENDES, M. C. Museus e sustentabilidade ambiental. **Revista Museologia e Patrimônio**. PPG-PMUS Unirio MAST, Rio de Janeiro, vol. 6, no. 1, p. 72-97, 2013.

MENEZES, P. C. M. A natureza construída pelo homem. In: **Parque Nacional da Tijuca: uma floresta na metrópole**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. p. 31-33.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MIHAILOVIC, D. Sistema-mundo capitalista – La instauración del proyecto moderno. In: **Latinidade**. - Julho-Dezembro (2011) – Rio de Janeiro: UERJ. IFCH. Nucleas. 2012. p.79-98.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINOM. IX Encontro Nacional Museologia e Autarquias Câmara Municipal de Loures, **Museus nas Autarquias e Carreiras profissionais**. (atas). 1998.

MORAES, N. Políticas públicas, políticas culturais e museu no Brasil. In: **MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO** - vol.II no 54 1 - jan/jun de 2009.

MORAES, N. Museus e poder: enfrentamentos de um incômodo de pensar e fazer. In: M. Granato; C. P. Santos e M. M. Loureiro (Orgs.). O caráter político dos museus. **MAST Colloquia**, 1a. ed. p. 117-138 Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010, v. 12, MAST, 2010.

MOUTINHO, M. Definição Evolutiva de Sociomuseologia: proposta de reflexão. **Cadernos do CEOM**, 27 (41), p. 423-427. 2014. Disponível em:

<<https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/issue/view/168/showToc>>
Acesso em 03 de fevereiro de 2014.

PAES-LUCHIARI, M.T.D. Turismo e Patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, Maria Tereza D.; BRUHNS, Heloísa Turini e SERRANO Célia (Org.). **Patrimônio, Natureza e Cultura**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

RANGEL, M. F. Políticas Públicas e museus no Brasil. In: __LOUREIRO, M. L. N. (Org.). O Caráter Político dos Museus – **MAST Colloquia**, 1a. ed. p. 117-138 Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2010, v. 12, p. 89-116.

RAYMOND, F. **Organização social e estrutura social**. In: CARDOSO, F.H. & IANNI, O. (org.). Homem e Sociedade. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1971.

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio** – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007.

ROCHA, L. M. Patrimônio Meio Ambiente e Museologia de Relações: reflexões sobre um patrimônio no devir. *Museologia & Interdisciplinaridade*. Vol. IV, nº 8, dez. de 2015.

ROCHA, L. M. Musealizar o Transitório: o adensamento das relações entre tempos e espaços. Relatório de Pós-Doutorado. Pós-Doutorado em Ciência da Informação – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012.

RUBIN; RUBIN, **Qualitative interviewing: the art hearing data**. London: Sage Publications, 1995.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2008.

SAQUET, M. A.; SILVA, S.S. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *Geo UERJ* - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. P. 24-42.

SCHÄRER, M. Coisas + ideias + Musealização = Patrimônio - Abordagem museológica, ministrada em 17 de Março de 2008, na abertura do ano letivo do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio (PPGPMUS, UNIRIO/MAST), Rio de Janeiro, Brasil. Disponível em:
<<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/50/39>>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

SCHEINER, T. C. M. **Museus e Patrimônio Natural**: Alternativas e Limites de Ação. *Ciências em Museus*, v.2, 9-15, 1990.

SCHEINER, T. C. M. Ocupação humana no Parque Nacional da Tijuca. **Brasil Florestal**, ano 7, nº 28, Outubro/Dezembro, p. 3-27. 1976.

SCHEINER, T. C. M.; CAMPOS, M. D.; MATTOS, R. C.; MAGNANINI, C. **Interação Museu-comunidade pela Educação Ambiental**. 1a. ed. Rio de Janeiro, RJ: Tacnet Cultural Ltda., v. 200. 200 p. il. 1991.

SCHEINER, T. C. **Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas**. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.*, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30, jan.-abr. 2012.

SCHEINER. T. C. **Apolo e Dionísio no templo das musas**. Museu: gênese, idéia e representações na cultura ocidental. 1998. Dissertação (Mestrado em comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro/ECO, Rio de Janeiro, 1998.

SCIFONI, S.; RIBEIRO, W. C. **Preservar: por que e para quem?** *Revista Patrimônio e Memória*. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

SEABRA, J. M. Criatividade. Psicologia.com.pt: **O portal dos psicólogos**. 11 julho 2008. Disponível em: <<https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0104.pdf>>. Acesso em: 17 de maio de 2015.

SHANKS, M. e TILLEY, C. Social Theory and Archaeology. Albuquerque, University of New Mexico Press. 1988

SILVA, A. Z. M. **Minha Casa Virou Parque: Percepção Ambiental das Comunidades do Entorno das Comunidades do Entorno do Parque Nacional da Tijuca**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, UFRJ, Rio de Janeiro. 2002.

SIMMEL, G., A natureza sociológica do conflito. In: MORAES FILHO, E. (org.). **Simmel**, São Paulo, Ática, 1983.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais de sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOARES, D. G.; IRVING, M. A. Entre a “Paz” e a “Corrente”: Conflitos no Parque Estadual da Pedra Branca – RJ. In: IRVING, M. A. (Org). **Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados**. Fundação Bio-Rio: Núcleo de Produção Editorial Aquários, Rio de Janeiro. 2006. p.91-113.

SOUZA, M. Proteção ambiental para quem? A instrumentalização da ecologia contra o direito à moradia. **Mercator**, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, dez. 2015.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. O Patrimônio como Processo: uma idéia que supera a oposição material-imaterial. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 237-251, jul./dez. 2011.

SPRADLEY, J. P. **Participant Observation**. Orlando - Florida. Harcourt Brace Jovanovich College Publishers, 1980.

UNESCO. **Gestão do Patrimônio Mundial Cultural**: Manual de referência do Patrimônio Mundial, 2016.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial natural e cultural**. 1972. Disponível em <www.whc.unesco.org>. Acesso em 05 de agosto de 2007.

US. **NATIONAL PARK SERVICE (NPS)**. Disponível em <<http://www.nps.gov/index.htm>>. Acesso em 20 de junho de 2016.

VARINE, H. O museu comunitário como processo continuado - Hugues de Varine. Cadernos do CEOM - Ano 27, n. 41 - **Museologia Social**, 25-35, 2014.

VARINE, H. **As Raízes do Futuro: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, H. **O tempo social**. Rio de Janeiro: Eça, 1987.

VASCONCELOS, M. C. de A. As fragilidades e potencialidades da chancela da paisagem cultural brasileira, **Revista CPC**, São Paulo, n.13, p. 51-73, nov. 2011/abr. 2012.

VIEIRA, A. C. **Memória e paisagem: olha(res) sobre o patrimônio cultural turístico – Parque Nacional da Tijuca (RJ)**. Orientadora: Marília Xavier Cury. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

VIEIRA, A. C. A montanha encantadora. In: **Parque Nacional da Tijuca: uma floresta na metrópole**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio, 2010. p.13-30.

WORLD HEALTH ASSOCIATION. Division of Mental Health. **Qualitative Research for Health Programmes**. Geneva: WHA 1994.

ŽIŽEK, S. **Violência**. Seis reflexões laterais. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SIBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 43896-2	Data da Emissão: 13/07/2016 10:13	Data para Revalidação*: 15/03/2017
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

* De acordo com o art. 23 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do SIBIO no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: Elisama Seliani Marcelino	CPF: 075.849.957-48
Título do Projeto: UM VALE SOB ENCANTOS E DEBENCANTOS: Patrimônio, estratégias socio-políticas e desenvolvimento sustentável	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

Cronograma de atividades

Nº	Descrição de atividade	INÍCIO (MÊS/ANO)	FIM (MÊS/ANO)
1	Elaboração e organização de campo na comunidade do Arraial/Tiúca - Vila Encantado	05/2015	03/2017
2	Atividade de pesquisa produzida com recursos do Parque Nacional de Tiúca	05/2015	03/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo científicas por pessoa natural ou jurídica estrangeira, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, materiais, espécimes biológicos e minerais, peças integrantes de cultura nativa e cultura popular, presente e passado, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas à autorização do Conselho de Ciência e Tecnologia.
2	Esta autorização NÃO serve o pesquisador titular e os membros de sua equipe de necessidade de obter as anotações previstas em cursos instrumentais legais, bem como do consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), de unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possessor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal, cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
3	Este documento somente poderá ser utilizado para as fins previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 03/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, na que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou esportivos. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
4	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão agir por meios de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos, e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometam a viabilidade de populações do grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
5	O titular de autorização ou de licença permitida, assim como os membros de sua equipe, quando de natureza de regularização jurídica, ou quando de regularização, criação ou fase decisória de nomeações relevantes que sustentem a criação do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
6	Este documento NÃO dispensa o cumprimento de legislação que dispõe sobre acesso a componentes do patrimônio genético existente no território nacional, na plataforma continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Veja maiores informações em www.mma.gov.br/legis .
7	Em caso de pesquisa em Unidades de Conservação, o pesquisador titular desta autorização deverá consultar a administração da Unidade a fim de obter o MAPA DAS DATAS das espécies, as condições para realização das coletas e de uso de infra-estrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Os pesquisadores deverão portar cópia desta autorização e estar devidamente identificados, por meio de crachá e/ou uniforme, sempre que comparecerem à unidade de conservação para realizar as atividades.
---	--

Locais onde as atividades de campo serão executadas

Nº	Município	UF	Descrição do local	Tipo
1	ARRAIAL	RJ	Parque Nacional de Tiúca	Parque de UC Federal
2		RJ	PARQUE NACIONAL DA TIÚCA	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do SIBIO/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sibio).

Código de autenticação: 81241744



Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SIBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 45890-2	Data da Emissão: 19/07/2016 10:13	Data para Revalidação*: 18/08/2017
* De acordo com o art. 23 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do SIBIO no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elisama Bellati Marcelino	CPF: 076.849.967-68
Título do Projeto: UM VALE SOB ENCANTOS E DEBENCANTOS: Patrimônio, estratégias socio-políticas e desenvolvimento sustentável	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Taxon	Cole.	Tipo de amostra	Cole.	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do SIBIO/ICMBio na internet (www.icmbio.gov.br/sibio).

Código de autenticação: 81241744



Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SIBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 49896-2	Data da Emissão: 19/07/2016 10:13	Data para Revalidação*: 19/06/2017
* De acordo com o art. 23 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do SIBIO no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elasma Bellani Marcelino	CPF: 075.249.957-42
Título do Projeto: UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: Patrimônio, estratégias socio-políticas e desenvolvimento sustentável	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do SIBIO/ICMBio na internet (www.icmbio.gov.br/sibio).

Código de autenticação: 81241744



Página 3/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SIBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 48896-2	Data da Emissão: 19/07/2016 10:13	Data para Revalidação*: 18/08/2017
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

* De acordo com o art. 28 da Lei 0302014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades e ser enviado por meio do SIBIO no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: Elzama Beliani Marcelino	CPF: 075.842.957-48
Título do Projeto: UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: Patrimônio, estratégia socio-política e desenvolvimento sustentável	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	
CNPJ: 34.023.077/0001-07	

Cronograma de atividades

#	Descrição da atividade	Início (mês/ano)	Fim (mês/ano)
1	Instalação e operação de campo de monitoramento de artemia de 2000m ² Ilha - Vale Encantado	06/2015	06/2017
2	Instalação e pesquisa documental com fichas de Parque Nacional da Ilha	06/2015	02/2017

Observações e ressalvas

1	As atividades de campo deverão ser feitas em áreas de domínio público, em todo o território nacional, que impliquem o deslocamento de recursos humanos e materiais, tendo por objeto coletar dados, inventários, espécies biológicas e minerais, peças integrantes da cultura nativa e cultura popular, presentes e passadas, obtidos por meio de recursos e técnicas que se destinem ao estudo, à difusão ou à pesquisa, estão sujeitas a autorização do Ministério de Ciência e Tecnologia. Esta autorização não exclui a participação titular e de membros de sua equipe de pesquisadores de sites de escritórios privados em outras instituições legais, desde que com o consentimento do responsável pela área, pública ou privada, onde será realizada a atividade, inclusive do órgão gestor de terra indígena (FUNAI), de unidade de conservação estadual, distrital ou municipal, ou do proprietário, arrendatário, possuidor ou morador de área dentro dos limites de unidade de conservação federal cujo processo de regularização fundiária encontra-se em curso.
2	Este documento somente poderá ser utilizado para as finalidades previstas na Instrução Normativa ICMBio nº 33/2014 ou na Instrução Normativa ICMBio nº 10/2010, no que especifica esta Autorização, não podendo ser utilizado para fins comerciais, industriais ou exportativas. O material biológico coletado deverá ser utilizado para atividades científicas ou didáticas no âmbito do ensino superior.
3	O titular de licença ou autorização e os membros de sua equipe deverão optar por métodos de coleta e instrumentos de captura direcionados, sempre que possível, ao grupo taxonômico de interesse, evitando a morte ou dano significativo a outros grupos; e empregar esforços de coleta ou captura que não comprometam a viabilidade de populações de grupo taxonômico de interesse em condições in situ.
4	O titular de autorização ou de licença permanente, estará como se membro de sua equipe, quando da vigência da legislação vigente, ou quando da reatuação, omissão ou falta de descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição do ato, poderá, mediante decisão motivada, ter a autorização ou licença suspensa ou revogada pelo ICMBio, nos termos da legislação brasileira em vigor.
5	Este documento não substitui o cumprimento de legislação que dispõe sobre o acesso e o transporte do patrimônio genético existente no território nacional, na jurisdição continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Para maiores informações ver www.mma.gov.br/gm .
6	Jaliscoense continental e na zona econômica exclusiva, ou ao conhecimento tradicional associado ao patrimônio genético, para fins de pesquisa científica, bioprospecção e desenvolvimento tecnológico. Para maiores informações ver www.mma.gov.br/gm .
7	Em caso de pesquisa em UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, o pesquisador titular desta autorização deverá contactar a administração da unidade a fim de COPIAR PARA AS DATAS das expedições, as condições para realização das coletas e o uso da infraestrutura da unidade.

Outras ressalvas

1	Os pesquisadores deverão portar cópia desta autorização e estar devidamente identificados, por meio de crachá e/ou uniforme, sempre que comparecerem à unidade de conservação para realizar as atividades.
---	--

Locais onde as atividades de campo serão executadas

#	Município	UF	Descrição do local	Site
1	NOVO JARDIM	RJ	Parque Nacional da Ilha	Site de UC Federal
2		RJ	PARQUE NACIONAL DA ILHA	UC Federal

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 0302014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do SIBIO/ICMBio na Internet (www.icmbio.gov.br/sibio).

Código de autenticação: 81241744



Página 1/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 45896-2	Data de Emissão: 15/07/2016 16:13	Data para Revalidação*: 16/06/2017
-----------------	-----------------------------------	------------------------------------

* De acordo com o art. 23 da IN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades e ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.

Dados do titular

Nome: Eliana Beirão Marcelino	CPF: 075.249.367-43
Título do Projeto: UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: Patrimônio, estratégias sócio-políticas e desenvolvimento sustentável	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 24.023.077/0001-07

Registro de coleta imprevista de material biológico

De acordo com a Instrução Normativa nº 03/2014, a coleta imprevista de material biológico ou de substrato não contemplado na autorização ou na licença permanente deverá ser anotada na mesma, em campo específico, por ocasião da coleta, devendo esta coleta imprevista ser comunicada por meio do relatório de atividades. O transporte do material biológico ou do substrato deverá ser acompanhado da autorização ou da licença permanente com a devida anotação. O material biológico coletado de forma imprevista, deverá ser destinado à instituição científica e, depositado, preferencialmente, em coleção biológica científica registrada no Cadastro Nacional de Coleções Biológicas (CCBIO).

Taxão*	Qtd	Tipo de amostra	Qtd	Data

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi emitido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação acima, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio-ICMBio na internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 81241744



Página 2/3



Ministério do Meio Ambiente - MMA
 Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio
 Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade - SISBIO

Autorização para atividades com finalidade científica

Número: 43896-2	Data da Emissão: 13/07/2016 10:13	Data para Revalidação*: 13/06/2017
* De acordo com o art. 23 de RN 03/2014, esta autorização tem prazo de validade equivalente ao previsto no cronograma de atividades do projeto, mas deverá ser revalidada anualmente mediante a apresentação do relatório de atividades a ser enviado por meio do Sisbio no prazo de até 30 dias a contar da data do aniversário de sua emissão.		

Dados do titular

Nome: Elisama Belani Marcelino	CPF: 075.049.957-48
Título do Projeto: UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCONTOS: Patrimônio, estratégias sócio-políticas e desenvolvimento sustentável	
Nome da Instituição: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	CNPJ: 34.023.077/0001-07

* Identificar o espécime no nível taxonômico possível.

Este documento (Autorização para atividades com finalidade científica) foi expedido com base na Instrução Normativa nº 03/2014. Através do código de autenticação abaixo, qualquer cidadão poderá verificar a autenticidade ou regularidade deste documento, por meio da página do Sisbio/ICMBio na internet (www.icmbio.gov.br/sisbio).

Código de autenticação: 81241744



Página 3/3

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
COMUNIDADE VALE ENCANTADO
1ª e 2ª Gerações
I. IDENTIFICAÇÃO**

NOME: _____ IDADE: _____

TEMPO DE MORADIA NO VE: ____ ANOS () 1ª GER. () 2ª GER. () 3ª GER

NASCEU NO VE OU VEIO DE FORA (AGREGADO)? COM QUEM SE CASOU?

QUANTAS PESSOAS TEM EM SUA FAMÍLIA? Adultos ____ Crianças ____

QUAL A RENDA FAMILIAR MENSAL?

Ocupação: _____ ESCOLARIDADE: _____

**NÚMERO DE
MORADORES _____
NÚMERO DE CASAS _____**

Coleta com a AMATA

***SABE A ORIGEM E O SIGNIFICADO DO NOME DA SER COMUNIDADE VALE ENCANTADO?**

II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA BÁSICA

COLETA DE RESÍDUOS (frequência de coleta)

ESGOTAMENTO

ÁGUA

ENERGIA

TELEFONIA FIXA E INTERNET

ASFALTAMENTO

TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO

CORREIOS

PSF/ESCOLA/ATIVIDADES CULTURAIS

III. USO DE RECURSOS NATURAIS DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARNA-TIJUCA

- VOCÊ CAÇA, CORTA LENHA, USA NASCENTES, FAZ PLANTIO (ROÇA) DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARQUE?
- COMO ERA ANTES (1961) DA DELIMITAÇÃO DO PARQUE? ERA POSSÍVEL FAZER USO DA TERRA E DOS RECURSOS NATURAIS DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARQUE? E ATUALMENTE?
- VOCÊ (O SR./A SRA.) JÁ OUVIU O TERMO SUSTENTÁVEL? O QUE É SER SUSTENTÁVEL PARA VOCÊ? CONSIDERA SUA COMUNIDADE SUSTENTÁVEL?
- A COMUNIDADE TEM NECESSIDADE OU VONTADE DE UTILIZAR A MATA PARA ALGUM FIM?

IV. RELAÇÃO COM O PARQUE

- O FATO DESTA MATA SER UM PARQUE, PROTEGIDO POR LEI, ATRAPALHA OU IMPEDE ALGUNS PROJETOS DA COMUNIDADE, POR EXEMPLO, ROÇA, PLANTIO PARA RENDIMENTO ECONÔMICO, ETC?
- PRA VOCÊ O PARQUE DEVE SER PRESERVADO E PROTEGIDO? POR QUE?
- VOCÊ JÁ VISITOU O CENTRO DE VISITANTES? POR QUE?
- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE?
- O PARQUE TEM UMA LEGISLAÇÃO. VOCÊ CONHECE ESSA LEGISLAÇÃO, LEI E NORMA? ALGUÉM JÁ LHE EXPLICOU DE QUE TRATA ESSA LEGISLAÇÃO? OU O QUE PODE E O QUE NÃO PODE FAZER?
- TODA ESTA ÁREA DE FLORESTAS, ALÉM DE SER PROTEGIDA E TOMBADA PELA UNIÃO, ATRAVÉS DE UMA LEGISLAÇÃO, TAMBÉM É UM MUSEU QUE PODE SER VISITADO. VOCÊ SABIA QUE O PARQUE É UM MUSEU? QUAL SUA IDEIA DE MUSEU?

V. REDES DE SOLIDARIEDADE

- VOCÊ PARTICIPA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE? E DA COOPERATIVA?
- A COMUNIDADE RECEBE ALGUM TIPO DE APOIO DO PARQUE?
- E DE GRUPOS OU PESSOAS DE FORA DO PARQUE?
- QUE TIPO DE APOIO VOCÊS RECEBEM OU RECEBIAM DE PESSOAS OU GRUPOS? QUEM SÃO ELES?
- NA SUA OPINIÃO, A COMUNIDADE TENDE AUMENTAR OU DIMINUIR? A TENDÊNCIA DA NOVA GERAÇÃO É DE PERMANECER NA COMUNIDADE, É SAIR E/OU PROCURAR OUTRAS OPORTUNIDADES DE VIDA?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
COMUNIDADE VALE ENCANTADO**

3ª GERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____ IDADE: _____

NASCEU NO VE? _____

QUANTAS PESSOAS TEM EM SUA FAMÍLIA? Adultos _____ Crianças _____

QUAL A RENDA FAMILIAR MENSAL?

Ocupação: _____ ESCOLARIDADE: _____

***SABE A ORIGEM E O SIGNIFICADO DO NOME DA SER COMUNIDADE VALE ENCANTADO?**

O QUE VOCÊ SABE ME DIZER SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA BÁSICA

COLETA DE RESÍDUOS (frequência de coleta)

ESGOTAMENTO

ÁGUA

ENERGIA

TELEFONIA FIXA E INTERNET

ASFALTAMENTO

TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO

CORREIOS

PSF/ESCOLA/ATIVIDADES CULTURAIS

USO DE RECURSOS NATURAIS DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARNA-TIJUCA

- VOCÊ CAÇA, CORTA LENHA, USA NASCENTES, FAZ PLANTIO (ROÇA) DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARQUE?
- CONHECE O TERMO SUSTENTÁVEL? O QUE É SER SUSTENTÁVEL PARA VOCÊ? CONSIDERA SUA COMUNIDADE SUSTENTÁVEL?
- A COMUNIDADE TEM IDEIAS OU VONTADE DE UTILIZAR A MATA PARA ALGUM FIM?

RELAÇÃO COM O PARQUE

- O FATO DESTA MATA SER UM PARQUE, ATRAPALHA OU IMPEDE ALGUNS PROJETOS DA COMUNIDADE, POR EXEMPLO, ROÇA, PLANTIO PARA RENDIMENTO ECONÔMICO, ETC?
- PRA VOCÊ O PARQUE DEVE SER PRESERVADO E PROTEGIDO? POR QUE?
- VOCÊ JÁ VISITOU O CENTRO DE VISITANTES? POR QUE?
- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE?
- O PARQUE TEM UMA LEGISLAÇÃO. VOCÊ CONHECE ESSA LEGISLAÇÃO, LEI E NORMA? JÁ LHE EXPLICARAM SOBRE ESTA LEGISLAÇÃO?
- TODA ESTA ÁREA DE FLORESTAS, ALÉM DE SER PROTEGIDA E TOMBADA PELA UNIÃO, ATRAVÉS DE UMA LEGISLAÇÃO, TAMBÉM É UM MUSEU QUE PODE SER VISITADO. VOCÊ SABIA QUE O PARQUE É UM MUSEU? QUAL SUA IDEIA DE MUSEU?

REDES DE SOLIDARIEDADE

- VOCÊ CONHECE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS NA COMUNIDADE?
- VOCÊ PARTICIPA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE? E DA COOPERATIVA?
- A COMUNIDADE RECEBE ALGUM TIPO DE APOIO DO PARQUE?
- E DE GRUPOS OU PESSOAS DE FORA DO PARQUE?
- QUE TIPO DE APOIO VOCÊS RECEBEM OU RECEBIAM DE PESSOAS OU GRUPOS? QUEM SÃO ELES?
- NA SUA OPINIÃO A COMUNIDADE TENDE AUMENTAR OU DIMINUIR?
- VOCÊ TEM VONTADE DE SAIR DAQUI PARA PROCURAR OUTRAS OPORTUNIDADES DE VIDA?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO DO PARQUE**

I. IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____ IDADE: _____
 FUNÇÃO: _____ FORMAÇÃO: _____ SETOR: _____
 TEMPO DE FORMAÇÃO: _____ TEMPO NO PARQUE: _____
 ROTINA DO TRABALHO

II. SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA BÁSICA NO VALE ENCANTADO

COLETA DE RESÍDUOS (frequência de coleta)
 ESGOTAMENTO/ÁGUA/ENERGIA
 TELEFONIA FIXA E INTERNET
 ASFALTAMENTO/TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO
 CORREIOS/PSF/ESCOLA/ATIVIDADES CULTURAIS

III. SOBRE SUSTENTABILIDADE

- QUAL A SUA IDEIA DE SUSTENTABILIDADE? E QUAL A IDEIA QUE O NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (NEA) UTILIZA COMO REFERÊNCIA PARA AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS JUNTO ÀS COMUNIDADES? QUEM É O PÚBLICO ALVO DESTA NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL? INCLUI O VALE ENCANTADO? QUE ATIVIDADES ESTÃO SENDO DIRECIONADAS À ESTA COMUNIDADE? É PERCEPTÍVEL MUDANÇA DE ATITUDES, NESTES MORADORES, FRENTE AO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO NEA?

IV. USO DE RECURSOS NATURAIS DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARNA-TIJUCA

- A COMUNIDADE DO VE FAZ USO DOS RECURSOS NATURAIS DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARQUE?
- PENSANDO A NOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE, VOCÊ TEM CONHECIMENTO SE A COMUNIDADE DO VE TRABALHA COM ESSA NOÇÃO? COMO A NOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE É TRABALHADA PELA COMUNIDADE? A CONSIDERA SUSTENTÁVEL? E OS MORADORES DOS LIMITES?

V. RELAÇÃO COM O PARQUE

- EM SUA EXPERIÊNCIA, DE QUE FORMA A DELIMITAÇÃO DO PARQUE, AFETA OU MODIFICA A VIDA DOS MORADORES DO VALE ENCANTADO?
- VOCÊ ACREDITA, QUE O PARQUE TAL COMO ESTÁ DEFINIDO, É UM BEM PARA OS MORADORES DO VALE? FOI UM BENEFÍCIO PARA ELES, ENQUANTO COMUNIDADE? ELES SE EMPENHAM NA PROTEÇÃO DESTA BEM? OU SÃO INDIFERENTES?
- NAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO NEA HÁ REFERÊNCIA DE TRABALHOS COM A LEGISLAÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO DO PARQUE? HÁ PREOCUPAÇÃO DO NEA EM REPASSAR A LEGISLAÇÃO PARA A COMUNIDADE DO VE?
- COMO VOCÊ AVALIA A RELAÇÃO, DOS MORADORES DO VE COM AS LIMITAÇÕES DE USO E MANEJO DA COMUNIDADE DO VALE ENCANTADO, QUE A LEGISLAÇÃO IMPÕE A ESSAS PESSOAS?
- O QUE IMPLICA NA SUA RELAÇÃO DE TRABALHO O FATO DO PARQUE SER UM PATRIMÔNIO? E O FATO DELE SER TAMBÉM SER MUSEALIZADO?
- OS MORADORES DO VALE OU DE OUTRAS COMUNIDADES DO ENTORNO VISITAM O CENTRO DE VISITANTES? A QUE VOCÊ ATRIBUI O POUCO INTERESSE DA COMUNIDADE PELA VISITAÇÃO? COMO ELES PERCEBEM A EXPOSIÇÃO? HÁ UM QUESTIONÁRIO QUE AVALIE ESTA VISITA?

VI. REDES DE SOLIDARIEDADE

- ALÉM DO APOIO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS VOCÊS RECEBEM APOIO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS? QUAIS SÃO ESTES APOIOS? DE QUE FORMA VOCÊS RECEBEM ESTE APOIO? QUEM SÃO ESTES GRUPOS?
- DE FORMA VOCÊ AVALIA/PERCEBE A PARTICIPAÇÃO DO VE NA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE? E DA COOPERATIVA?
- COMO VOCÊ AVALIA O FUTURO DO PARQUE?

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
CHEFE DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA**

1 IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____ IDADE: _____

FORMAÇÃO: _____ TEMPO DE FORMAÇÃO: _____

TEMPO NO PARQUE: _____

2 GESTÃO E PATRIMÔNIO

- FALE UM POUCO SOBRE A GESTÃO DO PARQUE. O QUE O SR. DESTACARIA COMO MAIS RELEVANTE OU COMO O MAIS DIFÍCIL?
- EXISTEM MUITOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS COM AS COMUNIDADES DO ENTORNO DO PARQUE?
- SE EXISTEM, QUAL TEM SIDO A ATUAÇÃO DA GESTÃO NO SENTIDO DE ENFRENTÁ-LOS E RESOLVÊ-LOS?
- O SENHOR PODERIA FALAR SOBRE O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO CONSULTIVO?
- QUAL A SUA IMPORTÂNCIA PARA A GESTÃO DO PARQUE?
- O FATO DO PARQUE SER UM PATRIMÔNIO TEM ALGUMA INFLUÊNCIA EM SEU TRABALHO DE GESTOR?
- E O FATO DELE SER TAMBÉM SER MUSEALIZADO?
- CONSIDERANDO QUE PARTE DO PARQUE NACIONAL DA TIJUCA INTEGRA O CONJUNTO PAISAGÍSTICO CARIOCA QUE RECEBEU O TÍTULO DE PATRIMÔNIO MUNDIAL OUTORGADO PELA UNESCO, ISSO TEM ALGUM TIPO DE IMPACTO OU INFLUÊNCIA NA GESTÃO?
- O SR. CONSIDERA IMPORTANTE, PARA A GESTÃO, E PARA RELAÇÃO COM AS COMUNIDADES QUE VIVEM NO ENTORNO E DENTRO DO PARQUE, INFORMAR ESSES MORADORES ACERCA DA LEGISLAÇÃO QUE PROTEGE O PARQUE?

3 REDES DE SOLIDARIEDADE

- ALÉM DO APOIO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, VOCÊS RECEBEM APOIO DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS?
- QUAIS SÃO ESTES GRUPOS?
- DE QUE TIPO SÃO ESTES APOIOS E DE QUE FORMA ELES BENEFICIAM O PARQUE?

4 SUSTENTABILIDADE

- QUAL A SUA CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE?
- COM QUAL CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE A EQUIPE TÉCNICA DO PARQUE TRABALHA EM SUAS ATIVIDADES DIRECIONADAS PARA COMUNIDADE?
- EM SUA OPINIÃO, ESSA CONCEPÇÃO DE SUSTENTABILIDADE TEM-SE MOSTRADA PRODUTIVA, POR EXEMPLO, NA GESTÃO?
- EM QUE SENTIDO É POSSÍVEL DIZER QUE O PARQUE É SUSTENTÁVEL?

5 RELAÇÃO COM O PARQUE

- O SENHOR CONHECE AS ATIVIDADES DO VALE ENCANTADO, COMUNIDADE DO ALTO DA BOA VISTA?
- COMO TEM SIDO A INTERAÇÃO ENTRE ESSA COMUNIDADE E O PARQUE, INCLUINDO SUA PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO CONSULTIVO?
- EM SUA OPINIÃO, A DELIMITAÇÃO DO PARQUE, AFETA OU MODIFICA A VIDA DOS MORADORES DO VALE ENCANTADO? SE SIM, DE QUE MODO?
- O SENHOR ACREDITA QUE OS MORADORES DO VALE CONSIDERAM O PARQUE, TAL COMO ESTÁ DEFINIDO, UM BEM PARA ELES?
- O FATO DO PARQUE SER PROTEGIDO POR LEI É UM BENEFÍCIO PARA ESSES MORADORES, ENQUANTO COMUNIDADE?
- ELES SE EMPENHAM NA PROTEÇÃO DESTES BENS? OU SÃO INDIFERENTES?
- COMO O SR. AVALIA O ESFORÇO DOS MORADORES DO VALE ENCANTADO PARA SUSTENTAR-SE E MANTER SUA IDENTIDADE COMUNITÁRIA?
- COMO O SENHOR AVALIA O FUTURO DO PARQUE?

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA – CEP-UNIRIO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

**UM PARQUE E UM VALE SOB
ENCANTOS E DESENCANTOS:
*Patrimônio, estratégias sócio-políticas e
ideal de sustentabilidade***

- **OBJETIVO DO ESTUDO:** O objetivo deste projeto é analisar, à luz das políticas públicas de conservação e de patrimonialização da natureza, tendo como fundamento o ideal de sustentabilidade, os processos e as redes sociopolíticas que os sujeitos envolvidos com Parque Nacional da Tijuca (PARNA-Tijuca), especificamente a comunidade do Vale Encantado, constroem como estratégias de sobrevivência ecossistêmica.
- **ALTERNATIVA PARA PARTICIPAÇÃO NO ESTUDO:** Você tem o direito de não participar deste estudo. Estamos coletando informações para levantar dados sobre a relação dos moradores dos limites e entorno do PARNA-Tijuca com o patrimônio musealizado. Se você não quiser participar do estudo, isto não irá interferir na sua vida profissional/estudantil.
- **PROCEDIMENTO DO ESTUDO:** Se você decidir integrar este estudo, você participará de uma entrevista individual que durará aproximadamente 1 hora, bem como utilizarei seu trabalho final como parte do objeto de pesquisa.
- **GRAVAÇÃO EM ÁUDIO:** Todas as entrevistas serão gravadas em audiovisual. As gravações serão ouvidas por mim e pelo meu orientador e serão marcadas com um número de identificação durante a gravação e seu nome não será utilizado. O documento que contém a informação sobre a correspondência entre números e nomes permanecerá trancado em um arquivo. As gravações serão utilizadas somente para coleta de dados. Se você não quiser ser gravado em audiovisual, você não poderá participar deste estudo.
- **RISCOS:** Você pode achar que determinadas perguntas incomodam a você, porque as informações que coletamos são sobre suas experiências pessoais. Assim você pode escolher não responder quaisquer perguntas que o façam sentir-se incomodado.
- **BENEFÍCIOS:** Sua entrevista ajudará aos estudos sobre Patrimônio e Museologia, mas não será, necessariamente, para seu benefício direto. Entretanto, fazendo parte deste estudo você fornecerá mais informações sobre o lugar e relevância desses escritos para própria instituição em questão.

- **CONFIDENCIALIDADE:** Como foi dito acima, seu nome não aparecerá nas gravações audiovisuais, bem como em nenhum formulário a ser preenchido por nós. Nenhuma publicação partindo destas entrevistas revelará os nomes de quaisquer participantes da pesquisa. Sem seu consentimento escrito, os pesquisadores não divulgarão nenhum dado de pesquisa no qual você seja identificado.
- **DÚVIDAS E RECLAMAÇÕES:** Esta pesquisa está sendo realizada no PARQUE NACIONAL DA TIJUCA. Possui vínculo com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO através do Programa DE PÓS GRADUAÇÃO EM MUSEOLOGIA E PATRIMÔNIO (PPGPMUS) sendo a aluna ELISAMA BELIANI a pesquisadora principal, sob a orientação do Prof^a NILSON ALVES DE MORAES. A pesquisadora estará disponível para responder a qualquer dúvida que você tenha. Caso seja necessário, ELISAMA BELIANI no telefone 99349-0565, ou o Comitê de Ética em Pesquisa, CEP-UNIRIO no telefone 2542-7796 ou e-mail cep.unirio09@gmail.com. Você terá uma via deste consentimento para guardar com você. Você fornecerá nome, endereço e telefone de contato apenas para que a equipe do estudo possa lhe contactar em caso de necessidade.

EU CONCORDO EM PARTICIPAR DESTE ESTUDO.

Assinatura: _____ Data: _____

Endereço _____

Telefone de contato _____

Assinatura (Pesquisador): _____ Data: _____

ELISAMA BELIANI

Comitê de Ética em Pesquisa CEP-UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Avenida Pasteur, 296 – Urca – Rio de Janeiro – RJ – Cep: 22290-240.
Telefones: 21- 25427796 E-mail: cep.unirio09@gmail.com

**ROTEIRO DE ENTREVISTA
COMUNIDADE VALE ENCANTADO**

3ª GERAÇÃO

IDENTIFICAÇÃO

NOME: _____ IDADE: _____

NASCEU NO VE? ____

QUANTAS PESSOAS TEM EM SUA FAMÍLIA? Adultos ____ Crianças ____

QUAL A RENDA FAMILIAR MENSAL?

Ocupação: _____ ESCOLARIDADE: _____

***SABE A ORIGEM E O SIGNIFICADO DO NOME DA SER COMUNIDADE VALE ENCANTADO?**

O QUE VOCÊ SABE ME DIZER SOBRE O SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA BÁSICA

COLETA DE RESÍDUOS (frequência de coleta)

ESGOTAMENTO

ÁGUA

ENERGIA

TELEFONIA FIXA E INTERNET

ASFALTAMENTO

TRANSPORTE COLETIVO PÚBLICO

CORREIOS

PSF/ESCOLA/ATIVIDADES CULTURAIS

USO DE RECURSOS NATURAIS DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARNA-TIJUCA

- VOCÊ CAÇA, CORTA LENHA, USA NASCENTES, FAZ PLANTIO (ROÇA) DENTRO E FORA DOS LIMITES DO PARQUE?
- CONHECE O TERMO SUSTENTÁVEL? O QUE É SER SUSTENTÁVEL PARA VOCÊ? CONSIDERA SUA COMUNIDADE SUSTENTÁVEL?
- A COMUNIDADE TEM IDEIAS OU VONTADE DE UTILIZAR A MATA PARA ALGUM FIM?

RELAÇÃO COM O PARQUE

- O FATO DESTA MATA SER UM PARQUE, ATRAPALHA OU IMPEDE ALGUNS PROJETOS DA COMUNIDADE, POR EXEMPLO, ROÇA, PLANTIO PARA RENDIMENTO ECONÔMICO, ETC?
- PRA VOCÊ O PARQUE DEVE SER PRESERVADO E PROTEGIDO? POR QUE?
- VOCÊ JÁ VISITOU O CENTRO DE VISITANTES? POR QUE?
- JÁ PARTICIPOU DE ALGUMA ATIVIDADE DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO PARQUE?
- O PARQUE TEM UMA LEGISLAÇÃO. VOCÊ CONHECE ESSA LEGISLAÇÃO, LEI E NORMA? JÁ LHE EXPLICARAM SOBRE ESTA LEGISLAÇÃO?
- TODA ESTA ÁREA DE FLORESTAS, ALÉM DE SER PROTEGIDA E TOMBADA PELA UNIÃO, ATRAVÉS DE UMA LEGISLAÇÃO, TAMBÉM É UM MUSEU QUE PODE SER VISITADO. VOCÊ SABIA QUE O PARQUE É UM MUSEU? QUAL SUA IDEIA DE MUSEU?

REDES DE SOLIDARIEDADE

- VOCÊ CONHECE OS PROJETOS DESENVOLVIDOS NA COMUNIDADE?
- VOCÊ PARTICIPA DA ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA COMUNIDADE? E DA COOPERATIVA?
- A COMUNIDADE RECEBE ALGUM TIPO DE APOIO DO PARQUE?
- E DE GRUPOS OU PESSOAS DE FORA DO PARQUE?
- QUE TIPO DE APOIO VOCÊS RECEBEM OU RECEBIAM DE PESSOAS OU GRUPOS? QUEM SÃO ELES?
- NA SUA OPINIÃO A COMUNIDADE TENDE AUMENTAR OU DIMINUIR?
- VOCÊ TEM VONTADE DE SAIR DAQUI PARA PROCURAR OUTRAS OPORTUNIDADES DE VIDA?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO-
UNIRIO



Continuação de Parecer: 1.818.428

/ Brochura Investigador	ProjetoQualfinalbanca2cep.doc	23:28:07	Marcelino	Aceto
Folha de Rosto	folhaderostoCEP.pdf	02/03/2016 22:15:01	Elsama Belani Marcelino	Aceto
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoQualfinalbanca.doc	08/01/2016 00:48:25	Elsama Belani Marcelino	Aceto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Elsama0003.jpg	08/01/2016 00:43:10	Elsama Belani Marcelino	Aceto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Elsama0002.jpg	08/01/2016 00:42:51	Elsama Belani Marcelino	Aceto
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Elsama0001.jpg	08/01/2016 00:42:19	Elsama Belani Marcelino	Aceto
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLenviadoCEP.docx	24/10/2015 00:51:50	Elsama Belani Marcelino	Aceto

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIO DE JANEIRO, 27 de Abril de 2016

Assinado por:
Paulo Sergio Marcellini
(Coordenador)

Endereço: Av. Pasteur, 296
Bairro: Urca CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7798 E-mail: cep.unirio09@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO-
UNIRIO



Continuação do Parecer: 1.518.435

potencial não desejar participar da entrevista.

Benefícios: Com os resultados desta pesquisa será possível refletir sobre a relação necessária entre os moradores dos limites e entorno do Parque Nacional da Tijuca com o patrimônio possibilitando e incentivando a coparticipação dos moradores frente ao ideal de sustentabilidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados pela pesquisadora estavam adequados quanto a sua apresentação para avaliação do Projeto neste Comitê.

Recomendações:

Recomendo a realização da Pesquisa por sua pertinência e relevância científica.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Foram apresentadas informações para realização do projeto de pesquisa. Atende aos fundamentos éticos e científicos, tendo em vista o respeito pela dignidade humana e pela especial proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolverem seres humanos, obedecendo todos os preceitos da Resolução 466/12.

Considerações Finais a critério do CEP:

Conforme preconizado na Resolução 466/2012, o CEP-UNIRIO aprovou o referido projeto. Caso a pesquisadora realize alguma alteração no projeto de pesquisa, será necessário que o mesmo retorne ao Sistema Plataforma Brasil para nova avaliação e emissão de novo parecer. É necessário que após 1 (um) ano de realização da pesquisa, a ao término dessa, relatórios sejam enviados ao CEP-UNIRIO, como compromisso junto ao Sistema CEP/CONEP.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PE_INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_557579.pdf	13/04/2018 23:40:15		Aceito
Recurso Anexado pelo Pesquisador	Pedidoderecursocep.pdf	13/04/2018 23:37:19	Elsama Belani Marcelino	Aceito
Cronograma	CronogramadeAtividadescep.pdf	13/04/2018 23:34:43	Elsama Belani Marcelino	Aceito
Projeto Detalhado	ProjetoQualifinalbanca2cep.doc	13/04/2018	Elsama Belani	Aceito

Endereço: Av. Pasteur, 236

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7796

E-mail: cep.unirio09@gmail.com

Continuação do Parecer: 1.818.438

particulares incluídas em seus limites devem ser desapropriadas: uma vez que os parques são áreas de posse e domínio públicos, os moradores que estão em seu entorno – no limite da zona de amortecimento – devem interferir o mínimo possível, ou quase nada, nos ecossistemas existentes no parque, ou até mesmo terem suas casas desapropriadas também. Trata-se de um estudo de caso, e a sistematização e análise dos resultados obtidos serão feitas através da Análise do Discurso. Após análise das entrevistas será confeccionada uma matriz (envolvendo os diversos temas abordados nas entrevistas) para cada ator entrevistado e uma matriz de síntese sobre os conflitos identificados pelos entrevistados. Em seguida as informações serão interpretadas a partir do referencial teórico adotado e do contexto sócio histórico no qual o fenômeno está inserido.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Analisar, à luz das políticas públicas de conservação e de patrimonialização da natureza, tendo como fundamento o ideal de sustentabilidade, os processos e as redes sociopolíticas que os sujeitos envolvidos com Parque Nacional da Tijuca (PARNATijuca), especificamente a comunidade do Vale Encantado, constroem como estratégias de sobrevivência ecossistêmica.

Objetivo Secundário: Analisar o contexto histórico e social da época em que ocorreram os processos de conservação, patrimonialização e musealização do PARNATijuca, e como se deram tais processos na prática, uma vez que já existiam, e ainda existem, pessoas habitando o território e as zonas de amortecimento da área. - Identificar de que forma os processos de políticas públicas de patrimonialização e de conservação da natureza do PARNA-Tijuca, afetam e transformam a qualidade de vida dos moradores residentes no seu interior e entorno, especificamente a comunidade do Vale Encantado, em suas condições históricas, culturais e políticas, de existência. - Investigar junto à equipe técnico administrativa do parque, aos moradores de seu interior e aos residentes na comunidade do Vale Encantado a ressonância e significado do fato do PARNA-Tijuca ser uma área patrimonial musealizada. - Verificar a existência de formação de redes de solidariedade, entre os moradores do parque e o parque e outros grupos; entre a comunidade do Vale Encantado e o parque e outros grupos; entre o parque e demais esferas da sociedade, que sinalizem estratégias de salvaguarda e manutenção de si mesmos, tendo em vista um ideal de sustentabilidade, dando atenção às alianças, impasses e conflitos formados nas esferas política, social, econômica, patrimonial e ambiental.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos: Devido a natureza da pesquisa, e por esta ser interpretativa, não há perigo eminente de riscos, tanto para o pesquisador, quanto para os entrevistados, salvo, se algum entrevistado em

Endereço: Av. Pasteur, 236
Bairro: Ursa CEP: 22.290-240
UF: RJ Município: RIO DE JANEIRO
Telefone: (21)2542-7736 E-mail: ccc.unirio05@gmail.com

UNIVERSIDADE FEDERAL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO-
UNIRIO



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: UM PARQUE E UM VALE SOB ENCANTOS E DESENCANTOS: Patrimônio, estratégias sócio-políticas e ideal de sustentabilidade

Pesquisador: Elisama Beliani Marcelino

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 53816018.6.0000.5285

Instituição Proponente: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.518.438

Apresentação do Projeto:

Neste projeto de pesquisa tese, analisaremos como as leis de conservação e proteção da natureza, no Brasil, enfatizam a dicotomia homem/natureza e se relacionam com o modelo de proteção da natureza norte-americano, evidenciando o autoritarismo do Estado. Escolhemos analisar a relação entre o o ideal de sustentabilidade, a patrimonialização da natureza e as estratégias sócio-políticas, encontradas pelos moradores do Vale Encantado, comunidade que fica no entorno do Parque Nacional da Tijuca, no Alto da Boa Vista, localizado no município do Rio de Janeiro. A patrimonialização da natureza, entendida como um processo de proteção e preservação de bens naturais, (monumentos, parques, sítios e paisagens), identificados e valorados por uma comunidade através de uma legislação específica e pública, traz consigo a ideia de permanência. Esta permanência, além de simbólica e virtual (já que a natureza é dinâmica) tem sido caracterizada pelo tombamento (instrumento técnico, legal e administrativo) que busca impedir a destruição e descaracterização do patrimônio, podendo ser uma ferramenta de reforço à proteção do entorno de áreas naturais protegidas (usar em outro lugar). Sendo assim, é uma ação determinada pela esfera cultural e sociopolítica. A legislação brasileira preconiza que no interior do Parque Nacional não possam existir moradias, e que caso existam, devam ser desapropriadas, o que ainda não ocorreu totalmente em nenhum parque nacional no Brasil. Da mesma forma, as moradias

Endereço: Av. Pasteur, 296

Bairro: Urca

CEP: 22.290-240

UF: RJ

Município: RIO DE JANEIRO

Telefone: (21)2542-7798

E-mail: cep.unirio@gmail.com